



PERÍODO:
SEGUNDO SEMESTRE 2008
PRIMEIRO SEMESTRE 2009



Setor de Integração e Comércio
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Informe MERCOSUL N° 14. Fevereiro, 2010



Instituto para a Integração
da América Latina e do Caribe



INFORME

MERCOSUL

NÚMERO 14
SEGUNDO SEMESTRE 2008 - PRIMEIRO SEMESTRE 2009

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Setor de Integração e Comércio

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL
Esmeralda 130, andáres 11 e 16 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina
Tel: (54 11) 4323-2350 Fax: (54 11) 4323-2365
E-mail: pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

*As idéias e opiniões expostas nesta publicação são de responsabilidades dos autores,
as quais não refletem necessariamente as políticas e/ou a posição do BID e do INTAL.*

Impresso na Argentina

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL
Informe MERCOSUL N° 14
1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL. Fevereiro 2010.
156 p.; 28 x 21 cm.
ISBN: 978-950-738-286-4
1. Desarrollo Económico
CDD 338.9

APRESENTAÇÃO

Desde 1996 em sucessivas edições anuais, o Informe MERCOSUL vem acompanhando os aspectos mais importantes do desenvolvimento econômico e comercial desta entidade regional, criada pelo Tratado de Assunção, de 1991. O trabalho aqui apresentado se inscreve em um âmbito mais amplo das atividades realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se destina a examinar e fortalecer os processos de integração regional e multilateral da América Latina e do Caribe.

O objetivo a que o BID-INTAL se propõe com a publicação desta série de periodicidade anual é observar e analisar a evolução econômica do MERCOSUL durante os meses cobertos pelo trabalho. A seleção de assuntos e enfoques foi realizada tomando em consideração um amplo e variado público-alvo -o meio acadêmico, o setor público, o setor privado e a sociedade civil em geral- que ao longo de todos estes anos tem demonstrado interesse por esta publicação.

Este Informe N° 14 abrange o período compreendido entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009. Os Capítulos I e II foram produzidos no BID-INTAL por Alejandro Ramos e Rosario Campos, e coordenados por Ricardo Carciofi, diretor do Instituto. A versão inicial dos Capítulos III, IV e V foi elaborada por uma equipe de consultores -Osvaldo Nusshold, Marcelo Onesto e Alejo Espora- liderada por Ricardo Rozemberg. O Setor de Integração e Comércio (INT) do BID, gerenciado por Antoni Estevadeordal, também colaborou no projeto e conteúdos do trabalho. A coordenação e a edição geral do informe tiveram como responsável Ricardo Carciofi, com a colaboração de Alejandro Ramos e Rosario Campos.

Assim como nas edições anteriores, sobre as quais os leitores enviaram valiosos comentários e sugestões, se reitera o convite a que enviem suas opiniões escrevendo para pubintal@iadb.org, sua colaboração permitirá melhorar o alcance e conteúdo deste trabalho.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

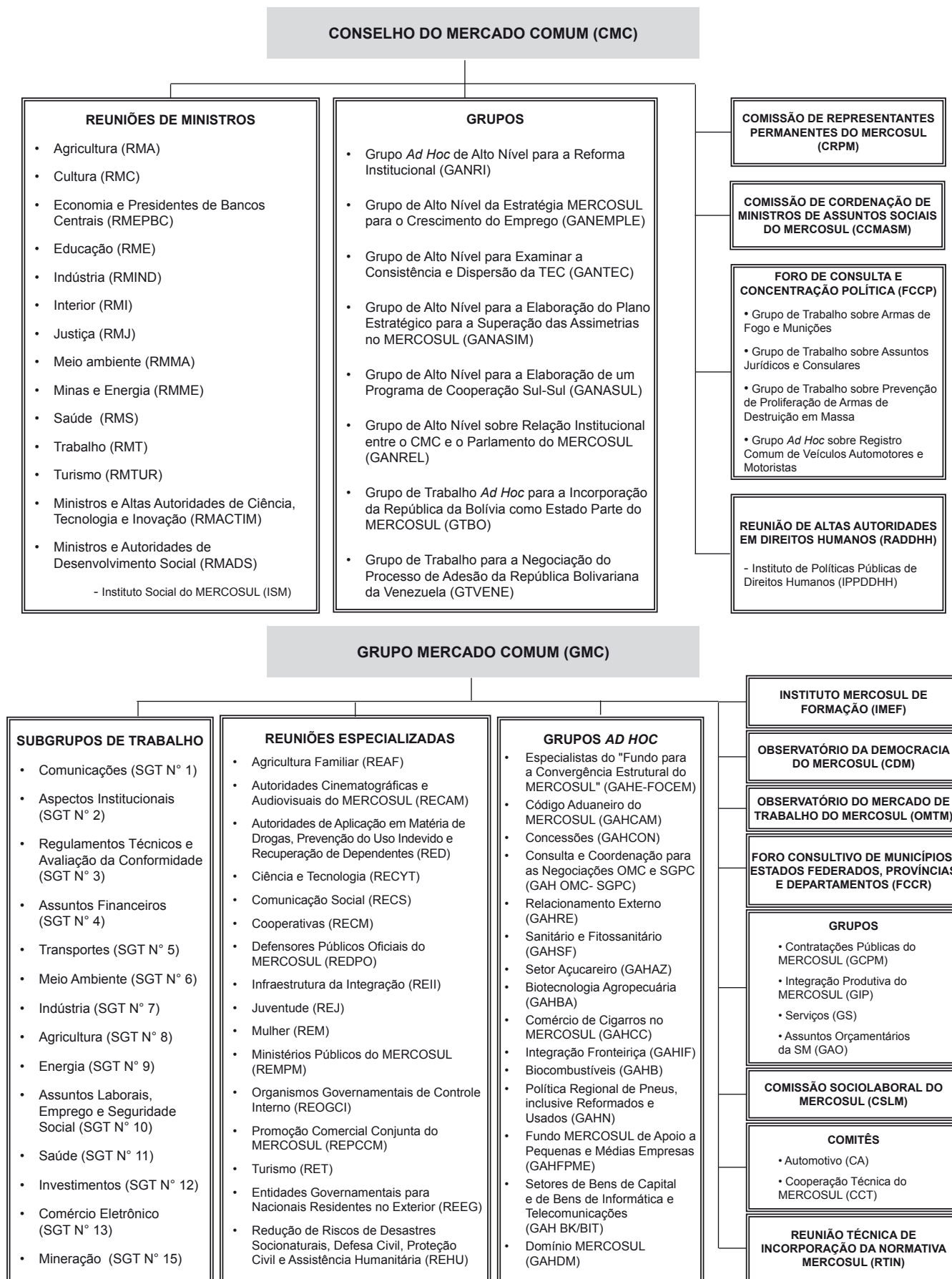
\$	Peso argentino
R\$	Real brasileiro
US\$	Dólar norte-americano
1° S	Primeiro semestre
1° T	Primeiro trimestre
2° S	Segundo semestre
a.a.	anual acumulativo
AAE	Áreas Aduaneiras Especiais
ACE	Acordo de Complementação Econômica
AFAPs	Administradoras de Fundos de Aposentadoria e Pensão
AIG	<i>American International Group, Inc.</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALICE-Web	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet
ANCAP	Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Portland
Art.	Artigo
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
ATPDEA	<i>Andean Trade Promotion and Drug Erradication Act</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BCP	Banco Central do Paraguai
BCRA	Banco Central da Argentina
BCU	Banco Central do Uruguai
BCV	Banco Central da Venezuela
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID-INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
BIUNILA	Biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-Americana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNS	Banco Nacional da Suíça
BoE	<i>Bank of England</i>
BoJ	<i>Bank of Japan</i>
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BsF	Bolívares fortes
CADIVI	Comissão de Administração de Divisas
CARICOM	<i>Caribbean Community and Common Market</i>
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CCI	Conselho de Comércio e Investimento
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCMASM	Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL

CCR	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIF	<i>Cost Insurance and Freight</i>
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNCE	Comissão Nacional de Comércio Exterior
CPB	<i>CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis</i>
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
DES	Direitos Especiais de Saque
DeTIEC	Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade
DGEEC	Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
EUA	Estados Unidos da América
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Européia
FAF	Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL
FED	Reserva Federal dos Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free On Board</i>
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FONDEN	Fundo de Desenvolvimento Nacional
FSB	<i>Financial Stability Board</i>
FSF	<i>Financial Stability Forum</i>
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
G20	Grupo dos 20
G8	Grupo dos 8
GAHCAM	Grupo <i>Ad Hoc</i> para a Redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL
GANREL	Grupo de Alto Nível sobre a Relação Institucional entre o CMC e o Parlamento do MERCOSUL
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GIP	Grupo de Integração Produtiva
GLP	Gás liquefeito de petróleo
GMC	Grupo do Mercado Comum
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTSD	<i>International Centre for Trade and Sustainable Development</i>
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IMEA	Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadísticas y Censos</i> [da Argentina]
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI	Índice de Preços Implícitos
ISM	Instituto Social do MERCOSUL
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
LA	Licenças Automáticas
LEBAC	<i>Letras del Banco Central</i> [da Argentina]
LNA	Licenças não Automáticas
MAC	Mecanismo de Adaptação Competitiva
MAPEO	Identificação de Necessidades de Convergência Estrutural no MERCOSUL
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MECON	<i>Ministerio de Economía y Producción</i> [da Argentina]
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
n.d.	não disponível
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
NOBAC	<i>Notas del Banco Central</i> [da Argentina]
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
p.	página/páginas
PAC	Política Automotiva Comum
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAMA	Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela S.A.</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PPT	Presidência <i>Pro Tempore</i>
PTC	Política Tarifária Comum
PYMES	Pequenas e Médias Empresas
RMADS	Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do MERCOSUL
RNT	Restrições não Tarifárias
RTIN	Reunião Técnica de Incorporação da Normativa MERCOSUL
SACU	<i>South African Customs Union</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX-MDIC	Secretaria de Comércio Exterior - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SM	Secretaria do MERCOSUL
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
TEC	Tarifa Externa Comum
TIFA	<i>Trade and Investment Framework Agreement</i>
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte

TM	Tratado de Montevideu
TPR	Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL
UE	União Européia
UN	<i>United Nations</i>
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UTE	Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas
UT-FOCEM/SM	Unidade Técnica Focem/Secretaria do MERCOSUL
var.	variação

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL



COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL (CCM)

COMITÊS TÉCNICOS

- Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT N° 1)
- Assuntos Aduaneiros (CT N° 2)
- Normas e Disciplinas Comerciais (CT N° 3)
- Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade (CT N° 4)
- Defesa da Concorrência (CT N° 5)
- Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (CT N° 6)
- Defesa do Consumidor (CT N° 7)
- Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS)

PARLAMENTO DO MERCOSUL (PM)

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL (FCES)

SECRETARIA DO MERCOSUL (SM)

TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL (TPR)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO-TRABALHISTA DO MERCOSUL (TAL)

CENTRO MERCOSUL DE PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO (CMPED)

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	i
CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO	1
A. Cénario internacional	1
B. Evolução das balanças de pagamentos	8
C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL	12
D. As políticas econômicas frente à crise	15
E. Rendas e emprego	22
F. Conclusões	23
ANEXO I	i
CAPÍTULO II. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	25
A. Comércio total e inserção internacional do bloco	25
B. O comércio intrabloco do MERCOSUL	29
C. Termos do intercâmbio e composição do comércio por países	35
D. O comércio MERCOSUL - Venezuela	39
E. Investimento estrangeiro directo no MERCOSUL	41
F. Conclusões	42
ANEXO II	i

CAPÍTULO III.	A AGENDA INTERNA	43
A.	Medidas frente à crise internacional	43
B.	Temas comerciais	51
C.	Assimetrias e temas produtivos	60
D.	Aspectos institucionais	66
E.	Outros temas da Agenda Interna	71
F.	Considerações finais	75
CAPÍTULO IV.	CONFLITOS E TENSÕES SETORIAIS EM UM CONTEXTO DE AJUSTE DO COMÉRCIO REGIONAL	77
A.	Panorama geral	77
B.	Análise dos principais conflitos ou negociações setoriais	82
C.	Considerações finais	95
CAPÍTULO V.	A AGENDA EXTERNA	97
A.	Panorama geral	97
B.	A participação dos membros do MERCOSUL na resposta à crise internacional	98
C.	Negociações extrarregionais	101
D.	Negociações sub-regionais	111
E.	Balanço e perspectivas para a agenda externa do MERCOSUL	115

BIBLIOGRAFIA

RESUMO EXECUTIVO

O período coberto pelo *Informe MERCOSUL N° 14* (julho de 2008 - junho de 2009) foi marcado pela crise internacional. A fase inflacionária desta crise -que se desenvolveu entre agosto de 2007 e junho de 2008- alimentou algumas tendências de expansão nos países do bloco. Depois de esgotada essa etapa, o desempenho do MERCOSUL apresentou os efeitos negativos provenientes da economia mundial. A partir do quarto trimestre de 2008, o colapso do nível de atividade e do comércio globais, a queda nos preços dos produtos básicos e as dificuldades de financiamento se refletiram por meio de tendências recessivas no interior do bloco. No entanto, a partir de março de 2009 foram evidentes os sinais de estabilização, embora sem clara recuperação da economia mundial, que delineiam um cenário internacional com diferenças em relação ao período anterior.

Panorama macroeconômico: O aprofundamento da crise internacional no último trimestre de 2008 teve um impacto significativo nas economias do MERCOSUL, afetando especialmente o setor privado: os níveis de atividade e emprego diminuíram, encerrando a fase expansiva iniciada em 2002-2003. O ajuste no nível de atividade se deu por meio da redução das exportações e do investimento privado, ao mesmo tempo que as importações se contraíram significativamente. Esta contração evitou o desencadeamento de crise das balanças de pagamentos, o que determina uma diferença importante em relação a episódios do passado recente. Apesar de a maioria dos países ter registrado importantes saídas de capital, estas na verdade resultaram de uma busca de solidez (*fly to quality*) das carteiras de investimento motivada pelo contexto internacional, e não foram a consequência de um fenômeno de corte abrupto (*sudden stop*) do financiamento de credores externos. A acumulação prévia de reservas foi decisiva para estabilizar o mercado cambial e reduzir a incerteza. O setor público, que vinha registrando superávits primários, teve em vários casos certa capacidade inicial para responder à crise. Também diferentemente de outros episódios passados, ressalta-se o papel exercido pela cooperação financeira internacional que ajudou ao MERCOSUL não só indiretamente -sustentando a economia global-, mas ainda beneficiando as maiores economias do bloco por meio de *swaps* de moedas que reforçaram a liquidez, atenuando a incerteza nos mercados locais. Estima-se que em 2009 os níveis de atividade das economias do bloco tenham sido 0,4% superiores a 2008 em média, dado não desprezível levando em conta o grau inédito de adversidade apresentado em determinados momentos no cenário externo. Daí em diante, entretanto, o problema reside na potência relativa das forças que impulsionarão a recuperação do investimento privado em um contexto mundial que previsivelmente continuará sendo difícil.

Evolução do comércio e do investimento estrangeiro direto (IED): Até o aprofundamento da crise, o saldo comercial global do MERCOSUL vinha sofrendo erosão devido à aceleração das importações. No último trimestre de 2008 as exportações dos países do bloco se desaceleraram fortemente e se contraíram durante o primeiro semestre de 2009, embora tenham tido um desempenho melhor que o da média mundial. Para isto contribuiu a importância crescente da Ásia -especialmente da China, onde o governo aplicou um enorme pacote de estímulo- como destino das vendas dos países do bloco: a demanda desses mercados continuou se expandindo ou se reduziu em menor grau do que a dos países que foram epicentro da crise financeira. A redução expressiva das compras externas durante o primeiro semestre de 2009 na Argentina e no Brasil se explica por uma queda das quantidades maior que a dos preços; no caso do Uruguai a redução dos preços foi mais significativa. Cabe assinalar que, desde 2003, os países do MERCOSUL têm ampliado de forma sustentada sua participação nas exportações mundiais, crescimento este que não foi interrompido pela crise. Este processo envolveu tanto um aumento das vendas extrabloco quanto as destinadas aos demais sócios do MERCOSUL. Merece destaque o fato de que, medidas a preços constantes, as exportações da Argentina e do Brasil para o bloco alcançaram em 2008 um nível quase 60% superior ao que tinham uma década atrás.

Em 2008 o comércio do bloco com a Venezuela continuou aumentando e atingiu US\$ 8,6 bilhões. Os fluxos de IED para o MERCOSUL apresentaram nesse ano um valor recorde de US\$ 56 bilhões. No entanto, na primeira parte de 2009 desaceleraram em meio ao complicado cenário financeiro mundial.

Agenda interna: Ao mesmo tempo em que a crise internacional se aprofundava, a Argentina e o Brasil lançaram o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e seus governos impulsionaram uma iniciativa para implementar um *swap* de moedas, que está pendente de aprovação por parte dos respectivos Bancos Centrais. Outras medidas do bloco em resposta à crise foram a formação de um Grupo Técnico de apoio para o monitoramento dos fluxos de comércio extrazona e o intercâmbio de propostas para gerar mecanismos ágeis de modificação da Tarifa Externa Comum (TEC). Paralelamente, durante as presidências *Pro Tempore* do Brasil e do Paraguai, a agenda interna incluiu o fortalecimento institucional e operacional do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), destacando-se a sua utilização em projetos de integração produtiva (FOCEM II). Além disso, foi definido um cronograma de liberalização do comércio de serviços, e houve avanços nas discussões sobre a reforma institucional da Secretaria do MERCOSUL, na representação cidadã do Parlamento e na estrutura do Instituto Social do MERCOSUL. Os problemas referentes à eliminação da dupla cobrança da TEC, à distribuição da renda alfandegária e a definição de um Código Aduaneiro do MERCOSUL não foram resolvidos. O processo de adesão da Venezuela ao bloco ainda não foi concluído.

Conflitos e tensões setoriais: A contração dos fluxos do intercâmbio intra e extrabloco reativou antigas tensões comerciais em setores considerados sensíveis, revertendo a tendência de menor conflitividade observada até meados de 2007. Entre as medidas de defesa comercial implementadas, destaca-se a utilização de licenças não automáticas (LNA) a importações de qualquer origem -incluindo o MERCOSUL-, a extensão no uso de "valores-critério" pelas alfândegas e a aplicação de direitos *antidumping*. No entanto, os vários tipos de barreiras administrativas não afetaram o comércio de forma significativamente diferente na comparação com outros momentos históricos. Certamente, evidenciou-se a dificuldade para conduzir as tensões comerciais na escala MERCOSUL por meio de instrumentos formais, como o Mecanismo de Adaptação Competitiva que não entrou em vigor apesar de ter sido acordado em 2006. De qualquer modo, a crescente concorrência da China como ameaça potencial comum contribuiu para aproximar posicionamentos em alguns setores da Argentina e do Brasil. Mediante acordos bilaterais voluntários no setor privado, os exportadores brasileiros aceitaram autolimitar suas vendas ao país sócio, para assegurar uma determinada participação no mercado. Os novos acordos sobre Itaipu entre o Brasil e o Paraguai significaram um avanço na solução de um conflito histórico entre os dois sócios.

Agenda externa: A mudança no cenário internacional deslocou o foco dos temas da agenda externa para aqueles trazidos à tona pela crise. Como membros do G-20, o Brasil e a Argentina participaram das reuniões do Grupo e por sua vez foram envolvidos nos novos esquemas de provisão internacional de liquidez por meio dos *swaps* acordados, respectivamente, com a Reserva Federal dos EUA e o Banco do Povo da China. Os principais avanços da agenda externa tradicional se centraram nas iniciativas que já se encontravam em andamento, especialmente com outras economias em desenvolvimento. Isto tendeu a aprofundar o perfil Sul-Sul da agenda externa, onde cabe destacar a implementação do Acordo de Preferências Fixas assinado com a Índia -modesto em seus alcances, mas de significado estratégico- e a assinatura de outro instrumento da mesma natureza com a União Aduaneira da África Austral (*South African Customs Union* - SACU). Dentro do Acordo-Quadro de Comércio e Investimento, o Uruguai e os EUA assinaram protocolos adicionais.

CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO

A. Cenário internacional

Sinais de estabilização e incerteza na economia mundial

Na metade de 2009, alguns indícios de uma estabilização da economia mundial eram visíveis depois do grave declínio sofrido durante o ano anterior, o que muitos analistas tentaram descrever como a Grande Recessão. Esta expressão guarda semelhanças e diferenças com relação à conjuntura dos anos 1930. Embora a contração verificada nos indicadores globais da produção industrial, do comércio e das bolsas de valores a partir do aprofundamento da crise do final de 2008 tenha sido maior do que a da Grande Depressão (Eichengreen O'Rourke [2009]), parece ter sido evitada a espiral depressiva e deflacionária prolongada característica daqueles anos. Concepções diferentes de política econômica e a conseqüente aplicação rápida de estímulos fiscais e monetários extraordinários tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento diferenciam a situação atual da anterior. Um destaque desta mudança é o funcionamento efetivo de mecanismos de cooperação financeira internacional e a coordenação entre as principais economias -incluindo as emergentes-, destinados a evitar o colapso financeiro. As evidências de uma recuperação firme e do início de uma fase expansiva são, no entanto, menos claras. No segundo trimestre de 2009, as taxas de variação trimestrais anualizadas do Produto Interno Bruto (PIB) dos principais países desenvolvidos foram positivas ou próximas de zero, depois de registrarem quedas consecutivas e cada vez mais graves durante os três ou quatro trimestres anteriores. Nesse período, o PIB dos Estados Unidos sofreu uma contração de 0,7%, o da Zona do Euro caiu 0,4% e o de Japão cresceu 3,7%. Estimativas preliminares para os EUA são de um crescimento de 3,5% no terceiro trimestre de 2009. Ao mesmo tempo, o processo de desaceleração que a economia da China vinha mostrando desde 2007 sofreu uma interrupção durante o primeiro semestre de 2009 (Gráfico 1).¹ O comportamento da economia chinesa contrasta com a situação dos países da Europa Oriental -cujo PIB cairia 5% em 2009- (International Monetary Fund [2009c]) e de alguns da América Latina e do Caribe, com perspectivas de recuperação menos claras.

Os volumes e preços do comércio mundial também começaram a apresentar alguns sinais de estabilização depois da contração histórica verificada alguns meses antes. Em julho, a média móvel trimestral das taxas mensais de variação dessas variáveis foi de 1,2% (Gráfico 2). Como se sabe, desde meados de 2007 o sistema financeiro mundial vinha atravessando uma situação de tensão e incerteza incomuns, marcada por várias ondas de pânico, e que culminou na paralisia de mercados-chave e na quebra ou resgate de instituições emblemáticas entre setembro e outubro de 2008.² A queda livre dos preços de ativos como ações e produtos básicos teve início em março de 2009 depois de uma intervenção

¹ O Escritório Nacional de Estatística da China não disponibiliza uma série sem ajuste sazonal do PIB. A apresentada no gráfico corresponde a uma estimativa própria. Segundo o Escritório do Banco Mundial na China, a desaceleração do quarto trimestre de 2008 foi mais intensa do que a do gráfico com um crescimento anualizado de apenas 2,5%. China Quarterly Update, March 2009, p. 2.

² Desde que a crise financeira estourou em meados de 2007, foram verificados vários episódios de pânico bursátil: agosto de 2007, março e setembro-outubro de 2008. Neste último caso, o pânico propagou-se ao sistema financeiro como uma corrida de credores que levou à falência ao banco de investimento Lehman Brothers em 15 de setembro e a situações muito difíceis de entidades de importância sistêmica, como a seguradora AIG. A dificuldade crescente para obter financiamento de curto prazo por parte de alguns grandes intermediários estava determinada pela desvalorização dos ativos subjacentes a suas operações -principalmente os imobiliários-, situação que começou a forçar vendas dos seus ativos em mercados ilíquidos e opacos, com o conseqüente colapso dos seus preços e o descrédito das instituições. Em fevereiro de 2009, também houve uma forte queda dos valores das ações. Para uma sequência do desenvolvimento da crise, ver BID-INTAL [2007], p. 3; BID-INTAL [2008], p. 2-4; Bernanke [2009] e BCRA [2009a], p. 9-22.

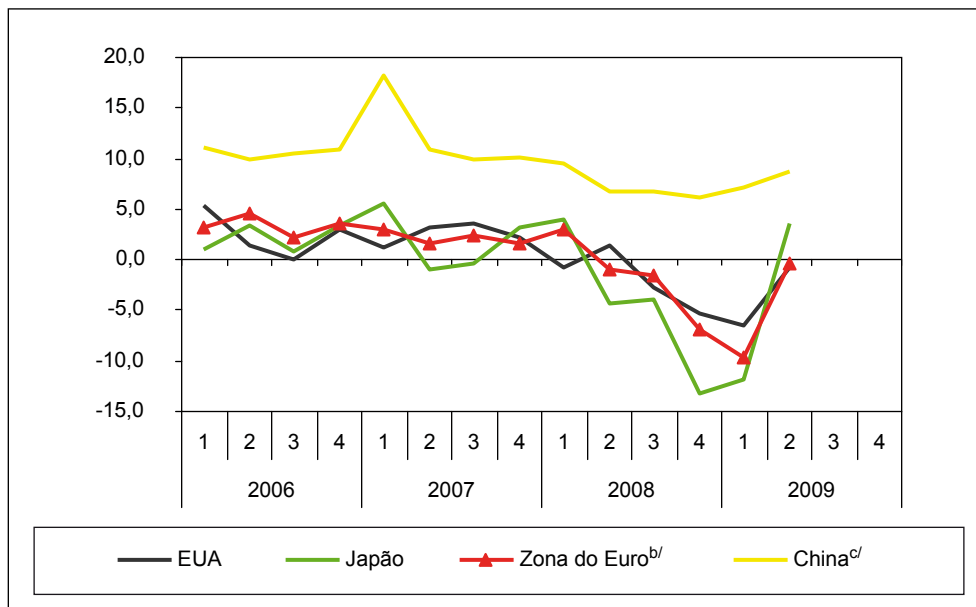
monetária e fiscal massiva das autoridades nos Estados Unidos e nas principais economias do mundo. Em maio de 2009, a média móvel trimestral do índice de preços de moradia em 20 áreas metropolitanas dos EUA teve um crescimento nulo e, em junho, subiu 0,7%.³ O dado é significativo considerando que as pressões deflacionárias neste mercado foram o fator desencadeador da crise financeira. Ao mesmo tempo, as fortes tensões nos mercados monetários de curto prazo tinham cedido de alguma maneira. No segundo trimestre, a margem entre a taxa dos papéis financeiros a três meses e a taxa de fundos federais nos Estados Unidos foi de 23 pontos básicos, uma notável redução com relação aos 157 correspondentes ao quarto trimestre de 2008, embora ainda estivesse acima dos 10 pontos correspondentes a 2006. Esta melhoria não significa um restabelecimento das condições anteriores à crise. O desaparecimento de instituições inteiras que emitiam dívidas neste mercado para financiar empréstimos hipotecários e outros ativos com respaldo real e, principalmente, um esfriamento global da demanda de crédito marcam uma grande diferença. No caso dos índices bursáteis, embora estes tenham registrado uma recuperação, não alcançaram os valores máximos anteriores. No final de outubro, o Dow Jones de 30 ações industriais ficou 49,5% acima do mínimo de março de 2009, mas ainda estava 31% abaixo do máximo de outubro de 2007. O caso dos preços dos produtos básicos, de singular importância para os países do MERCOSUL, é análogo (Gráfico 3). Na primeira fase da crise -entre agosto de 2007 e junho de 2008- estes preços tinham aumentado constantemente, dando a esta etapa uma característica marcadamente inflacionária que se propagou em nível global. Além de certos fatores estruturais, as altas dos preços dos produtos básicos respondiam à depreciação persistente do dólar (moeda de cotação) impulsionada pela política monetária expansiva das autoridades norte-americanas. Esta ação foi destinada -sem frutos- a conter os primeiros efeitos da crise, em um contexto de crescente incerteza, mas no qual ainda prevaleciam ritmos positivos de atividade, em particular nos países em desenvolvimento; isto destacou a função dos produtos básicos como reservas de valor. No entanto, em meados de 2008, os vastos sintomas de debilidade na economia real desencadearam uma queda abrupta dos preços, o que se prolongou até o primeiro trimestre de 2009. Isso aconteceu em consonância com uma redistribuição massiva das carteiras de investimento em favor de ativos de risco mínimo como os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, cujos rendimentos desabaram.⁴ O movimento envolveu o abandono de uma gama extensa de ativos, incluindo investimentos financeiros em países emergentes, e se traduziu -paradoxalmente- em uma rápida valorização do dólar que se prolongou até março de 2009. Estes processos dão à segunda etapa da crise traços deflacionários. No entanto, os preços dos produtos básicos frearam suas quedas à medida que o primeiro semestre de 2009 foi avançando. Os preços dos produtos energéticos e das oleaginosas registraram recuperações em relação aos baixos níveis assinalados no final de 2008, enquanto os dos metais permaneceram em cotas historicamente altas. Vale destacar que, a partir do segundo trimestre de 2009, o dólar iniciou uma trajetória de forte depreciação, relacionada com as condições extraordinariamente frágeis do mercado monetário nos Estados Unidos e com a incerteza sobre o crescimento futuro da economia mundial.⁵

³ Índice Standard & Poor's/Case-Shiller.

⁴ No caso do título a três meses, o rendimento foi de 0% em dezembro de 2008 e de apenas 0,2% em junho de 2009; o piso do rendimento do título a 10 anos foi em dezembro de 2008 (2,4%), alcançando 3,7% em junho de 2009, cerca de 200 pontos básicos abaixo do nível médio pré-crise de 2006.

⁵ Uma forte elevação do preço do ouro, que volta a alcançar US\$ 1.000 em setembro de 2009, não é alheia à depreciação do dólar. Ver Blas [2009] e The Financial Times [2009].

GRÁFICO 1
DINÂMICA DO PIB REAL DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS^{a/}, 2006-2009
 (Taxas de variação anualizadas com relação ao trimestre anterior, em %)



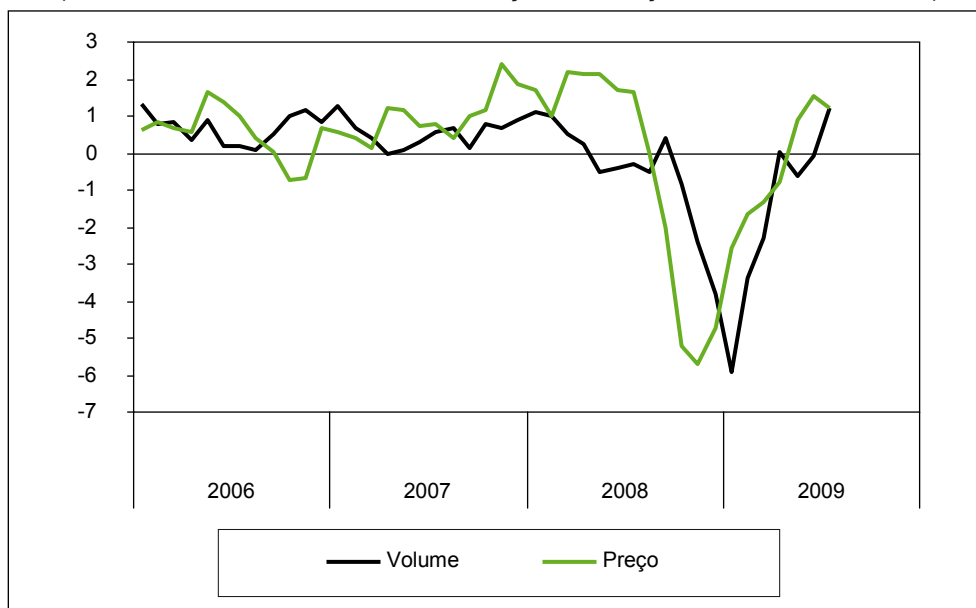
Notas: ^{a/} Séries sem ajuste sazonal.

^{b/} A preços do ano 2000; agregação em US\$ com paridades de poder aquisitivo desse ano.

^{c/} Sem ajuste sazonal próprio com método Tramo/seats.

Fonte: Elaboração própria sobre a base das séries sem ajuste sazonal do Escritório de Análises Econômicas dos Estados Unidos, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Instituto de Pesquisa Econômica e Social do Japão e do Escritório Nacional de Estatística da China.

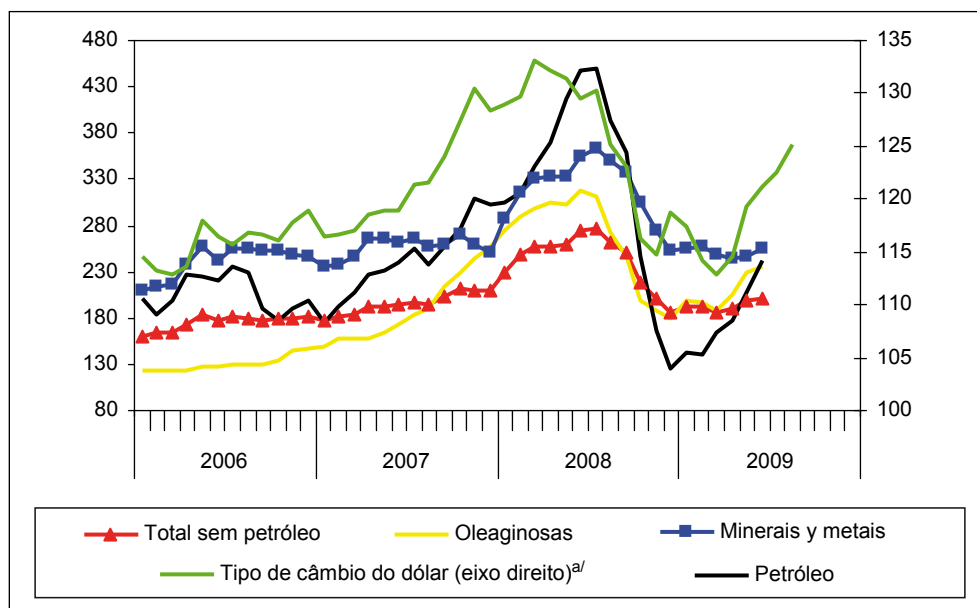
GRÁFICO 2
DINÂMICA DO VOLUME E DO PREÇO DO COMÉRCIO MUNDIAL,^{a/} 2006-2009
 (Média móvel trimestral das taxas de variação com relação ao mês anterior, em %)



Nota: ^{a/} Séries sem ajuste sazonal; taxas de variação logarítmica.

Fonte: Elaboração própria com dados do Escritório de Análise de Política Econômica da Holanda (*Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis - CPB*).

GRÁFICO 3
PREÇOS MENSAIS DE PRODUTOS BÁSICOS SELECIONADOS, 2006-2009
 (Índices base 2000=100)



Nota: ^{a/} Tipo de câmbio real efetivo do US\$ com relação às principais moedas; depreciação = pendente positiva.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL e da Reserva Federal dos Estados Unidos.

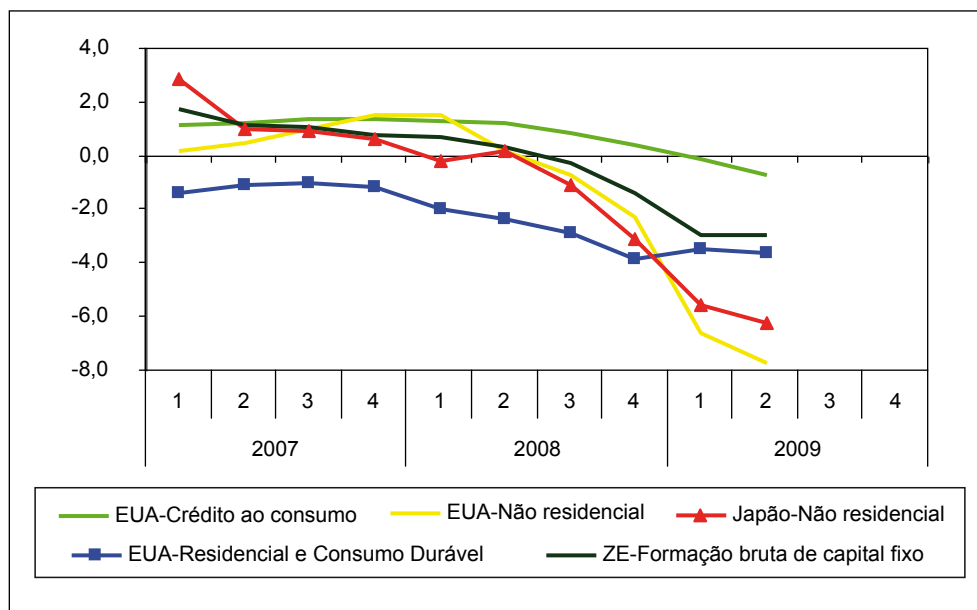
A rigor, os indícios de estabilização da economia mundial devem ser matizados com sinais de estancamento claramente visíveis no mercado de trabalho e no investimento das economias desenvolvidas em meados de 2009. As taxas de desemprego nos Estados Unidos, no Japão e na Zona do Euro alcançaram, respectivamente, 9,5%, 5,7% e 9,4% em junho, índices notavelmente superiores aos encontrados no ano anterior.⁶ Uma medição de tendência mostra que, no segundo trimestre de 2009, a contração do investimento não residencial nos Estados Unidos e no Japão se aprofundou, caindo 7,8% e 6,2%, respectivamente. Já na Zona do Euro houve uma redução de 3,2%. Por sua parte, o investimento residencial nos Estados Unidos, cujo debilitamento começou em 2006, não exibiu ainda sinais de alcançar um ponto de inflexão (Gráfico 4). Está claro que, desde 2007, o investimento começou a enfraquecer nos países desenvolvidos, o que contribuiu para a atonia dos ritmos de atividade. Na verdade, este foi o catalisador da progressiva deterioração e da crise do setor financeiro. Por sua vez, a dimensão e o alcance que caracterizou a crise entre setembro e outubro retroalimentaram negativamente as expectativas do setor privado e se traduziram em uma retração aguda do investimento registrado no primeiro semestre de 2009. A China representa uma exceção neste aspecto, onde se estima que a formação de capital fixo terá uma expansão de 12% em 2009. Isto é resultado de uma política monetária e de crédito muito expansiva e de um plano massivo de incentivo fiscal,⁷ destinado a compensar o colapso do investimento privado e das exportações, até agora os principais impulsores do crescimento chinês. O abrupto colapso das exportações, cuja queda em 2009 é estimada em 10,1% a preços constantes, transformou a forte orientação exportadora da economia chinesa em um fator de

⁶ A média desse indicador em 2008 nos Estados Unidos, no Japão e na Zona do Euro foi de 5,8%, 4,0% e 7,5%, respectivamente.

⁷ Em novembro de 2008, foi anunciado um plano de incentivo em um prazo de dois anos equivalente a 12% do PIB estimado para 2009, que envolve várias entidades estatais, incluindo os bancos. No que diz respeito ao governo nacional, no último trimestre de 2008 foi implementado um gasto equivalente a 0,4% do PIB. Estima-se que, em 2009, esse estímulo direto corresponderá a 1,5% do PIB, World Bank [2009].

vulnerabilidade. As importações tiveram uma contração de 4,7% em 2009, uma indicação do debilitamento do estímulo fornecido pela demanda da China à atividade do resto do mundo. Esta variável já tinha sofrido uma desaceleração em 2008 ao exibir um crescimento de 3,9%, frente a 13,9% em 2007.

GRÁFICO 4
INDICADORES DA DINÂMICA DO CRÉDITO E DO INVESTIMENTO,^{a/} 2006-2009
(Média móvel anual das taxas de variação com relação ao trimestre anterior, em %)



Nota: ^{a/} Séries sem ajuste sazonal; crédito ao consumo nos Estados Unidos corresponde a saldos nominais no final do trimestre; séries de investimento são médias trimestrais de cifras a preços constantes de contas nacionais.

Fonte: Elaboração própria sobre a base das séries sem ajuste sazonal do Escritório de Análises Econômicas dos Estados Unidos, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Social do Japão.

A este panorama misto da economia mundial -com sinais de estabilização, mas também de estancamento- devem ser somadas as possíveis conseqüências de médio prazo das medidas tomadas para conter a crise, principalmente nos Estados Unidos, tanto em matéria monetária como fiscal. No primeiro setor, o desenvolvimento da crise ocasionou modalidades inusitadas de intervenção, destinadas a modificar as condições monetárias por meio de injeções de liquidez e de redução das taxas de juros até a faixa de 0-0,25%. As medidas foram complementadas com operações não-convencionais (*quantitative easing* e *credit easing*), cujo propósito é a modificação da estrutura financeira de instituições com um patrimônio severamente deteriorado pela depreciação de ativos. A Reserva Federal dos Estados Unidos estabeleceu procedimentos para substituir esses ativos por instrumentos sem riscos, evitando que a descapitalização dessas instituições impulsione ainda mais a espiral de contração do crédito. Outras operações visaram facilitar diretamente a provisão de crédito doméstico ou de liquidez internacional como os *swaps* de moedas com vários países, incluído o Brasil.⁸ O impacto destas operações no balanço patrimonial da Reserva Federal foi enorme. Em julho de 2007, os ativos da Reserva equivaliam a 6,5% do PIB dos Estados Unidos, enquanto os instrumentos do Tesouro representavam 89% do total da carteira. Em agosto de 2009, os ativos

⁸ Sobre estas operações, ver, por exemplo, Meier [2009].

representavam 14,7% do PIB, dos quais 49% estavam vinculados ao saneamento das instituições financeiras ou a outras medidas como as mencionadas anteriormente. Nesse mesmo mês, 30% dos ativos da Reserva Federal eram formados por títulos com respaldo hipotecário, gerados em instituições privadas, enquanto os títulos do Tesouro tinham sofrido uma redução para 41,5% do total. A contrapartida da expansão dos ativos da Reserva Federal foi o aumento da base monetária centrado nas reservas bancárias. Ou seja, na verdade o *quantitative easing* não contribuiu para a expansão do crédito, mas sim para que os bancos, ao melhorarem sua estrutura de balanço, optassem pelo entesouramento sob a forma de reservas no Banco Central. Ou seja, as instituições bancárias continuaram pouco dispostas a emprestar, o que se reflete em uma queda do multiplicador bancário. Assim, por exemplo, em meados de 2009, prevalecia uma tendência negativa do crédito ao consumo (Gráfico 4). O problema da política de expansão do seu balanço patrimonial é que expôs a Reserva Federal a um risco de crédito incomum. Isso implica pressões adicionais sobre o valor do dólar, visíveis na trajetória de depreciação iniciada em março.

Por outro lado, estima-se que as diferentes políticas fiscais voltadas para estimular a economia e apoiar setores específicos⁹ elevariam o gasto público em 23,6% em 2009, enquanto as arrecadações fiscais cairiam 16,8%. O resultado seria, segundo o Escritório de Orçamento do Congresso dos Estados Unidos, um déficit fiscal equivalente a 11,2% do PIB -o mais alto desde a Segunda Guerra Mundial- com impactos nos anos seguintes que elevariam a proporção da dívida pública de 40,8% do PIB em 2008 para 67,0% em 2018 (The Congress of the United States [2009]). É possível, portanto, que a trajetória do endividamento norte-americano ocasione pressões sobre a taxa de juros que afetariam o comportamento do conjunto da economia mundial a longo prazo. Outros países desenvolvidos registram tensões monetárias e fiscais similares, criando um cenário de incerteza com relação à possibilidade do retorno de uma dinâmica expansiva análoga à vivida até 2007.

Finalmente, embora a crise tenha levado a um aumento de medidas protecionistas, certamente não houve um processo explosivo de restrições e represálias comerciais, mas sim um aumento das limitações e distorções para o comércio.¹⁰ Em certa medida, isso se deve à margem existente para praticar restrições "dentro das regras", resultado da diferença existente entre as tarifas aplicadas e as consolidadas em nível multilateral. (BID-INTAL [2009a]). Segundo relatórios da OMC, durante a fase mais aguda da crise, houve mais ações dos governos para restringir o comércio do que para facilitá-lo. O número de medidas tarifárias, licenciamento de importações, salvaguardas e investigações *antidumping* aumentou. Por sua vez, embora discerníveis com dificuldade, várias políticas de incentivo fiscal provocaram efeitos distorcivos sobre o comércio, entre elas as disposições que favorecem compras locais ou apoiaram setores específicos. Houve um aumento também dos subsídios à exportação de produtos lácteos por parte dos países desenvolvidos.

Os mecanismos de transmissão ao MERCOSUL. Deterioração dos fatores de dinamismo externo

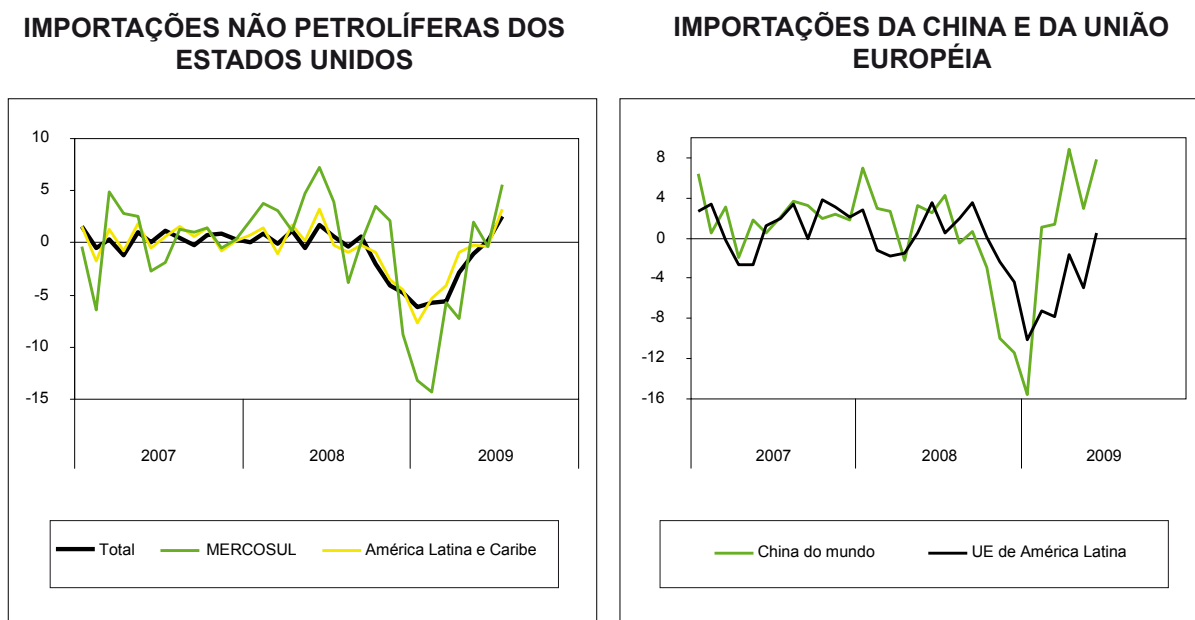
Diferentemente dos acontecimentos anteriores à crise impulsionados por fatores externos, nos quais as vulnerabilidades da conta financeira da balança de pagamentos nos países do MERCOSUL ficaram evidentes, nesta ocasião a transmissão da alteração atingiu principalmente as variáveis da conta-corrente, especialmente do comércio exterior. Ou seja, foi priorizado o "canal real" de propagação, enquanto as repercussões financeiras da

⁹ Vale mencionar o Trouble Asset Relief Program (TARP), o American Recovery and Reinvestment Act (ARRA) e o custo de sanear as entidades hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac. O custo dessas iniciativas foi estimado em 2009 em um total de US\$ 539 bilhões, o que representa 76,5% do total do aumento do gasto no ano e equivale a 3,8% do PIB.

¹⁰ Ver WTO [2009]; ICTSD [2009]; Global Trade Alert [2009] e Estrades [2009].

crise tiveram efeitos delimitados.¹¹ O colapso do comércio mundial entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009 (Gráfico 2) encontra um correlato nos indicadores da demanda externa específicos dos países do MERCOSUL, que mostram também o alto grau de sincronização do fenômeno (Gráfico 5). No início de 2009, foi registrado o momento mais difícil da contração, com médias móveis trimestrais de reduções destas variáveis de 10% a 15%. Vale notar que a contração das importações não petrolíferas norte-americanas procedentes do MERCOSUL foi de maior amplitude do que as totais, devido à influência da evolução dos preços dos produtos básicos na cesta exportadora dos países do bloco. Tanto a demanda da União Européia por produtos originários do bloco como as importações totais da China sofreram fortes quedas. No entanto, à medida que o ano de 2009 avançou, estes indicadores recuperaram valores positivos. Vários fatores influíram na profundidade da contração da demanda externa das economias do MERCOSUL. Em primeiro lugar, a mencionada queda abrupta nos preços dos produtos básicos contribuiu para a redução dos fluxos nominais de exportação. Em segundo, já foi verificado que a crise provocou uma forte retração do investimento nos países desenvolvidos que atingiu os níveis de atividade e, por isso, reduziu os volumes globais de importação. Estes países representam uma grande proporção do comércio mundial. Em terceiro lugar, os problemas de liquidez associados à crise atingiram diretamente o financiamento de exportações ancoradas no mercado internacional. Por sua vez, o efeito de busca de solidez (*fly to quality*) e o conseqüente abandono de posições de investimento em carteira e em bolsas de valores nos países emergentes geraram pressões de depreciação das moedas locais. Este fenômeno foi especialmente significativo no Brasil, onde a depreciação do real encareceu as importações enquanto a demanda por exportações sofria uma forte contração. A rápida desvalorização do real provocou também complicações para algumas empresas e bancos com altas exposições no mercado de futuros, baseadas em uma suposição de tendência de valorização da moeda; o episódio, no entanto, não teve conseqüências sistêmicas.

GRÁFICO 5
EVOLUÇÃO MENSAL DAS IMPORTAÇÕES, 2007-2009
 (A preços correntes; média móvel trimestral das taxas de variação da série sem ajuste sazonal com relação ao mês anterior, em %)



Fonte: Comissão do Comércio Exterior dos Estados Unidos, Alfândega da República Popular da China e EUROSTAT.

¹¹ "Uma característica que distingue esta crise de outras anteriores são os canais de transmissão por meio dos quais a crise atingiu as economias da América Latina e do Caribe. Diferentemente de episódios similares, as repercussões mais fortes foram produzidas por meio do canal real." CEPAL [2009], p. 6.

O abrupto enfraquecimento da demanda externa no final de 2008 revelou a fragilidade que revestia o esquema dinâmico sobre o qual o crescimento econômico e o comércio mundial tinham se baseado desde 2003 e do qual os países do bloco vinham se beneficiando. Nos últimos anos, a expansão das economias asiáticas -especialmente da China- encontrava seu pilar principal na demanda originada nos Estados Unidos. A ampliação contínua do déficit da conta-corrente deste país (que chegou a 6% do PIB em 2006) estimulava a atividade e a liquidez mundial. Em especial, o processo de realocação de investimentos industriais na China, atraídos por diferenciais de custo, transformou este país em um gerador de grandes correntes de exportação, importação e investimento. Até mesmo o crescimento de economias maduras -como o Japão e a Alemanha- começou a depender do circuito expansivo originado nos Estados Unidos e retransmitido pela China. No caso do MERCOSUL, os efeitos indiretos do processo vinham sendo percebidos nas excelentes condições criadas nos mercados de produtos básicos pela demanda da China. No entanto, a ruptura da estabilidade do sistema financeiro dos Estados Unidos e o ajuste em curso neste país (no segundo trimestre de 2009 o déficit de conta-corrente chegou a apenas 2,8% do PIB) fazem com que dificilmente a intensidade do estímulo externo que os países do MERCOSUL tiveram até 2007 se recupere nos próximos anos.

B. Evolução das balanças de pagamentos

Em consonância com a forte alteração registrada pela economia mundial entre o final de 2008 e o início de 2009, as balanças de pagamentos dos países do MERCOSUL registraram mudanças consideráveis, embora não tenham sido desencadeadas crises agudas. Isso contrasta com episódios anteriores -como os gerados pelas crises asiática e russa em 1997 e 1998- nos quais a desestabilização do setor externo gerou violentas crises cambiais e financeiras em vários países do bloco. Embora o quadro ressalte a heterogeneidade do comportamento das variáveis da balança de pagamentos entre os países do bloco, há em comum a solidez essencial demonstrada durante a alteração pelas variáveis financeiras e macroeconômicas.

Convém distinguir duas fases diferentes na evolução da crise. A *primeira etapa*, na qual predominam tendências inflacionárias em nível global impulsionadas especialmente pelo encarecimento dos produtos básicos e pela depreciação do dólar, vai desde o terceiro trimestre de 2007 até o mesmo período de 2008. A *segunda etapa* cobre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009, com predomínio de uma aguda instabilidade e de tendências deflacionárias, com uma valorização do dólar. Como foi mencionado anteriormente, no segundo trimestre de 2009 há uma estabilização das principais variáveis financeiras e reais (Gráfico 6).

-Argentina-

Durante a primeira etapa da crise financeira mundial, o saldo da balança de bens da Argentina manteve-se sólido, com um nível médio trimestral de US\$ 3,9 bilhões, o que, em termos anualizados, representou 4,7% do PIB de 2008. Isso se deveu a que, apesar do crescimento das importações, as pressões inflacionárias favoreceram os níveis de exportação e os termos de intercâmbio da Argentina. Ao descontar os demais itens do superávit de bens, o saldo médio trimestral da conta-corrente alcançou US\$ 1,9 bilhão neste período, 2,4% do PIB na escala mencionada. Ao mesmo tempo, cresceu significativamente a formação líquida de ativos privados no exterior, que alcançou neste período uma média de US\$ 1,4 bilhão, 1,7% do PIB se expresso anualmente. Este fenômeno freou a acumulação de reservas internacionais iniciada em 2003: nem o saldo credor da conta-corrente nem os fluxos líquidos de financiamento (que são negativos) se

traduziram em um aumento da oferta monetária doméstica, razão pela qual a autoridade monetária não pôde continuar adquirindo ativos externos por esta via. No conjunto, o processo implicou uma erosão das reservas internacionais que, mesmo assim, se mantiveram em um nível historicamente alto: US\$ 47 bilhões no final do terceiro trimestre de 2008 (14,3% do PIB desse ano). Ao começar a segunda etapa da crise financeira internacional - no quarto trimestre de 2008 - houve de início um desmoronamento das exportações argentinas, associado principalmente ao colapso dos preços dos produtos básicos. Embora isso tenha atingido o saldo positivo da balança de bens, ao mesmo tempo se verificou uma redução ainda mais intensa das importações. Assim, o saldo da balança de bens alcançou uma média trimestral de US\$ 3,5 bilhões e o da conta-corrente ficou em US\$ 1,3 bilhão (respectivamente, 4,2% e 1,6% do PIB na medição utilizada). No segundo trimestre de 2009, foi registrado um elevado superávit na conta-corrente como resultado da moderação na queda das exportações na comparação ano a ano e do menor volume de liquidação de obrigações. Em todo o período, foi intensificada a fuga líquida de capital privado, atingindo o nível de reservas.

-Brasil-

Até a crise hipotecária nos Estados Unidos eclodir, a principal característica da balança de pagamentos do Brasil era a forte entrada líquida de capital financeiro privado, que alcançou US\$ 59,2 bilhões no primeiro semestre de 2007 (9,1% do PIB desse ano em termos anualizados). Na primeira fase da crise, estas entradas sofreram uma drástica redução, mas continuaram sendo positivas e significativas, com um nível médio trimestral de US\$ 14,7 bilhões (em forma anualizada, 3,7% do PIB de 2008). A afluência de capital financeiro foi simultânea a uma valorização da moeda, a uma aceleração das importações e, em geral, dos níveis de atividade, o que deve ser somado a um aumento das liquidações de obrigações por entrada de capital. Embora estes fatores tenham gerado um déficit de conta-corrente, o saldo da balança de bens se manteve em terreno positivo. Durante esta etapa, o nível médio do déficit de conta-corrente foi equivalente a 1,2% do PIB de 2008, enquanto o superávit da balança de bens foi 2% do produto desse mesmo ano. No quarto trimestre de 2008, houve uma quebra abrupta quando o Brasil registrou uma forte fuga de capital financeiro no valor de US\$ 15,7 bilhões (4% do PIB, expresso em termos anuais). Esta fuga continuou com uma força muito menor do que no primeiro trimestre de 2009. No quarto trimestre de 2008, houve uma quebra abrupta quando o Brasil registrou uma forte fuga de capital financeiro no valor de US\$ 15,7 bilhões (4% do PIB, expressado em termos anuais). Esta fuga continuou com uma força muito menor no primeiro trimestre de 2009. Esta reversão das correntes de capital foi parte da busca de solidez (fly to quality) que caracterizou o cenário financeiro mundial nessas datas. Por outro lado, embora o superávit da conta de bens tenha sofrido uma redução durante esta segunda etapa da crise, o saldo deficitário da conta-corrente manteve uma tendência de estabilização graças ao volume menor de liquidação de obrigações. A intensa fuga de capitais financeiros se refletiu em uma redução dos níveis de reservas que, no entanto, voltaram a se recuperar no segundo trimestre de 2009 devido ao aumento do saldo da balança de bens e das novas entradas líquidas de capital financeiro.

-Paraguai-

O desenvolvimento da crise gerou um desgaste crescente da balança de bens que, na primeira etapa, é explicado por um encarecimento relativo das importações enquanto a economia continuava crescendo. No entanto, este déficit foi atenuado por outros itens de saldo positivo na conta-corrente (a balança de serviços e as transferências) e foi mais do que financiado por fluxos positivos de capital. Desta maneira, o Paraguai continuou acumulando reservas até o segundo trimestre de 2008. Mas, no segundo semestre desse ano, foi registrado um déficit na balança de bens de US\$ 1 bilhão (12,6% do PIB em termos anualizados) relacionado

com a forte contração das exportações devido à baixa nos preços dos produtos básicos que o Paraguai vende. Não houve, como na Argentina e no Brasil, uma fuga líquida de capitais financeiros, o que aconteceu no primeiro trimestre de 2009. Mas isso aconteceu simultaneamente a um forte ajuste das importações que reduziu o déficit na balança de bens e promoveu um superávit da conta-corrente de US\$ 380 milhões no primeiro semestre de 2009. Somado a uma pequena entrada de capitais financeiros, isto permitiu recuperar os níveis de reservas internacionais.

-Uruguai-

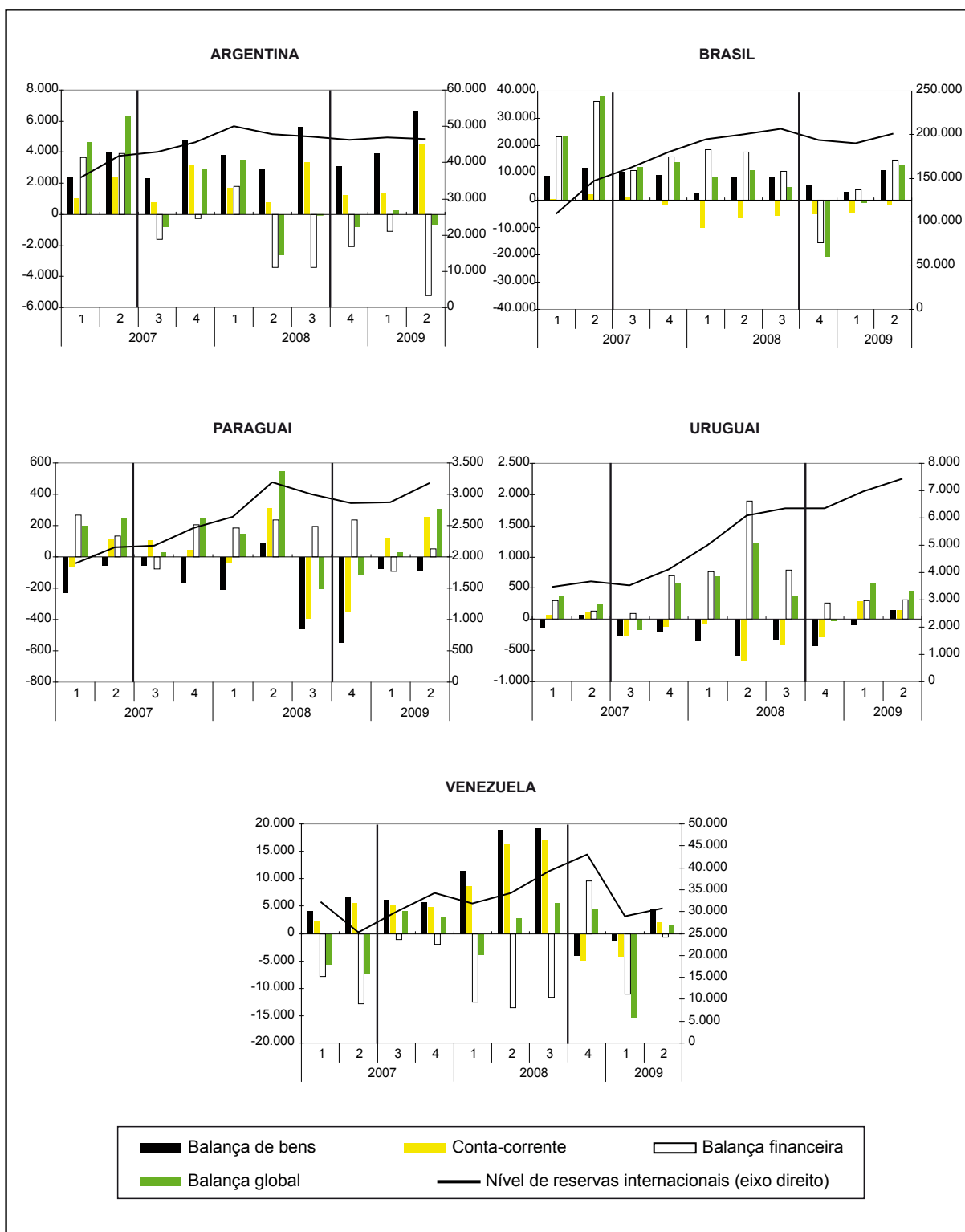
Inicialmente, a crise internacional atingiu a balança de pagamentos do Uruguai por meio de um crescente déficit da balança de bens, pois a escalada de preços das matérias-primas fez com que o valor das importações crescesse muito mais do que o das exportações. No entanto, o Uruguai se transformou ao mesmo tempo em um forte receptor de capitais financeiros. Assim, na primeira etapa da crise, foi registrada uma entrada média trimestral de US\$ 850 milhões, que corresponde em forma anualizada a 10,6% do PIB de 2008. Estas correntes chegaram a um ponto máximo no segundo trimestre de 2008. Quando a segunda etapa da crise começou, o Uruguai não sofreu uma fuga de capitais financeiros, mas apenas uma redução significativa destes fluxos. Entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009, o nível médio das entradas foi de US\$ 275 milhões, um terço do correspondente à etapa anterior. Por outro lado, no primeiro semestre de 2009, uma contração mais forte das importações do que das exportações ajustou a balança de bens e permitiu obter um superávit na conta-corrente. Em seu conjunto, o comportamento do setor externo do Uruguai durante a crise ocasionou -paradoxalmente- um crescimento sustentável do nível de reservas internacionais.

-Venezuela-

Durante o curso da crise internacional, a evolução do preço do petróleo determinou os resultados da balança de pagamentos da Venezuela. Na primeira etapa, as altas registradas no custo dos hidrocarbonetos se refletiram em superávits crescentes tanto na balança de bens quanto no saldo da conta-corrente. O nível médio trimestral das duas balanças foi de US\$ 12,3 bilhões e de US\$ 10,5 bilhões, respectivamente, o que equivale anualmente a 15,7% e 13,4% do PIB de 2008. No geral, a contrapartida do saldo credor da conta-corrente foi uma saída de capitais privados, no entanto o resultado da balança global foi positivo para o período, com uma média trimestral de US\$ 2,4 bilhões (3% do PIB em forma anualizada). Isto permitiu a Venezuela manter uma forte acumulação de reservas nesta etapa. O colapso do preço do petróleo no quarto trimestre de 2008 e no primeiro de 2009 se refletiu em déficits da balança de bens e da conta-corrente, simultaneamente a uma saída neta líquida de capital. O nível de reservas sofreu uma redução de forma considerável, passando de US\$ 43,1 bilhões no final de 2008 para US\$ 28,9 bilhões no final de março de 2009, mas quase 90% desta redução é explicada pela realocação ao FONDEN (CEPAL [2009], p. 177).¹² No segundo trimestre deste ano, foi registrado um novo saldo positivo na balança de bens devido à recuperação do preço do petróleo, o que permitiu aumentar a acumulação de ativos externos oficiais.

¹² Sobre o FONDEN, ver BID-INTAL [2007], p. 8.

GRÁFICO 6
MERCOSUL: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DAS BALANÇAS DE PAGAMENTOS
 (Em milhões de US\$)



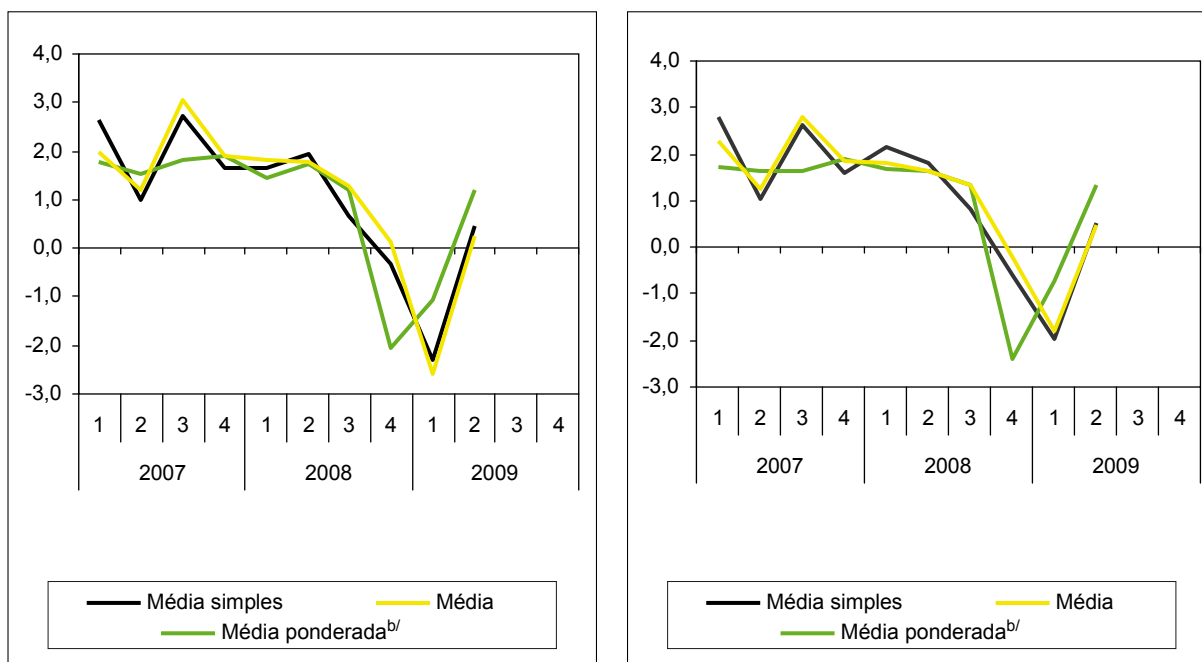
Fonte: INDEC, BCB, BCP, BCU e BCV.

C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL¹³

Características do ajuste e fontes de crescimento

No quarto trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, a fase expansiva de todas as economias do MERCOSUL iniciada em 2002-2003 foi interrompida; a média do crescimento do bloco (incluindo a Venezuela) nesses dois períodos foi, respectivamente, de -0,5% e -1,0% (Gráfico 7). Em uma visão estilizada do processo (Gráfico 8),¹⁴ observa-se que nos três primeiros trimestres de 2008 o crescimento ainda vigoroso teve uma tendência marcada pela demanda doméstica, com uma pequena contribuição relativa da variação das exportações. Enquanto isso, a contração do quarto trimestre de 2008 e do primeiro de 2009 é explicada principalmente pela queda da demanda externa e do investimento. As exportações líquidas funcionaram como fator compensador da recessão devido a uma redução das importações maior do que a das exportações. A partir do segundo trimestre de 2009, foram evidentes os sinais de estabilização da atividade econômica -a média do crescimento do bloco foi de 0,3%-, embora para o ano a projeção seja de um estancamento para todas as economias.

GRÁFICO 7
MERCOSUL: EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO,^{a/} 2007-2009
(Média das taxas de variação com relação ao trimestre anterior para os períodos indicados)



Notas: ^{a/} A preços constantes; séries sem ajustes sazonais.

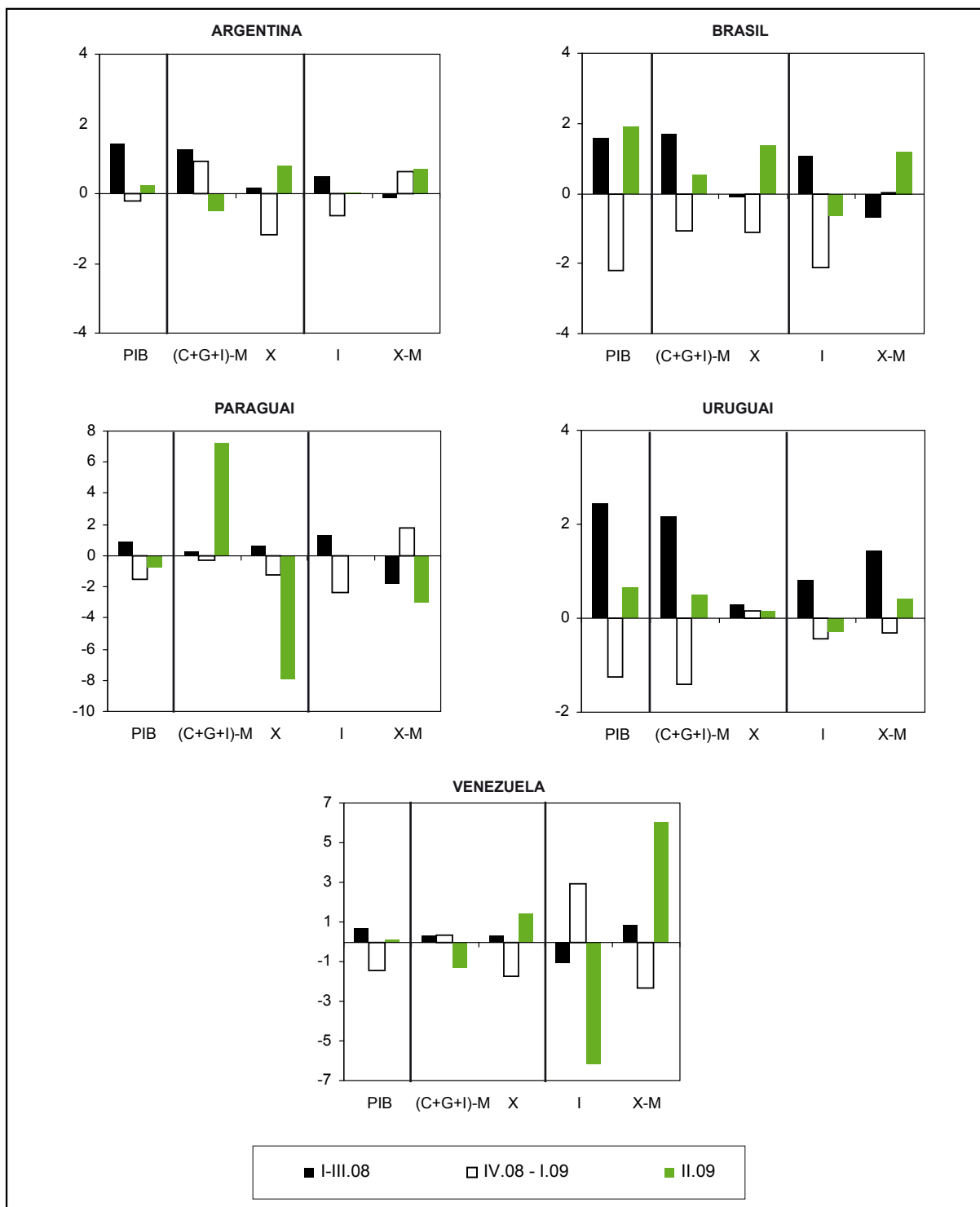
^{b/} Mediante o nível do PIB a preços constantes (2000=100); média 2007-2008.

Fonte: Elaboração própria com dados dos institutos de estatísticas nacionais e da CEPAL.

¹³ A menos que se expresse uma informação diferente, as projeções e estimativas contidas neste capítulo correspondem à média da pesquisa das expectativas privadas realizadas pelos Bancos Centrais (Argentina -setembro 2009-, Brasil -outubro 2009-, Paraguai -agosto 2009- e Uruguai -setembro 2009-) e aos cálculos da CEPAL (Venezuela).

¹⁴ O Gráfico 8 mostra os fatores que explicam a variação do PIB em três períodos: o anterior à crise (I.08-III.08), a crise (IV.08-I.09) e a estabilização (II.09). No primeiro painel, aparece a magnitude de variação do PIB, no segundo a decomposição desta variação segundo o impulso dado pela demanda doméstica (C+G+I-M) ou pela demanda externa (X) e, no terceiro, a variação correspondente ao investimento e às exportações líquidas (I y X-M) em forma de gráfico.

GRÁFICO 8
MERCOSUL: DECOMPOSIÇÃO DA DINÂMICA DO PIB, 2008-2009
(Média das taxas de variação do PIB sem ajuste sazonal com relação ao trimestre anterior para os períodos indicados, em %)



Nota: As séries de PIB sem ajustes sazonais são oficiais na Argentina e no Brasil. Para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela, as séries sem ajustes sazonais foram feitas por meio da metodologia X-12 ARIMA. C: Consumo. G: Gasto Público. I: Formação interna bruta de capital (formação interna bruta de capital fixo + variação de existências). X: Exportações. M: Importações.

Fonte: Elaboração própria com base no Ministério de Economia e Finanças Públicas, IBGE, BCP, BCU e BCV.

Na **Argentina**, o PIB aumentou 6,8% em 2008, mostrando uma desaceleração em relação ao ano anterior, e a expectativa é de um crescimento de 0,7% em 2009. O investimento e as exportações dinamizaram a evolução do PIB até o terceiro trimestre de 2008, mas na última parte do ano as vendas externas caíram significativamente e o investimento sofreu uma desaceleração e contraiu-se no primeiro trimestre de 2009. Enquanto o consumo público manteve sua contribuição positiva para o crescimento, o privado sofreu uma redução no final de 2008 e na primeira metade de 2009, devido à redução da confiança dos consumidores, ao menor crescimento da renda e ao aumento do desemprego. Por sua parte, as importações cresceram com taxas altas até o terceiro trimestre de 2008 e caíram significativamente desde o último trimestre do ano, a tal grau que as exportações líquidas atenuaram a contração do PIB durante o período de crise. No segundo trimestre de 2009, a recuperação do PIB é explicada pela contribuição positiva das exportações, enquanto o investimento permaneceu estancado. Do ponto de vista da oferta, as quedas na atividade foram registradas nos setores produtores de bens, principalmente na atividade primária, na construção e na indústria manufatureira, enquanto os serviços continuaram mostrando taxas positivas de variação.

No **Brasil**, o PIB cresceu 5,1% em 2008 e a expectativa é de que haja uma taxa nula de variação em 2009. O nível de atividade diminuiu fortemente no quarto trimestre de 2008 e em menor grau no primeiro trimestre de 2009. A crise internacional afetou fortemente por meio da demanda externa menor e da saída de capitais, fatores que levaram a uma forte queda do investimento. Com exceção do consumo público, a média da variação de todos os agregados sem ajustes sazonais do gasto foi negativo nesses dois trimestres. O encarecimento do crédito gerou um impacto principalmente sobre o consumo privado. Embora tenha ocorrido em um grau inferior ao da Argentina, a contração das importações se traduziu em uma contribuição positiva das exportações líquidas à variação do PIB. No segundo trimestre de 2009, o crescimento do PIB se baseou no dinamismo das exportações e do consumo privado. Do ponto de vista da oferta, a indústria e o setor agropecuário registraram importantes retrações no primeiro semestre de 2009, enquanto os serviços continuaram crescendo, embora com taxas menores do que as do período anterior. As vendas de carros, que tinham sofrido uma queda abrupta no último trimestre de 2008, se recuperaram significativa a partir do primeiro trimestre de 2009 devido principalmente à redução temporária do IPI e de certa melhora do acesso ao crédito.

No **Paraguai**, a expansão do PIB foi de 5,8% em 2008 e a expectativa é de que haja um estancamento em 2009. O PIB, que tinha mostrado um importante dinamismo durante o primeiro semestre de 2008, sofreu uma desaceleração na segunda metade do ano, principalmente pelo desempenho do consumo privado e do investimento. No primeiro trimestre de 2009, todos os agregados sem ajuste sazonal das contas nacionais sofreram contrações, com destaque para a queda significativa do investimento, das importações e do consumo privado. No segundo trimestre de 2009, as exportações apresentaram uma redução significativa, por causa principalmente de fatores de oferta, o que foi em parte compensado por uma expansão do consumo privado. Do ponto de vista setorial, a atividade do setor agrícola que tinha sustentado a expansão do ano anterior teve uma desaceleração durante 2008 e diminuiu desde o primeiro semestre de 2009, afetada pela seca regional e pela menor demanda externa por carne. Embora mostrando uma desaceleração, o crescimento no setor de serviços compensou de certa maneira as tendências recessivas de outras atividades.

No **Uruguai**, o PIB cresceu com uma taxa elevada de 8,9% em 2008, embora tenha mostrado uma trajetória de desaceleração progressiva que culminou em uma contração no primeiro trimestre de 2009, ano para o qual a expectativa é de que haja uma variação positiva de apenas 0,7%. No primeiro trimestre de 2009, o nível de todos os agregados da demanda interna foi inferior ao do ano anterior. As exportações cresceram impulsionadas pelos serviços, que compensaram a queda das vendas externas de bens. No segundo trimestre de 2009, houve uma recuperação das demandas interna e externa, embora o investimento e as importações tenham continuado caindo. Do ponto de vista da oferta, foi muito significativa a redução da atividade na indústria, do setor agropecuário e da construção, parcialmente compensada por crescimento nos setores de serviços.

Na **Venezuela**, o PIB aumentou 4,8% em 2008 e a estimativa é de um crescimento nulo em 2009. O PIB sem ajustes sazonais apresentou uma redução no primeiro trimestre de 2009, principalmente pela retração do consumo privado e das exportações, em parte compensada pela queda das importações e do aumento do consumo público. No segundo trimestre de 2009, foi registrado um estancamento do PIB, destacando-se o colapso do investimento e das importações. Setorialmente, 2008 mostrou uma mudança significativa com relação aos dois anos anteriores: o PIB petroleiro, que vinha apresentando uma redução, teve uma contribuição positiva para o PIB total, embora tenha sofrido uma nova retração interanual no primeiro semestre de 2009 no contexto de redução dos preços internacionais. O PIB não petroleiro, por sua vez, que tinha crescido significativamente na fase expansiva anterior, se desacelerou durante 2008, tendência que se manteve no primeiro semestre de 2009.

Em síntese, o ajuste no nível de atividade derivado da crise internacional foi observado nos países do MERCOSUL por meio da redução das exportações e do investimento privado, provocando uma forte redução das importações. O ano de 2009 mostrará um estancamento nos níveis de atividade, indicando uma repercussão da crise internacional menos grave do que em ocasiões anteriores, embora, daí para frente, o problema resida em como motorizar o investimento privado em um âmbito internacional no qual a incerteza continua imperando.

D. As políticas econômicas frente à crise

Política fiscal

O setor público das economias do MERCOSUL vinha registrando superávits fiscais até 2008 e teve certa capacidade de reação para estimular a demanda agregada. As arrecadações fiscais mais baixas devido à redução no nível de atividade e - na Argentina e na Venezuela - aos menores preços de exportação ocasionaram uma redução dos superávits fiscais ou déficits.

-Argentina-

Durante 2008, o superávit primário foi de 3,1% do PIB, percentual similar ao do ano anterior, enquanto o superávit global alcançou 1,4% do PIB. As arrecadações totais aumentaram 35,8% em termos nominais, a um ritmo levemente inferior ao dos gastos primários (37,1%). Uma reforma previdenciária realizada em dezembro de 2008 eliminou o regime de capitalização, criando um único sistema de previdência e transferindo para o Estado o *stock* de ativos (estimado em 7,8% do PIB) e os fluxos das empresas de previdência privada. A reforma permitiu, assim, que houvesse um aumento significativo do gasto, compensado parcialmente pela arrecadação corrente maior da seguridade social; entre janeiro e junho de 2009, esta aumentou quase 45% e passou a representar 24,5% da arrecadação tributária (18,1% no mesmo período do ano anterior). No seu conjunto, as arrecadações totais cresceram na primeira metade de 2009 a um ritmo marcadamente inferior (13,8%) na comparação com os gastos primários (28,9%), o que fez com que o superávit primário tivesse uma redução de quase 65% em relação ao mesmo período do ano anterior: alcançou 0,7% do PIB no primeiro semestre, o que dificulta a obtenção do resultado primário previsto no orçamento (3,27% do PIB). A desaceleração da arrecadação total foi motivada pela menor arrecadação tributária com origem no comércio exterior e pelas desacelerações vinculadas ao nível de atividade: o IVA e o imposto sobre as transações financeiras, entre outros. O maior crescimento dos gastos concentrou-se em obra pública, nas transferências de capital e nas remunerações ao setor público, enquanto as transferências ao setor privado (energia e transporte) sofreram uma desaceleração.

A reforma previdenciária transferiu ao Estado um *stock* de ativos que começou a ser utilizado para financiar o setor público no contexto contrativo determinado pela crise e suas dificuldades de acesso ao crédito. Foram anunciadas medidas para manter o gasto interno e conter a queda na oferta de emprego, tais como o reforço dos planos de obras públicas e a liberação de crédito para o consumo, capital de trabalho e pré-financiamento de exportações. Também foi implementada uma moratória fiscal e previdenciária para as dívidas vencidas e não pagas, a redução temporária de contribuições patronais para empresas que gerem emprego, um regime de exteriorização de capitais e bens radicados no país e não declarados e dos mantidos no exterior por residentes ("legalização de capitais"), uma prorrogação dos incentivos para a compra de bens de capital e repasse às províncias de uma parcela das arrecadações por direitos de exportação da soja, em um contexto de debilitamento das finanças públicas das províncias. Além disso, foi reduzida a alíquota do imposto sobre os salários com o objetivo de expandir a renda disponível dos trabalhadores.

QUADRO 1
MERCOSUL: PRINCIPAIS INDICADORES FISCAIS, 2008-2009
(Como % do PIB)

País	Período	Resultado primário ^{a/}	Juros ^{a/}	Resultado global ^{a/}	Dívida pública ^{b/}
Argentina	2008	3,1	1,7	1,4	48,8
	2008 1º S	2,0	0,7	1,3	48,7
	2009 1º S	0,7	0,8	-0,2	49,4
Brasil	2008	3,7	5,7	-2,0	38,8
	2008 1º S	5,9	6,4	-0,5	41,8
	2009 1º S	2,4	5,5	-3,0	43,2
Paraguai	2008	3,1	0,6	2,5	18,0
	2008 1º S	2,5	0,4	2,1	19,4
	2009 1º S	2,8	1,1	1,7	19,0
Uruguai	2008	1,4	2,8	-1,4	51,4
	2008 1º S	3,0	2,8	0,2	52,1
	2009 1º S	1,6	2,8	-1,3	55,3
Venezuela	2008	-1,2	-1,5	-2,6	14,0
	2008 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	2009 1º T	-0,7	-0,3	-0,9	n.d.

Notas: n.d.: Não disponível. Em todos os casos, são apresentados os resultados do primeiro semestre, salvo na Venezuela, onde são mostrados os resultados do primeiro trimestre.

^{a/} Argentina: Governo Central. Brasil e Uruguai: Setor Público Consolidado. Paraguai: Administração Central. Venezuela: Setor Público Restrito.

^{b/} Argentina: Dívida bruta total do Setor Público Nacional. Não inclui os US\$ 29,1 bilhões correspondentes à dívida com os credores que não aceitaram a negociação (*holdouts*). Para o cálculo do PIB, foi tomada a média dos últimos quatro trimestres. Brasil: Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP). Paraguai: Dívida do Setor Público Não Financeiro. Uruguai: Dívida Bruta do Setor Público Global, inclui dívida do BCU. Venezuela: Dívida Pública Bruta.

Fonte: Elaboração própria com dados das Secretarias da Fazenda e de Finanças (Argentina); Ministério da Fazenda, IPEA (Brasil); BCP, Ministério da Fazenda e FMI (Paraguai); Ministério de Economia e Finanças (Uruguai) e Ministério do Poder Popular para Economia e Finanças (Venezuela).

Em junho de 2009, a dívida pública representava 49,4% do PIB, um aumento em relação aos 48,8% registrados no final de 2008. No início de 2009, foi realizada a renegociação dos títulos da dívida pública (Empréstimos Garantidos Nacionais) que aliviou as necessidades de financiamento para o pagamento de juros da dívida pública. Não houve avanços na iniciativa anunciada em 2008 sobre a regularização da dívida com o Clube de Paris, mas em outubro de 2009 foi comunicada a reabertura da negociação dos títulos para os fundos que não aceitaram a reestruturação de 2005.¹⁵

-Brasil-

Em 2008, o superávit primário do setor público consolidado alcançou 3,7% do PIB, uma proporção levemente menor que a do ano anterior, enquanto o déficit global ficou em 2% do PIB. As arrecadações totais do governo central aumentaram 15,8%, enquanto o gasto primário cresceu 9,3%, seguindo a tendência do crescimento do ano anterior. Com o objetivo de conter os efeitos da crise, em abril de 2008 decidiu-se reduzir a meta do superávit primário para 2009 de 3,8% para 2,5% do PIB e, na primeira metade desse ano, este representou 2,4% do PIB. As reduções na taxa SELIC diminuíram a carga de juros da dívida pública em termos absolutos, o que permitiu comprometer menos recursos fiscais para pagá-los. A arrecadação total do governo central teve uma redução de 1% no primeiro semestre de 2009, enquanto os gastos primários aumentaram 17,1%. A evolução da arrecadação fiscal é consequência, por um lado, do impacto da contração do nível de atividade sobre a base de tributação, principalmente os benefícios e o faturamento das empresas e, por outro, da redução da pressão fiscal destinada a estimular a arrecadação disponível e a demanda agregada. Entre outras medidas, foram reduzidos os impostos sobre a renda familiar, o crédito e bens de consumo duráveis como carros e artigos para uso doméstico. Quanto aos gastos primários, os maiores aumentos foram registrados nos gastos correntes, principalmente nos salários de funcionários públicos e na seguridade social, enquanto os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuaram.

A dívida pública representou 38,8% do PIB em dezembro de 2008 e 43,2% em junho de 2009; a conjunção de menor arrecadação fiscal e mais gastos em um contexto de menor crescimento poderia elevar posteriormente a relação dívida/PIB no final de 2009.

-Paraguai-

O superávit primário da Administração Central foi de 3,1% do PIB em 2008, uma expansão significativa em relação ao ano anterior, quando representou 1,8% do PIB. A arrecadação total aumentou 17,6%, motivada principalmente pelo crescimento da arrecadação de impostos vinculada ao nível de atividade e do comércio, como IVA, comércio exterior e renda. Os gastos totais, por sua vez, cresceram apenas 6,6%, como consequência de uma significativa redução dos gastos de capital (-13,9%) devido a uma baixa execução do investimento físico, parcialmente compensada pelo aumento dos gastos correntes, principalmente em pessoal (18,1%).

Para enfrentar os efeitos da crise internacional, o governo começou a implementar um plano de reativação econômica desde outubro de 2008 que inclui um aumento expressivo dos gastos de capital e a utilização de recursos adicionais para transferências monetárias condicionadas. No primeiro semestre de 2009, o

¹⁵ As dificuldades fiscais previstas para 2010 se refletiram em outubro de 2009, quando, durante a elaboração do Orçamento Geral da União, foi proposta a flexibilização por dois anos dos limites ao gasto e ao endividamento dos municípios estabelecidos pelo Regime de Responsabilidade Fiscal, uma mudança na contabilização do gasto em investimentos públicos como ativos financeiros e a prorrogação de alguns impostos como Imposto de Renda, Bens Pessoais e Renda Mínima Presumida.

superávit primário ficou em 2,8% do PIB. Os gastos da Administração Central aumentaram 19%, enquanto os gastos totais cresceram 29,3%, explicados principalmente pelos maiores gastos de capital.

A Dívida do Setor Público Não Financeiro alcançou 18% do PIB no final de 2008 e 19% do PIB em meados de 2009.

-Uruguai-

O superávit primário do setor público consolidado representou 1,4% do PIB em 2008, resultado significativamente menor que o do ano anterior, devido a um crescimento da arrecadação (a variação interanual foi de 8,8%) marcadamente inferior ao dos gastos primários (17,8%). Por isso, apesar de a carga de juros ter sido reduzida a 2,8% do PIB, o déficit global foi ampliado para 1,4% do PIB. A desaceleração da arrecadação é explicada pela redução do resultado operacional das empresas públicas, afetado pela política anti-inflacionária implementada durante 2008: os aumentos dos custos da UTE e da ANCAP -motivados pelos altos preços do petróleo e do déficit hídrico que afetou a geração de eletricidade- não foram completamente transferidos às tarifas. O crescimento do gasto primário é explicado pelas transferências ao setor privado, remunerações e prestações sociais.

Desde o final de 2008, foram implementadas medidas fiscais para enfrentar a crise, entre as quais se destacam um maior investimento público em infraestrutura (na primeira metade de 2009, os investimentos aumentaram 54%) e a exoneração do imposto sobre a renda das atividades econômicas de investimento privado durante 2009, além de apoios setoriais, como subsídios para empréstimos hipotecários para moradias, facilitação do acesso ao crédito para pequenas e médias empresas e para o setor de laticínios. A fabricação de equipamentos de energia, a maquinaria agrícola e as compras de combustível, entre outros, também ficaram isentos de IVA. Em termos interanuais, durante a primeira metade de 2009 a arrecadação aumentou 15,8%, expansão menor do que a dos gastos primários (22,5%), o que provocou um menor resultado primário, equivalente a 1,6% do PIB. Dada a estabilidade na carga de juros, o déficit público representou 1,3% do PIB.

A dívida pública continuou caindo em relação ao PIB, devido ao bom desempenho do produto, e alcançou 51,4% em 2008. No primeiro semestre de 2009, este item representou 55,3%, motivado pelo menor dinamismo do produto e por um aumento da dívida do Governo Central.

-Venezuela-

A política fiscal continuou sendo expansiva em 2008, e o déficit primário chegou a 1,2% do PIB. O resultado global foi deficitário em 2,6% do PIB. Embora a arrecadação total tenha crescido 30,6% em termos nominais, ela teve uma desaceleração durante o ano e uma redução no último trimestre em consonância com a queda do preço do petróleo, os efeitos da redução da alíquota do IVA implementada em 2007 e a eliminação do imposto sobre os débitos bancários em junho de 2008. Por outro lado, os gastos totais aumentaram 29%, impulsionados pelos gastos correntes, principalmente pelas transferências ao setor público, enquanto os gastos de capital tiveram uma desaceleração.

Comparando o primeiro trimestre de 2009 com o mesmo período do ano anterior, o resultado primário passou de superavitário a deficitário. O impacto da redução do preço do petróleo sobre o superávit da PDVSA foi muito intenso, provocando uma queda interanual da arrecadação total do setor público restrito (governo central sem considerar as empresas públicas) de 37,6%. Por outro lado, os gastos totais caíram 6%, queda motivada principalmente pela redução dos gastos de capital. Para conter a redução fiscal derivada da

conjuntura petroleira desfavorável, a alíquota do IVA foi aumentada de 9% para 12%, alguns gastos foram cortados e o salário mínimo, elevado.

A dívida pública alcançou 14% do PIB em 2008: 9,5% corresponderam à dívida externa e o restante à interna. No primeiro semestre de 2009, a dívida aumentou US\$ 13,5 bilhões em relação ao final de 2008, motivada principalmente por emissões de títulos da dívida pública nacional.

Política monetária e cambial

A partir do terceiro trimestre de 2008, finalizada a fase inflacionária da crise internacional, mudou o foco da política monetária e cambial nos países do MERCOSUL. Enquanto na primeira metade de 2008 as autoridades monetárias se concentraram em conter as pressões inflacionárias -impulsionadas pelo aumento do preço dos produtos básicos e dos alimentos-, desde o aprofundamento da crise em setembro de 2009 elas se concentraram em amortecer as tensões monetárias e financeiras por meio da provisão de liquidez e da contenção da volatilidade do tipo de câmbio nominal. O impacto sobre as reservas internacionais foi moderado: embora no período mais crítico da crise global tenha havido uma redução rápida em todos os países, em setembro de 2009 elas ficaram acima do correspondente a outubro de 2008 (com exceção da Venezuela).

-Argentina-

No contexto da incerteza global, durante 2008 e na primeira metade de 2009 a economia argentina sofreu vários episódios de tensão monetária e financeira que, no entanto, não levaram a um cenário de instabilidade. O período é caracterizado por uma importante desaceleração do crédito, que acompanhou a redução do investimento. Entre outubro e novembro de 2008, as taxas de juros de curto prazo aumentaram significativamente e o nível de depósitos foi reduzido. O BCRA utilizou vários instrumentos para prover liquidez aos bancos, como a venda de Letras e Notas do Banco Central (LEBAC e NOBAC) e operações de mercado aberto com Títulos do Tesouro Nacional. No final de 2008 e durante a primeira metade de 2009, as taxas de juros se estabilizaram, mas em níveis superiores aos da primeira metade de 2008. Os empréstimos do setor privado aumentaram apenas 4,4% entre janeiro e junho de 2009, mostrando uma desaceleração com relação ao ano anterior, quando tinham aumentado 21%. Na primeira metade de 2009, o Banco Central fez esforços para dinamizar o crédito por meio de licitações de *swaps* com taxa de juros fixa por variável e de opções de acesso a repasses ativos em pesos, buscando fazer com que os bancos concedessem empréstimos com taxa de juros fixa a prazos maiores do que os de mercado. A pequena expansão do crédito é explicada por colocações associadas a adiantamentos e descontos de documentos, enquanto os créditos pessoais e com garantia sofreram redução e os créditos hipotecários e cartões se mantiveram sem variações significativas.

A política de administração do tipo de câmbio por parte da autoridade monetária não provocou variações significativas nas reservas internacionais, salvo no período crítico de outubro de 2008, quando foram realizadas substanciais vendas de divisas. No entanto, em dezembro de 2008, seu nível era de US\$ 46,4 bilhões, US\$ 1,1 bilhão abaixo do registrado no semestre anterior. Em junho de 2009, houve uma redução marginal das reservas que alcançavam US\$ 46 bilhões. Como se explica no Capítulo V, o acordo contingente ou *swap* de moedas do Banco Central com a autoridade monetária da China (US\$ 10 bilhões) e a possibilidade de outro com o Brasil (US\$ 1,5 bilhão) atenuaram o clima de incerteza cambial e financeira.

Embora as graves tensões inflacionárias da primeira parte de 2008 tenham se reduzido durante o resto do ano, elas continuaram sendo um fator relevante na economia argentina; a desaceleração foi consequência da

redução dos preços dos produtos básicos entre julho e dezembro de 2008 e do enfraquecimento da demanda interna desde o último trimestre do ano. Em 2008, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) mostrou uma variação de 7,2%, mas o índice de preços implícitos (IPI) do PIB teve um aumento significativo de 19,2%; no primeiro semestre de 2009, o IPI registrou um crescimento médio de 9,2% interanual.

BOXE A

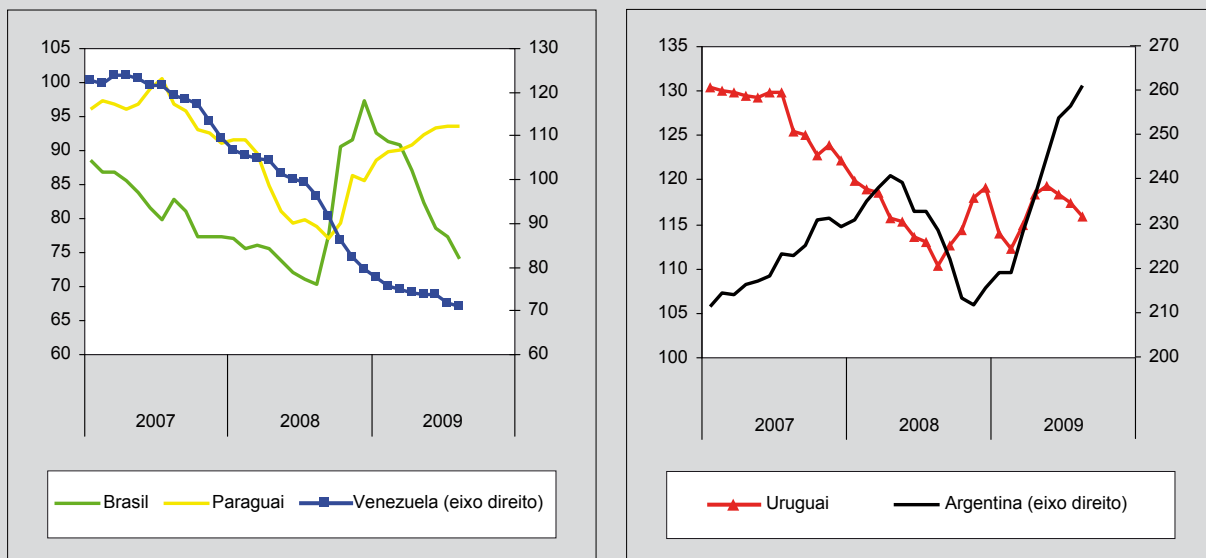
IMPACTO DA CRISE INTERNACIONAL NAS VARIÁVEIS CAMBIAIS DO MERCOSUL

Desde que a crise econômica internacional começou, em meados de 2007, as variáveis cambiais dos países do MERCOSUL refletiram várias pressões, que se tornam evidentes ao analisar a evolução dos tipos de câmbio reais efetivos (Gráfico A). No caso do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, este indicador mostrou um padrão bastante similar: uma valorização persistente das moedas até agosto-setembro de 2008, impulsionada tanto por valorizações nominais das moedas locais como pela aceleração inflacionária própria da primeira fase da crise. A instabilidade financeira aguda que provocou a quebra do Lehman Brothers levou a depreciações nominais nesses países -muito aguda no caso do Brasil-, assim como uma desaceleração dos índices inflacionários. Na medida em que 2009 foi avançando, houve, em diferentes ritmos, uma reversão da tendência de depreciação; o fenômeno é particularmente notável no Brasil, cuja moeda nesta medição alcançou em setembro de 2009 um nível muito próximo ao anterior à crise.

A situação da Argentina e da Venezuela difere deste padrão. O peso argentino sofreu uma desvalorização nominal lenta até abril de 2008, que, somada a uma menor inflação relativa registrada pelo IPC, resultou em uma depreciação real efetiva; isso contrasta com os três países considerados anteriormente. Por outro lado, entre maio e novembro de 2008, o peso apresentou uma valorização devido a uma baixa do tipo de câmbio nominal -sustentada pela autoridade monetária- e a uma aceleração inflacionária. Com certo atraso em relação aos países mencionados, instalou-se na Argentina uma tendência de depreciação real no final de 2008, o que levou o peso a um nível historicamente alto em 2009. No caso da Venezuela, o tipo de câmbio nominal fixo e uma alta inflação relativa se traduziram em uma valorização persistente do bolívar forte durante todo o período.

Cabe sinalizar como os regimes cambiais flexíveis imperantes em todos os países (salvo na Venezuela) criaram um âmbito adequado para canalizar as amplas flutuações das variáveis financeiras e comerciais derivadas do aprofundamento da crise internacional. É claro que a vantagem da flexibilidade cambial pôde ser aproveitada a partir de um contexto inicial muito favorável, caracterizado por amplas disponibilidades de reservas internacionais e por vários anos de redução da vulnerabilidade histórica das balanças de pagamentos dos países do bloco, seja pela disponibilidade de recursos financeiros, por melhoras nos termos do intercâmbio ou pela capacidade exportadora dos países. No entanto, também deve se destacar como a forte volatilidade do tipo de câmbio nominal -especialmente a do real- introduziu tensões no comércio entre os sócios do bloco em um contexto de queda dos fluxos de intercâmbio.

GRÁFICO A
EVOLUÇÃO MENSAL DO TIPO DE CÂMBIO REAL EFETIVO
 (Índice: 2000=100; valorização=curva negativa)
BRASIL, PARAGUAI E VENEZUELA **ARGENTINA E URUGUAI**



Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

-Brasil-

Com o objetivo de conter as pressões inflacionárias derivadas de fatores externos e internos, entre abril e outubro de 2008 o Banco Central manteve uma política restritiva de taxas de juros, elevando a SELIC em até 13,75% anual. No entanto, o aprofundamento da crise financeira internacional desde outubro de 2008 -evidenciada na redução das linhas de crédito externo, na saída de capitais e na desvalorização do real- provocou uma mudança de foco da política monetária. Inicialmente, a autoridade monetária implementou medidas para dar liquidez em moeda estrangeira e local, e, posteriormente, agiu por meio de linhas de crédito de prazos maiores e taxas menores destinadas a sustentar as exportações, ao mesmo tempo em que intervinha no mercado cambial, convulsionado pela redução das exportações e pela saída de capitais. Em outubro de 2008, o Brasil acordou com a Reserva Federal um *swap* de moedas no valor de US\$ 30 bilhões, vigente até abril de 2009, que não foi utilizado. Entre setembro e fevereiro de 2009, as reservas internacionais tiveram uma redução de quase US\$ 20 bilhões, mas ficaram em US\$ 201 bilhões em junho daquele ano, um nível similar ao de junho do ano anterior. Quando se tornou evidente que o impacto da crise era maior do que o esperado inicialmente, o Banco Central optou em janeiro de 2009 por recortar sua taxa de juros de referência, levando-a ao valor mínimo histórico de 8,75% em julho de 2009; também foram reduzidas as alíquotas dos depósitos compulsórios mantidos pelas instituições financeiras no Banco Central. Além disso, houve um direcionamento do crédito público para determinados setores (agrícola, construção civil, produção e comércio) por meio de operações do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

O Brasil também teve tensões inflacionárias em 2008, com o IPCA superando o valor central da meta anual (5,9% contra 4,5%); mas estas cederam no final do ano e a previsão é de que haja um crescimento dos preços para o consumidor de 4,3% em 2009, alinhado com a meta de inflação do ano.

-Paraguai-

Depois de registrar uma taxa máxima de 13,4% em junho de 2008, a variação interanual do IPC teve uma redução gradual até alcançar 1,9% em junho de 2009. Os efeitos da crise a partir do terceiro trimestre de 2008 obrigaram o Banco Central a fornecer liquidez ao sistema bancário ao mesmo tempo em que reduzia sua taxa de juros de referência para os instrumentos de regulação monetária e o depósito compulsório para depósitos em moeda local e estrangeira. O crescimento dos depósitos bancários do setor privado em moeda nacional, que tinham sido significativos em 2007 e na primeira parte de 2008, teve uma desaceleração desde outubro desse ano, tendo como contrapartida um aumento dos depósitos em moeda estrangeira. De maneira análoga, o crédito ao setor privado em moeda nacional e estrangeira, que tinha crescido com uma taxa elevada na primeira metade de 2008 impulsionado pela entrada de divisas, sofreu uma desaceleração desde outubro de 2008. Estes sintomas de incerteza, no entanto, pareciam ter se atenuado na metade de 2009, quando as colocações registravam taxas de variação interanuais superiores a 30%.

A alta volatilidade do tipo de câmbio neste período esteve ligada à evolução do preço dos produtos básicos e ao aprofundamento da crise financeira internacional.

-Uruguai-

Para conter as pressões inflacionárias durante 2008, o Banco Central do Uruguai elevou a taxa de juros *call* interbancária, política que se manteve inclusive depois do quarto trimestre desse ano. Esta taxa passou de 7,25% em janeiro de 2008 a 10% em janeiro de 2009. Apesar da postura restritiva, a variação interanual do IPC alcançou 9,2% em 2008, taxa acima da meta anual de 7%. O aprofundamento da crise internacional em setembro-outubro de 2008 se refletiu em fortes altas na taxa de juros média de mercado, em um contexto

em que imperavam expectativas de desvalorização do peso uruguaio. O Banco Central se concentrou na provisão de liquidez, flexibilizou o objetivo de taxa de juros e buscou reduzir a volatilidade do tipo de câmbio, realizando vendas de divisas em volumes significativos. A política monetária contrativa continuou durante a primeira metade de 2009 com o objetivo de enfrentar as pressões no mercado cambial e nos indicadores inflacionários.

-Venezuela-

Depois de registrar um máximo relativo de 34,5% em setembro de 2008, a variação interanual do INPC sofreu uma desaceleração e, em setembro de 2009, alcançou 27,3%. Durante o período de maiores pressões inflacionárias, o Banco Central implementou políticas restritivas, mas, assim como em outros países, teve que enfrentar os efeitos da crise global por meio da provisão de liquidez e do estímulo ao crédito bancário. Para isso, desde janeiro de 2009, a autoridade monetária reduziu a taxa de depósito compulsório legal aplicada ao saldo das instituições financeiras e, em março e junho, colocou limites máximos às taxas de juros para as operações ativas dos bancos, incluindo os cartões de crédito, e diminuiu as taxas dos seus instrumentos de política monetária. Como resultado, durante a primeira metade de 2009, a quantidade de notas e moedas em circulação registrou um crescimento real de 13% em média.

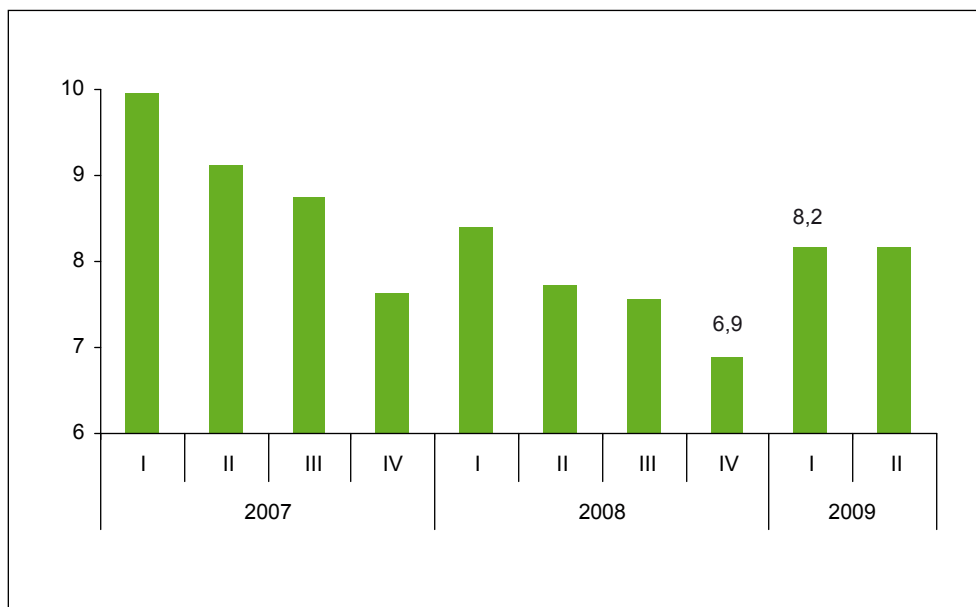
A transferência das reservas ao Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN) explica grande parte da significativa redução do seu nível de US\$ 42,3 bilhões em dezembro de 2008 para US\$ 29,4 bilhões em janeiro de 2009. Em setembro de 2009, as reservas internacionais ficaram em US\$ 32,3 bilhões. O tipo de câmbio permaneceu fixado em 2,15 bolívares fortes por dólar. Além disso, as operações da Comissão de Administração de Divisas (CADIVI) e as restrições às fugas de capitais foram mantidas.

E. Renda e emprego

A taxa de desemprego nos países do MERCOSUL foi de 7,3% em média durante 2008, inferior à de 8,2% de 2007. Os efeitos da crise internacional e da desaceleração da atividade econômica foram visíveis no mercado de trabalho a partir de 2009. Uma medição que exclui o Paraguai (por falta de informação) e inclui a Venezuela mostra um salto importante na taxa de desemprego (média simples): passou de 6,9% no quarto trimestre de 2008 para 8,2% na primeira metade de 2009 (Gráfico 9). Em termos absolutos -sempre excluindo o Paraguai e incluindo a Venezuela-, o número de pessoas desempregadas no MERCOSUL passou de 3,3 milhões no final de 2008 para 4,1 milhões no final do primeiro trimestre de 2009. No segundo trimestre, a quantidade de desempregados caiu para cerca de 4 milhões por causa da saída dessa condição de 215 mil pessoas no Brasil e da entrada de 125 mil na Argentina e na Venezuela. Em termos líquidos, durante a primeira parte de 2009 em todos os países com dados disponíveis foi verificada uma redução do mercado de trabalho, com menor intensidade no Uruguai.

Durante 2008, a renda real (deflacionada por índices de preços ao consumidor) aumentou no Brasil e no Uruguai, enquanto no Paraguai e na Venezuela se reduziu. Apesar da contração no mercado de trabalho durante a primeira metade de 2009, a melhora nos salários reais foi superior à do ano anterior no Brasil e no Uruguai, devido à desaceleração da inflação. Na Venezuela, foi registrada a maior queda dos salários reais na primeira metade de 2009, porque o nível de preços continuou aumentando com uma taxa maior do que a dos salários nominais. No caso da Argentina, embora os salários deflacionados pelo IPC tenham registrado aumentos significativos em 2008 e na primeira metade de 2009, ao deflacionar pelo Índice de Preços Implícitos foi registrado um crescimento alinhado ao do Brasil e do Uruguai.

GRÁFICO 9
MERCOSUL: TAXA DE DESEMPREGO TRIMESTRAL, 2007-2009
(Média das taxas de desemprego, excluindo o Paraguai,^{a/} em %)



Nota: ^{a/} O Paraguai não apresenta dados trimestrais de desemprego e não há informações para 2009. Em 2008, a taxa de desemprego ficou em 5,7% em média.

Fonte: INDEC, BCB, DGEEC, INE (Uruguai) e INE (Venezuela).

F. Conclusões

O aprofundamento da crise internacional no último trimestre de 2008 teve um impacto significativo nas economias do MERCOSUL, afetando principalmente o setor privado: os níveis de atividade e de emprego diminuíram, encerrando a fase expansiva iniciada em 2002-2003. É importante destacar, no entanto, a acentuada diferença em relação a episódios do passado recente, já que nesta oportunidade não houve nenhuma crise financeira significativa nos países do bloco. Os episódios de tensão foram contidos pelas autoridades monetárias graças à acumulação prévia de reservas internacionais e a espaços para implementar diversas medidas que ajudaram a manter a estabilidade do sistema financeiro. Na maioria dos casos, a saída de capitais foi mais o resultado de uma busca de solidez (*fly to quality*) derivada do contexto externo do que uma resposta a políticas domésticas (*sudden stop*). O setor público, que vinha registrando superávits fiscais, teve capacidade para dar certa resposta à crise e estimular a demanda agregada. Não está claro, entretanto, que margem de manobra resta disponível, especialmente do ponto de vista fiscal. Cabe ressaltar como -também diferentemente de outros episódios passados- a cooperação financeira ajudou o MERCOSUL não só indiretamente -sustentando a economia global- mas também beneficiando as maiores economias do bloco por meio de novos *swaps* de moedas que reforçaram a liquidez e, portanto, atenuaram a incerteza nos mercados locais. Estima-se que, em 2009, os níveis de atividade das economias do bloco ficaram estancados, mas não caíram. No contexto do adverso e inédito cenário externo que foi atravessado, este dado pode ser lido positivamente: as economias do MERCOSUL evitaram uma queda análoga a outras ainda presentes na memória dos agentes. Mais adiante, no entanto, o problema reside na potência relativa das forças que impulsionarão a recuperação do investimento privado em um contexto mundial que previsivelmente continuará sendo difícil por muito tempo.

ANEXO I

QUADRO AI.1
MERCOSUL: PRODUTO INTERNO BRUTO
(Variação percentual interanual real)

Ano	Argentina	Brasil ^{a/}	Paraguai	Uruguai	Venezuela ^{a/}	MERCOSUL ^{b/}
1998	3,9	0,0	0,6	4,5	0,3	1,9
1999	-3,4	0,3	-1,5	-2,8	-6,0	-2,7
2000	-0,8	4,3	-3,3	-1,4	3,7	0,5
2001	-4,4	1,3	2,1	-3,4	3,4	-0,2
2002	-10,9	2,7	0,0	-11,0	-8,9	-5,6
2003	8,8	1,1	3,8	2,2	-7,8	1,6
2004	9,0	5,7	4,1	11,8	18,3	9,8
2005	9,2	3,2	2,9	6,6	10,3	6,4
2006	8,5	4,0	4,3	7,0	9,9	6,7
2007	8,7	5,7	6,8	7,4	8,9	7,5
2008	6,8	5,1	5,8	8,9	4,8	6,3
2009 ^{p/}	0,7	0,0	0,1	1,0	0,0	0,4

Notas: ^{a/} As cifras de 2006-2008 diferem do relatório anterior porque houve uma mudança na fonte.

^{b/} Média simples dos cinco países.

^{p/} Projeções. No caso da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, correspondem à pesquisa sobre as expectativas de mercado realizada pelos bancos centrais, enquanto a da Venezuela foi elaborada pela Cepal.

Fonte: Ministério de Economia e Finanças Públicas, IBGE, BCP, BCU, BCV e CEPAL.

QUADRO AI.2
MERCOSUL: DECOMPOSIÇÃO DA DINÂMICA DO PIB (2008-2009)^{a/}
(Média das taxas de variação do PIB sem ajuste sazonal
com relação ao trimestre anterior para os períodos indicados, em %)

País / Componente da demanda agregada	Trimestres		
	I-III.08	IV.08 - I.09	II.09
Argentina			
PIB	1,4	-0,2	0,3
(C+G+I)-M	1,3	0,9	-0,5
X	0,2	-1,2	0,8
I	0,5	-0,6	0,0
X-M	-0,1	0,6	0,7
Brasil			
PIB	1,6	-2,2	1,9
(C+G+I)-M	1,7	-1,1	0,5
X	-0,1	-1,1	1,4
I	1,1	-2,1	-0,6
X-M	-0,7	0,0	1,2

QUADRO A1.2 (CONTINUAÇÃO)

País / Componente da demanda agregada	Trimestres		
	I-III.08	IV.08 - I.09	II.09
Paraguai			
PIB	0,9	-1,5	-0,7
(C+G+I)-M	0,3	-0,3	7,2
X	0,6	-1,2	-8,0
I	1,3	-2,3	-0,0
X-M	-1,8	1,8	-3,1
Uruguai			
PIB	2,4	-1,2	0,7
(C+G+I)-M	2,2	-1,4	0,5
X	0,3	0,2	0,2
I	0,8	-0,4	-0,3
X-M	1,4	-0,3	0,4
Venezuela			
PIB	0,7	-1,4	0,1
(C+G+I)-M	0,4	0,3	-1,3
X	0,4	-1,7	1,4
I	-1,1	2,9	-6,2
X-M	0,9	-2,4	6,0

Nota: ^{a/} As séries de PIB sem ajuste sazonal são oficiais na Argentina e no Brasil. Para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela, foi feita uma série sem ajuste sazonal com a metodologia X-12 ARIMA. C: Consumo. G: Gasto Público. I: Formação interna bruta de capital (formação interna bruta de capital fixo + variação de existências). X: Exportações. M: Importações.

Fonte: Elaboração própria baseada no Ministério de Economia e Finanças Públicas, IBGE, BCP, BCU e BCV.

QUADRO A1.3
MERCOSUL: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
 (Variação percentual interanual)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	0,7	1,7	14,6	8,6	29,9	11,1
1999	-1,8	8,9	5,4	4,2	20,0	7,3
2000	-0,7	6,0	8,6	5,1	13,4	6,5
2001	-1,5	7,7	8,4	3,6	12,3	6,1
2002	41,0	12,5	14,6	25,9	31,2	25,1
2003	3,7	9,3	9,3	10,2	27,1	11,9
2004	6,1	7,6	2,8	7,6	19,2	8,7
2005	12,3	5,7	9,9	4,9	14,4	9,4
2006	9,8	3,1	12,5	6,4	17,0	9,8
2007	8,5	4,5	6,0	8,5	22,5	10,0
2008	7,2	5,9	7,5	9,2	30,9	12,1
2009 ^{b/}	6,8	4,3	4,4	6,5	27,3	9,8

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Projeções no caso da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, que correspondem à pesquisa sobre as expectativas de mercado realizada pelos bancos centrais; enquanto na da Venezuela é a variação interanual até setembro de 2009.

Fonte: INDEC, BCRA, IBGE, BCB, BCP, BCU e INE.

QUADRO AI.4
MERCOSUL: TIPO DE CÂMBIO REAL EFETIVO
(Índices 2000 = 100 - Final de cada período)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	110,2	76,9	101,5	107,0	109,0	100,9
1999	100,4	105,4	101,0	98,7	100,9	101,3
2000	99,2	103,8	97,1	99,8	97,5	99,5
2001	97,1	116,1	113,1	106,0	94,0	105,3
2002	227,8	156,8	114,9	134,9	127,4	152,4
2003	215,9	126,2	107,1	158,0	130,6	147,6
2004	221,2	115,5	115,1	145,7	135,9	146,7
2005	215,0	92,0	115,8	128,8	137,9	137,9
2006	214,2	89,1	96,3	132,2	123,2	131,0
2007	231,0	77,1	90,8	121,9	108,1	125,8
2008	217,6	96,5	85,6	119,0	80,5	119,8
2009 ^{b/}	253,3	78,7	92,8	118,4	74,7	123,6

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Primeiro semestre.

Fonte: CEPAL.

QUADRO AI.5
MERCOSUL: RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS
(Em milhões de US\$ - Média em dezembro de cada ano)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2005	28.077	53.799	1.297	3.078	29.636
2006	32.037	85.839	1.658	3.091	36.672
2007	46.176	180.334	2.462	4.121	33.477
2008	46.386	193.783	2.864	6.360	42.299
2009 ^{a/}	46.026	201.467	3.183	7.438	29.921

Nota: ^{a/} Média em junho.

Fonte: BCRA, BCB, BCP, BCU e BCU.

QUADRO A1.6
MERCOSUL: TAXA DE DESEMPREGO
(Como % da população economicamente ativa - Média anual)

Ano	Argentina		Brasil ^{b/}	Paraguai ^{c/}	Uruguai ^{d/}	Venezuela ^{e/}	MERCOSUL ^{f/}
	a1/	a2/					
2003	17,3	22,7	12,3	8,1	16,9	18,0	14,5
2004	13,6	18,1	11,5	7,3	13,1	15,3	12,2
2005	11,6	14,8	9,8	5,8	12,2	12,4	10,4
2006	10,2	12,3	10,0	6,7	10,9	10,0	9,6
2007	8,5	9,4	9,3	5,6	9,2	8,5	8,2
2008	7,9	8,2	7,9	5,7	7,6	7,4	7,3
2009 ^{g/}	8,4	8,8	8,6	n.d.	7,8	7,9	8,2

Notas: n.d.: não disponível.

^{a1/} Áreas urbanas. Os beneficiários de planos sociais que realizam uma contraprestação de trabalho para recebê-lo foram considerados empregados.

^{a2/} Áreas urbanas. As pessoas cuja ocupação principal provém de um plano social são consideradas desempregadas.

^{b/} Seis áreas metropolitanas.

^{c/} População total (urbana e rural).

^{d/} Em 2006, a Pesquisa Nacional de Domicílios foi ampliada para incluir também as áreas rurais, motivo pelo qual as cifras desse ano não são comparáveis com as de anos anteriores (total urbano).

^{e/} Total nacional.

^{f/} Média simples dos cinco países. No caso da Argentina, é tomada a taxa correspondente à nota ^{a1/}.

^{g/} Primeiro semestre.

Fonte: INDEC, IBGE, INE e DGEEC.

QUADRO A1.7
MERCOSUL: REMUNERAÇÕES REAIS
(Variação percentual interanual - Índice de salário nominal, deflacionado por índices de preços ao consumidor)

Período / País	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
2006	6,3	4,0	1,3	4,4	5,1	4,2
2007	10,8	3,2	0,7	4,8	1,5	4,2
2008	15,3	3,4	-0,6	3,5	-4,0	3,5
2009 ^{b/}	15,4	4,1	n.d.	7,3	-6,5	5,1

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Primeiro semestre.

Fonte: INDEC, IBGE, BCU, INE e BCV.

CAPÍTULO II. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

No último trimestre de 2008, o aprofundamento da crise financeira internacional produziu uma modificação dramática das condições externas favoráveis que vinham impulsionando o comércio dos países do MERCOSUL, que sofreu uma forte desaceleração e, durante o primeiro semestre de 2009, se contraiu. No entanto, é possível afirmar que o efeito da perturbação global sobre o comércio do bloco foi relativamente atenuado, principalmente quando se considera a sua incomum escala e profundidade e quando se faz uma comparação com os efeitos produzidos por cenários de crise externa anteriores. Até o aprofundamento da crise, o saldo comercial global do bloco vinha sofrendo uma erosão devido à aceleração das importações. Esta tendência foi revertida no primeiro semestre de 2009 devido ao ajuste nos ritmos de atividade, resultado do contexto inédito de instabilidade global.

Desde 2003, os países do MERCOSUL ampliaram de forma sustentável sua participação nas exportações mundiais; esse o crescimento não foi interrompido pela crise apesar da queda dos fluxos comerciais externos. Este processo envolveu tanto um aumento das vendas extrabloco quanto daquelas destinadas aos demais sócios do MERCOSUL. Neste último caso, ressalte-se que as exportações da Argentina e do Brasil ao bloco, medidas a preços constantes, alcançaram em 2008 um nível quase 60% superior ao que tinham registrado uma década atrás. O melhor desempenho relativo do comércio do MERCOSUL em relação à média mundial está vinculado à importância crescente da Ásia como destino das vendas externas dos países do bloco, já que a demanda destes mercados continuou se expandindo ou se reduziu em menor grau do que a dos países que foram o epicentro da crise financeira. Em 2008, o comércio do bloco com a Venezuela chegou a US\$ 8,6 bilhões e continuou aumentando, como vem ocorrendo desde 2004. Naquele ano, os fluxos de IED no MERCOSUL marcaram uma cifra recorde de US\$ 56 bilhões; na primeira parte de 2009, no entanto, os fluxos foram freados em meio ao complicado cenário financeiro mundial.

A. Comércio total e inserção internacional do bloco¹⁶

As exportações totais do MERCOSUL¹⁷ somaram US\$ 278,3 bilhões em 2008, uma cifra 24,1% superior à do ano anterior (Gráfico 10). Embora no último trimestre de 2008 as vendas externas do bloco tenham crescido a uma taxa interanual de apenas 3,5%, este desempenho mostrou-se bem acima das exportações mundiais que, nesse período de aprofundamento da crise mundial, sofreram uma contração de 11,6%. No primeiro semestre de 2009, as vendas externas do MERCOSUL mostraram uma redução de 21,7%, o que também é um resultado menos negativo do que o das exportações mundiais, que caíram a uma taxa inédita de 31,6% interanual (Quadro 2). Ao realizar esta comparação interanual, é preciso considerar que nas exportações há um componente muito significativo de redução dos preços internacionais, pois estes se mantiveram em valores máximos históricos durante a primeira metade de 2008.

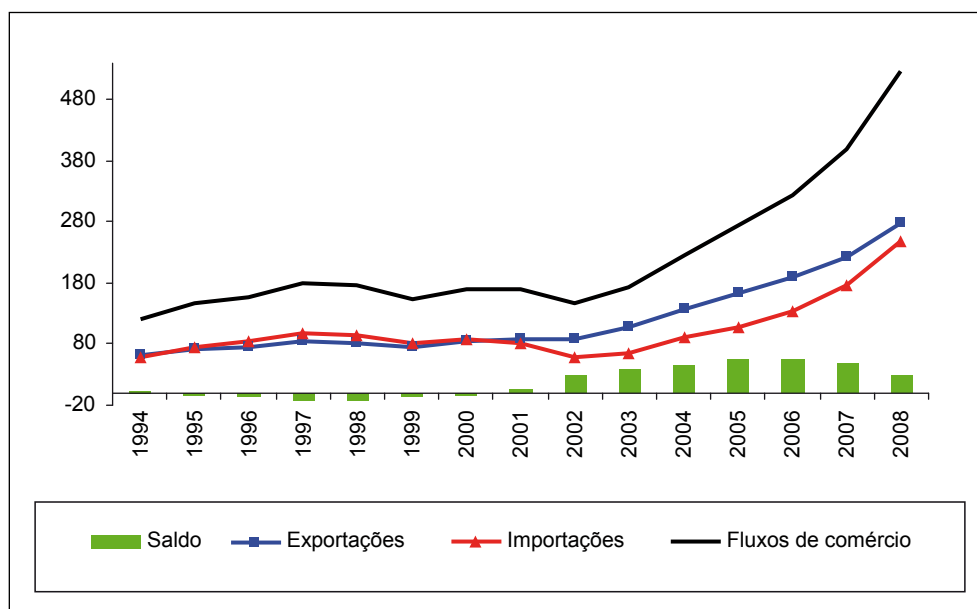
As importações totais do MERCOSUL alcançaram US\$ 248 bilhões em 2008, aumentando 40,5% em relação ao ano anterior, embora também tenham sofrido na comparação interanual uma desaceleração de 15,5% durante o último trimestre do ano. Nos primeiros seis meses de 2009, as compras externas do bloco caíram 31,5%, seguindo a tendência mundial.

¹⁶ Esclarecimento metodológico: como o processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL ainda não foi concluído, todas as referências realizadas neste capítulo aos fluxos comerciais do bloco abrangem apenas os quatro sócios originais. No entanto, são feitas observações específicas sobre a Venezuela.

¹⁷ Inclui o comércio intrabloco.

O principal efeito da crise internacional foi a reversão abrupta da tendência de redução que o superávit comercial do bloco vinha exibindo nos dois anos anteriores. Este saldo sofreu uma rápida contração até alcançar US\$ 30,2 bilhões em 2008 (US\$ 55,5 bilhões em 2006) devido ao maior crescimento das importações em comparação com as exportações. No entanto, na primeira metade de 2009, o superávit aumentou significativamente e foi 61,7% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. Este fenômeno se explica por uma forte contração das importações, na qual predominou o efeito de redução nas quantidades. As exportações decresceram a taxas menores e prevaleceu o efeito de redução de preços.

GRÁFICO 10
COMÉRCIO EXTERIOR TOTAL DO MERCOSUL, 1990 - 2008^{a/}
 (Em bilhões de US\$)



Nota: ^{a/} Inclui comércio intrabloco.

Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

Fluxos de comércio por país

A distribuição dos fluxos comerciais entre os sócios do MERCOSUL em 2008 foi similar à de anos anteriores. O Brasil vendeu US\$ 197,9 bilhões, representando 71,1% das exportações totais, seguido pela Argentina (25,2%), pelo Uruguai (2,1%) e pelo Paraguai (1,6%). Estas participações são explicadas principalmente pela diferença de escala entre os países do bloco, considerando a população dos países e o valor da produção. Cabe assinalar que 79,8% da população e 80,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do MERCOSUL correspondem ao Brasil. Neste sentido, é importante destacar que os sócios menores -Paraguai e Uruguai- registram o maior dinamismo nas vendas externas, com os aumentos significativos de 57,6% e 32,2%, respectivamente, em 2008 (Quadro 2).

Com relação às compras externas do MERCOSUL, as do Brasil foram de US\$173,2 bilhões, equivalentes a 69,8% do total, seguidas pela Argentina (23,2%), pelo Uruguai (3,6%) e pelo Paraguai (3,4%). Embora durante 2008 os sócios menores tenham registrado o maior dinamismo nas importações totais -o Uruguai com 59,3% e o Paraguai com 52,3%-, o Brasil também apresentou um crescimento muito significativo: 43,6%. Na Argentina, as importações cresceram 28,2% em 2008, o que representa o menor aumento relativo de compras do bloco embora seja uma cifra importante.

QUADRO 2
FLUXOS TOTAIS DE COMÉRCIO DOS PAÍSES DO MERCOSUL^{a/}
 (Em milhões de US\$ e em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009	Variação 1º S 2009/2008
						Percentual				Percentual
Exportações do MERCOSUL	81.336	88.901	190.268	224.178	278.302	24,1	129.510	148.792	101.468	-21,7
Argentina	26.434	25.651	46.569	56.246	70.021	24,5	33.504	36.517	27.250	-18,7
Brasil	51.120	60.439	137.808	160.649	197.942	23,2	90.645	107.298	69.952	-22,8
Paraguai	1.014	951	1.906	2.785	4.390	57,6	2.398	1.992	1.700	-29,1
Uruguai	2.769	1.861	3.985	4.498	5.949	32,2	2.964	2.985	2.566	-13,4
Importações do MERCOSUL	95.375	59.705	134.757	176.586	248.044	40,5	115.796	132.248	79.296	-31,5
Argentina	31.379	8.988	34.150	44.781	57.423	28,2	28.114	29.309	17.389	-38,1
Brasil	57.714	47.243	91.343	120.621	173.197	43,6	79.351	93.845	55.963	-29,5
Paraguai	2.471	1.510	4.489	5.577	8.491	52,3	3.865	4.627	2.803	-27,5
Uruguai	3.811	1.964	4.775	5.608	8.933	59,3	4.466	4.467	3.141	-29,7
Saldo comercial	-14.039	29.195	55.511	47.592	30.258	-36,4	13.715	16.544	22.172	61,7
						Absoluta				Absoluta
Argentina	-4.946	16.662	12.419	11.465	12.598	1.133	5.390	7.208	9.861	4.471
Brasil	-6.595	13.196	46.465	40.028	24.746	-15.282	11.293	13.453	13.989	2.696
Paraguai	-1.457	-560	-2.583	-2.792	-4.101	-1.309	-1.467	-2.634	-1.103	364
Uruguai	-1.042	-103	-790	-1.109	-2.984	-1.875	-1.502	-1.482	-575	926

Nota: ^{a/} Inclui comércio intrabloco.

Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

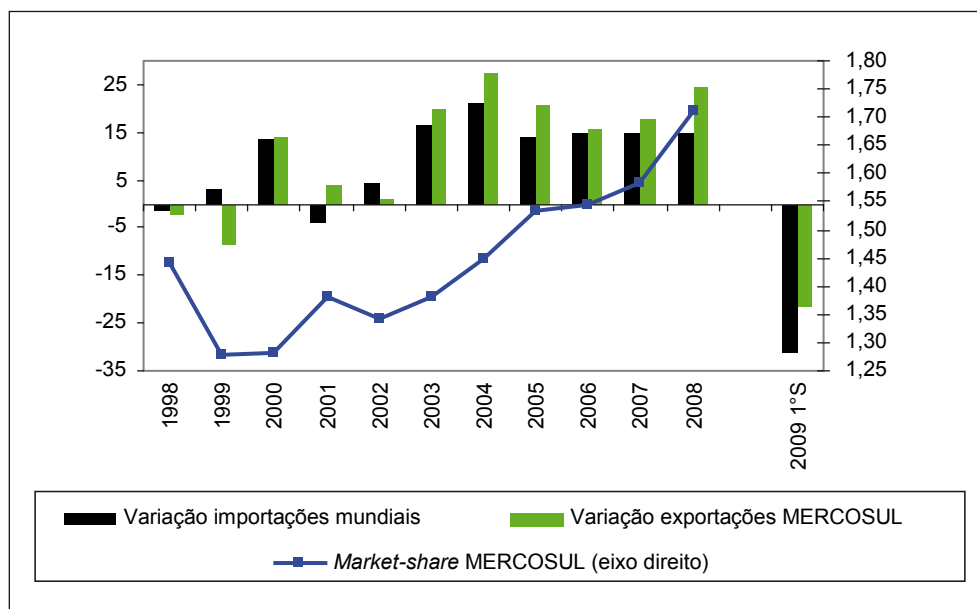
Como foi mencionado, o saldo comercial do bloco continuou sofrendo uma redução em 2008, tal como tinha acontecido no ano anterior, fato explicado principalmente pela redução do superávit do Brasil, que caiu 38,2% e somou US\$ 24,7 bilhões, valor similar ao registrado em 2003. O Uruguai e o Paraguai registraram valores máximos históricos de ampliação do déficit comercial; só a Argentina ampliou seu superávit em 9,9%.

Durante o primeiro semestre de 2009, todos os sócios do bloco tiveram reduções significativas das suas exportações em termos interanuais, embora estas tenham sido menores do que as retrações registradas nas importações, com exceção do Paraguai. O Paraguai (-29,1%) e o Brasil (-22,8%) registraram as maiores quedas das vendas externas do MERCOSUL. A Argentina e o Uruguai apresentaram uma redução nas exportações de 18,7% e 13,4%, respectivamente. A retração das importações também ocorreu em todos os países do bloco, sendo muito significativa na Argentina, que reduziu suas compras externas em 38,1%. A queda dos demais sócios foi próxima a 30%: o Uruguai, o Brasil e o Paraguai reduziram suas compras em 29,7%, 29,5% e 27,5%, respectivamente. Esta abrupta redução de importações permitiu que os sócios maiores do MERCOSUL ampliassem significativamente seus superávits comerciais, enquanto os sócios menores reduziram seus déficits. O ajuste da Argentina foi o mais pronunciado: o superávit comercial do país passou de US\$ 5,3 bilhões na primeira metade de 2008 para US\$ 9,8 bilhões no mesmo período de 2009.

Comércio do MERCOSUL e participação no mercado mundial

Em 2008, o dinamismo das vendas externas do bloco fez com que se alcançasse um valor máximo relativo de participação nas importações mundiais, equivalente a 1,71%, como resultado do crescimento das vendas do MERCOSUL superior ao das importações mundiais, que são registradas desde 1999 (com exceção de 2002), quando esta participação era de 1,28%. Essa expansão não é um dado de menor importância considerando-se que ela é registrada durante uma fase de intenso crescimento do comércio mundial (Gráfico 11). Cabe ressaltar que a crise internacional teve um efeito muito significativo sobre as importações mundiais, que tiveram uma redução de 31,3% em termos interanuais no primeiro semestre de 2009, enquanto as vendas externas do MERCOSUL tiveram uma redução de menor magnitude, recuando 21,7%.

GRÁFICO 11
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL E DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS. EVOLUÇÃO DO MARKET-SHARE DO BLOCO
(1998-1º semestre de 2009, em%)



Fonte: Escritório Holandês de Análise de Política Econômica (CPB), INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

O comércio extrabloco do MERCOSUL

Apesar da crise internacional, os fluxos de exportação e importação extrabloco do MERCOSUL tiveram uma aceleração em 2008 em relação às taxas registradas em 2007. A crise atingiu o comércio apenas a partir da primeira metade de 2009, quando foram registradas reduções interanuais significativas (Quadro 3).

As vendas aos países fora do MERCOSUL alcançaram US\$ 236,7 bilhões em 2008, crescendo 23,4% em relação ao ano anterior. Em 2008, a participação dos destinos extrabloco nas exportações totais do MERCOSUL foi de 85,1% do total. Embora o principal destino das exportações tenha continuado a ser a União Européia (21,9% do total), o elevado crescimento das vendas para a Ásia fez com que esta região geográfica passasse do quarto para o segundo lugar de participação nas vendas do bloco, com 21,7% dos envios totais, percentual muito próximo ao da UE. Vale destacar que as vendas destinadas ao TLCAN registraram o menor crescimento entre todos os mercados em 2008 (7,9%).

As importações com origem extrabloco em 2008 aumentaram 42,7%, uma taxa elevada. A principal origem continuou sendo a Ásia, concentrando 28,2% das compras totais, seguida pela UE e demais países. Assim como nas vendas externas, as importações provenientes do TLCAN foram as que registraram a menor taxa de crescimento, 8,2%.

Como resultado, o saldo comercial do MERCOSUL com os blocos extrazona continuou sendo superavitário em 2008, com exceção da Ásia, onde o déficit comercial cresceu 78,2%. No entanto, este último se transformou em superávit no primeiro semestre de 2009 como resultado de a Ásia ter sido o único destino para o qual as exportações cresceram nesse período (8,0%), enquanto era registrada uma grande contração das importações provenientes dessa zona (-31,0%). As vendas na Ásia contribuíram para impulsionar positivamente o superávit registrado pelos países de bloco na primeira metade de 2009.

Durante o primeiro semestre de 2009, as vendas totais fora do bloco caíram 20,2%. As reduções foram registradas nos envios para todos os destinos -com a mencionada exceção da Ásia- e foram especialmente agudas no TLCAN, com uma baixa de 38,7%. Por sua vez, as importações provenientes dos blocos fora do MERCOSUL caíram 31,4% durante o primeiro semestre de 2009, com as maiores reduções verificadas no grupo Demais Países e na ALADI. O superávit comercial foi ampliado 53% durante o primeiro semestre de 2009, destacando-se pela primeira vez o registro de um déficit comercial com o TLCAN e de um superávit com a Ásia, como também sua ampliação com Demais Países.

B. O comércio intrabloco do MERCOSUL

Evolução recente do comércio intrazona

Em 2008, o comércio intrabloco do MERCOSUL (definido como a soma das exportações de cada país dirigidas aos outros três sócios) alcançou US\$ 41,6 bilhões, um aumento nominal de 28,4% em relação ao ano anterior, o que supera o crescimento das exportações extrarregionais (23,4%). A taxa média anual de variação do comércio intrabloco no período 2003-2008 foi 26,4%, percentual superior também aos 20,1% correspondentes às exportações extrazona (Quadro 4). Esta dinâmica relativa elevou a participação das vendas ao bloco de 11,5% em 2002 para 14,9% em 2008, mas a taxa ainda é inferior ao percentual máximo de 25% registrado em 1998. O Boxe B examina as causas desse comportamento.

QUADRO 3
COMÉRCIO EXTRAZONA DO MERCOSUL POR BLOCOS ECONÔMICOS
(Em milhões de US\$ e em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009	Variação 1º S 2009/2008
	Percentual									
Exportações extrazona	60.982	78.712	164.483	191.777	236.715	23,4	109.576	127.139	87.487	-20,2
<i>Extrazona/total (%)</i>	75,0	88,5	86,4	85,5	85,1		84,6	85,4	86,2	
TLCAN	14.383	22.713	38.233	38.593	41.639	7,9	19.312	22.327	11.845	-38,7
União Européia	20.627	21.251	39.829	51.388	61.028	18,8	29.584	31.444	21.421	-27,6
ALADI ^{a/}	7.195	8.727	20.789	23.303	27.828	19,4	12.674	15.153	9.568	-24,5
Ásia	9.933	13.598	30.014	37.509	60.376	61,0	26.630	33.746	28.758	8,0
Demais países	8.844	12.423	35.618	40.984	45.844	11,9	21.376	24.468	18.670	-12,7
Importações extrazona	74.982	49.406	109.362	143.878	205.273	42,7	94.950	110.323	65.110	-31,4
<i>Extrazona/total (%)</i>	78,6	82,7	81,2	81,5	82,8		82,0	83,4	82,1	
TLCAN	23.980	14.064	23.686	30.327	32.802	8,2	18.994	13.808	15.178	-20,1
União Européia	27.140	16.017	26.734	35.080	46.415	32,3	21.668	24.747	16.260	-25,0
ALADI ^{a/}	3.297	2.424	8.087	9.224	12.112	31,3	5.946	6.166	3.706	-37,7
Ásia	13.576	9.565	31.736	42.842	69.880	63,1	32.146	37.735	22.193	-31,0
Demais países	6.990	7.336	19.119	26.405	44.063	66,9	16.196	27.868	7.773	-52,0
Saldo comercial extrazona	-14.001	29.306	55.120	47.899	31.442	-34,4	14.627	16.816	22.378	53,0
	Absoluta									
TLCAN	-9.597	8.649	14.547	8.266	8.837	571	318	8.519	-3.332	-3.650
União Européia	-6.513	5.234	13.095	16.308	14.614	-1.695	7.916	6.697	5.161	-2.756
ALADI ^{a/}	3.898	6.304	12.701	14.079	15.715	1.637	6.728	8.987	5.862	-866
Ásia	-3.643	4.033	-1.722	-5.333	-9.504	-4.172	-5.515	-3.989	6.565	12.081
Demais países	1.854	5.087	16.499	14.579	1.781	-12.798	5.180	-3.399	10.897	5.717

Nota: ^{a/} Com exceção do MERCOSUL e do México. O México está incluído no TLCAN.

Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

QUADRO 4
MERCOSUL: FLUXOS DE COMÉRCIO INTRAZONA E EXTRAZONA
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(Em milhões de US\$ e em%)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1° S 2008	2° S 2008	1° S 2009	Variação 1°S 2009/2008
Intrazona										
Exportações ^{a/}	20.355	10.189	25.785	32.401	41.587	28,4	19.934	21.653	13.981	-29,9
Extrazona										
Exportações	60.982	78.712	164.483	191.777	236.715	23,4	109.576	127.139	87.487	-20,2
Importações	74.982	49.406	109.362	143.878	205.273	42,7	94.950	110.323	65.110	-31,4
Total										
Exportações	81.336	88.901	190.268	224.178	278.302	24,1	129.510	148.792	101.468	-21,7
Importações	95.375	59.705	134.757	176.586	248.044	40,5	115.796	132.248	79.296	-31,5
Saldo comercial	-14.039	29.195	55.511	47.592	30.258	-36,4	13.715	16.544	22.172	61,7
Relações (%)										
Exportações	25,0	11,5	13,6	14,5	14,9		15,4	14,6	13,8	
Importações	21,3	17,1	19,1	18,3	16,8		17,2	16,4	17,6	

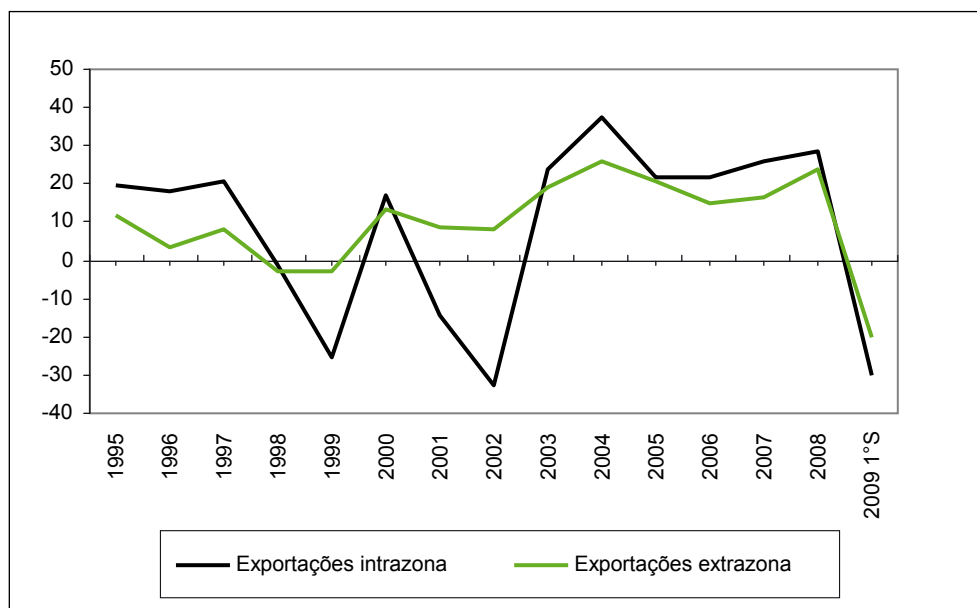
Nota: ^{a/} Por definição, as exportações intrazona são iguais às importações intrazona.

Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

Os efeitos da crise financeira internacional foram evidentes no primeiro semestre de 2009, o que se verifica por uma contração interanual de 29,9% no comércio intrabloco. Esta queda foi um pouco mais intensa do que a correspondente ao agregado de exportações e importações extrazona (-25,4%) replicando-se a usual sensibilidade do comércio do bloco às flutuações cíclicas. No entanto, diferentemente de outras crises precedentes (1997-1999 e 2001-2002), no presente episódio cabe destacar a *semelhança* entre as contrações verificadas no comércio intra e extrabloco, resultante não só do predomínio de fatores totalmente externos, mas também da característica global e muito aguda do fenômeno mais recente (Gráfico 12). Enquanto na primeira parte de 2009 tanto as exportações ao MERCOSUL quanto as dirigidas ao restante do mundo sofreram uma contração muito forte, durante a crise de 2001-2002 estas últimas apresentaram uma leve desaceleração.

O Quadro 5 apresenta a composição por país dos fluxos de comércio intrabloco. Em 2008, as exportações do Brasil ao MERCOSUL alcançaram US\$ 21,7 bilhões, representando 52,3% do total, enquanto suas importações com origem no bloco foram notoriamente inferiores: US\$ 14,9 bilhões, 34,9% do total. Este desequilíbrio entre compras e vendas fez com que o Brasil fosse a única economia superavitária no bloco, com um valor de US\$ 6,8 bilhões. Cabe notar, por um lado, a menor relevância relativa dos fluxos de comércio com o bloco para a economia brasileira: a participação do Brasil nas exportações e nas importações é inferior à representação do PIB do país no total do bloco (80,6% em 2008). Por outro lado, o resultado superavitário do comércio brasileiro -registrado por três anos consecutivos- significa que, em termos líquidos, a demanda originada nos demais sócios promoveu o nível de atividade do Brasil. Em 2008, o déficit dos outros três sócios com o Brasil foi ampliado em relação ao do ano precedente.

GRÁFICO 12
MERCOSUL: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES INTRAZONA E EXTRAZONA
 (1995-1º semestre de 2009 - Taxas anuais de variação, em %)



Fonte: Elaboração própria com base no INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

QUADRO 5
FLUXOS DE COMÉRCIO INTRAZONA NO MERCOSUL, POR PAÍS
 (Em milhões de US\$)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009	Variação 1ºS 2009/2008	
						Percentual					Percentual
Exportações Intrabloco ^{a/}	20.355	10.189	25.785	32.401	41.587	28,4	19.934	21.653	13.981	-29,9	
Argentina	9.415	5.718	9.940	12.426	16.145	29,9	7.547	8.598	6.205	-17,8	
Brasil	8.877	3.311	13.986	17.354	21.737	25,3	10.459	11.278	6.196	-40,8	
Paraguai	531	553	917	1.374	2.104	53,1	1.159	945	871	-24,8	
Uruguai	1.532	607	942	1.247	1.601	28,4	769	831	709	-7,9	
Importações Intrabloco ^{a/}	20.393	10.300	25.394	32.708	42.771	30,8	20.846	21.925	14.186	-31,9	
Argentina	7.930	2.895	12.555	16.037	20.300	26,6	10.143	10.157	5.821	-42,6	
Brasil	9.428	5.615	8.968	11.630	14.934	28,4	7.037	7.897	5.758	-18,2	
Paraguai	1.383	845	1.689	2.461	3.618	47,0	1.611	2.007	1.098	-31,8	
Uruguai	1.652	944	2.182	2.580	3.919	51,9	2.055	1.864	1.508	-26,6	
Saldo comercial						Absoluta					Absoluta
Argentina	1.485	2.823	-2.615	-3.611	-4.155	-544	-2.596	-1.559	384	2.979	
Brasil	-551	-2.304	5.018	5.723	6.804	1.080	3.422	3.382	438	-2984	
Paraguai	-853	-293	-772	-1.087	-1.514	-427	-452	-1.062	-227	225	
Uruguai	-119	-337	-1.240	-1.333	-2.319	-986	-1,286	-1,033	-800	486	

Nota: ^{a/} As exportações e importações intrabloco não coincidem por diferenças de registro de cada país.

Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

A crise teve um efeito notável sobre os balanços comerciais dos sócios do MERCOSUL. A retração dos níveis de comércio no primeiro semestre de 2009 significou também uma importante correção das posições deficitárias da Argentina, do Paraguai e do Uruguai; a Argentina até alcançou um pequeno superávit no comércio intrazona. Por sua vez, o superávit do Brasil foi reduzido a apenas US\$ 400 milhões no período, em forte contraste com os US\$ 3,4 bilhões do primeiro semestre de 2008. A variação do saldo da Argentina entre os dois períodos equivale praticamente à redução do superávit do Brasil. O ajuste operado nos demais sócios menores é um resultado da intensa redução dos seus níveis de atividade (Capítulo I) e, no caso da Argentina, as ações de administração do comércio impulsionadas pelo cenário de incerteza criado pela crise (Capítulo IV) também tiveram impacto.

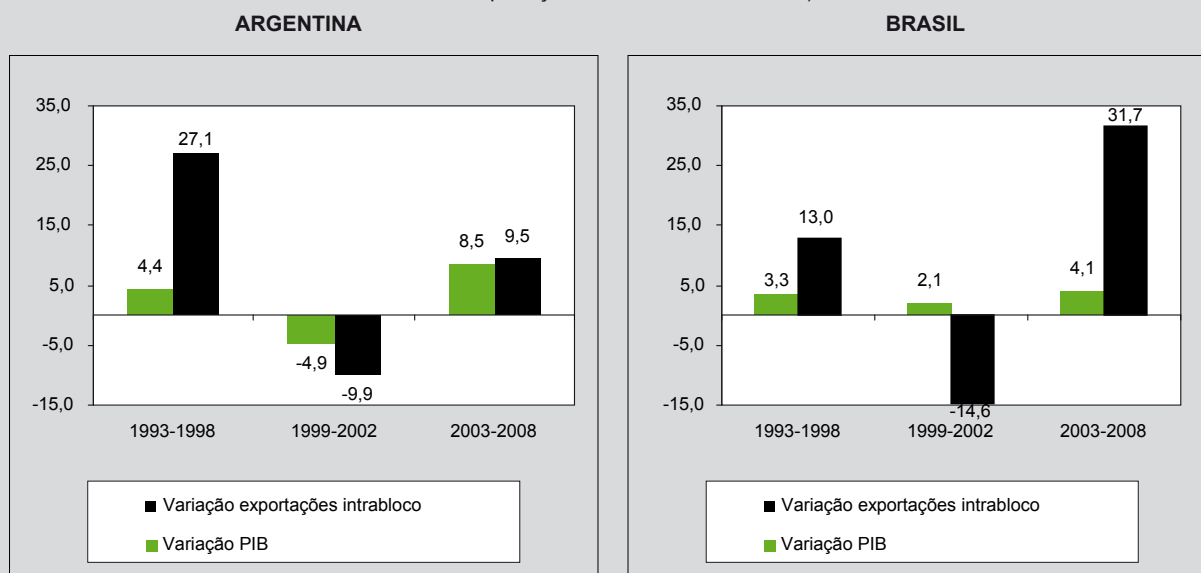
BOXE B O CICLO ECONÔMICO E O COMÉRCIO INTRABLOCO NO MERCOSUL

A participação do comércio intrabloco em termos correntes -definida como o quociente entre as exportações destinadas ao MERCOSUL e as exportações totais- alcançou um percentual máximo de 25% em 1998. A partir de então, as vendas intrabloco começaram a perder importância relativa, até representar apenas 11,5% em 2002 e, depois, apresentar certa recuperação: em 2008, este coeficiente chegou a 14,9%. Esta queda na importância do comércio intrabloco está muito vinculada às flutuações do ciclo econômico às quais os sócios foram submetidos. A estimativa de preços constantes das exportações ao MERCOSUL pela Argentina e pelo Brasil -países que elaboram índices de preços de exportação desagregado por tipo de bem- permite compreender melhor este fenômeno.

O período 1993-2008 pode ser dividido em três etapas. A primeira (1993-1998) é uma fase de crescimento econômico nos dois países, enquanto a segunda (1999-2002) é de uma crise profunda que provoca uma desaceleração do crescimento do Brasil e uma depreciação da moeda, enquanto na Argentina o regime de paridade da moeda nacional com o dólar e a atividade econômica entram em colapso. Na terceira etapa (2003-2008), verifica-se uma importante expansão no conjunto do bloco.

É claro que o comportamento diferenciado do PIB nas três etapas tem correlação com a dinâmica dos envios intrabloco medidos a preços constantes (Gráfico A). No geral, as exportações para o MERCOSUL apresentam uma elasticidade em relação ao PIB mais elevada do que as vendas extrabloco, tal como outros trabalhos assinalam (Heymann [1999], [2001]). Ou seja, quando as economias crescem, as exportações intrabloco aumentam com um ritmo maior do que o dos envios para o resto do mundo, enquanto em períodos recessivos as vendas intrabloco sofrem quedas abruptas, superiores à variação das vendas extrazona. Durante o período 1993-2008, a elasticidade em relação ao PIB (em valores absolutos) das exportações intrabloco da Argentina e do Brasil foi equivalente a 1,6 vez a elasticidade das vendas extrabloco.

GRÁFICO A
ARGENTINA E BRASIL: CRESCIMENTO ECONÔMICO E COMÉRCIO INTRABLOCO
(Média das variações anuais a preços constantes do PIB e das exportações ao MERCOSUL, em %)



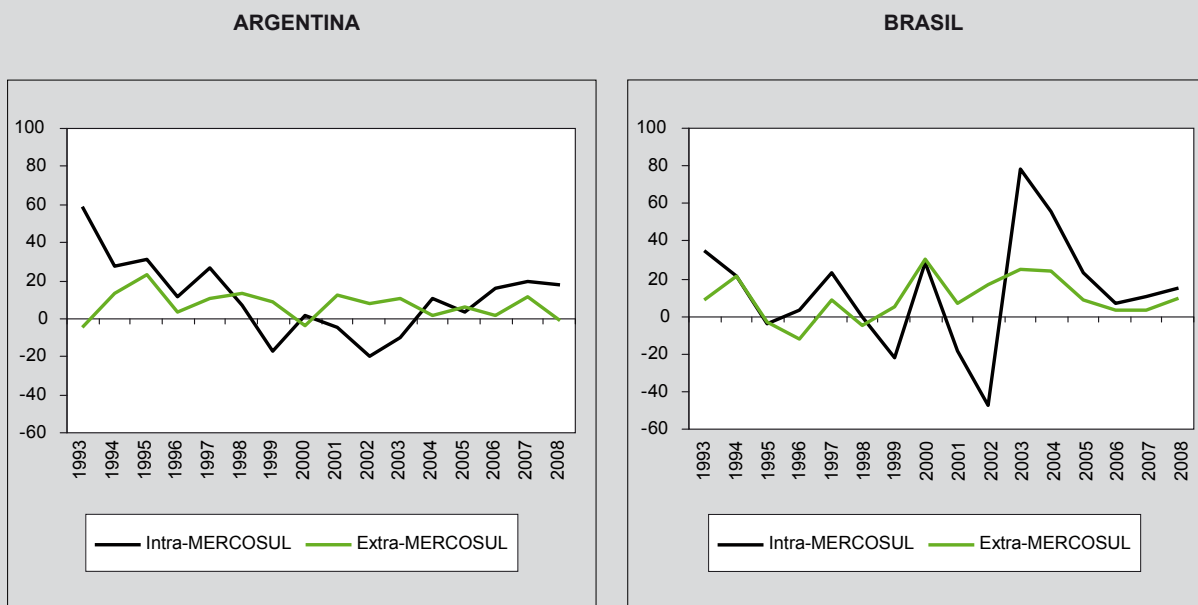
Fonte: Elaboração própria com base no INDEC, SECEX-MDIC e FUNCEX.

BOXE B (CONTINUAÇÃO)

Efeito do ciclo econômico sobre o comércio intra-MERCOSUL

A característica cíclica dos envios ao bloco, mais acentuada do que no caso das vendas extrazona, contribui para explicar a perda de participação do destino MERCOSUL em suas vendas externas totais (Gráfico B). O crescimento do PIB durante o período 1993-1998 ocasionou aumentos das exportações ao bloco com taxas muito superiores às das vendas ao resto do mundo. Na Argentina, em particular, enquanto as vendas para o resto do mundo tiveram um aumento anual médio de 9,6% nesse período, as exportações para o bloco mostraram uma expansão de 27,1%. No Brasil, as vendas extrabloco cresceram apenas 3,1% em média por ano, enquanto as dirigidas ao MERCOSUL tiveram um aumento de 13,0%. Este dinamismo ocasionou a participação das exportações intrarregionais dos dois países no total com uma taxa máxima de 23,3% a preços constantes em 1998. Por outro lado, durante a crise de 1999-2002, foi registrado um colapso virtual das exportações para o MERCOSUL (com uma retração anual média de 14,6% no Brasil e de 9,9% na Argentina), enquanto as vendas para o resto do mundo cresceram a taxas elevadas, similares às registradas durante a recuperação posterior. Ou seja, enquanto estes países atravessavam uma situação de crise interna, conseguiram colocar importantes volumes de exportações no resto do mundo, impulsionados não apenas pelo aproveitamento das suas vantagens comparativas, mas também pelo dinamismo de novos mercados de exportação, principalmente na Ásia. As depreciações monetárias e a debilidade dos mercados internos também funcionaram como alavanca neste processo de aprofundamento das exportações extrabloco. Considerando a participação do comércio intrabloco no total, é claro que a recuperação das exportações ao MERCOSUL, embora tenha sido muito significativa entre 2003-2008, não foi suficiente para compensar os resultados do dinamismo *acumulado* nos mercados extrarregionais desde o período da crise interna. Dessa maneira, embora durante a fase expansiva recente nos dois países as exportações intra-MERCOSUL tenham crescido com taxas maiores do que as das vendas para o restante do mundo, isso foi insuficiente para recuperar a importância relativa que o MERCOSUL tinha como destino em 1998.

GRÁFICO B
ARGENTINA E BRASIL: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR DESTINO A PREÇOS CONSTANTES
(Variação percentual anual 1993-2008)



Fonte: Elaboração própria com base no INDEC, SECEX-MDIC e FUNCEX.

De toda maneira, cabe sublinhar que não só a participação das exportações intrabloco no total é relevante, mas também a evolução do nível absoluto de exportações reais ao MERCOSUL. Considerando essa medição, em 2008 a soma das vendas ao MERCOSUL pela Argentina e pelo Brasil ficaram 57,1% acima do nível que tinham em 1998. Embora este aumento fique ofuscado quando se compara com os envios ao restante do mundo, cujo volume em 2008 foi 1,9 vez o de 1998, ele denota, no entanto, um importante dinamismo das exportações intrabloco, principalmente considerando a forte crise interna que estes países atravessaram durante vários anos. Este comportamento poderia passar despercebido se fosse observada exclusivamente a medição relativa.

Fonte: BID-INTAL [2009c].

C. Termos do intercâmbio e composição do comércio por países

Termos do intercâmbio¹⁸ dos países do bloco

Os preços de exportação explicam em grande medida a evolução dos fluxos comerciais descrita nas seções precedentes. Enquanto na primeira metade de 2008 os preços dos produtos básicos aumentaram significativamente, na segunda metade do ano sofreram retrações intensas. Ainda quando no segundo trimestre de 2009 esses preços começaram a apresentar uma recuperação, as variações interanuais do primeiro semestre mostram reduções significativas em relação ao primeiro semestre de 2008, quando se encontravam em valores máximos históricos.

O importante aumento dos preços de produtos básicos de exportação durante a primeira parte de 2008 melhorou os termos do intercâmbio de todos os países do MERCOSUL (Quadro 6). A queda destes preços desde meados de 2008 foi registrada na primeira metade de 2009 em uma deterioração desta relação no caso da Argentina e do Brasil, enquanto a queda do preço do petróleo beneficiou o Uruguai. Embora não haja dados do Paraguai e da Venezuela, provavelmente os termos do intercâmbio sofreram uma redução no primeiro semestre de 2009 devida aos preços mais baixos da soja e do petróleo, considerando o alto peso relativo desses produtos em suas respectivas cestas exportadoras.

QUADRO 6
MERCOSUL: TERMOS DE INTERCÂMBIO
(Variação interanual, em %)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2007	3,7	2,1	4,8	0,2	9,6
2008	13,3	3,6	7,3	6,0	23,4
2009 1ºS	-6,5	-3,5	n.d.	16,1	n.d.

Fonte: CEPAL, INDEC, FUNCEX e BCU.

Composição do comércio por país

-Argentina-

Considerando a composição das exportações argentinas, as manufaturas de origem agropecuária e de origem industrial continuaram sendo o grupo mais importante em 2008, com 34,1% e 31,5% do total, respectivamente. Os produtos primários representaram 23,0% do total, enquanto combustíveis e energia representaram os 11,4% restantes. Na primeira metade de 2009, todos os setores de exportação sofreram reduções, principalmente os produtos primários (-39,7%) e os combustíveis e energia (-25,3%). Enquanto as manufaturas de origem industrial apresentaram uma redução de 15,5%, as manufaturas de origem agropecuária caíram apenas 3%, o que é explicado pelo bom desempenho dos resíduos e refugos da indústria alimentícia, compostos principalmente por subprodutos do complexo da soja, com uma forte demanda da Ásia.

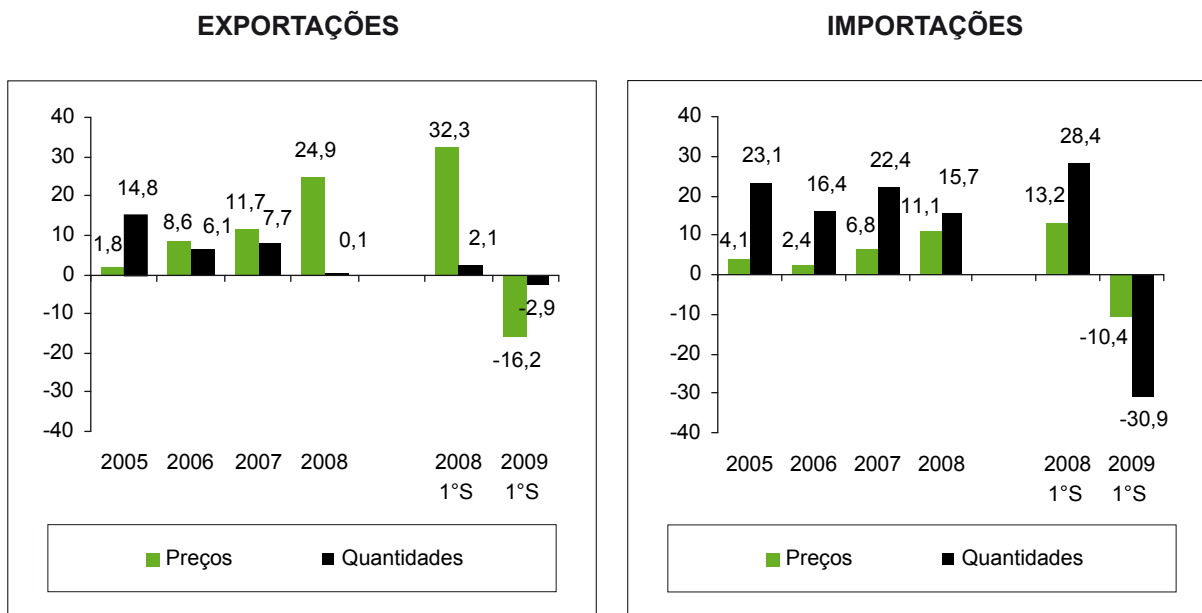
¹⁸ Os termos do intercâmbio são o preço médio das exportações em relação ao preço médio das importações. Ver no Anexo II os índices de termos do intercâmbio dos países do bloco.

Em relação à composição das importações, durante 2008 elas continuaram lideradas pelos bens intermediários (35,2%) e pelos bens de capital e suas peças e acessórios (22% e 17,3%, respectivamente). Os bens de consumo representaram 11% do total, os combustíveis e lubrificantes 7,5% e os veículos automotores 6,7%. Assim como as exportações, todos os usos econômicos das compras externas tiveram uma redução no primeiro semestre de 2009, com destaque para as retrações em veículos automotores (-46,4%). As demais categorias tiveram uma queda de 40% interanual, enquanto os bens de consumo apresentaram uma diminuição de 20,9%.

A evolução dos preços de exportação e importação da Argentina foi fundamental na evolução dos fluxos comerciais descritos acima (Gráfico 13). Durante 2008, o crescimento das exportações totais foi justificado exclusivamente pela variação dos preços de exportação, já que as quantidades se mantiveram estancadas. Durante o primeiro semestre de 2009, a redução nos preços, somada a certa redução das quantidades, permitem explicar a redução das vendas totais.

O crescimento do valor das importações durante 2008 deveu-se a um aumento significativo das quantidades importadas, como também dos seus preços. Durante a primeira metade de 2009, o ajuste macroeconômico em curso derivou em uma forte queda das quantidades importadas, maior do que a dos preços de importação.

GRÁFICO 13
ARGENTINA: PREÇOS E QUANTIDADES DOS FLUXOS COMERCIAIS EXTERNOS
(2005-2008 e primeiro semestre de 2008 e 2009 - Variação interanual, em %)



Fonte: INDEC.

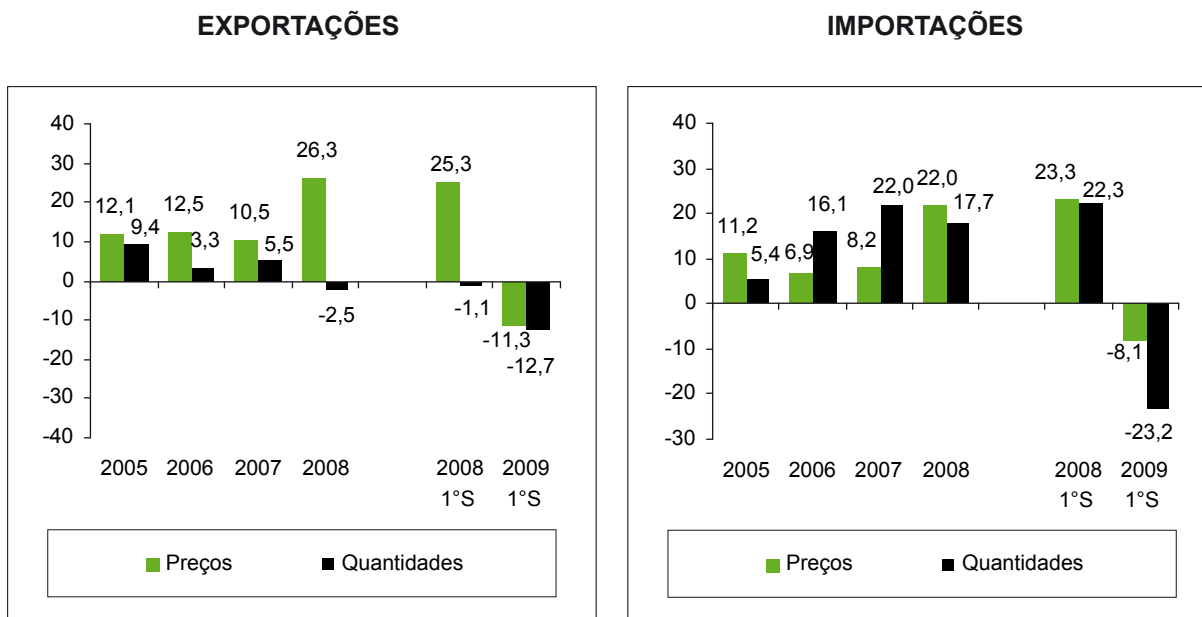
-Brasil-

Os produtos manufaturados representaram 46,8% das vendas externas em 2008, seguidos pelos produtos básicos com 36,9% do total e pelos semimanufaturados com 13,7%. O impulso das vendas externas foi liderado pelos produtos básicos, que cresceram 41,5% em 2008. No primeiro semestre de 2009, as três categorias sofreram uma redução: os produtos manufaturados (-31,1%) e semimanufaturados (-27,5%) a tiveram de forma mais significativa, enquanto os produtos básicos registraram a menor queda (-8,2%).

Em 2008, a composição das importações continuou liderada pelos bens intermediários, que constituíram 57,7% do total. Os combustíveis e os bens de capital representaram 17,6% e 14,4% do total, respectivamente. Os bens de consumo duráveis e não duráveis somaram 10,3% dos envios. No contexto recessivo do período, durante a primeira metade de 2009, todas as categorias de uso registraram quedas significativas, com exceção dos bens de consumo não duráveis, que cresceram 2,6%. Os combustíveis tiveram a maior redução (-55,1%), seguidos pelos bens intermediários (-31,6%). Foram registradas reduções menores para os bens de consumo duráveis (-9,8%) e para os bens de capital (-5,3%).

Assim como na Argentina, o crescimento das vendas externas em 2008 deveu-se unicamente ao aumento dos preços de exportação, já que as quantidades exportadas pelo Brasil apresentaram uma redução naquele ano. A contração da demanda externa ocasionou no primeiro semestre de 2009 uma queda nas quantidades exportadas, superior à contração nos preços, que por si só já foi significativa (Gráfico 14). Em 2008, devido ao crescimento da economia durante a maior parte do ano, as importações tiveram uma aceleração devido a um aumento significativo das quantidades, ao qual se somou uma grande alta de preços. Na primeira metade de 2009, a redução das quantidades importadas foi muito superior à queda dos preços, em consonância com a baixa no nível de atividade.

GRÁFICO 14
BRASIL: PREÇOS E QUANTIDADES DOS FLUXOS COMERCIAIS EXTERNOS
(2005-2008 e primeiro semestre de 2008 e 2009 - Variação interanual, em %)



Fonte: FUNCEX, com base nos dados da SECEX-MDIC.

-Paraguai-

Em 2008, as exportações do Paraguai foram impulsionadas pelas vendas de grãos de soja, que aumentaram 72,7% e representaram um terço das vendas totais. A participação de carne, óleos vegetais, farinhas e cereais constituiu quase a metade das vendas externas. Na primeira metade de 2009, todas as grandes categorias de exportação sofreram quedas significativas, com exceção dos cereais, que aumentaram 34,1%. As vendas de óleos vegetais tiveram uma redução de 56,3%, as de grãos de soja caíram 35,7% e as de farinha, 29,8%. Esta evolução negativa é explicada principalmente pela retração dos preços dos produtos básicos.

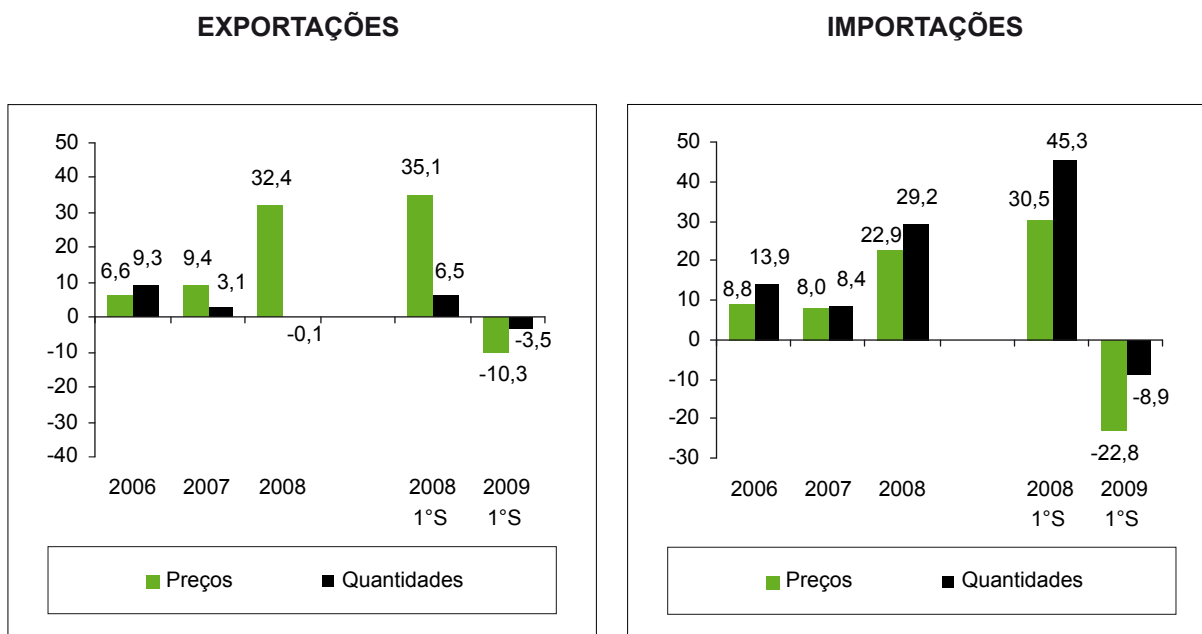
A composição das importações foi dividida em partes similares entre bens de capital (38,5%), bens intermediários (33,3%) e bens de consumo (28,2%) em 2008. Depois de registrar grandes aumentos em 2008, todas as categorias registraram quedas na primeira metade de 2009. As reduções mais significativas foram em bens de capital (-36,8%) e bens intermediários (-31,3%), mas menores em bens de consumo (-8,3%), um resultado relacionado com a queda do nível de atividade.

-Uruguai-

Em 2008, as vendas externas continuaram concentradas em produtos da indústria frigorífica e de bens agrícolas com 27,3% e 10,9% do total, respectivamente. Os produtos lácteos, da indústria de moinhos e químicos tiveram participações em torno de 8% do total em cada caso. A redução das vendas externas na primeira metade de 2009 ficou concentrada nos produtos da indústria frigorífica (-28,3%) e têxteis (-30,4%), enquanto as exportações de produtos agrícolas continuaram crescendo a uma taxa de 16,4%.

Em 2008, dois terços das importações foram constituídos por bens intermediários, seguidas por bens de consumo e de capital em partes similares. No primeiro semestre de 2009, a maior redução foi registrada nos bens de capital, cujas compras caíram 92,6%, comportamento condizente com uma redução no investimento relacionado com a finalização de um grande projeto para o processamento de celulose e com a contração do nível de atividade. A compra de bens intermediários sofreu um recuo de 39%, enquanto a de bens de consumo caiu 8,1%.

GRÁFICO 15
URUGUAI: PREÇOS E QUANTIDADES DOS FLUXOS COMERCIAIS EXTERNOS
(2005-2008 e primeiro semestre de 2008 e 2009 - Variação interanual, em %)



Fonte: Elaboração própria com base no BCU.

O crescimento das vendas externas do Uruguai em 2008 deveu-se unicamente à variação nos preços, já que as quantidades ficaram estancadas (Gráfico 15). Na primeira metade de 2009, a queda das exportações

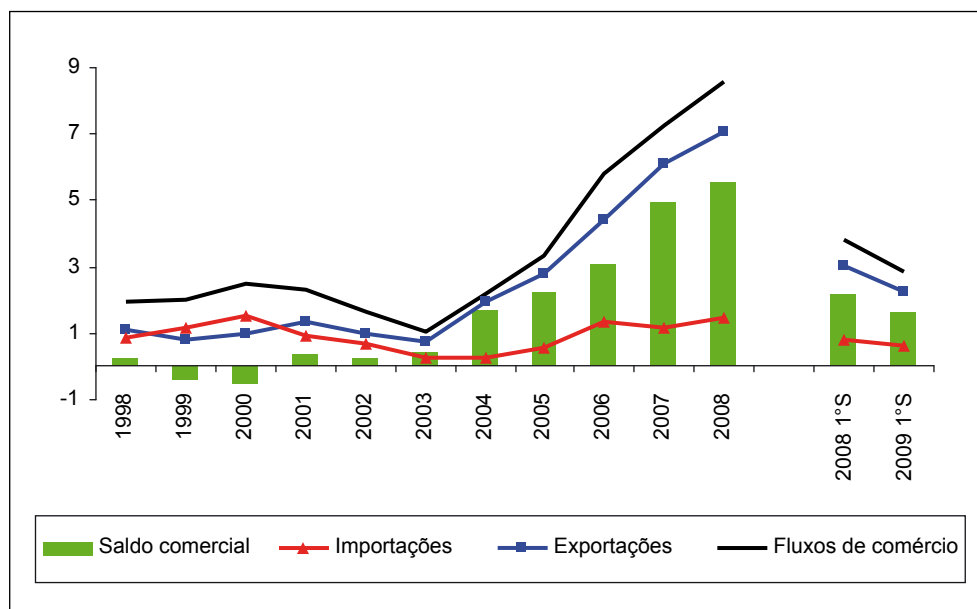
é explicada principalmente pela redução dos preços, visto que a redução das quantidades foi menor. O aumento significativo das compras externas de 2008 se deve a um importante aumento nas quantidades e nos preços. Durante a primeira metade de 2009, a redução dos preços foi muito superior à queda das quantidades importadas. A redução dos preços de importação maior do que a dos de exportação favoreceu os termos de intercâmbio do Uruguai.

D. O comércio MERCOSUL-Venezuela

Em 2008, os vínculos comerciais entre o MERCOSUL e a Venezuela se aprofundaram. A soma de exportações e importações recíprocas chegou a US\$ 8,6 bilhões, um nível 18,2% acima do registrado um ano antes. No período 2003-2008, o comércio cresceu a uma notável taxa anual acumulativa de 31,4%. Essa expansão é explicada principalmente pelas vendas do MERCOSUL à Venezuela, equivalentes a US\$ 7,1 bilhões em 2008; o superávit a favor do bloco foi de US\$ 5,6 bilhões (Gráfico 16). No primeiro semestre de 2009, a contração das exportações do bloco à Venezuela foi de 24,8%, percentual acima das retrações sofridas pelas vendas externas totais dos quatro sócios (-21,5%), mas menor do que as destinadas ao próprio bloco (-29,8%).

Do ponto de vista da origem por países das exportações para a Venezuela, um fato que merece ser destacado é o grande aumento da proporção que os sócios menores representam em 2008. Um ano antes, o Brasil foi a origem de 77,7% dessas vendas, proporção que caiu 4,8 pontos percentuais em 2008. A Argentina, o Paraguai e o Uruguai representaram no último ano 20,1%, 3,6% e 3,4% das vendas do bloco, respectivamente. Foi notório o aumento das vendas do Paraguai e do Uruguai, que exportaram para a Venezuela US\$ 260 milhões e US\$ 240 milhões respectivamente. Os dois países, no entanto, mantiveram déficits com o sócio comercial, diferentemente da Argentina e do Brasil (Quadro 7).

GRÁFICO 16
MERCOSUL: FLUXOS COMERCIAIS COM A VENEZUELA
(1998 - primeiro semestre de 2009 - Em bilhões de US\$)



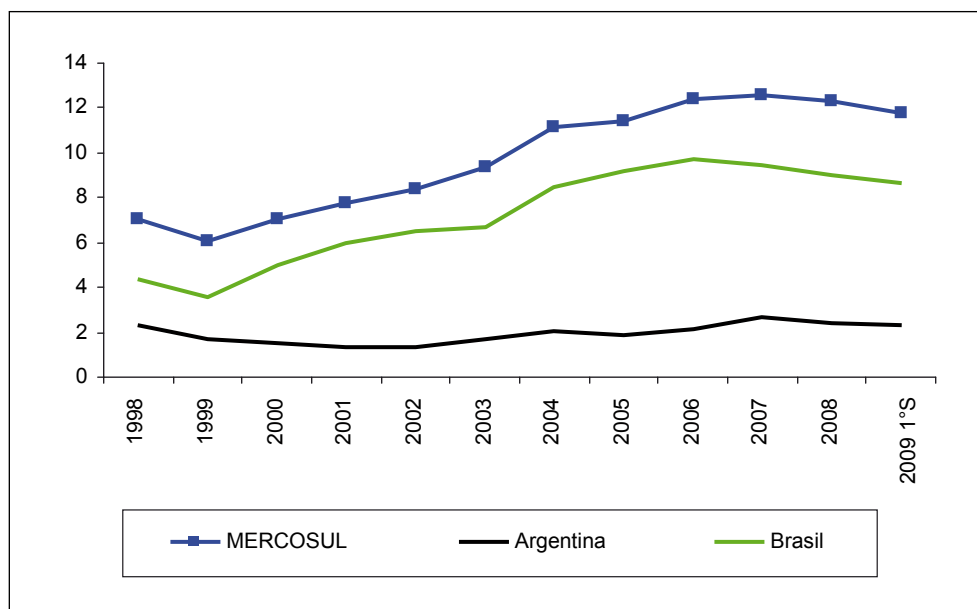
Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

QUADRO 7
MERCOSUL: FLUXOS COMERCIAIS COM A VENEZUELA
(Em milhões de US\$ e em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variación 2008/2007	Variación 2008/2002	1° S 2008	2° S 2008	1° S 2009	Variación 1°S 2009/2008	
Exportações para a Venezuela						Percentual	Percentual a.a.					Percentual
MERCOSUL	1.106	969	4.446	6.079	7.062	16,2	39,2	3.012	4.050	2.264	(24,8)	
Argentina	364	149	793	1.176	1.418	20,6	45,5	620	798	417	(32,8)	
Brasil	706	799	3.565	4.724	5.150	9,0	36,4	2.190	2.960	1.661	(24,1)	
Paraguai	8	10	8	85	257	202,6	72,7	112	144	80	(28,9)	
Uruguai	28	11	78	99	237	140,5	66,3	89	148	106	18,5	
Importações da Venezuela						Percentual	Percentual a.a.					Percentual
MERCOSUL	855	689	1.356	1.149	1.490	29,7	13,7	799	691	597	(25,3)	
Argentina	58	7	25	24	25	6,8	22,9	11	14	5	(50,9)	
Brasil	756	633	592	346	539	55,7	(2,7)	273	266	197	(27,6)	
Paraguai	3	5	139	142	365	157,5	106,2	213	152	195	(8,3)	
Uruguai	38	44	599	638	561	(11,9)	52,7	303	259	199	(34,2)	
Saldo comercial						Absoluta	Absoluta					Absoluta
MERCOSUL	251	280	3.091	4.930	5.572	13,0	5.292	2.212	3.359	1.667	3.346	
Argentina	305	142	768	1.153	1.393	20,8	1.251	609	784	411	763	
Brasil	-49	166	2.974	4.378	4.612	5,3	4.446	1.917	2.695	1.464	2.689	
Paraguai	5	5	-131	-57	-108	90,2	-113	-100	-8	-115	-98	
Uruguai	-10	-33	-521	-539	-324	(39,8)	-291	-213	-111	-93	-71	

Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

GRÁFICO 17
PARTICIPAÇÃO DO MERCOSUL NAS IMPORTAÇÕES DA VENEZUELA
(Em %)



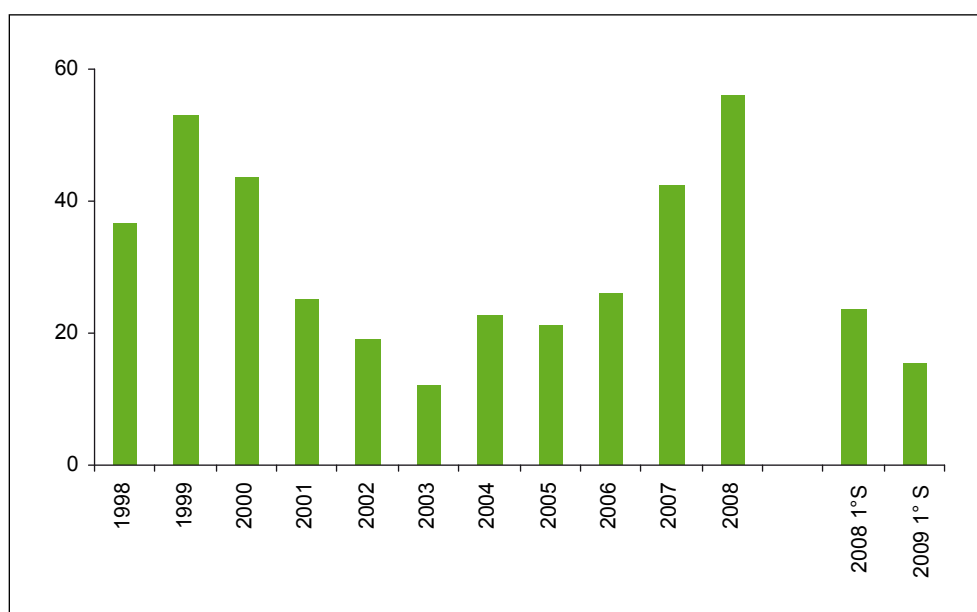
Fonte: ALADI.

Em 2008, a participação do MERCOSUL no mercado da Venezuela (*market-share*) foi de 12,3%, da qual 9 pontos percentuais correspondem ao Brasil e 2,4 à Argentina (Gráfico 17). Isso significou uma leve perda em relação ao ano anterior -realçada no primeiro semestre de 2009-, que talvez esteja sinalizando dificuldades para uma expansão posterior da oferta por parte do MERCOSUL nesse mercado.

E. Investimento estrangeiro direto¹⁹ no MERCOSUL

Em 2008, o IED nos países do MERCOSUL aumentou 31,5%, alcançando US\$ 56 bilhões, uma cifra recorde em termos nominais, superior à recebida no final dos anos 90 (Gráfico 18). A entrada de capital externo sofreu, no entanto, um freio abrupto no primeiro semestre de 2009 ao registrar apenas US\$ 15,7 bilhões, 34,6% menos do que no mesmo período do ano anterior. Na verdade, as entradas correspondentes a 2008 se concentraram nos três primeiros trimestres, enquanto a instabilidade própria da crise internacional atingiu os investimentos estrangeiros principalmente no último trimestre desse ano e no primeiro de 2009.

GRÁFICO 18
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MERCOSUL
(1998-primeiro semestre de 2009 - Em bilhões de US\$)



Fonte: CEPAL e BCP.

O Brasil foi o principal receptor de IED no MERCOSUL, com 80,5% do total em 2008. No entanto, os outros três sócios foram os receptores mais dinâmicos naquele ano. A Argentina recebeu US\$ 8,9 bilhões, o que ocasionou um crescimento interanual de 36,8%; os fluxos destinados ao Paraguai e ao Uruguai também tiveram aumentos acima da média do bloco, 32,7% e 38,5%, respectivamente. A contração do primeiro semestre de 2009 afetou particularmente a Argentina e o Uruguai.

¹⁹ Enquanto no Capítulo I são considerados os fluxos líquidos de IED, nesta seção são analisados apenas os fluxos de entrada de IED na economia de cada país. Ver o Anexo II para os fluxos de IED no exterior de cada país.

F. Conclusões

A rápida transformação do contexto externo do MERCOSUL em um cenário adverso e de instabilidade macroeconômica singular interrompeu a fase de expansão do comércio registrada pelos países do bloco desde 2003. No entanto, outras novas características desse mesmo entorno externo, aliadas ao efeito das políticas de contenção da crise, permitiram que o comércio do MERCOSUL tivesse neste período um desempenho melhor do que o da média mundial, e bastante acima do de outros países latino-americanos com uma maior concentração dos seus intercâmbios nos países mais afetados pela crise, principalmente nos Estados Unidos. O resultado é em grande parte explicado pela crescente importância dos mercados asiáticos -principalmente o da China- como destino das exportações extrabloco do MERCOSUL e pela estabilização dos preços de alguns produtos básicos. Por outro lado, assim como em outras ocasiões, o comércio intrabloco mostrou sua maior sensibilidade às flutuações cíclicas, embora desta vez sua queda tenha sido similar à experimentada pela do comércio extrabloco. Em uma análise a mais longo prazo, cabe ressaltar que os fluxos do comércio entre os sócios do MERCOSUL continuaram crescendo e alcançaram níveis absolutos quase 60% superiores aos que apresentavam uma década atrás.

ANEXO II

QUADRO AII.1 ARGENTINA: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRA E INTRAZONA (Em milhões de US\$ e em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1° S 2008	2° S 2008	1° S 2009	Variação 1°S 2009/2008
	Percentual						Percentual			
Exportações totais	26.434	25.651	46.569	56.246	70.021	24,5	33.504	36.517	27.250	-18,7
<i>MERCOSUL/total (%)</i>	35,6	22,3	21,3	22,1	23,1		22,5	23,5	22,8	
<i>MERCOSUL</i>	9.415	5.718	9.940	12.426	16.145	29,9	7.547	8.598	6.205	-17,8
Brasil	7.949	4.846	8.152	10.485	13.260	26,5	6.156	7.104	4.961	-19,4
Paraguai	622	343	616	776	1.086	39,9	497	589	343	-31,0
Uruguai	843	529	1.172	1.165	1.800	54,5	894	906	708	-20,8
<i>Extrazona/total (%)</i>	64,4	77,7	78,7	77,9	76,9		77,5	76,5	77,2	
<i>Extrazona</i>	17.019	19.932	36.629	43.820	53.875	22,9	25.957	27.918	21.045	-18,9
TLCAN	2.679	3.744	5.932	5.804	7.331	26,3	3.247	4.085	2.401	-26,0
União Européia	4.633	5.114	8.002	9.895	13.114	32,5	6.656	6.459	4.937	-25,8
ALADI ^{a/}	3.373	4.247	7.234	7.765	9.319	20,0	4.428	4.891	4.046	-8,6
Ásia ^{b/}	4.007	4.435	8.568	11.713	13.796	17,8	6.353	7.443	6.218	-2,1
Demais países	2.328	2.393	6.893	8.643	10.315	19,3	5.274	5.041	6.218	17,9
Importações totais	31.379	8.988	34.150	44.781	57.423	28,2	28.114	29.309	17.389	-38,1
<i>MERCOSUL/total (%)</i>	25,3	32,2	36,8	35,8	35,4		36,9	89,2	33,3	
<i>MERCOSUL</i>	7.930	2.895	12.555	16.037	20.300	26,6	10.143	10.157	5.821	-42,6
Brasil	7.055	2.517	11.750	14.523	17.977	23,8	8.912	9.065	5.109	-42,7
Paraguai	348	255	504	1.056	1.783	68,8	966	817	534	-44,7
Uruguai	528	122	301	458	540	17,8	264	276	178	-32,5
<i>Extrazona/total (%)</i>	74,7	67,8	63,2	64,2	64,6		63,9	65,3	66,5	
<i>Extrazona</i>	23.449	6.093	21.595	28.744	37.123	29,2	17.971	19.152	11.567	-35,6
TLCAN	7.163	2.012	5.550	6.893	8.936	29,6	4.309	4.627	3.011	-30,1
União Européia	8.871	2.028	5.813	7.452	9.012	20,9	4.491	4.521	2.892	-35,6
ALADI ^{a/}	1.138	255	1.129	1.273	1.539	20,9	704	835	567	-19,5
Ásia ^{b/}	4.792	1.072	6.365	9.115	11.943	31,0	5.660	6.283	3.846	-32,1
Demais países	1.485	727	2.738	4.011	5.694	41,9	2.808	2.886	1.253	-55,4
Saldo comercial total	-4.946	16.662	12.419	11.465	12.598		5.390	7.208	9.861	19,5
	Absoluta						Absoluta			
<i>MERCOSUL</i>	1.485	2.823	-2.615	-3.611	-4.155	-544	-2.596	-1.559	384	2.979
Brasil	895	2.329	-3.598	-4.038	-4.717	-680	-2.756	-1.961	-148	2.608
Paraguai	274	87	112	-280	-697	-417	-470	-228	-191	278
Uruguai	316	407	871	707	1.260	553	630	630	530	-100
<i>Extrazona</i>	-6.430	13.839	15.034	15.076	16.753	1.677	7.986	8.767	9.478	1.491
TLCAN	-4.484	1.733	382	-1.089	-1.605	-515	-1.062	-543	-610	452
União Européia	-4.238	3.086	2.189	2.443	4.102	1.659	2.165	1.937	2.045	-120
ALADI ^{a/}	2.234	3.992	6.105	6.492	7.780	1.288	3.724	4.055	3.479	-245
Ásia ^{b/}	-785	3.363	2.203	2.598	1.854	-744	693	1.161	2.372	1.679
Demais países	842	1.666	4.155	4.632	4.621	-11	2.466	2.156	4.965	2.499

Notas: ^{a/} Com exceção do MERCOSUL e do México. O México está incluído no TLCAN.

^{b/} Inclui Oriente Médio.

Fonte: INDEC.

QUADRO AII.2
BRASIL: FLUXOS DO COMÉRCIO EXTRA E INTRAZONA
(Em milhões de US\$ - em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009	Variação 1ºS 2009/2008	
						Percentual					Percentual
Exportações totais	51.120	60.439	137.808	160.649	197.942	23,2	90.645	107.298	69.952	-22,8	
MERCOSUL/total (%)	17,4	5,5	10,1	10,8	11,0		11,5	10,5	8,9		
MERCOSUL	8.877	3.311	13.986	17.354	21.737	25,3	10.459	11.278	6.196	-40,8	
Argentina	6.747	2.347	11.740	14.417	17.606	22,1	8.589	9.017	4.941	-42,5	
Paraguai	1.249	560	1.234	1.648	2.488	50,9	1.112	1.375	697	-37,4	
Uruguai	881	413	1.013	1.288	1.644	27,6	758	887	558	-26,4	
Extrazona/total (%)	82,6	94,5	89,9	89,2	89,0		88,5	89,5	91,1		
Extrazona	42.243	57.128	23.822	143.296	176.205	23,0	80.186	96.019	63.756	-20,5	
TLCAN	11.411	18.687	31.512	31.936	33.796	5,8	15.852	17.944	9.254	-41,6	
União Européia	15.250	15.609	31.045	40.428	46.395	14,8	22.146	24.250	15.990	-27,8	
ALADI ^{a/}	3.506	4.226	13.051	14.812	17.076	15,3	7.590	9.486	5.014	-33,9	
Ásia ^{b/}	5.613	8.798	20.816	25.086	45.497	81,4	19.704	25.793	22.064	12,0	
Demais países	6.464	9.807	27.397	31.033	33.441	7,8	14.895	18.546	11.434	-23,2	
Importações totais	57.714	47.243	91.343	120.621	173.197	43,6	79.351	93.845	55.963	-29,5	
MERCOSUL/total (%)	16,3	11,9	9,8	9,6	8,6		36,9	89,2	33,3		
MERCOSUL	9.428	5.615	8.968	11.630	14.934	28,4	7.037	7.897	5.758	-18,2	
Argentina	8.034	4.744	8.054	10.410	13.258	27,4	6.239	7.019	4.985	-20,1	
Paraguai	351	383	296	434	657	51,5	320	338	212	-33,6	
Uruguai	1.042	485	618	786	1.018	29,5	478	540	561	17,3	
Extrazona/total (%)	83,7	88,1	90,2	90,4	91,4		91,1	91,6	89,7		
Extrazona	48.287	41.628	82.375	108.991	58.263	45,2	72.315	85.948	50.205	-30,6	
TLCAN	16.008	11.760	17.355	22.575	22.576	0,0	14.037	8.538	11.725	-16,5	
União Européia	17.184	13.495	20.201	26.736	36.187	35,3	16.631	19.556	12.889	-22,5	
ALADI ^{a/}	1.959	2.033	6.020	6.972	9.349	34,1	4.588	4.761	2.635	-42,6	
Ásia ^{b/}	7.881	7.996	22.887	30.715	53.357	73,7	24.415	28.942	16.761	-31,4	
Demais países	5.254	6.344	15.912	21.993	36.794	67,3	12.642	24.152	6.196	-51,0	
Saldo comercial total	-6.595	13.196	46.465	40.028	24.746		11.293	13.453	13.989	6,6	
						Absoluta					Absoluta
MERCOSUL	-551	-2.304	5.018	5.723	6.804	1.080	3.422	3.382	438	-2.984	
Argentina	-1.287	-2.397	3.686	4.007	4.348	341	2.350	1.998	-43	-2.394	
Paraguai	898	177	938	1.214	1.830	616	793	1.037	485	-308	
Uruguai	-162	-72	394	502	626	124	279	347	-3	-283	
Extrazona	-6.044	15.500	41.447	34.305	17.942	-16.363	7.871	10.071	13.551	5.680	
TLCAN	-4.597	6.927	14.157	9.361	11.220	1.859	1.814	9.405	-2.471	-4.286	
União Européia	-1.934	2.114	10.844	13.692	10.208	-3.484	5.514	4.693	3.102	-2.413	
ALADI ^{a/}	1.547	2.194	7.031	7.840	7.727	-113	3.001	4.726	2.379	-622	
Ásia ^{b/}	-2.269	802	-2.071	-5.629	-7.860	-2.231	-4.712	-3.148	5.303	10.015	
Demais países	1.209	3.463	11.485	9.040	-3.353	-12.393	2.253	-5.606	5.238	2.985	

Notas: ^{a/} Com exceção do MERCOSUL e do México. O México está incluído no TLCAN.

^{b/} Inclui Oriente Médio.

Fonte: SECEX-MDIC.

QUADRO AII.3
PARAGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRA E INTRAZONA
(Em milhões de US\$ e em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009	Variação 1ºS 2009/2008
						Percentual				
										Percentual
Exportações totais	1.014	951	1.906	2.785	4.390	57,6	2.398	1.992	1.700	-29,1
<i>MERCOSUL/total (%)</i>	52,3	58,1	48,1	49,3	47,9		48,3	47,4	51,3	
<i>MERCOSUL</i>	531	553	917	1.374	2.104	53,1	1.159	945	871	-24,8
Argentina	153	35	168	552	712	29,0	492	220	244	-50,3
Brasil	349	353	328	558	614	10,1	301	314	263	-12,4
Uruguai ^{af}	29	165	420	264	777	194,2	367	411	364	-0,8
<i>Extrazona/total (%)</i>	47,7	41,9	51,9	50,7	52,1		51,7	52,6	48,7	
<i>Extrazona</i>	483	398	990	1.411	2.286	62,1	1.239	1.048	829	-33,1
TLCAN	83	42	74	80	83	3,4	29	54	23	-21,0
União Européia	285	83	114	233	368	58,3	191	178	87	-54,6
ALADI ^{bf}	66	99	153	441	867	96,6	415	452	329	-20,7
Ásia ^{cf}	18	48	101	166	389	134,5	233	157	138	-40,7
Demais países	31	126	548	491	579	17,8	372	207	252	-32,2
Importações totais	2.471	1.510	4.489	5.577	8.491	52,3	3.865	4.627	2.803	-27,5
<i>MERCOSUL/total (%)</i>	56,0	56,0	37,6	44,1	42,6		36,9	89,2	33,3	
<i>MERCOSUL</i>	1.383	845	1.689	2.461	3.618	47,0	1.611	2.007	1.098	-31,8
Argentina	481	309	677	800	1.216	52,1	473	743	426	-9,8
Brasil	822	478	960	1.588	2.302	45,0	1.104	1.198	633	-42,6
Uruguai	80	58	52	74	100	36,2	35	66	39	11,8
<i>Extrazona/total (%)</i>	44,0	44,0	62,4	55,9	57,4		58,3	56,6	60,8	
<i>Extrazona</i>	1.087	665	2.800	3.116	4.873	56,4	2.253	2.620	1.705	-24,4
TLCAN	282	92	375	343	448	30,6	220	228	164	-25,5
União Européia	284	142	243	313	446	42,4	200	246	168	-16,3
ALADI ^{bf}	30	29	227	246	527	114,0	288	238	249	-13,6
Ásia ^{cf}	449	305	1.739	2.152	3.185	48,0	1.466	1.719	1.091	-25,5
Demais países	42	95	216	61	267	335,7	79	188	32	-58,9
Saldo comercial total	-1.457	-560	-2.583	-2.792	-4.101		-1.467	-2.634	-1.103	-1,6
						Absoluta				
										Absoluta
<i>MERCOSUL</i>	-853	-293	-772	-1.087	-1.514	-427	-452	-1.062	-227	225
Argentina	-328	-275	-509	-248	-504	-256	19	-523	-182	-201
Brasil	-473	-125	-632	-1.030	-1.687	-657	-803	-885	-370	433
Uruguai	-51	107	368	191	677	487	332	345	325	-7
<i>Extrazona</i>	-604	-267	-1.811	-1.705	-2.587	-882	-1.015	-1.572	-876	139
TLCAN	-199	-50	-301	-263	-365	-102	-191	-174	-141	50
União Européia	1	-59	-129	-81	-78	3	-10	-68	-81	-71
ALADI ^{bf}	35	69	-75	195	340	146	126	214	80	-46
Ásia ^{cf}	-430	-257	-1.638	-1.986	-2.796	-810	-1.233	-1.562	-954	280
Demais países	-11	30	332	430	311	-118	293	19	220	-73

Notas: ^{af} As exportações do Paraguai ao Uruguai incluem as vendas que entram na Zona Franca de Nueva Palmira. Ver Quadro A.II.4, nota ^{af}. No *Informe MERCOSUL N° 13*, Quadro 10, p. 49, este esclarecimento foi omitido.

^{bf} Com exceção do MERCOSUL e do México. O México está incluído no TLCAN.

^{cf} Inclui o Oriente Médio.

Fonte: BCP.

QUADRO AII.4
URUGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRA E INTRAZONA
(Em milhões de US\$ e em %)

	1998	2002	2006	2007	2008	Variação 2008/2007	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009	Variação 1ºS 2009/2008
						Percentual				
						Percentual				
Exportações totais^{a/}	2.769	1.861	3.985	4.498	5.949	32,2	2.964	2.985	2.566	-13,4
MERCOSUL/total (%)	55,3	32,6	23,6	27,7	26,9		26,0	27,8	27,6	
MERCOSUL	1.532	607	942	1.247	1.601	28,4	769	831	709	-7,9
Argentina	513	113	301	441	507	15,0	254	253	168	-33,9
Paraguai	935	432	583	728	987	35,5	466	520	499	6,9
Uruguai	84	62	58	77	107	38,9	49	58	42	-13,9
Extrazona/total (%)	44,7	67,4	76,4	72,3	73,1		74,0	72,2	72,4	
Extrazona	1.236	1.254	3.043	3.251	4.348	33,7	2.195	2.154	1.857	-15,4
TLCAN	210	239	715	773	429	-44,4	184	245	167	-9,3
União Européia	459	445	668	832	1.150	38,2	592	558	407	-31,3
ALADI ^{b/}	251	156	351	286	566	98,1	242	324	179	-26,0
Ásia ^{c/}	295	317	530	544	693	27,4	341	352	338	-0,8
Demais países	21	98	779	817	1.510	84,9	836	674	766	-8,4
Importações totais^{a/}	3.811	1.964	4.775	5.608	8.933	59,3	4.466	4.467	3.141	-29,7
MERCOSUL/total (%)	43,3	48,1	45,7	46,0	43,9		36,9	89,2	33,3	
MERCOSUL	1.652	944	2.182	2.580	3.919	51,9	2.055	1.864	1.508	-26,6
Argentina	842	541	1.079	1.235	2.250	82,1	1.217	1.033	803	-34,0
Paraguai	793	390	1.078	1.314	1.618	23,2	817	801	653	-20,1
Uruguai	16	14	26	31	51	67,5	21	30	22	5,6
Extrazona/total (%)	56,7	51,9	54,3	54,0	56,1		54,0	58,3	52,0	
Extrazona	2.159	1.020	2.593	3.028	5.014	65,6	2.411	2.603	1.633	-32,3
TLCAN	526	200	407	516	842	63,2	428	414	278	-35,1
União Européia	802	352	477	578	769	33,0	345	424	312	-9,5
ALADI ^{b/}	170	106	712	734	698	-5,0	366	332	256	-30,2
Ásia ^{c/}	454	191	745	860	1.396	62,3	604	791	495	-18,1
Demais países	208	171	252	339	1.309	285,9	667	642	292	-56,2
Saldo comercial total	-1.042	-103	-790	-1.109	-2.984		-1.502	-1.482	-575	16,2
						Absoluta				
						Absoluta				
MERCOSUL	-119	-337	-1.240	-1.333	-2.319	-986	-1.286	-1.033	-800	486
Argentina	-328	-427	-777	-794	-1.743	-949	-963	-780	-635	328
Paraguai	142	42	-495	-586	-631	-46	-351	-280	-154	197
Uruguai	67	48	32	46	56	9	28	28	20	-8
Extrazona	-923	234	450	223	-665	-889	-216	-450	224	440
TLCAN	-316	39	308	256	-413	-670	-244	-169	-111	133
União Européia	-343	93	191	254	381	127	247	135	94	-152
ALADI ^{b/}	81	49	-360	-449	-132	317	-124	-8	-77	47
Ásia ^{c/}	-159	125	-216	-316	-703	-386	-264	-439	-157	107
Demais países	-186	-73	527	477	201	-276	169	32	474	305

Notas: ^{a/} Não inclui movimentos que têm como origem ou destino as Zonas Francas e Depósitos Alfandegários. Ver Quadro A.II.3, nota ^{a/}.

^{b/} Com exceção do MERCOSUL e do México. O México está incluído no TLCAN.

^{c/} Inclui o Oriente Médio.

Fonte: BCU.

QUADRO AII.5
MERCOSUL: TERMOS DO INTERCÂMBIO
(Índices 1998 = 100)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
1998	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	94,1	86,7	94,1	91,9	129,1
2000	103,5	89,4	92,6	95,8	195,2
2001	102,8	89,1	92,8	99,6	160,5
2002	102,2	87,9	89,5	98,2	171,0
2003	111,0	86,7	93,9	99,1	192,7
2004	113,1	87,5	96,6	95,7	230,5
2005	110,7	88,7	90,2	86,9	301,4
2006	117,3	93,3	88,5	84,8	359,9
2007	121,7	95,3	92,7	85,0	394,6
2008	137,9	98,7	99,4	90,1	487,0
1º S 2008	142,3	96,1	n.d.	86,2	n.d.
1º S 2009	133,0	92,7	n.d.	100,1	n.d.

Fonte: CEPAL, INDEC, FUNCEX e BCU.

QUADRO AII.6
MERCOSUL: INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO
(Em milhões de US\$)

	1998	2002	2006	2007	2008	1º S 2008	2º S 2008	1º S 2009
Investimento estrangeiro direto na economia declarante								
MERCOSUL	36.652	18.943	26.026	42.573	55.998	23.641	15.468	15.468
Argentina	7.291	2.149	5.537	6.473	8.853	5.748	3.105	2.094
Brasil	28.856	16.590	18.822	34.585	45.058	16.710	28.348	12.684
Paraguai	342	10	173	185	246	138	108	184
Uruguai	164	194	1.493	1.329	1.841	1.045	796	505
Investimento estrangeiro direto no exterior								
MERCOSUL	5.194	1.867	30.647	8.668	21.817	9.254	12.564	-969
Argentina	2.325	-627	2.439	1.504	1.351	665	686	821
Brasil	2.854	2.482	28.202	7.067	20.457	8.579	11.878	-1.798
Paraguai	6	-2	7	7	8	4	4	4
Uruguai	9	14	-1	89	1	6	-5	4
Investimento estrangeiro direto líquido								
MERCOSUL	31.458	17.076	-4.621	33.905	34.180	14.387	2.904	16.437
Argentina	4.965	2.776	3.099	4.969	7.502	5.083	2.419	1.273
Brasil	26.002	14.108	-9.380	27.518	24.601	8.131	16.470	14.482
Paraguai	336	12	167	178	238	134	104	180
Uruguai	155	180	1.495	1.240	1.840	1.039	801	501

Fonte: CEPAL e BCP.

CAPÍTULO III. A AGENDA INTERNA

Este capítulo descreve os principais temas da agenda interna do MERCOSUL entre julho de 2008 e junho de 2009, correspondentes às Presidências *Pro Tempore* (PPT) do Brasil (segundo semestre de 2008) e do Paraguai (primeiro semestre de 2009), e está organizado em cinco seções. A primeira seção trata das ações derivadas de reuniões do mais alto nível das autoridades do MERCOSUL, incluindo os ministros de Economia e presidentes dos bancos centrais para enfrentar os efeitos da crise internacional. O episódio global contribuiu de certa forma para acelerar algumas negociações e agilizar a implementação de acordos prévios, como o intercâmbio em moeda local entre a Argentina e o Brasil e a avaliação da sua possível ampliação para os demais membros do bloco. Do mesmo modo, o impulso dado ao *swap* de moedas entre os sócios maiores, a instauração de um mecanismo de monitoramento das correntes de comércio e as propostas de aumento de alguns direitos de importação extrazona também estiveram entre os efeitos da crise sobre o MERCOSUL.

As seções seguintes detalham a evolução dos principais temas que foram matéria das negociações dentro do bloco. Na segunda, são considerados aspectos relacionados com o intercâmbio comercial. Na terceira, são analisadas as assimetrias e a integração produtiva regional, enquanto as duas últimas partes estão dedicadas, respectivamente, aos aspectos institucionais e a outros de relevância para o bloco, como a adesão da Venezuela.

Ao longo dos últimos anos, a agenda interna observou poucos avanços, limitados à inclusão do tema produtivo como um dos eixos centrais para dar resposta às assimetrias e às tensões comerciais, sendo a formação do FOCEM uma das principais conquistas do MERCOSUL no último quinquênio. Neste sentido, a instalação do Parlamento MERCOSUL e o início do funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) contribuíram para o fortalecimento institucional do processo integrador.

A crise internacional incorporou uma nova dimensão à problemática negociadora dos Estados-membros no período 2008-2009. A este respeito, é possível observar uma reação, ainda que modesta, do MERCOSUL frente a esta crise, por meio da implementação de medidas financeiras, e certa coordenação a partir de reuniões das autoridades econômicas do mais alto nível dos países, especialmente quando se considera que os sócios maiores são membros do G20 (Capítulo V). São observados alguns avanços na agenda de consolidação do processo, tanto em matéria de integração produtiva (como a criação do Fundo de Garantia do MERCOSUL para Pequenas e Médias Empresas e na utilização do FOCEM para projetos produtivos) quanto no fortalecimento institucional (como a ampliação de funções da Secretaria MERCOSUL), assim como em uma maior relevância da questão social no eixo negociador (estrutura do Instituto Social do MERCOSUL e tratamento especial para a agricultura familiar). De qualquer forma, o cenário internacional não favoreceu avanços mais decisivos durante o período.

A. Medidas frente à crise internacional

Nesta parte, são descritas as negociações e a implementação de alguns acordos que vinham sendo objeto de discussão e foram impulsionados pelas condições derivadas da crise internacional. São analisados o início do funcionamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, as propostas de *swap* de moedas entre países-sócios, a criação de uma instância de monitoramento das correntes de comércio e os pedidos de modificação da TEC para certos produtos sensíveis.

Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

- Antecedentes -

A possibilidade de utilizar moedas locais nas transações comerciais entre a Argentina e o Brasil começou em 2005 com o crescimento do comércio bilateral e a verificação de que os custos de transação limitavam o acesso ao comércio das pequenas e médias empresas.²⁰ O mecanismo foi aprovado na Cúpula de Assunção de 2007 por meio da Decisão CMC N° 25/07. Embora o instrumento contemple todos os sócios do MERCOSUL, até o momento só houve avanço do mecanismo no comércio entre a Argentina e o Brasil.

O SML é um esquema por meio do qual as transações comerciais são acordadas e concretizadas em moedas locais, o que evita a intermediação do dólar, divisa habitual no comércio internacional. Este mecanismo pode ser aplicado a operações com prazos de financiamento de até 360 dias, sendo opcional e complementar de outros esquemas financeiros existentes; as transações devem ser realizadas por meio das entidades autorizadas pelos respectivos bancos centrais e seu principal objetivo é reduzir os custos financeiros e administrativos.

Para o seu funcionamento, foi estabelecida uma câmara de compensação e transferência de valores em moedas locais entre a Argentina e o Brasil que não inclui mecanismos de cobertura de risco entre os participantes. Neste sistema, diferentemente do que acontece no mercado de câmbios, o agente de comércio internacional recebe (transfere) moeda local da instituição financeira interveniente, que por sua vez a recebe do (transfere ao) Banco Central. A compensação entre pesos e reais é feita diariamente e permite a liquidação de saldos entre os bancos centrais em dólares.

O impulso desta iniciativa está ligado à simplificação e à redução de custos associados a operações cambiais bilaterais, com o objetivo de facilitar que as empresas de menor tamanho relativo participem dos fluxos de comércio. De acordo com estimativas do Banco Central do Brasil (Landim [2009]), o sistema implicaria uma economia de 2% a 3% do valor do comércio recíproco.

- Evolução durante o período -

A saída de capitais e a contração dos fluxos de comércio no contexto de aprofundamento da crise global em setembro de 2008 fez com que os bancos centrais da Argentina e do Brasil ditassem as disposições operacionais necessárias para a implementação do convênio. A partir de outubro daquele ano, as condições permitiram começar a usar o sistema e canalizar operações por meio do mesmo. Deste modo, o SML começou a operar em uma conjuntura particularmente adversa do ponto de vista da dinâmica comercial; por isso, os resultados da sua implementação parecem, à primeira vista, modestos. Desde o seu início até 30 de junho de 2009, foram realizadas 373 operações em um valor total de US\$ 62,8 milhões. O valor médio por operação ficou em torno a US\$ 168 mil. Das operações, 95% foram destinadas a financiar exportações do Brasil para a Argentina, com a participação de 212 empresas dos dois países (Quadro 8).

²⁰ Ver BID-INTAL [2008], p. 98-102 e BID-INTAL [2009c].

QUADRO 8
OPERAÇÕES REALIZADAS POR MEIO DO SML
(Entre 03/10/08 e 30/06/09)

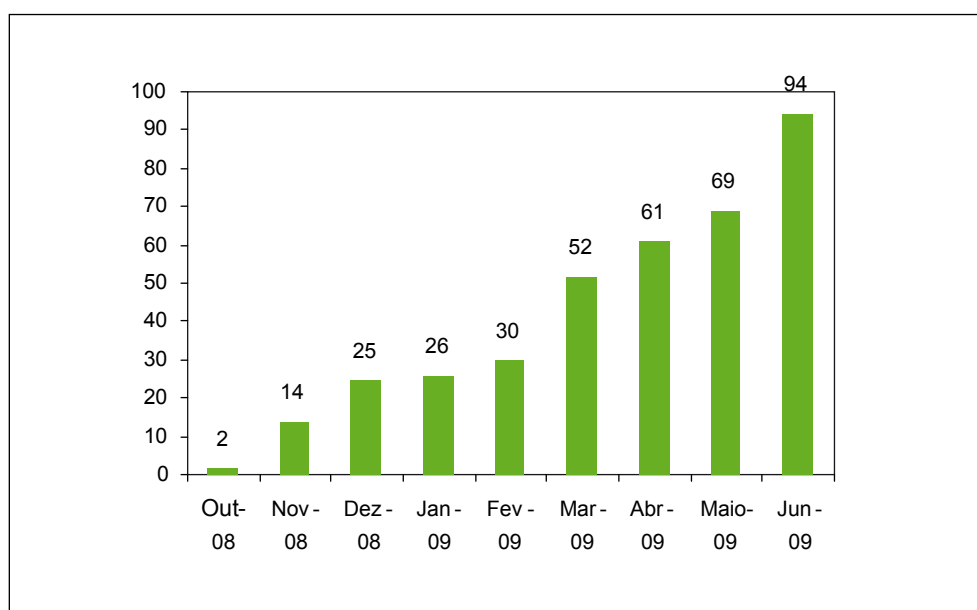
	Exportações argentinas	Importações argentinas	Total
<i>Volume operado</i>			
Em milhões de \$	4	226,7	230,7
Em milhões de US\$	1,1	61,7	62,8
Quantidade de operações	41	332	373
Quantidade de empresas	30	182	212
Argentinas	15	87	102
Brasileiras	15	95	110

Nota: \$ = pesos argentinos.

Fonte: BCRA.

Apesar da conjuntura negativa, o progressivo crescimento do número de operações, empresas e setores que usaram o SML desde que ele começou a ser operado expressam de alguma forma certo sucesso na elaboração, aplicação e difusão do instrumento (Gráfico 19). Os setores que mais utilizaram o sistema nos primeiros meses de funcionamento foram o energético, metalúrgico, automotivo e de autopeças, têxtil, alimentício e de cosméticos.

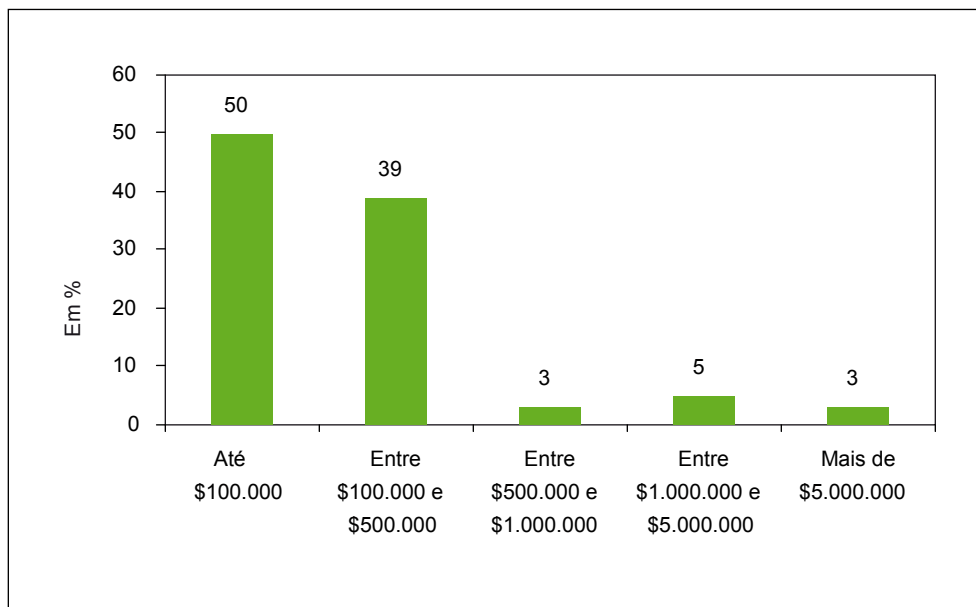
GRÁFICO 19
QUANTIDADE DE OPERAÇÕES



Fonte: BCRA.

Cerca de 90% das 373 operações realizadas nesta etapa tiveram valores inferiores a \$ 500 mil (US\$ 130 mil aproximadamente), como se observa no Gráfico 20. Além disso, foram registradas 12 operações com valores superiores a \$ 5 milhões (US\$ 1,3 milhão aproximadamente). Destas, seis correspondem a uma só empresa, com um valor total de \$ 101 milhões (US\$ 26,2 milhões aproximadamente), e quatro a outra, de \$ 37 milhões (US\$ 9,6 milhões aproximadamente).

GRÁFICO 20
NÚMERO DE OPERAÇÕES POR FAIXAS DE VALOR^{a/}
 (Distribuição de frequências - em % do total de operações)



Nota: ^{a/} Valores expressos em \$ argentinos.

Fonte: BCRA.

Em termos de comércio global bilateral, uma pequena porção foi realizada por meio do novo esquema. É possível supor que a melhoria do comércio bilateral e uma mais ampla difusão e experiência do novo sistema darão maior protagonismo a este instrumento. No entanto, existem alguns condicionantes derivados das operações financeiras tradicionais que atentam contra o rápido desenvolvimento deste canal. Por um lado, os recursos creditícios para pré-financiar exportações -e ainda para capital de giro ligado a operações de comércio exterior- estão vinculados às linhas de capitalização geralmente denominadas em dólares. Portanto, uma maior utilização do SML exigiria uma grande expansão de linhas de financiamento para o comércio exterior em moedas locais. Por outro lado, alguns empresários e exportadores do Brasil assinalaram obstáculos como a falta de financiamento em moeda local, a existência de riscos cambiais e a percepção de que os benefícios associados à redução de custos são pequenos. Na verdade, o SML compete com o sistema que foi utilizado tradicionalmente: a realização das operações de exportação e importação por meio do esquema de créditos documentários em divisas oferecido por bancos privados. Estas operações são realizadas por meio de cartas de crédito financiadas com recursos próprios que os bancos intervenientes dispõem no exterior, ou com linhas que são concedidas por outras instituições dos centros financeiros internacionais. Neste sentido, embora o novo sistema implique custos menores em relação ao esquema tradicional, essa economia pode não ser suficiente para modificar o regime vigente. Poderia inclusive acontecer de os bancos reagirem reduzindo os custos do sistema tradicional e, portanto, a vantagem de o SML ser reduzida.

BOXE C
O CONVÊNIO DE PAGAMENTOS E CRÉDITOS RECÍPROCOS ALADI E SML

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos foi assinado em 25 de agosto de 1982 no Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI pelos bancos centrais de alguns países da associação,¹ no contexto da crise da dívida que atingiu a região durante essa década.

Seus objetivos são reduzir o uso de divisas convertíveis e facilitar as transações comerciais entre os países-membros, estimular as relações financeiras entre os países da região e sistematizar as consultas mútuas em matéria monetária, cambial e de pagamentos entre os bancos centrais. O convênio possui dois componentes fundamentais. Por um lado, um mecanismo de compensação multilateral de pagamentos que funciona baseado em períodos de liquidação quadrimestrais; e, por outro, um Sistema de Garantias (conversão, transferência e reembolso) que facilita e dá garantia às transações.

Na Câmara de Compensação multilateral, são consolidados e liquidados quadrimestralmente os saldos dos débitos do período que correspondem aos pagamentos realizados efetivamente, aos quais se somam os juros gerados por estes débitos. Seu funcionamento é entre bancos centrais, por meio de uma linha de crédito recíproca expressa em dólares norte-americanos cujo valor varia conforme as correntes comerciais estabelecidas entre os respectivos países.

As principais diferenças entre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local são resumidas no seguinte quadro.

COMPARAÇÃO ENTRE CCR-ALADI E SML

Diferenças	CCR ALADI	SML
Países membros	- 12 países	- Argentina-Brasil
Tipo de operações admitidas	- Comércio de bens, incluindo serviços e gastos relacionados. - Não determina prazo para as operações, podendo ser estabelecido pelos bancos centrais.	- Inicialmente para o comércio de bens com financiamento de até 360 dias, incluindo serviços e gastos relacionados. - Está prevista a ampliação para todo tipo de pagamentos entre os países.
Instrumentos	- Determinados no convênio.	- Não há restrições.
Moedas	- A operação comercial é acordada em dólares. - O importador e o exportador utilizam a moeda determinada pela normativa interna de cada banco central.	- A operação comercial é acordada na moeda do país exportador. - Tanto o importador como o exportador pagam e cobram nas moedas dos seus respectivos países.
Garantias oferecidas pelos bancos centrais	- De reembolso, conversão e transferência.	- Não são outorgadas garantias; só são realizadas operações efetivamente pagas.
Compensação entre bancos centrais	- Multilateral e quadrimestral, em dólares.	- Diária ou semanal, em dólares.
Crédito entre bancos centrais	- Existe um mecanismo de uso multilateral de linhas de crédito. - Programa Automático de Pagamento: plano multilateral de pagamento por problemas de liquidez. - O esgotamento eventual de uma linha de crédito não supõe a suspensão da realização de operações.	- Existe uma margem eventual prevista para quando o saldo não justificar a transferência. - Deve ser saldado nas sextas-feiras e quando superar 80% do valor estabelecido. - A falta de recomposição da margem eventual supõe a suspensão do registro de novas operações.

Nota: ^{1/} Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana.

Fonte: ALADI e BCRA.

Apesar das dificuldades assinaladas, a elaboração e início do funcionamento do SML aparece como um avanço concreto na operacionalidade comercial bilateral, que contribui para diminuir custos e para reduzir a participação do dólar nas transações entre a Argentina e o Brasil. Segundo estimativas do Banco Central

do Brasil (Landim [2009]), entre 10% e 20% do comércio bilateral devem ser realizados por meio deste mecanismo. A maior utilização do SML e sua eventual generalização deve exigir, no entanto, mudanças mais profundas nos sistemas financeiros e no acesso a linhas de crédito em moedas locais.

Cabe assinalar, finalmente, que durante a XXXVII Reunião do Conselho realizada em Assunção em 24 de julho de 2009 foi acordada a ampliação do alcance do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, para que possa ser usado em todo tipo de transações realizadas entre os Estados-membros do MERCOSUL. Os novos conceitos de pagamento incorporados pelo mecanismo e as condições de operação deverão ser acordados de forma bilateral pelos bancos centrais.

Como o sistema foi criado e institucionalizado sobre a base de Decisões do Conselho do Mercado Comum, seu objetivo final é ser ampliado para operações intrazona dos países-sócios. Durante sua PPT, o Paraguai organizou em abril de 2009 um "Seminário sobre Transação em Moedas Locais no MERCOSUL" com o propósito de implementar mecanismos ágeis para solucionar a crise financeira, oportunidade em que funcionários dos bancos centrais da Argentina e do Brasil fizeram apresentações sobre as características do SML. Na sede da ALADI em Montevidéu, no Uruguai, em 22 de abril de 2009, foi realizado um encontro enfocado neste sistema e em suas semelhanças e diferenças em relação ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) que funciona sob essa órbita.

Swaps de moedas entre países sócios

- Antecedentes -

Um *swap* de moedas entre bancos centrais é um acordo contingente para que dois ou mais países disponham de liquidez na moeda do outro país. As transações são concretizadas apenas quando necessárias. Dessa maneira, um país tem linhas abertas de financiamento disponíveis que não necessariamente são utilizadas, mas que sem dúvida contribuem para aumentar a capacidade potencial de cada banco central para fazer frente a um cenário global com restrições de liquidez. No caso de estes fundos serem usados, eles devem ser destinados aos fins acordados e pagar uma taxa de juros estabelecida previamente. Se os fundos não forem usados, o instrumento não tem custo.

Com o aprofundamento da crise global, vários acordos deste tipo foram realizados entre diversos bancos centrais tanto de países avançados -a Reserva Federal dos Estados Unidos com o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra, o Banco do Japão e o Banco Nacional da Suíça-, como os desses com os de países emergentes -a Reserva Federal com os bancos centrais do Brasil, México, Coreia e Cingapura- (Capítulo V). Da mesma maneira, o Banco Popular da China dispôs acordos similares com os bancos centrais da Coreia, da Malásia, da Indonésia, da Bielorrússia e da Argentina.

- Evolução durante o período -

O Brasil liderou a oferta de mecanismos deste tipo no âmbito do MERCOSUL estabelecendo um acordo com a Argentina e propondo a implementação de um instrumento similar com o Uruguai.²¹

²¹ Não foram encontradas referências de uma eventual oferta deste tipo para o Paraguai, pelo menos até o momento e com informações disponíveis publicamente.

As conversas entre os ministros de Economia da Argentina e do Brasil começaram em maio de 2009, visando à criação de uma linha contingente em moedas locais equivalente a US\$ 1,5 bilhão, em um prazo estimado de três anos, e com uma taxa de juros a ser definida. De acordo com as autoridades do governo brasileiro, o objetivo desta linha é contar com instrumentos eventuais para enfrentar a crise global em melhores condições, seguindo a experiência do acordo entre o Banco Central do Brasil e a Reserva Federal dos Estados Unidos de US\$ 30 bilhões (Capítulo V). Neste contexto, a Argentina e o Brasil acordaram que o *swap* buscaria reforçar a liquidez, enquanto o BCRA negava que a linha pudesse ser utilizada para financiar o desequilíbrio comercial bilateral. No entanto, alguns analistas na Argentina entenderam que o esquema poderia terminar financiando importações com origem no país vizinho. Por sua vez, no Brasil o acordo era questionado porque se supunha que ia favorecer a curto prazo a Argentina, em momentos em que o Brasil enfrentava grandes desequilíbrios internos e externos, com uma forte queda do PIB e um colapso do comércio exterior.

Finalmente, o convênio foi assinado em Brasília pelo ministro de Economia da Argentina e pelo da Fazenda do Brasil em 19 de agosto de 2009. O acordo consiste na disponibilidade para cada um dos países do equivalente a US\$ 1,8 bilhão denominados em moedas locais (US\$ 300 milhões a mais do que o valor discutido inicialmente), para o caso de algum dos dois países requerer. O *swap* funcionaria com duas contas segregadas depositadas em cada banco central, no valor de \$ 7 bilhões e R\$ 3,5 bilhões. De qualquer forma, a entrada em vigência, normas e prazos do acordo devem ser determinados pelos bancos centrais dos dois países.

Por outro lado, os ministros da Fazenda do Brasil e da Economia do Uruguai acordaram avançar na elaboração e início do funcionamento de um instrumento similar, mas até a redação deste relatório não havia avanços nesta negociação bilateral.

Monitoramento das correntes de comércio

- Antecedentes -

Em meio ao diálogo sobre a crise global e seu impacto sobre os fluxos comerciais da região, a Argentina propôs a criação de um Comitê de Monitoramento do Comércio durante a reunião do Grupo Mercado Comum realizada em Brasília, em novembro de 2008. Esta proposta tinha como objetivo realizar um acompanhamento regular e uma análise dos fluxos de comércio intra e extrazona por meio de um comitê especializado e dedicado especialmente a essa tarefa. O Grupo Mercado Comum decidiu que a Comissão de Comércio fosse a responsável por isso, instruindo-a a realizar uma sessão especial dedicada a esta questão específica, a cada duas reuniões ordinárias da comissão. Segundo este preceito, a reunião inicial devia ser realizada em sua primeira sessão de 2009, com o compromisso de as delegações apresentarem dados estatísticos antes deste encontro.

- Evolução durante o período -

Na Reunião da Comissão de Comércio realizada em março de 2009, a Argentina apresentou uma proposta de objetivos e ações para o monitoramento. A iniciativa argentina contempla a análise da evolução recente do comércio do MERCOSUL e dos seus Estados-membros, a detecção precoce de fluxos anormais em termos de preços e/ou das quantidades importadas e o levantamento de relatórios periódicos para consideração da Comissão de Comércio que alertem sobre eventuais situações conflituosas e permitam que sejam adotadas medidas corretivas. Além disso, a proposta prevê a comunicação dos sócios por meio da identificação em

cada Estado-membro de pontos focais responsáveis pelo intercâmbio de dados primários, seu armazenamento e processamento. Com o intercâmbio de informações pelos Estados-membros, seria gerada uma base de dados única, administrada de maneira centralizada por um dos países ou pela Secretaria do MERCOSUL. Finalmente, o sistema de alerta precoce usaria uma ferramenta de informática que permitiria detectar de forma periódica os produtos em situação crítica.

Para poder avançar na iniciativa, a CCM decidiu formar um Grupo Técnico de apoio às tarefas de acompanhamento regular e análise dos fluxos de comércio, concentrando-se na análise do comércio extrazona e deixando de lado o intercâmbio intrarregional. Para isso, foram designados os pontos focais de cada Estado-membro e decidiu-se que o grupo elaboraria relatórios mensais, para serem apresentados em cada reunião realizada pela CCM, com os dados mensais e os acumulados até o último mês sob análise. Os relatórios conteriam uma introdução sobre a evolução recente do comércio do MERCOSUL e anexos com os produtos detectados em função do mecanismo de alerta precoce em cada Estado-membro, detalhando as principais origens e a evolução dos preços de importação.

A criação de um Grupo Técnico de acompanhamento e análise dos fluxos do intercâmbio aparece como uma das respostas do MERCOSUL diante do aprofundamento da crise internacional e do seu impacto sobre o comércio global e as importações dos países do bloco. De qualquer maneira, o fato de o grupo ser instruído para deixar de lado a análise do intercâmbio intrazona e ser inibido de sugerir eventuais ações pontuais diante dos casos em alerta limita seu alcance e deixa em evidência as dificuldades do MERCOSUL para lidar com problemáticas do comércio entre os países-sócios.

Propostas de mudança na Tarifa Externa Comum (TEC)

- Antecedentes -

O impacto da crise financeira sobre os fluxos no comércio mundial contribuiu para que o MERCOSUL analisasse alternativas e instrumentos novos em torno da estruturação da TEC, sem prejudicar as negociações de longo prazo que vêm se desenvolvendo sobre este tema. Cabe assinalar que o procedimento estabelecido para realizar mudanças na TEC atravessa diferentes instâncias de negociação e não gera um mecanismo dinâmico e factível para enfrentar situações conjunturais. O MERCOSUL conta com um mecanismo mais expedito para reduzir transitoriamente as alíquotas dos direitos de importação a partir de terceiros países, aplicável apenas a um número reduzido de produtos e diante de problemas de abastecimento regional. Não existem, no entanto, previsões similares para casos em que seja necessário o aumento transitório dos direitos, diante de situações excepcionais como as geradas pela crise internacional.

- Evolução durante o período -

A Argentina e o Brasil elaboraram diferentes propostas para realizar ajustes pontuais no nível da TEC. A Argentina elevou temporariamente as alíquotas de importação aplicadas às compras extrazona, limitando essa alta à tarifa máxima consolidada pelos Estados-membros diante da OMC. Segundo esta proposta, os países poderiam aumentar de forma temporária e excepcional as tarifas de importação sobre um máximo de 50 posições tarifárias da Nomenclatura Comum do MERCOSUL. Para isso, seriam definidos critérios para a seleção desses produtos. As medidas poderiam ser aplicadas durante um período de até 12 meses, prorrogáveis por mais 12 meses, no caso de persistirem as circunstâncias motivadoras da sua admissão.

Embora apenas em certas situações especiais, o Brasil também manifestou sua intenção de estabelecer parâmetros para a alteração da TEC. Sobre a base das disposições do GATT 94 (Artigo XXIV e Artigo XXVIII), propiciou uma medida em virtude da qual um Estado-membro poderia elevar a TEC durante um prazo máximo inicial de dois anos diante de situações específicas.

Independentemente deste intercâmbio de propostas, no período sob análise alguns dos membros tiveram a necessidade concreta de elevar as tarifas correspondentes a certos produtos, dada a conjuntura do comércio internacional. O Brasil, por exemplo, solicitou fazer isso em 11 posições correspondentes ao setor lácteo. A Argentina, por sua vez, solicitava alterar a TEC de certos produtos têxteis, produtos de couro e móveis. Em nenhum dos casos se conseguiu um consenso em nível de MERCOSUL.

Embora a crise tenha promovido um debate sobre a eventual geração de um mecanismo expedito para alterar certos níveis da TEC de forma transitória e para um número reduzido de produtos, as propostas não foram acordadas. Do mesmo modo, também não foi possível estabelecer consenso sobre modificações pontuais solicitadas por alguns dos países-sócios.

B. Temas comerciais

A TEC de Bens de Informática e de Telecomunicações

- Antecedentes -

Em 2003, o Conselho do Mercado Comum estabeleceu um Regime Comum de Importação de Bens de Capital Novos, suas partes, peças e componentes não produzidos nos Estados-membros, segundo o qual se fixava uma tarifa de importação inferior à TEC vigente para este tipo de produtos. O regime exigia a elaboração de uma lista comum de bens de capital não produzidos em nível regional, que seriam passíveis do tratamento preferencial. Até que essa lista pudesse ser elaborada, os Estados-membros estavam habilitados a manter listas nacionais de bens não produzidos com tarifas de 2%, até 1º de janeiro de 2008; a partir de então, o regime estabelecia que o tratamento diferencial ficaria limitado aos bens incluídos na lista comum. No entanto, várias razões impediram a implementação desta decisão, especialmente a oposição dos setores privados da Argentina -pela colisão desse regime com outros benefícios concedidos à produção e comercialização interna de tais bens- e pela indefinição do Paraguai e do Uruguai em função das limitações de abastecimento extrazona que tal regime pudesse implicar.

- Evolução durante o período -

Em dezembro de 2008, o CMC decidiu prorrogar o prazo de entrada em vigência do regime para 1º de janeiro de 2011 (Decisão CMC N° 58/08) e diferir o prazo para 1º de janeiro de 2013 (Decisão CMC N° 59/08) para que só sejam aceitas sob as disposições do regime criado todas as importações de bens de capital, suas peças e componentes não produzidos que constem na lista comum. Além disso, o CMC resolveu criar no âmbito do Grupo Mercado Comum um grupo *Ad Hoc* para os setores de bens de capital e de bens de informática e telecomunicações, absorvendo as atribuições de examinar a consistência e a dispersão da TEC e de elaborar a proposta de revisão tarifária para estes setores. Cabe apontar que havia sido criado oportunamente um Grupo de Alto Nível que não avançou nestas mesmas tarefas. Por outro lado, embora a primeira reunião do Grupo *Ad Hoc* devesse ter sido realizada no primeiro semestre de 2009, não há evidência de tal encontro.

A partir de 2009, os Estados-membros devem apresentar à Comissão de Comércio estatísticas trimestrais das importações intra e extrazona dos itens classificados como bens de capital, informática e telecomunicações. O Grupo *Ad Hoc* foi instruído para elaborar uma proposta de revisão da TEC para bens de capital que deverá ser elevada durante a realização da primeira reunião do GMC do segundo semestre de 2010. Enquanto isso, os Estados-membros podem manter os regimes nacionais de importação de bens de capital vigentes atualmente. Por seu lado, o Paraguai e o Uruguai poderão, até 31 de dezembro de 2013, aplicar a tarifa de 2% para as importações de bens de capital com origem extrazona. Uma revisão similar deverá ser realizada com os bens de informática e telecomunicações, para os quais se decidiu prorrogar até 31 de dezembro de 2010 o prazo para que a Argentina e o Brasil possam aplicar uma alíquota de 0% a algumas ou todas as importações desses bens. Por sua vez, o Paraguai e o Uruguai ficaram autorizados a importar bens de informática e telecomunicações extrazona com alíquotas de 0%, no caso de produtos que constem em listas apresentadas no âmbito da CCM, e 2% nos demais casos, até 31 de dezembro de 2016.

Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira

- Antecedentes -

A eliminação da dupla cobrança da TEC é um aspecto central do processo de consolidação do MERCOSUL e do seu direcionamento para uma União Alfandegária.²² Por tal motivo, o disposto pelo Conselho do Mercado Comum por meio da Decisão CMC Nº 54/04 "Eliminação da Dupla Cobrança e Distribuição da Renda Aduaneira" constituiu uma mensagem decisiva ao estabelecer a livre circulação dos bens importados de países extrazona que cumpram a Política Alfandegária Comum (PAC) por meio de um programa de duas etapas. A primeira delas -em vigência- é aplicada a produtos que têm uma TEC de 0% e preferências de 100% outorgadas pelo MERCOSUL como bloco aos seus sócios comerciais.

- Evolução durante o período -

A segunda etapa, que devia ser implementada a partir de 1º de janeiro de 2009, seria aplicada aos bens com origem extrazona onerados com uma mesma tarifa por todos os Estados-membros. Para isso, a Decisão CMC Nº 54/04 estabelecia a necessidade de acordar e aprovar um mecanismo para a distribuição da renda alfandegária, o Código Alfandegário do MERCOSUL e o funcionamento pleno da interconexão dos sistemas informáticos de gestão alfandegária.

Embora tenha sido criado um grupo *Ad Hoc* para a redação do código e um grupo especial para a definição do mecanismo de distribuição da renda alfandegária, o único requisito no qual se avançou foi na interconexão informática das alfândegas. Nos demais temas, os trabalhos não foram concluídos, ficando pendentes de definição política no âmbito do GMC. Algumas das questões a serem definidas estão relacionadas com o universo de bens compreendido nesta segunda etapa, o mecanismo de distribuição da renda e o organismo de administração e controle. No que diz respeito ao alcance, a Argentina e o Paraguai entendem que o universo deve estar restrito àquelas importações em que a TEC seja aplicada simultaneamente nos quatro Estados-membros, motivo pelo qual os produtos incluídos em listas de exceções não estariam compreendidos até convergirem à TEC. O Brasil e o Uruguai, por sua vez, são favoráveis a um universo mais amplo, permitindo a circulação dos bens que pagam

²² Os produtos importados de países extrazona deveriam poder circular livremente no MERCOSUL, uma vez realizado o pagamento da TEC no ponto de entrada da União Aduaneira. Mas isso não acontece, pois muitos produtos provenientes de países que não fazem parte do bloco sofrem uma dupla cobrança da TEC quando exportados de um país do MERCOSUL a outro.

a TEC embora estejam incluídos na lista de exceções de algum Estado-membro; nesta variante, só ficariam excluídos do universo os setores automotivo e açucareiro.

Com relação ao mecanismo de distribuição, a Argentina, o Brasil e o Uruguai coincidiram na forma de calcular as contribuições de cada país. Os três países também concordam que uma parte do valor a ser distribuído seja destinada a um fundo comum e que o restante seja alocado em função de variáveis que contemplem as importações intrazona de cada país e o grau de cumprimento da política tarifária comum. No entanto, não houve acordo sobre a ponderação dos critérios e a definição das variáveis que serão utilizadas para a distribuição. O Paraguai propôs que toda a arrecadação fique sujeita a distribuição e que esse fundo não seja constituído.

Finalmente, sobre a definição de um organismo de administração e controle do mecanismo de distribuição, a posição de alguns membros é criar um órgão intergovernamental, enquanto outros propõem um organismo supranacional; outra alternativa seria a constituição de um organismo dependente da Secretaria do MERCOSUL.

Durante sua PPT, o Brasil priorizou estas questões: não só tratou de impulsionar o funcionamento dos organismos técnicos responsáveis por dar forma final às propostas técnicas, mas também aos grupos de decisão política do MERCOSUL: Grupo Mercado Comum e Comissão de Comércio.

Na reunião de Coordenadores Nacionais do GMC realizada em dezembro de 2008, o Brasil apresentou uma última proposta para procurar alcançar o consenso, tanto para a eliminação da dupla cobrança da TEC como para a distribuição da renda alfandegária. Neste sentido, o Brasil propunha avançar de maneira gradual nos dois temas, com uma primeira etapa de uma duração mínima de dois anos e que seria aplicável só àqueles bens gravados com uma TEC de até 6%. Com relação ao mecanismo de distribuição, o país propunha começar estabelecendo um valor fixo de arrecadação alfandegária para ser distribuída entre os Estados-membros. A proposta indicava -sem maiores detalhes- que este valor poderia ser inicialmente de US\$ 30 milhões e que seria repassado pelos países de forma proporcional ao superávit comercial registrado no comércio intrazona -com exceção daqueles com déficit ou com um superávit inferior a 10% do seu comércio regional. Este valor de arrecadação alfandegária seria distribuído da seguinte forma: 30% aos Estados-membros com déficit no comércio intrarregional- de forma proporcional à magnitude deste déficit; e 70% seriam outorgados automaticamente ao Paraguai, para compensar as assimetrias relacionadas com sua mediterraneidade. As condições para a implementação das etapas seguintes seriam definidas no segundo ano de vigência do mecanismo, depois de aprovado por Decisão do Conselho do Mercado Comum. Ainda estão pendentes aspectos como a definição do alcance do universo, a metodologia de cálculo das contribuições, a fórmula de distribuição, a criação do organismo de administração e controle, como também a definição de aspectos técnicos relativos aos procedimentos operativos e de administração.

Embora a Argentina concordasse no geral com os elementos propostos pelo Brasil, questionava a sustentabilidade e discricionariedade do valor comprometido (US\$ 30 milhões), e sugeria realizar um monitoramento periódico dos possíveis efeitos que esta primeira etapa de implementação poderia ter sobre a produção e a localização de investimentos nos Estados-membros.

O Uruguai, por sua vez, também se manifestou de acordo com a posição do Brasil em termos gerais, embora considerasse que a proposta deveria ser mais explícita em termos de prazos e mais clara com relação aos valores a serem distribuídos e à sua forma de distribuição.

O Paraguai objetou à proposta do Brasil ao considerar que não contemplava a criação de um órgão supranacional encarregado de administrar a renda alfandegária regional e que zelasse pela superação das assimetrias presentes dentro do bloco.

Diante da impossibilidade de conseguir consensos a partir da proposta brasileira, na reunião do CMC realizada em dezembro de 2008, os ministros acordaram a realização de uma reunião extraordinária do conselho para tratar deste assunto. O encontro deveria ser convocado pela PPT do Paraguai durante o primeiro trimestre de 2009.

Na primeira parte de 2009, o Brasil fez circular uma nova proposta para ser tratada, sugerindo começar o processo com os bens importados de países extrazona que cumprissem a Política Tarifária Comum (PTC) do MERCOSUL, que receberiam o tratamento de bens originários, tanto no que diz respeito à sua circulação no bloco quanto à sua incorporação em processos produtivos.²³ A proposta contemplava a participação dos quatro Estados-membros nesta fase, embora reservasse um tratamento especial para o Paraguai. Enquanto a Argentina, o Brasil e o Uruguai reconheceriam os certificados de cumprimento da PTC emitidos pelos quatro Estados-membros para garantir a livre circulação e evitar a dupla cobrança, o Paraguai continuaria cobrando a TEC nas exportações dos sócios que não cumprissem os requisitos de origem. Em outros termos, o Paraguai continuaria nesta etapa aplicando a dupla cobrança da TEC.²⁴

Nesta primeira fase, não seriam distribuídas as arrecadações alfandegárias dos Estados-membros. Em uma segunda etapa, o Paraguai se incorporaria ao esquema de eliminação da dupla cobrança da TEC. Além disso, seria estabelecido um mecanismo para a distribuição da renda alfandegária, criado um organismo de administração e controle na estrutura institucional do MERCOSUL e contemplado -como pré-requisito técnico- o desenvolvimento de um sistema informático de gestão do mecanismo de distribuição dessa renda alfandegária.

Apesar dos muitos esforços de aproximação, parece difícil o debate e acordo de interesses em um aspecto que pode implicar uma redução na arrecadação de direitos de importação por parte de um ou vários dos sócios, principalmente em um contexto de enfraquecimento do processo de crescimento regional e seu impacto sobre as arrecadações fiscais. O impacto mais imediato é a arrecadação que deixaria de existir por renunciar à cobrança da TEC nas importações do MERCOSUL com origem em países extrarregionais. Estas operações totalizaram US\$ 36,7 milhões em 2006 -ano de referência para as comparações-, valor que representa 2,3% da arrecadação regional em conceito de tarifas de importação.²⁵

Código Aduaneiro do MERCOSUL

- Antecedentes -

A Decisão CMC 54/04 *"Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira"* dispõe em seu Artigo 4º que, para implementar a livre circulação de mercadorias importadas de terceiros países, o Código Aduaneiro do MERCOSUL deve estar aprovado e em vigência. O Grupo *Ad Hoc* para a Redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (GAHCAM) completou a tarefa encomendada e redigiu quase completamente o articulado deste corpo normativo e ficou de incorporar aspectos que, por sua natureza e implicações, exigem definições políticas por parte dos coordenadores nacionais do GMC. Neste sentido, os temas que atualmente estão sujeitos à decisão deste órgão são os vinculados à definição e alcances de

²³ Os bens que fazem parte das listas nacionais de exceções à TEC e os bens importados ao amparo de regimes especiais não cumprem a PTC.

²⁴ Estima-se que o Paraguai representa 2% da dupla cobrança da TEC a produtos não originários do MERCOSUL (Vaillant e Lalanne [2007]).

²⁵ Este valor poderia ser compensado por meio do FOCEM.

"Território Aduaneiro" -que inclui áreas alfandegárias especiais, zonas francas e mares territoriais-, direitos de exportação e direitos de importação específicos:

i) Áreas Aduaneiras Especiais (AAE)

As questões a serem resolvidas neste ponto são o número de áreas aduaneiras especiais permitidas em cada Estado-membro e a vigência temporal dos benefícios estabelecidas para elas. Cabe assinalar que as áreas aduaneiras especiais são ferramentas que existem há bastante tempo, utilizadas pelo Brasil e pela Argentina para promover regiões distantes dos grandes centros de consumo. Diferentemente das zonas francas mais modernas, sua produção se destina em boa parte ao mercado interno dos países em que estão radicadas, cumprindo os requisitos de integração estabelecidos em cada caso. Cabe apontar que os produtos da Terra do Fogo e de Manaus são considerados originários do MERCOSUL, por isso entram ao território alfandegário geral dos Estados-membros em condições de livre comércio.

De acordo com a Decisão CMC Nº 08/94, a vigência para os casos das áreas aduaneiras especiais existentes em Manaus, no Brasil, e na Terra do Fogo, na Argentina (únicas AAE do MERCOSUL a essa data), foi fixada até 2013. O Brasil manifestou sua intenção de apresentar uma proposta para estender até 2023 o tratamento vigente no MERCOSUL para as áreas aduaneiras especiais existentes. Não foi possível delinear um acordo sobre se poderia funcionar em cada país-sócio uma área aduaneira especial ou só as que já funcionam atualmente (Manaus e Terra do Fogo).

A referência à duração temporal das áreas aduaneiras especiais não é aceita por alguns membros, que consideram que isso não deveria estar explícito no Código Aduaneiro, já que dificultaria depois qualquer modificação em relação à prorrogação dos prazos.

No Brasil, também está em discussão se as mercadorias produzidas nas áreas aduaneiras especiais que cumprem as regras de origem podem ou não ser incluídas nas negociações comerciais entre o MERCOSUL e terceiros países. Sobre esta questão, alguns dos países-membros consideraram que, como consequência de ter sido adotada a definição do Protocolo de Kyoto²⁶ para as áreas aduaneiras especiais, estas passariam a fazer parte do território alfandegário do MERCOSUL, motivo pelo qual seus produtos gozariam dos mesmos direitos que os do território geral.

Finalmente, a inclusão no código de um articulado sobre o mar territorial foi debatida e quase acordada. No entanto, e depois de várias interpretações, considerou-se que não seria pertinente incluir no corpo normativo alusões referidas à entrada, saída e permanência de mercadorias no mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e plataforma continental, deixando que estes temas continuem sendo regulados pelas legislações de cada Estado-membro.

ii) Direitos de Exportação

Os direitos de exportação são impostos com os quais alguns países oneram suas vendas externas. Na América Latina, estes direitos estiveram muito difundidos até o processo de abertura da década de 1990,

²⁶ O convênio de Kyoto (<http://www.customs.ae/customs>), de simplificação e harmonização dos regimes aduaneiros, foi assinado em maio de 1973 pelos membros do então Conselho de Cooperação Aduaneira de Bruxelas. Modificado em 1999, foi ratificado por mais de 40 membros -número requerido para entrar em vigência- só em 2005.

quando foram eliminados.²⁷ No entanto, desde 2002 a Argentina aplica direitos de exportação a uma ampla gama de produtos, entre eles os do complexo da soja e outros bens-chave da cesta exportadora, sendo esta renda uma parte significativa da arrecadação fiscal. No âmbito da discussão do Código Aduaneiro do MERCOSUL, surgiram diferentes tipos de debates: se tais direitos devem ou não ser parte do Código; se é possível habilitar os países a aplicá-los no comércio intrazona, se suas alíquotas devem ser fixadas de forma conjunta por um órgão comum do MERCOSUL.

A posição argentina defende que os direitos de exportação são um instrumento de política comercial necessário, motivo pelo qual sua regulação no Código Aduaneiro deve ser feita de forma tal que garanta a autoridade de cada um dos Estados-membros para determinar as condições de aplicação dos mesmos. Alguns países-sócios consideram esta interpretação discricionária, pois se chocaria com a normativa alfandegária comum. Eles defendem que os direitos de exportação não devem ser aplicáveis ao comércio intrarregional e que, se uma referência no Código sobre estes tributos for incluída, os mesmos devem ser fixados por um órgão do MERCOSUL.

iii) Direitos de Importação Específicos Mínimos

Os direitos de importação específicos mínimos são tributos aplicados às importações. Diferentemente das tarifas *ad valorem*, não são porcentagens aplicadas sobre o valor de importação, mas sim valores fixos por unidade de produto. Em alguns casos, estes direitos funcionam substituindo a tarifa *ad valorem*. Em outros, é aplicada a tarifa *ad valorem* ou o direito específico, de acordo com o que outorga maior proteção. Embora parecesse haver um consenso sobre sua inclusão no código, está em discussão se deve ser eliminado ou não o parágrafo que submete a aplicação dos Direitos de Importação Específicos Mínimos à legislação nacional de cada um dos Estados-membros.

- Evolução durante o período -

Na reunião do Grupo Mercado Comum realizada em março de 2009, a PPT do Paraguai circulou um documento consolidado dos temas que faltavam ser definidos do Projeto de Código Aduaneiro do MERCOSUL. A sensibilidade relativa dos temas em discussão e a falta de iniciativa política para tomar resoluções dificultaram a consecução do acordo final para se chegar ao Código Aduaneiro MERCOSUL.

Regimes Especiais de Importação

- Antecedentes -

A preocupação do MERCOSUL em preservar a TEC, evitando perfurações que possam afetar sua integridade, teve início no ano 2000 quando o Conselho do Mercado Comum decidiu eliminar os regimes especiais de importação adotados unilateralmente, dando um prazo de cinco anos para serem eliminados. Este prazo foi prorrogado até 1º de janeiro de 2008 e depois até o 31 de dezembro do mesmo ano.

²⁷ Salvo poucas exceções de alguns produtos em certos países.

- Evolução durante o período -

A Comissão de Comércio avançou no tratamento deste tema, procurando focalizar-se em alguns regimes setoriais pontuais, como o da indústria naval, aeronáutica, saúde, educação, entre outros. Além disso, surgiram neste período propostas para tratar regimes mais horizontais, como o de importação de bens integrantes de projetos de investimento (apresentado pelo Uruguai) ou o de comércio transfronteiriço terrestre (Brasil). A este respeito, foi levado ao conselho um projeto de Decisão criando um regime comum para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, aprovado pelo CMC no final de 2008 (Decisão CMC N° 40/08). Segundo este regime, a importação de bens efetuada por pessoas jurídicas sem fins lucrativos que desenvolverem pesquisas científicas ou tecnológicas e forem reconhecidas como tais pelas autoridades competentes de cada país estarão isentas do pagamento de impostos às importações.

Independentemente disso, qualquer um dos Estados-membros poderá estender o benefício indicado aos cientistas e pesquisadores, que devem se inscrever em um registro especial. As autoridades competentes de cada Estado-membro deverão manter uma lista das importações permitidas. Esta informação deve ser apresentada na CCM antes de 30 de junho de cada ano.

Com relação aos demais setores sinalizados, o conselho autorizou a Comissão de Comércio a avançar nos trabalhos para alcançar uma normativa comum que possa ser avaliada pelo GMC em sua última reunião do segundo semestre de 2010. Além disso, o conselho decidiu prorrogar até 31 de dezembro de 2010 o prazo para que o Grupo Mercado Comum defina o tratamento que será dado aos regimes especiais de importação adotados unilateralmente pelos Estados-membros, na medida em que impliquem uma isenção total ou parcial da TEC. O Paraguai foi habilitado para estender seu programa de importação de matérias-primas com alíquota reduzida a 2% até o final de dezembro de 2010. Neste sentido, a possibilidade de utilizar *drawback* e admissão temporária para o comércio intrarregional também foi estendida até 31 de dezembro de 2010.

No primeiro semestre de 2009, a Argentina divulgou um documento metodológico "Regimes Especiais Comuns de Importação. Antecedentes e Proposta de Tratamento", a partir do qual a CCM acordou um plano de ação setorial.

Durante o semestre, trabalhou-se na criação de um regime comum para a *indústria aeronáutica*. A Argentina e o Brasil chegaram a um consenso para a sua aprovação, enquanto o Paraguai e o Uruguai ainda estão estudando a matéria. Segundo o documento, estariam sujeitas à alíquota de 0% as importações de partes, peças de reposição, componentes, insumos e matérias-primas, utilizados na industrialização, conserto, manutenção, transformação, modificação, conversão, conservação, proteção e montagem de:

- a) Aeronaves, veículos espaciais, demais veículos aéreos e suas partes;
- b) Motores de aviação e suas partes e peças de reposição.

Finalmente, houve alguns avanços no regime comum de importação de bens destinados à *educação* e uma proposta de regime comum de importação de *medicamentos*.

Barreiras não tarifárias

- Antecedentes -

Desde o Tratado de Assunção, as barreiras não tarifárias aparecem como matéria de tratamento prioritário. O processo de progressiva liberalização do comércio gerado pela redução das tarifas devia ser acompanhado pelo desmantelamento das restrições preexistentes, e a não geração de novos entraves ou obstáculos ao comércio. Dessa maneira, desde 1991 houve várias tentativas para formalizar e gerar compromissos para a eliminação destas restrições, com resultados parciais. Neste sentido, foram ditadas pelo Conselho do Mercado Comum as Decisões CMC N° 01/92, 03/94, 17/97, 22/00, 34/06, 06/07 e 27/07. Por sua vez, o Grupo Mercado Comum emitiu as Resoluções N° 123/94 e 32/95. Na Decisão CMC 27/07, os Estados-membros são instruídos a enviar listas com as medidas e barreiras não tarifárias que dificultam suas exportações aos sócios e a levar ao GMC uma proposta de tratamento para os obstáculos identificados.

Por sua vez, o GMC devia aprovar os tratamentos definidos às restrições e medidas não tarifárias antes de 31 de dezembro de 2008. O prazo máximo para a implementação das soluções acordadas devia ser 31 de dezembro de 2010 para as medidas aplicadas pela Argentina e pelo Brasil, e 31 de dezembro de 2012, para as medidas aplicadas pelo Paraguai e Uruguai.

- Evolução durante o período -

Durante o período analisado pelo relatório, foram intercambiadas as listas de medidas que cada país identificou como obstáculos em suas vendas aos demais países-sócios e foram feitos comentários e esclarecimentos sobre os entraves informados, mas não houve avanço em propostas de tratamento.

Independentemente da negociação "integral" sobre as barreiras não tarifárias, na prática foram gerados vários canais para tratar conflitos sobre medidas ou procedimentos considerados restrições que afetam a livre circulação e acesso aos mercados dos sócios: procedimentos bilaterais de natureza informal -como a comissão de monitoramento do comércio gerada entre a Argentina e o Brasil-, o mecanismo de consultas na Comissão de Comércio, os mecanismos para a solução de controvérsias previstos pelo Protocolo de Brasília, os Tribunais *Ad Hoc*, o Tribunal Permanente de Revisão, entre outros.

Um tema recorrente na geração de obstáculos ao comércio dentro do MERCOSUL foi a implementação de *licenças de importação*. Uma das medidas que o Brasil se comprometia a eliminar no Tratado de Assunção eram as denominadas Guias de Importação. Por outro lado, o tratamento deste assunto chegou a ser causa central de dois Laudos Arbitrais no MERCOSUL. No primeiro, a controvérsia foi suscitada por duas disposições do Departamento de Operações de Comércio Exterior do Brasil em 1997 e 1998²⁸ que envolviam a implementação de licenças automáticas (LA) e licenças não automáticas (LNA). O laudo determinou que as LAs são compatíveis com o sistema normativo do MERCOSUL, desde que se limitem a um registro operado sem demora durante a tramitação alfandegária. O parecer também afirma que as LNA só são compatíveis com o sistema normativo do MERCOSUL se corresponderem a medidas adotadas sob o Artigo 50 do Tratado de Montevideu (TM) de 1980 -referentes a poucos bens relacionados com a saúde, a segurança, etc-. Ou seja, os laudos aceitaram os dois tipos de licenças, mas, no caso das LAs, apenas como

²⁸ Comunicados N° 37 de dezembro de 1997 e N° 7 de fevereiro de 1998.

um registro estatístico que não gere demoras; e, no das LNAs, somente quando aplicadas a bens particulares que por suas próprias características exigem uma autorização prévia.

Outro laudo deu um parecer sobre uma controvérsia criada entre a Argentina e o Brasil referente a obstáculos impostos à entrada de produtos argentinos no mercado brasileiro por motivos fitossanitários, já que o Brasil não tinha internalizado acordos prévios sobre a matéria. Neste caso, o Tribunal afirmou que a proteção da saúde humana, animal e vegetal não isenta o Brasil de cumprir a obrigação de incorporar à sua normativa interna as disposições das resoluções GMC.

Na prática, estes laudos tiveram um acatamento limitado ou foram posteriormente objeto de novas tensões. Por exemplo, apesar de um deles estabelecer que as LNAs são incompatíveis com o MERCOSUL, a Argentina fez um uso *ex post* generalizado delas (Ver Capítulo IV).

Liberalização do Comércio de Serviços

- Antecedentes -

A Decisão CMC 13/97 aprovou o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços no MERCOSUL, com o objetivo de promover o livre comércio no âmbito regional. Este entrou em vigência em 7 de dezembro de 2005. O protocolo estabelece que cada Estado-membro deve especificar uma lista de setores, subsetores e atividades com relação aos quais assumirá compromissos e, para cada modo de prestação, os termos, limitações e condições em matéria de acesso aos mercados e tratamento nacional. Em cumprimento dos objetivos do protocolo, os Estados-membros manteriam sucessivas rodadas de negociações para completar o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços em um prazo máximo de dez anos, contados a partir da entrada em vigor do protocolo.

- Evolução durante o período -

Em reunião de julho de 2006, o Conselho do Mercado Comum deu por concluída a 6ª Rodada de Negociações e apontou ser necessário definir -até junho de 2007- os parâmetros das rodadas seguintes, para cumprir o Protocolo. Depois de várias negociações e postergações de prazos, o Conselho do Mercado Comum aprovou em dezembro de 2008 o plano de ação para o aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no âmbito do MERCOSUL "visando concluí-lo em 2015, conforme o estabelecido no Protocolo de Montevideu".

De acordo com o plano de ação aprovado, foram estabelecidas as seguintes ações, prazos e etapas. Durante o primeiro semestre de 2009, os sócios deveriam realizar um diagnóstico da situação atual, definindo os setores menos sensíveis cuja liberalização não apresenta maiores dificuldades, aqueles com um grau médio de dificuldade para a liberalização e os altamente sensíveis, assim como aqueles que poderiam ser objeto de harmonização dos marcos regulatórios.

Durante 2010, os Estados-membros deverão consolidar o *status quo* regulatório nos setores que ainda não têm compromissos e eliminar as restrições de acesso aos mercados e ao tratamento nacional nos setores menos sensíveis. Além disso, deverão avançar em termos de harmonização ou complementação dos marcos regulatórios nos setores considerados necessários e identificar mecanismos que promovam a participação crescente no mercado regional de serviços dos operadores menos desenvolvidos.

Em 2012, deverão ser eliminadas as restrições de acesso aos mercados e ao tratamento nacional nos setores com um grau médio de dificuldade para a liberalização, avançar em termos de harmonização ou complementação dos marcos regulatórios nos setores que foram entendidos como necessários, identificar as medidas de regulamentação doméstica que possam constituir barreiras ao comércio intrarregional, visando à sua eliminação e considerar o aprofundamento das disciplinas MERCOSUL sobre regulamentação doméstica.

Em 2014, deverão ser eliminadas as restrições de acesso aos mercados e ao tratamento nacional nos setores altamente sensíveis, concluído o processo de harmonização ou complementação dos marcos regulatórios, concluído o aprofundamento das disciplinas MERCOSUL sobre regulamentação doméstica e eliminadas as medidas regulamentares identificadas como entraves ao comércio intrarregional.

Em síntese, a liberalização do comércio de serviços no MERCOSUL segue sua própria dinâmica a partir da negociação por meio de rodadas sucessivas e com um novo plano mais integral e profundo.

C. Assimetrias e temas produtivos

As assimetrias e o FOCEM

- Antecedentes -

As assimetrias naturais e artificiais e a forma de lidar com elas no âmbito regional são questões presentes nos debates do MERCOSUL desde o princípio. Tanto o Paraguai como o Uruguai obtiveram vantagens diferenciais nos processos negociadores que levaram à criação do bloco, refletidas em tarifas de importações para certos bens, prazos especiais e mais prolongados para a adequação a normas do bloco, tratamento favorável no regime de origem e nos regimes especiais de importação, entre outras. A Argentina e o Brasil aceitaram este tratamento diferencial como parte do difícil processo de alcançar os consensos em nível regional. O Protocolo de Ouro Preto do final de 1994 foi uma clara demonstração da capacidade e espírito negociador dos quatro países-sócios, que alcançavam um acordo que prometia ser equilibrado e globalmente balanceado entre as partes. No entanto, o Uruguai e o Paraguai, por diferentes motivos e com várias aproximações estratégicas, começaram a discutir o alcance do balanço negociador nos últimos anos -principalmente depois da crise econômica do período 1999-2002-, provocando a renovação do debate. O Paraguai, em sua condição de país mediterrâneo e de menor PIB *per capita* dos integrantes do MERCOSUL, começou a demandar novas exceções e flexibilidades nos temas da agenda interna e nos vinculados às negociações com terceiros países. O Uruguai, por seu lado, impulsionava o renovado tratamento das assimetrias visando à consolidação da livre circulação de bens e à liberdade para negociar individualmente acordos com países extrazona.

Neste contexto, surgiu a conveniência de elaborar um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias no MERCOSUL que deveria ser aprovado no final de 2007, prazo que foi prorrogado reiteradamente.

Uma das respostas mais importantes a esta problemática foi a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), no qual o Paraguai contribui com o menor percentual e é o maior receptor dos desembolsos. O Uruguai, embora seja beneficiário do FOCES, tem uma posição mais crítica

com relação ao balanço do MERCOSUL e continua propiciando maiores debates e liberdade de ação para as negociações com terceiros países.

- Evolução durante o período -

Na última sessão do Conselho do Mercado Comum de julho de 2009, foram aprovados os únicos dois projetos do período deste relatório, que serão financiados pelo FOCEM. O *Projeto de Implementação da Biblioteca UNILA-BIUNILA e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados*, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, na Região Trinacional em Foz do Iguaçu, é o primeiro projeto aprovado para o Brasil, com um valor total de US\$ 22 milhões, dos quais US\$ 17 milhões serão arcados pelo FOCEM e o restante pelo Brasil em caráter de contrapartida nacional.

Por sua parte, o Projeto *Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade - DeTIEC*, é o projeto N° 14 aprovado para o Paraguai, com o valor total de US\$ 6,5 milhões. Deste valor, US\$ 5 milhões serão arcados pelo FOCEM e o restante pelo país beneficiário. Esse projeto visa à geração e difusão de conhecimentos tecnológicos, metodologias para a certificação da qualidade dos produtos, garantias de segurança, promoção e encadeamento de desenvolvimentos produtivos, fortalecimento da reconversão e associatividade das pequenas e médias empresas, capacitação profissional em autogestão e organização produtiva para o cooperativismo.

Com estes dois novos projetos, o FOCEM tinha 25 aprovados no total em 30 de junho de 2009, com um valor global de US\$ 197,7 milhões, dos quais US\$ 152 milhões são arcados pelo fundo. O grau de execução dos projetos se diferencia segundo o caso (Quadro 9). No conjunto dos projetos, o valor executado chega a US\$ 20,8 bilhões (14% do total a ser financiado pelo FOCEM). Em uma comparação interanual, a execução dos projetos aprovados cresceu 156%.

Neste período, o FOCEM continuou se fortalecendo em matéria institucional e operacional. Um passo adiante foi dado na reunião do CMC de dezembro de 2008, quando foram aprovados os critérios do registro de auditores externos do FOCEM (Decisão CMC N° 44/08) destinados a certificar o uso adequado dos fundos. A auditoria deverá ser de caráter compreensivo, abrangendo inspeções físicas, aspectos operacionais, contábeis, financeiros, cumprimento dos requisitos específicos de cada projeto, avaliação de produtos e resultados obtidos, etc.

Outra ação de fortalecimento do FOCEM foi disposta nessa mesma reunião do Conselho, ao elevar o valor total anual máximo destinado a financiar os gastos de funcionamento da Unidade Técnica/FOCEM da Secretaria do MERCOSUL até o equivalente a 0,75% do valor total estabelecido pelo Artigo 6° da Decisão do Conselho N° 18/08.²⁹

Por outro lado, foi aprovada a Decisão CMC N° 12/09, que oferece tratamento nacional às empresas do MERCOSUL nas compras e licitações que realizadas no âmbito dos projetos FOCEM.

²⁹ Artigo 6°: O valor total anual da contribuição dos Estados-membros ao FOCEM será de US\$ 100 milhões e será pago nas seguintes porcentagens, que foram estabelecidas considerando a média histórica do PIB do MERCOSUL: Brasil 70%, Argentina 27%, Uruguai 2% e Paraguai 1%.

QUADRO 9
FOCEM - RESUMO PROJETOS APROVADOS ATÉ 30-7-09

Nº	País	Descrição	Valor Total Projeto (em milhões de US\$)	Valor Total FOCEM (em milhões de US\$)	Aprovação CMC		Valor Total Desembolsos em 30-7-09 (em milhões de US\$)
					DEC Nº	Data	
1	Paraguai	MERCOSUL - Habitat	12,91	7,50	8/07	1/18/2007	5,62
2	Paraguai	MERCOSUL - Roga	9,71	7,50	8/07	1/18/2007	0,60
3	Paraguai	Acesso e circunvalação Assunção	14,86	12,63	8/07	1/18/2007	1,26
4	Paraguai	Apoio integral microempresas	5,00	4,25	8/07	1/18/2007	0,43
5	Paraguai	Laboratório biossegurança	4,80	4,08	8/07	1/18/2007	0,05
6	Paraguai	Corredores viários	16,99	14,44	11/07	5/22/2007	1,44
7	Regional	PAMA	16,34	13,89	8/07	1/18/2007	2,40
8	Uruguai	Rodovia 26 Melo - Arroio Sarandi	7,93	5,31	8/07	1/18/2007	4,44
9	Uruguai	Internalização produtiva -software, biotecnologia	1,50	1,28	8/07	1/18/2007	1,28
10	Uruguai	Economia Social de Fronteira	1,65	1,40	8/07	1/18/2007	0,14
11	Uruguai	Classificadores	1,88	1,60	11/07	5/22/2007	0,68
12	Uruguai	Intervenções múltiplas em assentamentos	1,41	1,20	11/07	5/22/2007	0,66
13	Uruguai	Rodovia 12 entroncamento Rodovia 54 - Rodovia 55	4,37	2,93	23/07	6/28/2007	0,00
14	SM	Tarifa Externa Comum	0,05	0,05	8/07	1/18/2007	0,05
15	SM	Base de dados jurisprudencial	0,05	0,05	8/07	1/18/2007	0,05
16	SM	MAPEAMENTO	0,07	0,07	39/07	10/25/2007	0,07

QUADRO 9 (CONTINUAÇÃO)

Nº	País	Descrição	Valor Total Projeto (em milhões de US\$)	Valor Total FOCEM (em milhões de US\$)	Aprovação CMC			Valor Total Desembolsos em 30-7-09 (em milhões de US\$)
					DEC N°		Data	
17	Paraguai	Sistemas de água potável e saneamento básico em pequenas comunidades rurais e indígenas do país	39,47	28,52	47/07		12/17/2007	1,56
18	Paraguai	Rodovia 8, San Salvador - Ramal Rojas Potrero	6,34	4,90	48/07		12/17/2007	0,00
19	Paraguai	Desenvolvimento de produtos turísticos Iguazu Misiones	1,30	0,99	7/08		6/30/2008	0,10
20	Paraguai	Pavimentação Rodovias 6 y 7 - Franco Cedrais	5,85	4,52	8/08		6/30/2008	0,00
21	Paraguai	Pavimentação Rodovia 2 -Bernardino Cavallero	5,19	4,01	9/08		6/30/2008	0,00
22	Paraguai	Recapeamento Rodovia 1 y 6- Graneros del Sur	4,00	3,09	10/08		6/30/2008	0,00
23	Paraguai	MERCOSUL YPORÁ	7,59	5,84	11/08		6/30/2008	0,00
24	Brasil	BIUNILA e IMEA	22,00	17,00	2/09		7/24/2009	0,00
25	Paraguai	Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade (DeTIEC)	6,47	5,00	10/09		7/24/2009	0,00
Totais			184,82	152,04				20,80

Fonte: UT-FOCEM/SM.

Finalmente, foi aprovada a Decisão CMC N° 11/09, pela qual foram flexibilizados certos critérios para a utilização dos recursos do FOCEM destinados a financiar projetos de integração produtiva que fazem parte do Programa de Desenvolvimento da Competitividade (FOCEM II), abrindo a possibilidade de o setor privado ou organizações não governamentais poderem destinar recursos de contrapartida total ou parcial a este tipo de projetos. O Estado-membro beneficiário, no entanto, deverá garantir o pagamento da contrapartida em caso do não cumprimento por parte da entidade do setor privado.

Integração Produtiva Regional

- Antecedentes

O fortalecimento da integração produtiva regional é um tema instalado na agenda de prioridades do bloco e conta com algumas iniciativas concretas, embora de alcance ainda modesto. Entre estas ações está a aprovação do Programa de Integração Produtiva, a criação do Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas -para instrumentar um sistema de garantias- e a constituição de um Grupo Especial *Ad Hoc* para elaborar um marco normativo para este mecanismo. Isso foi complementado por iniciativas impulsionadas por outros órgãos do MERCOSUL, como a formalização de uma agência com o objetivo de propor políticas e ações que favoreçam a complementação produtiva, promovida pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

- Evolução durante o período -

Entre as ações desenvolvidas dentro do Programa de Integração Produtiva, destacam-se a de intensificação e complementação do setor automotivo, a referida ao desenvolvimento de fornecedores regionais no setor de petróleo e gás, a integração de cadeias produtivas ligadas ao turismo e a de formação de recursos humanos. O objetivo comum destes projetos é acelerar o processo de integração, promover e explorar de forma eficiente a complementaridade das economias do bloco, contribuindo para a administração e a redução das assimetrias existentes.

BOXE D

PORTAL EMPRESARIAL DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NO MERCOSUL

O Conselho do Mercado Comum decidiu criar um portal empresarial no âmbito do Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva no MERCOSUL, por meio da Decisão CMC N° 07/09, de julho de 2009.

Como estabelecem os considerandos da mencionada decisão, "os Estados-membros do MERCOSUL apresentam diferentes graus de desenvolvimento econômico, de tamanho relativo e de localização geográfica que dificultam os sócios menores aproveitarem plenamente os benefícios potenciais da integração... o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL contempla a criação de um Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva no MERCOSUL, assim como instrumentos para a promoção de iniciativas empresariais, o que é fundamental para a consolidação do processo de integração".

O objetivo do portal é favorecer e potenciar a associatividade empresarial, constituindo uma das instâncias na qual sejam geradas iniciativas de Integração Produtivas a serem apresentadas ao Grupo de Integração Produtiva (GIP) e uma ferramenta de intercâmbio de informações dos atores públicos e privados envolvidos. Foi determinado no GIP o estabelecimento do mecanismo para o funcionamento do portal, assim como a entrega periódica de relatórios ao Grupo Mercado Comum.

O Programa de Intensificação e Complementação Automotiva contempla a integração da cadeia automotiva, a promoção da competitividade entre os fornecedores de autopeças, o desenvolvimento dos sistemas de informação para a promoção de novos negócios na região e o fomento da inovação e do desenvolvimento tecnológico do complexo automotivo regional. Foi criado um Grupo Executivo para a Integração Produtiva

da Cadeia Automotiva do MERCOSUL, que teve diferentes reuniões técnicas e missões aos países do bloco durante o período analisado.

O *Programa de Desenvolvimento de Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás* tem como objetivo promover, com o apoio de entidades públicas, a articulação de uma rede de fornecedores regionais para obter padrões internacionais de qualidade, inovação e preços, visando incrementar sua participação como fornecedores das empresas que prestam serviços no MERCOSUL. Durante o período analisado, foram realizadas reuniões técnicas com a participação de vários organismos privados e públicos, como também com empresas que operam na região, entre as quais se destacam a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o SEBRAE, a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) do Brasil e a Petrobras, entre outros. Houve um avanço na elaboração de um projeto para a estruturação das redes de fornecedores do setor por meio da contratação de uma consultoria que participou de missões técnicas ao Uruguai e à Argentina e cujo trabalho será concluído com a formulação de um projeto para o qual será solicitado apoio financeiro no âmbito do FOCEM II.

O *Programa de Integração das Cadeias Produtivas* relacionadas com o turismo no MERCOSUL tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico regional por meio da promoção de diferentes circuitos turísticos nos Estados-membros e dos setores conexos, como o têxtil, o alimentício, de artesanato, de móveis, de design e decoração, além dos setores de transporte e construção, entre outros.

Por sua vez, o Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis foi criado para aproveitar as vantagens comparativas dos países-membros e para melhorar sua competitividade global. O Fórum coordena a estruturação do *Projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva e o Desenvolvimento de Fornecedores de Madeira e Móveis*, com o objetivo de aperfeiçoar a competitividade das pequenas e médias empresas fornecedoras dessa cadeia, enfatizando a complementação e a integração produtiva, e a inserção das pequenas e médias empresas no mercado internacional. O projeto será apresentado para seu financiamento por parte do FOCEM II.

Entre outras iniciativas que surgiram no âmbito da integração produtiva neste período, destaca-se um projeto argentino para focalizar iniciativas setoriais em atividades tais como a erva-mate, a apicultura e derivados do mel, os agroquímicos e fertilizantes. O Paraguai, por sua vez, apresentou uma proposta para o desenvolvimento de ações nos setores agroindustrial e da construção civil, considerados chave na estrutura produtiva desse país. O Uruguai propôs focalizar ações no setor farmacêutico para uso veterinário. Por sua vez, o Fórum Consultivo, Econômico e Social pediu para incorporar uma iniciativa específica para o setor naval.

Finalmente, um dos avanços mais importantes relacionados com a integração produtiva durante o último ano foi a criação do Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, decidido pelo Conselho em sua reunião de dezembro de 2008.³⁰ A contribuição inicial dos Estados-membros para esse fundo é de US\$ 100 milhões, nas seguintes proporções: Brasil 70%, Argentina 27%, Uruguai 2% e Paraguai 1%. Foi prevista uma vigência de dez anos para o fundo, prorrogável em função da efetividade do sistema. O fundo pode conceder uma garantia ou aval para novas operações de crédito para investimentos produtivos, em pesquisa e desenvolvimento, em inovação, em capacitação e desenvolvimento tecnológico e na produção e comercialização de bens destinados à exportação. A garantia ou aval não pode ser superior a 80% do valor do empréstimo ou da garantia original, com exceção dos casos aprovados pelo Conselho de Administração. A presidência do Conselho de Administração será exercida por rodízio dos Estados-membros, em ordem

³⁰ Decisão CMC N° 41/08.

alfabética, por um período de dois anos. O Operador do Fundo, por sua vez, será contratado por meio de licitação internacional, realizada pelo Conselho de Administração. Em caso de descumprimento financeiro por parte do tomador de crédito, a instituição financeira intermediária solicitará ao fundo a execução da garantia ou do aval concedido. Durante os primeiros dois anos de funcionamento, o Conselho de Administração estabelecerá limites prudenciais iniciais. Assim, por exemplo, durante o primeiro ano, a soma do valor das operações realizadas pelo fundo em favor de empresas de qualquer Estado-membro não excederá 25% do total da capacidade de compromisso do fundo.

D. Aspectos institucionais

Nesta seção se descrevem os avanços na consolidação de alguns órgãos do MERCOSUL: os principais avanços e delineamentos da reforma institucional do bloco, o seguimento da internalização da normativa MERCOSUL, as iniciativas no âmbito do Parlamento, e as opiniões consultivas do Tribunal Permanente de Revisão.

Linhas da Reforma Institucional

- Antecedentes -

No final de 2005, o CMC³¹ criou o Grupo de Alto Nível para elaborar uma proposta de reforma institucional do MERCOSUL. O prazo e as tarefas foram sucessivamente modificados.³² Até o final do primeiro semestre de 2008, os resultados consistiram em ampliar as funções dos representantes permanentes credenciados em Montevideu, modificar o Regulamento Interno do Conselho para institucionalizar as reuniões de ministros do MERCOSUL e o tratamento de questões orçamentárias relacionadas com a Secretaria do MERCOSUL e o Tribunal Permanente de Revisão. O CMC prorrogou até 30 de junho de 2009 o prazo para que o grupo desenvolva suas tarefas, que incluem, entre outros aspectos, a reestruturação da secretaria, o aperfeiçoamento do sistema de Solução de Controvérsias, o melhoramento do mecanismo de incorporação, a vigência e a aplicação da normativa, a elaboração de um orçamento integral e a criação de uma instância técnica laboral no âmbito da secretaria.

- Evolução durante o período -

Durante o último ano, a consolidação da estrutura da Secretaria do MERCOSUL e sua reengenharia foram tema de diversas reuniões e debates no âmbito do Grupo de Alto Nível e do GMC. Como consequência, em dezembro de 2008 foi aprovada a Decisão CMC N° 56/08, que deu início à análise do processo de reestruturação da secretaria, estabelecendo que ela poderá contemplar a incorporação de funções atualmente designadas à Comissão de Representantes Permanentes (CRPM). Para isso, foi instituído o GMC para que apresente ao CMC uma proposta de decisão durante 2009 que contemple a nova estrutura, funcionamento e competências da secretaria e da CRPM.

Nas negociações mantidas durante o primeiro semestre de 2009, o Uruguai sinalizou que as linhas estabelecidas na Decisão CMC N° 56/08 não são obrigatórias, mas sim apenas indicativas. Sobre este ponto,

³¹ Decisão CMC N° 21/05.

³² Decisões CMC N° 22/06, 54/07, 56/07 e 14/08.

o Paraguai destacou que esta iniciativa implicaria uma desconexão do titular da SM com o GMC, e uma relação direta com o CMC.

Quanto a este aspecto, alguns países destacaram que deve ser evitada a politização da Secretaria do MERCOSUL: se a condução da mesma passasse a ter um perfil mais político, poderia acontecer em detrimento de suas funções técnicas e administrativas. Deve-se lembrar que, até hoje, a linha de todos os Estados-membros foi a designação de funcionários técnico-administrativos como diretores da SM.

Independentemente da reestruturação da secretaria, na reunião do conselho do final de 2008 foi acordada a criação de um Grupo de Alto Nível sobre Relação Institucional entre o CMC e o Parlamento (GANREL),³³ responsável em elaborar uma proposta relativa aos procedimentos de interação entre os dois órgãos. O GANREL será formado por representantes dos Estados-membros. Poderão ser convidados a participar dos trabalhos do GANREL representantes do Parlamento do MERCOSUL com a finalidade de trocar opiniões.

Aperfeiçoamento do Sistema de Incorporação, Vigência e Aplicação da Normativa MERCOSUL

- Antecedentes -

A efetiva vigência da normativa emanada dos órgãos com capacidade decisória (CMC, GMC e CCM) concentrou a preocupação dos sócios do MERCOSUL desde o início. O processo de incorporação das normas MERCOSUL ao esquema normativo dos Estados-membros é um dos temas de maior fragilidade: um número significativo das disposições comunitárias que devem ser incorporadas ao ordenamento jurídico de cada Estado-membro -nem todas precisam- mostra atrasos consideráveis. Estima-se que uma porcentagem superior a 50% das normas não é internalizada. Um relatório da Secretaria do MERCOSUL de 2004 concluiu que a média de disposições não internalizadas era de 67%, correspondendo o maior número delas a resoluções do Grupo Mercado Comum -com apenas 26% de internalização-, seguidas pelas decisões do Conselho do Mercado Comum (40% de internalização) e as Diretivas da Comissão de Comércio (43%) (Secretaria del MERCOSUR [2004]).

Em consequência, os países-sócios avançaram em diferentes tipos de iniciativas. Entre elas, foi disposto que certas normas não exigem incorporação às legislações nacionais, como quando se trata de assuntos relacionados ao funcionamento interno ou organizativo do MERCOSUL. Para um melhor acompanhamento e controle do tema, institucionalizou-se a Reunião Técnica de Incorporação da Normativa MERCOSUL (RTIN), que foi realizada em três oportunidades durante o período de análise deste relatório.

- Evolução durante o período -

O GMC, em sua reunião de março de 2009, instruiu a Reunião Técnica (RTIN) a que "em relação às normas que não entraram em vigência, identifique as causas mais comuns de não incorporação, com o objetivo de contribuir para a elaboração de um diagnóstico dos problemas do atual sistema de internalização da normativa comunitária". Além disso, o Grupo Mercado Comum considerou pertinente a inclusão do estado de situação das normas que exigem aprovação legislativa na agenda do Grupo de Alto Nível sobre Relação Institucional entre o Conselho do Mercado Comum e o Parlamento do MERCOSUL (GANREL).

³³ Decisão CMC N° 47/08.

Em dezembro de 2008, foi aprovada a Decisão CMC Nº 35/08 (Acompanhamento e Atualização do Acervo Normativo), que estabelece que as decisões, resoluções e diretivas não incorporadas por nenhum dos Estados-membros depois de transcorridos cinco anos desde a data em que foram aprovadas -ou dois anos a partir do prazo de incorporação, no caso das normas que o explicitavam-, devem ser reanalisadas pelo órgão decisório do qual surgiram.

Para isso, a Secretaria do MERCOSUL, em coordenação com a Reunião Técnica de Incorporação da Normativa MERCOSUL, deverá informar periodicamente à PPT e aos demais Estados-membros sobre as normas mencionadas. Os órgãos decisórios poderão instruir os fóruns subordinados que deram origem à normativa a examinar a conveniência e o interesse dos Estados-membros em concluir as tramitações pendentes para a entrada em vigência.

Parlamento do MERCOSUL

- Antecedentes -

No final de 2006, foi aprovado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, sob o princípio de representação cidadã, tornando o Parlamento o primeiro órgão do MERCOSUL em que a representação não é governamental. Foi estabelecido um primeiro período de transição do Parlamento, de 2006 a 2010, durante o qual o organismo estaria integrado por 18 parlamentares de cada Estado-membro. Além disso, foi estabelecido que, ao término da primeira etapa de transição, deveria ser definido o critério de representação cidadã para que os Estados-membros fizessem a escolha dos parlamentares nacionais por meio de eleições por voto direto, universal e secreto.

- Evolução durante o período -

Neste período, o Parlamento do MERCOSUL intensificou as negociações para a elaboração de uma proposta sobre representação cidadã e sua proporcionalidade, para ser remetida ao CMC. Como resultado, em abril de 2009 foi aprovado o acordo político para a consolidação do MERCOSUL, vinculado à proporcionalidade da representação e à escolha dos parlamentares por meio de voto direto, universal e secreto, de acordo com os mecanismos previstos pela legislação eleitoral dos respectivos países.

O Acordo apresenta uma dimensão parlamentar e outra judicial e do direito do MERCOSUL. Para a primeira, considera-se imprescindível implementar a representação cidadã com um critério de proporcionalidade atenuada e a ampliação e consolidação das competências do Parlamento do MERCOSUL, de modo tal que facilite uma evolução progressiva das suas faculdades legislativas e de controle.

Além disso, o Acordo contempla a necessidade de realizar as ações pertinentes para a entrada em vigência do mecanismo de consulta do protocolo de constituição do Parlamento, como também regulamentar o procedimento de solicitação das opiniões consultivas e acordar os critérios de contribuição de participação de recursos dos Estados-membros no orçamento do Parlamento MERCOSUL.

Na dimensão judicial e do direito do MERCOSUL, o acordo propõe uma agenda de trabalho, convidando o Fórum Permanente de Cortes Supremas do bloco a aprovar um projeto de norma para a criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL durante o segundo semestre de 2010. Além disso, refere-se à conveniência de avaliar propostas e aprovar um projeto de norma que modifique o Protocolo de Olivos e reveja as normas

regulamentares do Tribunal Permanente de Revisão com o objetivo de dotá-lo de novas atribuições, como a condição vinculante das opiniões consultivas.

O Acordo estipula que a representação cidadã com proporcionalidade atenuada, a criação de um Tribunal de Justiça do MERCOSUL e a ampliação das atuais atribuições do Tribunal Permanente de Revisão devem ser articuladas de forma simultânea.

Boxe E

A PROPOSTA DE CRITÉRIO DE REPRESENTAÇÃO CIDADÃ INCLUÍDA NO ACORDO

1. Os Estados-membros que tenham uma população de até 15 milhões de habitantes contarão com 18 assentos ou bancas no mínimo.
 2. Os Estados-membros que tenham uma população de mais de 15 milhões de habitantes e até 40 milhões contarão com 18 assentos ou bancas no mínimo, adicionando uma banca ou assento a cada 1 milhão de habitantes além dos 15 milhões.
 3. Os Estados-membros que tiverem uma população de entre 40 milhões e 80 milhões de habitantes contarão com 18 bancas no mínimo e, no máximo, com o correspondente ao inciso anterior, adicionando-se uma banca ou assento a cada 2,5 milhões de habitantes além dos 40 milhões.
 4. Os Estados-membros que tiverem uma população superior a 80 milhões de habitantes e até 120 milhões contarão, no mínimo, com 18 bancas e, no máximo, com o correspondente especificado nos incisos 2 e 3, adicionando-se uma banca ou assento a cada 5 milhões de habitantes além dos 80 milhões.
 5. Os Estados-membros que tiverem uma população superior a 120 milhões de habitantes contarão com 18 bancas ou assentos no mínimo e, no máximo, com o correspondente ao detalhado nos incisos 2, 3 e 4, adicionando-se uma banca ou assento a cada 10 milhões de habitantes além dos 120 milhões.
- Enquanto na primeira etapa do Parlamento cada Estado-membro conta com 18 bancas escolhidas pelos próprios Parlamentos nacionais, na segunda etapa de transição a Argentina e o Brasil escolherão apenas 1/3 da diferença surgida entre o piso de 18 bancas e o número máximo determinado para cada um destes dois países. Cumprida esta etapa, os dois integrarão o número máximo das bancas que correspondem a eles.
- Desta maneira, o Brasil deverá escolher em 2010 -por voto direto- 37 parlamentares; e em 2014, quando a etapa de transição para o estabelecimento do novo Parlamento for concluída, o país deverá escolher os 75 representantes a que terá direito. A Argentina, por sua vez, deverá escolher 26 parlamentares em 2011 e, no final da etapa de transição deverá escolher 43. O Paraguai e o Uruguai manterão suas bancadas atuais com 18 representantes.

Durante o período analisado por este relatório, o Parlamento do MERCOSUL decidiu criar o Observatório da Democracia, apoiou o referendo revocatório convocado pelas autoridades da Bolívia, declarou seu apoio ao fortalecimento da paz na região, a atuação do G20 e do MERCOSUL na OMC. Além disso, recomendou ao CMC a criação de um Grupo de Monitoramento da Crise Financeira e o respaldo ao papel do Grupo Rio como mecanismo de consulta e solução de conflitos pela via pacífica.

Opiniões Consultivas diante do Tribunal Permanente de Revisão (TPR)

- Antecedentes -

Com a assinatura do Protocolo de Olivos em fevereiro de 2002, instituiu-se o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) como uma instância permanente e com o objetivo de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração. O tribunal pode atuar em primeira e única instância, ou como tribunal de alçada a pedido de um Estado-membro envolvido em uma controvérsia que seja objeto de um pronunciamento anterior por parte de um Tribunal *Ad Hoc*. Além disso, e em atenção ao disposto pelo Artigo 3º do Protocolo de Olivos, estabeleceu-se a possibilidade de recorrer ao TPR para solicitar opiniões consultivas.

O Tribunal Permanente de Revisão é formado por cinco árbitros. Cada Estado-membro designa um titular e seu suplente por um período de dois anos, renovável por não mais do que dois períodos consecutivos. O quinto árbitro, que é designado por um período de três anos não renovável é escolhido por unanimidade da lista de árbitros estabelecida para tal, devendo ter a nacionalidade de algum Estado-membro do MERCOSUL.

- Evolução durante o período -

Durante o período analisado, o TPR emitiu duas opiniões consultivas. A primeira (Nº 01/2008), de 25 de abril de 2009, referente ao caso "Sucessão Carlos Schnek e outros c/Ministério de Economia e Finanças e outros. Cobrança de pesos", que foi solicitada pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai. A segunda (Nº 01/2009), emitida em 15 de junho de 2009, corresponde à causa "Frigorífico Centenario S.A. c/Ministério de Economia e Finanças e outros. Cobrança de pesos", cursada também pela Suprema Corte de Justiça do Uruguai. As duas consultas se parecem por terem sido requeridas pelo mais alto tribunal uruguaio e pela matéria envolvida: a reimplantação da chamada "taxa consular".

Nas duas opiniões consultivas, é solicitado ao TPR que se pronuncie sobre os seguintes pontos: (i) se as normas comunitárias prevalecem sobre as normas do direito interno de um Estado-membro, e no caso afirmativo, qual seria a normativa (MERCOSUL ou interna) que o juiz nacional deveria aplicar ao caso concreto; e (ii) se o Tratado de Assunção permite aos Estados-membros adotar uma norma nacional que reimplanta uma taxa como, neste caso, a consular.

A partir da análise e da avaliação dos antecedentes, o TPR emitiu suas opiniões consultivas. Na primeira delas, determinou que o TPR pode estabelecer a compatibilidade de uma norma nacional com o direito do MERCOSUL -respeitando a prioridade da normativa regional sobre a nacional-, embora não tenha a incumbência de despachar sobre sua constitucionalidade, aplicabilidade ou nulidade, questão de responsabilidade exclusiva da jurisdição nacional. Além disso, estabeleceu-se que, para poder opinar de forma fidedigna, devia conhecer a qualificação (taxa ou imposto) dada à taxa consular, conforme o direito interno aplicável, qualificação necessária para verificar a compatibilidade com a normativa MERCOSUL.

No segundo caso, existe uma coincidência no diagnóstico da problemática, embora se destaque que as normas que os Estados-membros adotam podem entrar em colisão com a normativa resultante do processo de integração e que, portanto, estas situações levam a requerer a interpretação sobre a compatibilidade e a legalidade de umas com outras e sobre a hierarquia ou prioridade das mesmas.

Além disso, concorda com a primeira opinião consultiva no sentido de que são os tribunais nacionais os únicos competentes para despachar sobre a aplicabilidade ou não da medida consular, sinalizando que as opiniões consultivas, tal como estão regulamentadas pelas normas do MERCOSUL, não podem ser equiparadas aos recursos pré-judiciais previstos por outros processos de integração. Além disso, coincide que para despachar é preciso o esclarecimento de se tratar de uma taxa ou de um imposto. Não existem normas do MERCOSUL que limitem ou harmonizem as estruturas tributárias internas (portanto, se fosse um imposto poderia não haver incompatibilidade), mas sim regulações que limitam o estabelecimento de entraves ao comércio ou medidas de caráter discriminatório (como poderia chegar a ser se fosse uma taxa).

O TPR concluiu que só após a autoridade competente do Uruguai estabelecer a natureza da taxa consular (taxa ou imposto) poderia decidir de forma eficaz se a norma constitui uma medida que os Estados-membros podem adotar de maneira consistente com seus compromissos no processo de integração do MERCOSUL.

E. Outros temas da agenda interna

Nesta seção, são descritas as negociações relacionadas com a dimensão social do processo integrador, a criação do Fundo de Agricultura Familiar, o processo de adesão da Venezuela ao esquema de integração regional e o Banco do Sul.

Dimensão Social

- Antecedentes -

Na Reunião do Conselho do Mercado Comum realizada em julho de 2006, foi encomendada à Comissão de Representantes Permanentes a elaboração de uma proposta para a criação de um Instituto Social do MERCOSUL,³⁴ com o objetivo de aprofundar o desenvolvimento dos temas sociais no âmbito regional. Como consequência dos trabalhos realizados para isso, o Conselho decidiu em janeiro de 2007 criar o Instituto Social do MERCOSUL (ISM), transitoriamente no âmbito da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMADS),³⁵ estabelecendo sua sede em Assunção, no Paraguai. Os objetivos do Instituto são: (i) contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo fundamental no desenvolvimento do MERCOSUL, (ii) contribuir para a superação das assimetrias, (iii) colaborar tecnicamente com a elaboração de políticas sociais regionais, (iv) sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais, (v) reunir e intercambiar boas práticas em matéria social, (vi) promover mecanismos de cooperação horizontal, e (vii) identificar fontes de financiamento.

- Evolução durante o período -

Na reunião do CMC de dezembro de 2008, decidiu-se qual seria a estrutura do instituto, formalizando-o como uma instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais e implementação das linhas estratégicas aprovadas pela RMADS, visando contribuir com a consolidação da dimensão social como um eixo central no processo de integração do MERCOSUL. Acordou-se que o funcionamento fosse financiado com contribuições voluntárias dos Ministérios de Desenvolvimento Social ou seus homólogos dos Estados-membros. No entanto, poderiam ser usados recursos provenientes de contribuições de organizações não governamentais (ONGs) e/ou da cooperação técnica internacional.

O Conselho é o órgão diretivo do ISM, que estará integrado por um representante governamental titular e um substituto de cada Estado-membro. Por sua vez, um diretor executivo designado pelo CMC é responsável pelo cumprimento adequado do conjunto das tarefas atribuídas ao ISM e por sua gestão técnica, administrativa, financeira e patrimonial. O ISM será formado por quatro departamentos: (i) de Pesquisa e Gestão da Informação, (ii) de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais, (iii) de Administração e Finanças, e (iv) de Comunicação.

³⁴ Decisão CMC N° 16/06.

³⁵ Decisão CMC N° 03/07.

O representante do Paraguai começará como diretor executivo e, posteriormente, será seguido o critério de rodízio de nacionalidades por ordem alfabética. Por meio da Decisão do Conselho N° 38/08, foi aprovado o Orçamento do Instituto para o exercício 2009, no valor de US\$ 228 mil.³⁶

O CMC, além disso, resolveu em dezembro de 2008 criar a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM)³⁷ com o objetivo de encaminhar propostas ao Conselho do Mercado Comum de adoção de projetos sociais regionais específicos, identificar possíveis fontes de financiamento para os projetos sociais regionais, executar os convênios de cooperação técnica sobre a matéria estabelecida pelo MERCOSUL e supervisionar a correta execução dos projetos sociais regionais aprovados, entre outros.

Fundo de Agricultura Familiar

- Antecedentes -

Considerando a agricultura familiar como um aspecto da dimensão social do bloco e com o objetivo de hierarquizar essa dimensão, o Grupo Mercado Comum decidiu criar a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL em 2004.³⁸ O objetivo era fortalecer as políticas para o setor e promover o comércio dos produtos da agricultura familiar da região. Em 2007, o Grupo Mercado Comum aprovou as "Diretrizes para o reconhecimento e identificação da Agricultura Familiar no MERCOSUL",³⁹ como um primeiro avanço, visando ao estabelecimento e aperfeiçoamento de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do meio rural do ponto de vista socioeconômico, cultural e ambiental.

- Evolução durante o período -

O avanço mais importante foi a criação do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF MERCOSUL)⁴⁰ no final de 2008, cujo principal objetivo é financiar os programas e projetos de estímulo à agricultura familiar e permitir uma ampla participação dos atores sociais em atividades vinculadas. Este fundo foi regulamentado durante a Reunião do CMC de julho de 2009.⁴¹ O FAF MERCOSUL terá uma duração de cinco anos a partir da assinatura de um contrato de administração. Cumprido esse prazo, os Estados-membros avaliarão as alternativas para sua continuidade. O regulamento prevê expressamente que o FAF MERCOSUL é um instrumento de gestão financeira e que o seu objetivo é financiar programas e projetos de estímulo à agricultura familiar. O financiamento do fundo é determinado por uma contribuição fixa anual por Estado-membro de US\$ 15 mil e uma contribuição anual de US\$ 300 mil, paga pelo Brasil (70%), pela Argentina (27%), pelo Uruguai (2%) e pelo Paraguai (1%). A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar utilizará os recursos do FAF MERCOSUL tanto para financiar as iniciativas

³⁶ US\$ 227.952 (Argentina: US\$ 54.488, Brasil: US\$ 88.976, Paraguai: US\$ 54.488 e Uruguai: US\$ 30.000).

³⁷ Decisão N° CMC 39/09.

³⁸ Resolução GMC N° 11/04.

³⁹ Resolução GMC N° 25/07.

⁴⁰ Decisão CMC N° 45/08.

⁴¹ Decisão CMC N° 06/09.

especificamente indicadas em seu programa de trabalho anual como em outros projetos concretos que sejam aprovados pelo GMC, devendo apresentar um relatório sobre o uso dos recursos no final de cada ano.

Por outro lado, neste período foi aprovado o Programa de Políticas para a Promoção de Equidade de Gênero na Agricultura Familiar. Com o objetivo de fortalecer a articulação entre os líderes juvenis da região e definir as políticas convergentes para melhorar as condições de vida no meio rural, foi realizado o II Módulo do Curso para Jovens Rurais.

Adesão da Venezuela

- Antecedentes -

A entrada da Venezuela como sócio pleno do MERCOSUL exige a aprovação legislativa dos Paramentos dos quatro sócios fundadores, o que foi conseguido apenas no caso da Argentina e do Uruguai e continua pendente no Poder Legislativo brasileiro e paraguaio.

- Evolução durante o período -

Durante o período analisado por este relatório, não houve avanços com relação ao protocolo de adesão da Venezuela. Mas em outubro de 2009 ocorreram avanços. As dificuldades se apresentaram no Brasil e no Paraguai. No primeiro caso, independentemente dos esforços do Executivo, diversos parlamentares objetaram a aprovação do protocolo, dada a indefinição por parte da Venezuela quanto aos produtos que serão tributados pela TEC, a falta de esclarecimento sobre o prazo de adaptação às regras do bloco e a incerteza sobre a posição que esse país adotaria em futuros acordos comerciais. No entanto, na data mencionada, uma instância parlamentar brasileira envolvida no processo se manifestou positivamente com relação à incorporação da Venezuela ao MERCOSUL.

Os problemas no Paraguai percorreram caminhos semelhantes aos expressos inicialmente no Brasil. Na véspera da realização da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL em Assunção, em julho de 2009, a Câmara de Comércio do Paraguai remeteu uma comunicação ao Senado rechaçando a entrada da Venezuela (CNCSP [2009]). O Poder Executivo paraguaio, que não conta com maioria parlamentar, decidiu retirar o projeto do Congresso diante da possibilidade de o mesmo ser rejeitado e isto impossibilitar incluí-lo no novo período legislativo do país.

A nacionalização de algumas empresas com capital argentino na Venezuela gerou um pronunciamento desfavorável por parte de entidades privadas (UIA [2009]), apesar de a tramitação parlamentar argentina para a entrada já ter sido cumprida.

Banco do Sul

- Antecedentes -

Depois de um longo processo iniciado em 2004, a Ata Fundacional do Banco do Sul foi assinada em dezembro de 2007 em Buenos Aires pelos presidentes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Equador, do Paraguai, do

Uruguai e da Venezuela. O objetivo do banco é contribuir para o desenvolvimento e integração da região, fomentando o acesso ao financiamento das empresas para projetos de investimento produtivo e de infraestrutura.

A Ata Fundacional estabeleceu que o banco teria sua sede em Caracas e duas subsedes, uma em Buenos Aires e outra em La Paz. Entre as funções, foi determinado que a instituição poderá financiar projetos de desenvolvimento em três âmbitos: (i) melhoramento da competitividade e do desenvolvimento científico e tecnológico, (ii) setores sociais para o combate da pobreza e da exclusão social, e (iii) projetos para favorecer o processo de integração.

Além disso, está previsto que o banco administre fundos especiais de emergência diante de desastres naturais. O capital do banco foi acordado nas reuniões ministeriais de Montevideu (abril 2008) e de Buenos Aires (junho 2008), sendo o valor autorizado de US\$ 20 bilhões e o assinado de US\$ 7 bilhões. As contribuições foram decididas da seguinte forma: a Argentina, o Brasil e a Venezuela contribuirão com US\$ 2 bilhões cada um, o Equador e o Uruguai participarão com US\$ 400 milhões, e a Bolívia e o Paraguai com US\$ 100 milhões. No caso da Argentina, do Brasil e da Venezuela, a contribuição inicial será de 20% e o restante em quatro parcelas anuais. A Bolívia, o Equador, o Paraguai e o Uruguai, darão 10% no início e o restante em nove parcelas.

Por sua vez, a Carteira de Crédito para a Argentina, o Brasil e a Venezuela será de quatro vezes o capital e, para o caso da Bolívia, do Equador, do Paraguai e do Uruguai, de 8 vezes o mesmo. O limite de exposição foi determinado em três vezes o patrimônio líquido do banco, até um máximo de quatro e meio, e o de endividamento, duas vezes e meia o patrimônio líquido do banco.

Com relação às áreas de governo e administração, decidiu-se que o Banco do Sul seja formado por um Conselho de ministros (a Assembleia de Governadores nos bancos de desenvolvimento), um Conselho de Administração (a Junta Diretora), uma Diretoria (responsável pela operacionalidade do banco) e um Conselho de Auditoria.

Foram apresentadas algumas divergências para a estruturação final da instituição. Uma delas, dada pela interpretação do Artigo V da Ata Fundacional pelo qual foi acordado um sistema de "funcionamento democrático" -um voto por país-. Dos países com maior contribuição no Banco do Sul (a Argentina, o Brasil e a Venezuela), só a Venezuela apoiava a tomada de decisões democrática em todos os níveis. Por outro lado, o Brasil e a Argentina apoiaram tal alternativa para os conselhos do Banco do Sul, mas considerando que na gestão creditícia pontual os países com maior contribuição deveriam ter mais voz. Com relação à Carteira de Investimento, as discussões se centraram em se dever dar ou não prioridade aos projetos de infraestrutura.

Enquanto algumas vozes defendiam esta alternativa, outras estimavam que como a infraestrutura é a área com maior investimento multilateral na região, deviam ser priorizados o investimento social e a agricultura.

Outra das questões se referia aos destinatários prioritários do financiamento do banco. Enquanto foi acordado que o Banco do Sul investiria em intermediação financeira para empresas públicas nacionais, pequenas e médias empresas, cooperativas e empresas associativas, alguns países mostraram certas objeções a financiar grandes empresas do setor privado.

- Evolução durante o período -

Durante a reunião de ministros de Economia de maio de 2009, os países que assinaram a Ata Fundacional definiram os termos do estatuto da futura entidade, ficando pendente seu tratamento parlamentar para o início das suas atividades. As pautas referidas precedentemente em relação ao capital ficaram definidas nessa oportunidade, como também a democratização das decisões. Sobre este assunto decidiu-se que cada

país tenha um voto em todos os órgãos, inclusive na diretoria, mas para a aprovação dos projetos de mais de US\$ 70 milhões seja necessário o apoio dos dois terços do capital colocado no banco. Desta maneira, para este tipo de projetos se deverá contar com o voto de pelo menos dois dos contribuintes mais importantes: Argentina, Brasil e Venezuela.

Em 26 de setembro na Ilha Margarita, Venezuela, os presidentes da Argentina, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela assinaram o Convênio Constitutivo do Banco do Sul (BID-INTAL [2009e]).

F. Considerações finais

A estabilização da economia mundial no segundo e terceiro trimestres de 2009 permite vislumbrar um cenário regional mais propício à consolidação de acordos e negociações para aprofundar o processo de integração. Alguns temas provavelmente ganhem maior relevância, como o de integração produtiva, o melhoramento e fortalecimento institucional e a utilização e ampliação de instrumentos como o SML. O FOCM continuará sendo um instrumento útil para a administração de assimetrias e a construção de bens públicos regionais. Por isso é de esperar que haja um fortalecimento tanto em matéria institucional quanto operacional. Destacam-se, neste sentido, as decisões de oferecer tratamento nacional às empresas do MERCOSUL nas compras e licitações no âmbito dos Projetos FOCM e a flexibilização de critérios para financiar projetos de integração produtiva dentro do Programa de Desenvolvimento da Competitividade (FOCM II).

Com relação à questão institucional, especialmente a estrutura da Secretaria do MERCOSUL, destacam-se os esforços para melhorar seu funcionamento e redefinir suas competências com a incorporação de funções atualmente destinadas à Comissão de Representantes Permanentes.

Em síntese, a estabilização das economias do bloco provavelmente permitirá se concentrar nos temas pendentes da agenda negociadora, por meio dos instrumentos que funcionaram e tentando resolver os dilemas do processo integrador cujo tratamento vem revestindo ritmos extremamente lentos, como a dupla cobrança da TEC, o Código Alfandegário e os regimes especiais de importação, entre outros. Do contrário, a postergação destes dilemas e a falta de definição em aspectos centrais do processo negociador prejudicarão a confiança no MERCOSUL e limitarão o fortalecimento da rede produtiva e comercial do bloco.

CAPÍTULO IV. CONFLITOS E TENSÕES SETORIAIS EM UM CONTEXTO DE AJUSTE DO COMÉRCIO REGIONAL

A. Panorama geral

O desencadeamento da crise econômica em escala global colocou de novo sob tensão a estrutura comercial do MERCOSUL. O intercâmbio comercial sofreu com grande intensidade os sintomas da crise, afetado pela contração da renda real e a escassez de crédito nas principais economias do mundo.

Assim como se encontra detalhado no Capítulo II deste Informe, o comércio exterior de cada um dos países do MERCOSUL viu-se notoriamente afetado e o comércio intrazona caiu mais expressivamente. Este panorama moldou um cenário propício à retomada de antigas tensões comerciais em setores considerados sensíveis pelos diferentes sócios do bloco revertendo, em grande parte, a tendência de queda nas dificuldades ou conflitos comerciais percebidos até meados de 2007.

Assim, a partir do último trimestre de 2008, com o desabamento da economia mundial e os seus impactos sobre a região, reapareceram os pedidos de proteção de alguns setores industriais, que não foram totalmente descartados pelas autoridades. De fato, com o objetivo de minimizar o impacto da situação crítica sobre a perda de empregos e os danos ao tecido produtivo, os países-sócios tenderam a adotar diversas medidas, algumas proativas e outras de caráter defensivo. Na Argentina estas reclamações se traduziram em ações de administração do comércio exterior com o mundo, afetando também os demais sócios do MERCOSUL, ainda que sempre dentro das regras estabelecidas; não se produziram litígios na OMC.

No Brasil, por sua vez, a principal reação foi por meio de planos de grande expansão fiscal, para sustentar o nível de atividade ou ao menos reduzir o ritmo e duração da queda. O Uruguai e o Paraguai também adotaram diferentes mecanismos de estímulo para enfrentar a crise.⁴² Nestes três países também se utilizaram instrumentos de controle de importações, embora com menor intensidade do que no caso argentino.

Diferentes fatores ajudaram a aprofundar esta tendência até o final de 2008; em primeiro lugar, a disparidade nas políticas cambiais entre os dois maiores sócios do bloco. Enquanto no Brasil a crise global, por meio dos canais financeiros e reais, se traduzia em uma imediata e forte desvalorização da moeda, na Argentina continuava-se executando uma política cambial orientada para conter as flutuações do tipo de câmbio. Isso derivou em uma forte alteração do tipo de câmbio real bilateral que, ao modificar a competitividade relativa, levou a reclamações por parte do setor industrial argentino.

A isto se acrescentou o fato de que a minimização do déficit estrutural bilateral com o Brasil no intercâmbio de manufaturas já vinha sendo um objetivo prioritário da política industrial para o governo argentino (Morosi [2008]), o qual se consolidou com a mudança das autoridades responsáveis e a criação do Ministério da Produção em novembro de 2008.

Este tipo de episódio não é novo na história do MERCOSUL. Quando no final da década de 1990 os efeitos das crises asiática e russa atingiram a economia brasileira contribuindo para uma significativa desvalorização do real em janeiro de 1999, os conflitos comerciais internos começaram a proliferar na ausência de um mecanismo ágil e eficaz para resolvê-los. Nesse período, a forte desvalorização da moeda

⁴² Veja o Capítulo I deste Informe e CEPAL [2009].

brasileira foi sucedida por uma escalada de medidas de proteção na Argentina, no sentido de compensar -ao menos parcialmente- a deterioração da paridade bilateral real, inevitável no rígido esquema do regime de conversibilidade que imperava então.

Também cabe lembrar os acontecimentos de 2004-2005, quando as autoridades argentinas começaram a adotar medidas de proteção à indústria nacional para maximizar os lucros do processo do crescimento econômico que então experimentava o país, que começava a se recuperar depois da profunda crise de 2001-2002. Nessa etapa, no entanto, deu-se início a certa mecânica negociadora em nível bilateral que envolvia acordos privados voluntários de autorrestrição de exportações, claramente motivados e estimulados pelos respectivos governos. No entanto, o contexto de expansão econômica e comercial desse momento faz com que as comparações sejam pouco representativas. De fato, o que se administrava nesse momento era a alocação de lucros em um âmbito de forte crescimento, com uma dinâmica comercial caracterizada pelo aumento da participação do Brasil nas importações da Argentina. Estas condições se diferenciam significativamente do entorno contratante -econômico e comercial- do período deste Informe. Talvez esta diferença substancial permita explicar por que a maior parte dos acordos privados puderam ser alcançados então sem mediar medidas oficiais efetivas de restrição.

Além das coincidências ou diferenças sobre o momento do ciclo econômico no qual se intensificam as tensões comerciais, existem atualmente fatores que tendem a limitar os atritos entre os países-sócios. Como vinha ocorrendo em certos setores específicos, o "fator China" aparece como um elemento de ameaça potencial comum, que tende a gerar laços de solidariedade entre as partes em um número de setores cada vez mais amplo.

Nesse sentido, o peso crescente do país asiático no comércio com o MERCOSUL -assim como no mundial- gerou certas mudanças nas correntes intrabloco, tendo se constituído em uma forte concorrência para diversos setores industriais de cada país em seus respectivos mercados internos, como também para as exportações industriais do Brasil para o resto do bloco. Desta forma, a percepção de um perigo externo e comum contribuiu para aproximar algumas posições negociadoras: os exportadores brasileiros aceitaram autolimitar suas vendas à Argentina para assegurar uma determinada participação neste mercado.

Além disso, apesar de talvez mais concentrado em alguns setores, houve um aumento dos investimentos brasileiros na produção argentina. Como reação aos comentados episódios de tensões anteriores, ou às barreiras comerciais que começaram a se implementar antes do recrudescimento da crise, estes investimentos foram motivados em parte pelo objetivo de evitar as restrições ao comércio -efetivas ou potenciais- pela Argentina.

Dessa forma, a presença de capitais brasileiros concentrou-se nos segmentos sensíveis da Argentina, tais como a cadeia têxtil e a produção de calçados. Esta situação induziu os negociadores brasileiros a adotar uma posição mais flexível ao decidir autolimitações no comércio desses setores, como a aumentar o *affectio societatis* intrassetorial entre as partes em disputa. Cabe mencionar que os investimentos foram principalmente em uma só direção: não foi ampliada a presença argentina no Brasil, provavelmente pela menor capacidade ofensiva do setor industrial daquele país e pela evolução das variáveis cambiais.

Em paralelo aos acordos bilaterais voluntários entre privados, vários foram os instrumentos utilizados como medidas de defesa comercial no período sob análise. Pode-se mencionar a extensão do uso de "valores critério" pelas aduanas e a aplicação de direitos *antidumping*. Houve, inclusive, tentativas muito incipientes de generalizar a adoção de ferramentas de administração do comércio -tipo fator *flex* usado na Política

Automotiva Comum-.⁴³ No entanto, foi a aplicação de licenças não automáticas de importação (daqui em diante, LNAs) o mecanismo mais utilizado por parte do governo argentino,⁴⁴ e o que promoveu uma parte considerável das reclamações dos países-sócios, principalmente do Brasil. Estas licenças, aplicáveis às importações de todas as origens -incluindo o MERCOSUL- tenderam a dificultar as operações, gerando incerteza no esquema de negócios.

Cabe assinalar que esta ferramenta já vinha sendo utilizada tanto pela Argentina quanto pelo Brasil, ainda que neste último país de maneira mais ampla, mas não vinculada à crise atual.⁴⁵ As licenças constituem uma via para administrar contingentes derivados de medidas de defesa comercial (*antidumping* ou salvaguardas), mas também sua aplicação pode estar vinculada a normas de segurança, questões ambientais ou de saúde pública. As LNAs podem ser consideradas um fator que aumenta os tempos e os custos de transação das operações de importação. Se a estas cargas se somar a incerteza adicional de não conhecer com antecedência o resultado final do trâmite administrativo, fica claro que os efeitos não são meramente transitórios, e que podem desencorajar importações de maneira efetiva. Para certos setores, como aqueles afetados por fatores sazonais, as LNAs podem ocasionar efeitos de retrações permanentes no comércio.

A título de quantificar a importância das LNAs no comércio exterior argentino, estima-se que elas abranjam faixas tarifárias que representam 8% do valor das importações argentinas totais de todo o mundo em 2008. No caso das importações do Brasil, essa participação se eleva a 8,9%. Pareceria, então que, em nível agregado, não haveria um viés das LNAs contra os produtos brasileiros, mais ainda quando se observa que no caso da China, esse percentual alcança 18,4%.

QUADRO 10
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS 2008
(Em US\$ milhões)

	Brasil	China
Importações totais	17.978	7.145
Importado em remessas com LNAs	1.607	1.312
Importado em remessas com outras restrições	306	208
Total de importações sujeitas a restrições	1.913	1.520
% com LNAs	8,9%	18,4%
% total com restrições	10,6%	21,7%

Fonte: Elaboração própria com base no INDEC, Ministério de Produção e CNCE.

⁴³ O regime de *flex* consiste em um coeficiente de desvio das exportações através do qual se define um limite para as exportações de cada um dos países para cada US\$ 1 das importações. Veja BID-INTAL [2008], p. 113.

⁴⁴ Segundo o Acordo sobre Procedimentos para o Trâmite de Licenças de Importação da OMC, entende-se por *trâmite de licenças* o procedimento administrativo que requer a apresentação de uma solicitação ou outra documentação ao órgão administrativo pertinente como condição prévia para efetuar a importação no território aduaneiro de um país. No caso das *licenças não automáticas* dispõe-se que o prazo de tramitação das solicitações não pode ser superior a 30 dias se as solicitações se examinam por ordem cronológica de recepção, nem superior a 60 dias se todas as solicitações forem examinadas simultaneamente. Acordo sobre procedimentos para o trâmite de licenças de importação da OMC http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/23-lic.pdf

⁴⁵ Segundo o último Informe que examina a política comercial do Brasil (WTO [2009]), este país aplica LNA por distintos motivos a 3.500 posições tarifárias sobre 9.765. Para mais detalhes ver Ochoa [2009].

Levando em conta as demais restrições existentes, como as medidas *antidumping*, as salvaguardas (definitivas e provisórias) e os acordos privados vigentes, o percentual das importações argentinas a partir do Brasil afetadas se eleva a 10,6%. No caso da China esse percentual é de 21,7%.

Cabe observar que estas cifras relativas ao comércio afetado por diferente tipo de barreiras administrativas não apresentam diferenças significativas na comparação com outros momentos históricos análogos. Assim, durante a onda de conflitos de 2004-2005 o universo afetado das importações brasileiras era estimado em 10,5% do total, sem contar o então problemático setor automotivo (BID-INTAL [2005], p. 51).

Entretanto, caberia diferenciar o efeito restritivo máximo potencial, estimado por estes cálculos, dos efeitos na realidade. Certamente, ainda que as estimativas do comércio afetado dêem conta do maior alcance das restrições sobre produtos originados na China -pelo que se deveria esperar uma maior queda nessas importações- os dados levam a outras conclusões. Analisando as importações argentinas durante o primeiro semestre de 2009, as compras do Brasil registraram uma contração total de 43%, em que o subconjunto de posições com LNAs registrou uma contração de 58%. Por outro lado, a contração total das compras da China foi de 36%, sendo de 38% a baixa no subgrupo com licenças, só dois pontos percentuais acima do total.

Em outras palavras, embora o universo potencialmente afetado pelas LNAs seja superior no caso chinês em comparação com o brasileiro, na prática, as LNAs não parecem ter sido muito relevantes para ocasionar uma contração adicional nas importações chinesas -já marcada pelas condições econômicas-, o que, por sua vez, parece ter ocorrido com as importações originadas no Brasil.

QUADRO 11
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS - 1º SEMESTRE DE 2009
(Variação interanual - Em %)

	Posições afetadas por LNAs	Posições não afetadas por LNAs	Total
Total Mundo	-46,9	-37,6	-38,3
Origem Brasil	-58,3	-41,2	-42,7
Origem China	-37,8	-35,0	-35,5

Fonte: Elaboração própria com base no INDEC e Ministério de Produção.

Outro elemento interessante para analisar é a possível correspondência entre a escalada das restrições (medida pelo valor de comércio afetado por meio da adição de novos produtos ao regime de LNAs) e a evolução do tipo de câmbio real bilateral entre Brasil e Argentina.⁴⁶ Este havia alcançado um mínimo durante dezembro de 2008, caindo 24% desde agosto de 2008, quando havia alcançado um máximo. A partir de janeiro de 2009, no entanto, a apreciação nominal do real brasileiro e a depreciação nominal do peso argentino determinaram que a paridade voltasse a se recuperar com um perfil de V. A paridade alcançou em julho de 2009 um nível similar ao vigente antes de agosto de 2008.

⁴⁶ Medido como a quantidade de pesos por real, ajustado pelos índices nacionais de preços ao consumidor; uma curva negativa indica uma depreciação do real/apreciação do peso. No caso da Argentina, tomou-se um índice de preços ao consumidor ajustado a partir de diferentes índices de preços provinciais.

De modo consistente, a readequação do tipo de câmbio real bilateral foi processada pelo esquema de LNAs. De fato, a participação do Brasil nas importações afetadas pelas diferentes resoluções que dão sustento legal às LNAs alcançou um valor máximo (54%) na correspondente a janeiro de 2009 (muito provavelmente desenhada semanas antes) e depois começou a cair de maneira uniforme e sustentada.

GRÁFICO 21
TIPO DE CÂMBIO REAL ARGENTINA/BRASIL
(AR\$ por R\$ - Base dezembro 2001=1)

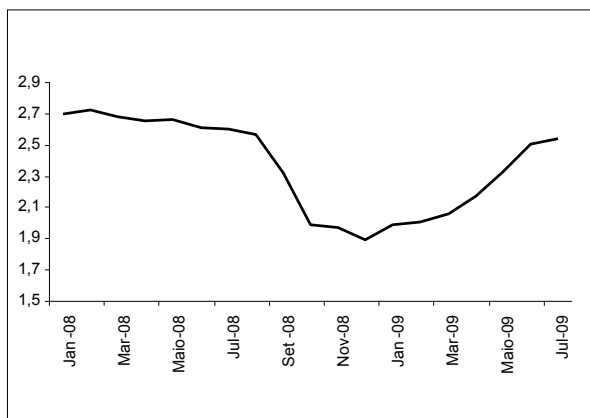
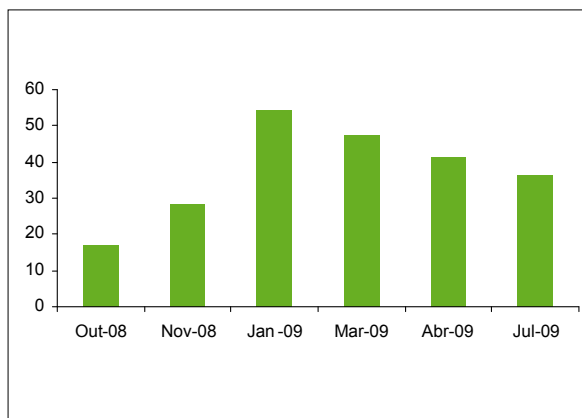


GRÁFICO 22
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
NAS IMPORTAÇÕES COMPREENDIDAS
PELAS LNAs DA ARGENTINA
(Em %)



Fonte: Elaboração própria com base no INDEC, BCRA, BCB e IBGE.

Fica claro, portanto, que o desaparecimento paulatino da forte perturbação cambial bilateral foi moderando em algum grau a ênfase das LNAs sobre as importações procedentes do Brasil.

Além das medidas aplicadas pela Argentina e seu impacto sobre certos setores no Brasil e -em menor grau- no Uruguai (por exemplo, o têxtil), neste período também do lado brasileiro se observou a preocupação do governo com a preservação de certas produções ligadas à agroindústria, que afetaram tanto a Argentina (vinhos e lácteos, por exemplo) como o Uruguai (por exemplo, lácteos).

Por sua vez, o conflito do Paraguai com o Brasil relacionado com a provisão de energia, tanto em matéria de preços como de disponibilidade, adquiriu grande intensidade no período em análise, mas foi finalmente resolvido pela revisão do Tratado de Itaipu.

Frente à irrupção destes episódios cabe se perguntar por que os países recorreram a medidas unilaterais ou a acordos privados de tipo informal, em vez de utilizar o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) acordado pelo Brasil e pela Argentina em 2006.⁴⁷ Este instrumento exige a prova da existência de dano ou ameaça de dano e, portanto, exige tempo e processos que nem sempre se quer ou se pode cumprir. Depois de mais de três anos de ter sido protocolado no âmbito do ACE 14 da ALADI, o MAC

⁴⁷ O MAC tem por objetivo reparar danos importantes (ou prevenir a ameaça) a um setor produtivo nacional, por um aumento substancial das importações. O mecanismo se articula em um Programa de Adaptação Competitiva do setor de produção nacional quando as importações de um produto originário de um dos países signatários registrarem um aumento substancial que cause um dano importante ou ameaça de dano a setor da produção.

continua não operativo,⁴⁸ e os governos não parecem buscar que isto mude. Em síntese, parece que tanto para preservar graus de liberdade como para diminuir tempos de aplicação, este esquema -baseado em regras e procedimentos, e consensuado em nível bilateral- continua sem ser utilizado. Por sua natureza, o instrumento não parece ter sido o adequado em um contexto de instabilidade aguda como o desencadeado em função da crise mundial.

B. Análise dos principais conflitos ou negociações setoriais

Introdução

A seguir se apresenta uma análise dos principais conflitos setoriais durante o período avaliado no presente Informe. Para um maior entendimento identificam-se os mesmos de acordo com os países envolvidos (os que adotam a medida e os que se vêem afetados), e também de acordo com o *status* das medidas adotadas (unilaterais, acordos entre privados, etc.).

Nos Quadros 10 e 11 foram resumidos três tipos de situações: produtos com LNA com acordo privado, produtos com LNA sem acordo privado, e produtos com outro tipo de restrições e com acordo privado. Alguns conflitos setoriais estão originados na Argentina e outros no Brasil, enquanto que o Uruguai aparece como país afetado ao menos em dois casos.

No caso do Paraguai, ainda que não se apresente no quadro por se tratar de um conflito mais geral, inclui-se a análise da negociação com o Brasil em matéria energética, que teve forte relevância neste período e que terminou, como já mencionado, em meados do ano com a assinatura de novos acordos relativos a Itaipu.

Além disso, refletem-se no Boxe F as principais características da política *antidumping* da Argentina -e em menor grau do Brasil- durante o período.

QUADRO 12
CONFLITOS SETORIAIS POR CARACTERÍSTICAS E SOLUÇÃO

		Com acordo bilateral	Sem acordo bilateral
Características da restrição	Por meio de LNA (nova)	Móveis de madeira	Fios e tecidos
		Lácteos	Peças de vestuário
			Roupa branca
	Por meio de LNA (preexistente))		Pneus
		Calçados Linha Branca	
	Outro motivo	Autopeças	
		Papel	
		Vinhos	

Fonte: Elaboração própria com base no MECON e no Ministério da Fazenda.

⁴⁸ O Artigo 30 do Protocolo do ACE 14 do MAC prevê que "entrará em vigor em forma simultânea quando ambas as Partes comuniquem à Secretaria Geral da ALADI que o incorporaram ao seu direito interno, nos termos de suas respectivas legislações", processo que ainda não foi efetivado.

QUADRO 13
CONFLITOS SETORIAIS POR PAÍSES ENVOLVIDOS^{a/}

	País que adota a medida	
	Brasil	Argentina
País prejudicado pela medida	Argentina	Vinhos
		Lácteos
	Uruguai	Lácteos
		Peças de vestuário
		Linha Branca
		Fios e tecidos
		Móveis de madeira
		Calçados
	Brasil	Peças de vestuário
		Pneus
		Roupa branca
		Papel

Nota: ^{a/} Incluem-se os principais casos em discussão e/ou negociação. Esta lista não é exaustiva. De fato, no âmbito da Comissão de Comércio do MERCOSUL existem outras questões comerciais setoriais que não são abordadas aqui por serem muito pontuais e específicas, como, por exemplo, a consulta da Argentina ao Uruguai por obstáculos à entrada de vinhos e espumantes argentinos, a do Paraguai ao Brasil pela certificação obrigatória de qualidade para a importação de cadeiras plásticas, entre outras.

Fonte: Elaboração própria com base no MECON e no Ministério da Fazenda.

BOXE F
A POLÍTICA ANTIDUMPING ARGENTINA E BRASILEIRA

A partir do desencadeamento da crise econômica global aumentou-se a utilização dos mecanismos de defesa comercial previstos pelos acordos multilaterais de comércio. Desta forma, durante o segundo semestre de 2008 o número de novas medidas aplicadas pelos países-membros da OMC cresceu 45% em relação ao mesmo período de 2007 (OMC [2009a]).

Neste contexto, em outubro de 2008 o governo argentino decidiu flexibilizar os procedimentos de aplicação da normativa *antidumping*, de forma a acelerar os tempos para agilizar a operação do instrumento. Com este objetivo, a duração das investigações foi reduzida de 18 para 11 meses. Também diminuiu o período compreendido entre a denúncia e a abertura do caso, de seis meses para um mês. O prazo para a aplicação das medidas preliminares, por sua vez, também foi encurtado para cinco meses, dos seis meses que originalmente tomava adotar esta disposição.

Em que medida a política *antidumping* da Argentina afetou o Brasil? Somando as aberturas de novas investigações, a aplicação de direitos provisórios e as medidas em vigência plena, as causas dirigidas a produtos de origem brasileira afetaram 44 posições tarifárias, que durante 2008 representaram US\$ 262 milhões em importações da Argentina.

Entre as novas aberturas encontram-se os **artigos de cerâmica** (medida que também inclui produtos com origem no Uruguai) e os **multiprocessadores**, afetando um total de importações equivalente a US\$ 6 milhões. A aplicação de direitos preventivos compreendeu os **fios de acrílico** e os **talheres de aço**, o que representou importações de US\$ 28 milhões.

Além disso, outras 37 posições foram afetadas por direitos preexistentes ainda em vigor, alcançando a produtos tais como **pneus para bicicletas, tubos de aço inoxidável, laminados planos de ferro ou aço, lâminas de serra manual e copos e taças de vidro**, que representaram importações de US\$ 228 milhões.

As posições agregadas que afetam produtos do Brasil registraram um aumento de 15% entre julho de 2008 e julho de 2009, sempre medindo o valor de suas importações em 2008. No caso de produtos originários da China, o aumento foi bastante superior, chegando a 41%. Em termos das importações de 2008, as posições afetadas para as compras a partir da China alcançam um total de US\$ 208 milhões.

Pode-se concluir que, apesar de se ter registrado um sensível aumento na abertura de novas investigações por parte da Argentina, a maior parte delas se dirigiu a produtos de origem chinesa.

O Brasil, por sua vez, também foi um usuário ativo de medidas *antidumping* nesta etapa. No entanto, elas foram dirigidas principalmente a países extrazona. A aplicação deste instrumento contra práticas desleais no comércio dentro do bloco foi menos utilizada do que no caso da Argentina. Nesse sentido, e de acordo com a informação fornecida pela OMC em 31 de dezembro de 2008 (OMC [2009b]), detecta-se o início de uma medida durante o período sob análise, afetando uma única posição tarifária (fitas de polímeros de polipropileno de origem argentina). Além disso, entre as medidas definitivas ainda vigentes, uma só diz respeito a importações do MERCOSUL, correspondendo ao setor químico: monohidrato de fosfato de origem argentina.

- Móveis de Madeira -⁴⁹

Este grupo de mercadorias foi incorporado ao regime da LNA da Argentina no início de março de 2009. No universo de produtos compreendido pela medida, o Brasil ocupa um lugar predominante nas importações argentinas, com uma cota que se aproximou de 45% do total durante 2007 e 2008. A China também é fornecedora importante, mas com bastante diferença, ocupando entre 20% e 25% das compras externas argentinas deste item. Para o Brasil o mercado argentino representa aproximadamente 10% do total exportado destes bens.

Merece destaque o fato de que, desde o início de 2009, se observou uma redução significativa no preço médio das importações argentinas destes produtos, especialmente nos de origem brasileira. Das estatísticas desse país pode-se inferir que esta redução nos preços médios foi mais pronunciada nas vendas para a Argentina do que nas vendas totais. Poderia se tratar de um processo de liquidação de estoques de oferta brasileira focado no mercado argentino; posteriormente, o preço se recuperou e subiu a níveis muito superiores.

A partir da introdução das LNAs produziu-se uma redução substancial das importações argentinas, especialmente das de origem brasileira. Também diminuíram as da China, mas a partir de maio; desde então as baixas foram de similar magnitude em ambos os casos.

No início de junho alcançou-se um acordo entre privados pelo qual os exportadores brasileiros se comprometeram a restringir em 35% suas exportações à Argentina em 2009 em relação a 2008, o que exigiria uma redução de 37% durante o segundo semestre do ano corrente.

GRÁFICO 23
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE MÓVEIS
(Participação no total, em %)

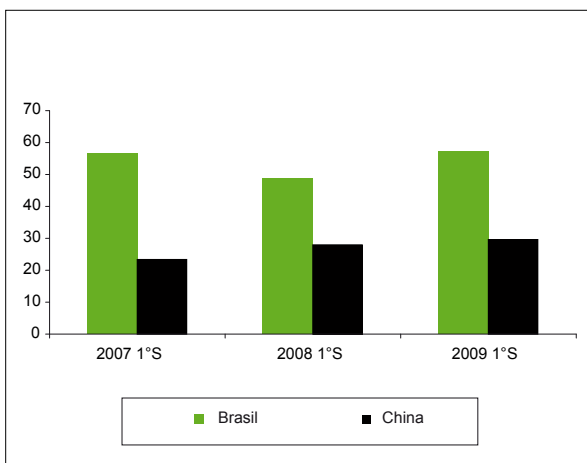
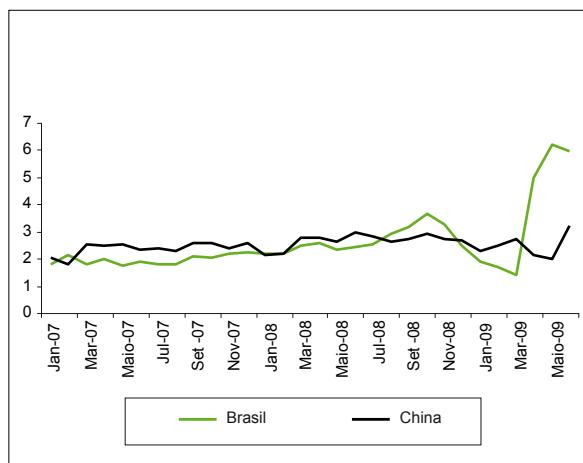


GRÁFICO 24
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE MÓVEIS
(Preço médio por origem - US\$/kg)



Fonte: INDEC.

⁴⁹ Cabe assinalar que este setor integra o Primeiro Fórum de Competitividade do MERCOSUL. Tanto o conflito, como o encaminhamento de soluções acordadas fora do âmbito do Fórum, expressa o pouco êxito dessa iniciativa.

- Calçados -

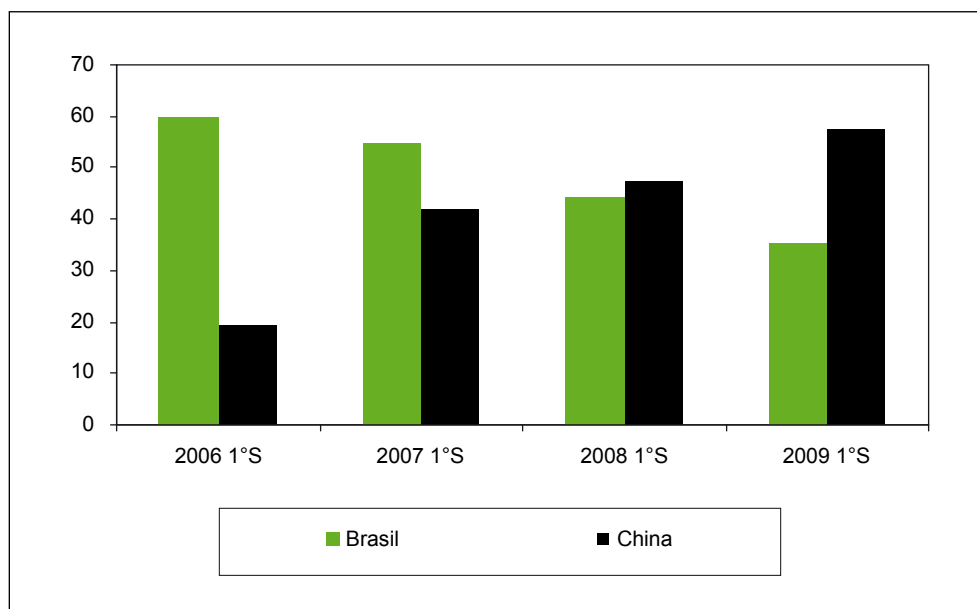
Este setor conta com uma longa história de desencontros e negociações setoriais bilaterais, devido às fortes disparidades existentes tanto em volume de produção e exportação como pela escala média das empresas argentinas e brasileiras.

Durante 2004 e 2005 tinham sido assinados acordos de autolimitação das exportações brasileiras (por 12 e 12,5 milhões de pares anuais, respectivamente), mas, segundo os produtores argentinos, não foram totalmente cumpridos.

Desde então, as exportações brasileiras se expandiram em decorrência do crescimento do mercado interno argentino. Dessa forma, este destino foi ganhando relevância como cliente das exportações brasileiras, chegando a representar 12% das colocações totais. Em parte, isso se explica pelas dificuldades que os produtores brasileiros enfrentam para continuar crescendo no mercado global de calçados, diante da intensa concorrência dos produtos chineses e de outros países asiáticos.

O dinamismo chinês neste setor também foi visível no mercado argentino: a participação dos calçados desta origem ganhou relevância, substituindo os de origem brasileira. Assim, durante a primeira parte de 2009, as importações argentinas da China superaram às provenientes do Brasil. Esta ameaça comum percebida por produtores brasileiros e argentinos atuou como um catalisador para unir as partes, que em outro momento estiveram em confronto.

GRÁFICO 25
CALÇADOS. PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA
(Em %)



Fonte: INDEC.

Outro fator facilitador, talvez mais concreto, foi a crescente participação de capitais brasileiros no setor de calçados na Argentina. Devido à internacionalização produtiva de atores brasileiros já inseridos no mercado

global, apoiados pelo próprio governo, e como forma de evitar os efeitos dos acordos bilaterais anteriores e de potenciais medidas de limitação de exportações, várias empresas brasileiras realizaram investimentos de compra de empresas produtoras argentinas, e também investimentos *greenfield*, nos dois casos com principal enfoque no setor esportivo e da moda informal.

Diante dos fenômenos assinalados, os industriais argentinos manifestaram o seu interesse em alcançar algum acordo, descartando medidas mais duras como as salvaguardas da OMC. Constantemente, uma e outra parte manifestaram a intenção de enfrentar conjuntamente a ameaça representada pela oferta chinesa que, a partir da crise e da queda do consumo nos mercados dos países desenvolvidos, parecia conduzir a uma inundação dos mercados regionais.

Finalmente, o acordo alcançado contempla uma cota anual de 15 milhões de pares de origem brasileira, com três anos de vigência. Isto representa uma redução de 19% em relação ao volume registrado durante 2008. Por outro lado, espera-se controlar as importações da China por meio de mecanismos de defesa comercial.

- Lácteos -

Esta atividade conta com certa história com relação a restrições impostas no intercâmbio intrabloco, originadas no Brasil. Nesse sentido, pode-se mencionar o estabelecimento em 2001 por parte desse país de um preço mínimo de US\$ 1.900 por tonelada aplicado ao leite em pó de origem argentina.

Os efeitos dessa medida estimularam a oferta exportável argentina a derivar mais expressivamente para outros mercados. Com a forte alta nos preços internacionais do leite em pó (o principal produto comercializado deste setor) registrada a partir de 2003 e multiplicada desde o final de 2006, tal preço mínimo deixou de ser relevante já que era inferior à cotação internacional do produto. Dessa forma, o produto argentino paulatinamente voltou a entrar no Brasil, sem que isso representasse uma pressão para baixo sobre o preço do leite líquido no mercado brasileiro.

A partir do desencadeamento da crise econômica internacional, os preços dos lácteos retomaram uma tendência de baixa, estimulada pela queda do comércio internacional e pela diminuição do consumo. O volume das exportações de leite em pó argentino para o Brasil cresceu significativamente a partir de dezembro de 2008. Deste modo, durante o primeiro trimestre de 2009 os envios aumentaram 341% em volume e 101% em valor, com um preço médio de US\$ 2.100 por tonelada. Também aumentaram, e de forma ainda mais notória com a crise, as exportações para o Brasil pelo Uruguai, reorientando-se vendas que anteriormente se dirigiam a outros países.

Diante desse rápido e pronunciado aumento das importações do setor, as autoridades brasileiras decidiram pela aplicação de licenças não automáticas, administrando temporariamente as importações lácteas. Isso foi um incentivo para apressar a negociação de um novo acordo de autorregulação com os produtores argentinos, que finalmente foi alcançado em junho de 2009. Este se baseia no estabelecimento de um preço mínimo, tomando como referência o valor médio do leite em pó da Oceania publicado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (cotação de referência internacional no setor). Além disso, acordou-se uma cota equivalente à média exportada dos últimos cinco anos mais 50%, equivalendo a 2.600 toneladas mensais. Com o cumprimento destes requisitos, a mercadoria argentina teria um tratamento favorável no trâmite das licenças não automáticas.

Apesar disso, este tipo de acordo não pôde ser alcançado com os produtores uruguaios. Durante o segundo trimestre, e de forma diferente do que ocorreu com o leite argentino, o volume ingressado do produto de origem uruguaia continuava com o mesmo dinamismo que teve entre janeiro e março. Isto permitiu que no terceiro bimestre do ano, o leite uruguaio participasse com 47% do volume total importado pelo Brasil, algo inédito pelo predomínio histórico do produto argentino, cuja cota nas compras brasileiras teve uma média de 80% nos últimos dois anos.

Desta forma, e diante da falta de um acordo, o governo brasileiro decidiu estabelecer uma cota de 10.000 toneladas para as importações de leite em pó do Uruguai durante o período compreendido entre setembro e dezembro de 2009.

GRÁFICO 26
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
DE LEITE EM PÓ
(Em toneladas)

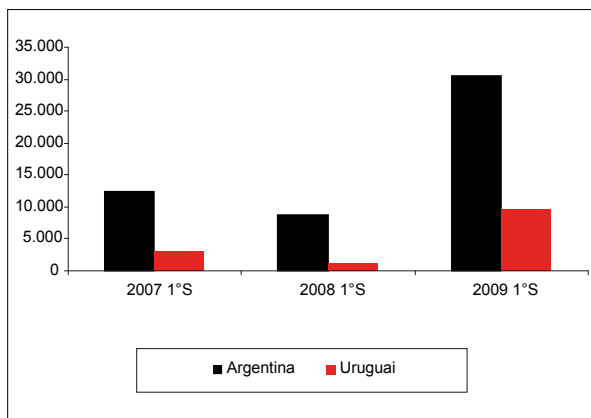
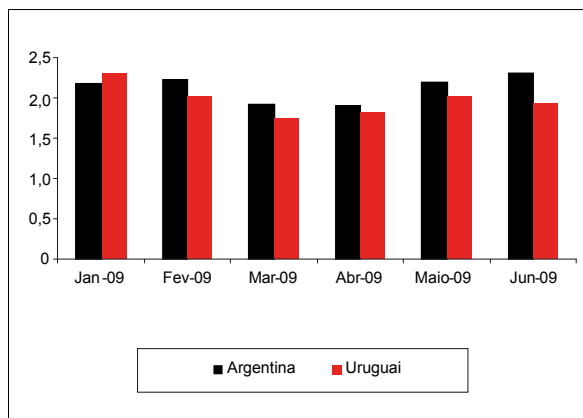


GRÁFICO 27
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
DE LEITE EM PÓ
(Preço médio por origem - US\$/kg)



Fonte: MDIC Alice-Web.

- Linha Branca -

Este grupo de produtos foi incluído em um regime de LNA pela Argentina em 2004. Nesse momento iniciaram-se as negociações entre os setores privados do Brasil e da Argentina, que culminaram com um compromisso de restrição voluntária de exportações por parte das empresas brasileiras.

O Brasil ocupa um lugar predominante nas importações argentinas destes produtos. Esta característica é muito marcada no caso das geladeiras, enquanto nos outros dois itens que compõem este setor -máquinas de lavar e fogões- a liderança dos produtos brasileiros é menos notória. Ainda que tal predomínio viesse diminuindo desde 2006, o contexto de crescimento do mercado argentino, e portanto de suas importações, possibilitava uma convivência pacífica entre os produtores argentinos e os fornecedores do Brasil e de outras origens.

Com a redução do consumo de bens duráveis iniciada em outubro de 2008, o governo argentino começou a aumentar o nível de rigor na aplicação das LNA's que continuavam vigentes com o objetivo de defender a atividade dos produtores de seu país. Estas medidas e a retração do consumo contribuíram para uma pronunciada queda nas importações argentinas do setor durante o primeiro semestre de 2009, embora a participação do Brasil não tenha diminuído na maioria dos itens.

Por isso iniciou-se uma nova rodada de negociação entre privados, mas até o fechamento deste Informe não havia sido alcançado um acordo.

GRÁFICO 28
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE PRODUTOS
DA LINHA BRANCA
(Origem Brasil - Em US\$ milhões)

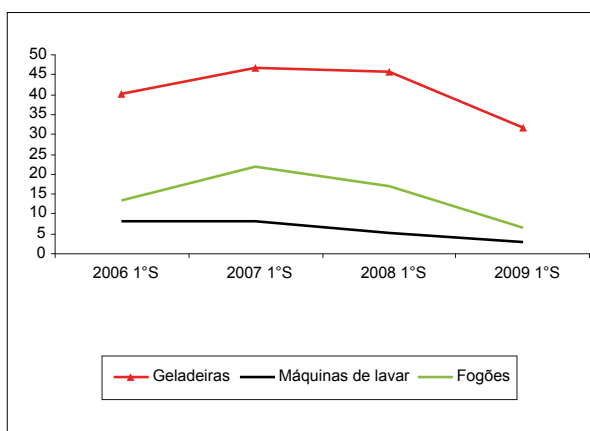
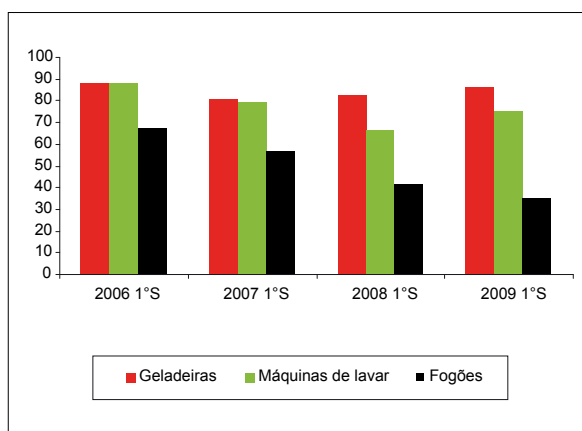


GRÁFICO 29
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE PRODUTOS
DA LINHA BRANCA
(Participação do Brasil no total, em %)



Fonte: INDEC.

Aplicação de Regimes de Licenças Não Automáticas de Importação (LNAs). Setores sem acordos privados

- Manufaturas Têxteis -

Neste setor, dois grandes grupos foram afetados pela aplicação de LNA por parte da Argentina: as peças de vestuário e confecções, por um lado, e a denominada roupa branca, por outro. Se existiam 10 posições com LNA desde 2007 (basicamente agasalhos e roupa para bebês), durante o período coberto por este Informe foram incorporadas numerosas posições adicionais: desde outubro de 2008, foram adicionadas 30 posições de peças de vestuário (roupas e artigos de malha, fundamentalmente); em março de 2009 foram acrescentadas 14 posições de roupa branca (roupa de cama, mesa e banho); e em abril do corrente ano somaram-se 84 posições mais de peças de vestuário, cobrindo grande parte do universo setorial que ainda permanecia fora do esquema de licenças.

Em peças de vestuário e confecções, o conjunto de produtos com LNA representa aproximadamente 72% do total importado. Fica evidente o destaque da China como fornecedor dominante neste subgrupo, com uma cota de 58% do total. O Brasil possui uma participação mais reduzida e, ao mesmo tempo, decrescente. Ainda que não se observe que as LNAs afetem em maior grau as importações de algum dos dois países, haveria uma maior disposição para desestimular compras do país asiático. Entretanto, enquanto as importações da China caíram 21% em volume durante o primeiro semestre de 2009, as provenientes do Brasil experimentaram uma redução de 50%. Neste item também se viram afetadas as importações do Uruguai, que registraram baixas de magnitude similar às das peças chinesas.

É preponderante a origem brasileira dentro das importações de roupa branca da Argentina, apesar de essa participação ter sido decrescente nos últimos anos. O Uruguai era até 2007 o segundo fornecedor mais importante, sendo superado desde então pela China. Além disso, o subgrupo afetado pelas LNA's afeta uma maior proporção das importações do Brasil do que as dos demais países fornecedores.

GRÁFICO 30
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE ROUPA
BRANCA
(Participação no total, em %)

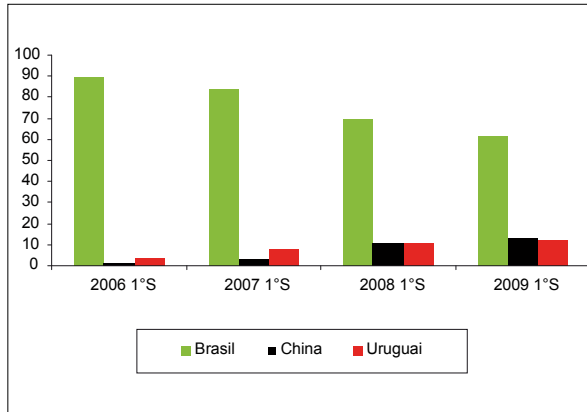
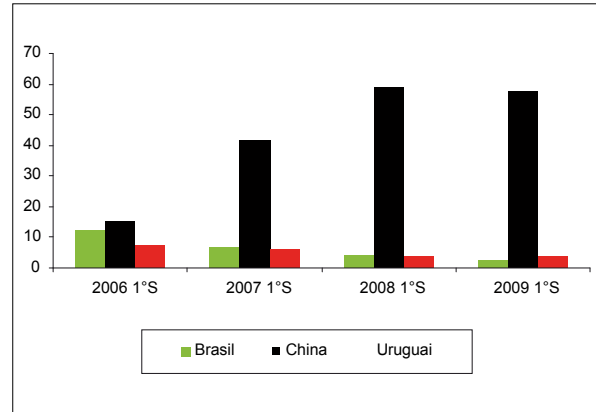


GRÁFICO 31
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE PEÇAS DE
VESTUÁRIO
(Participação no total, em %)



Fonte: INDEC.

Desde a aplicação das licenças observam-se fortes diferenças na variação das importações por origem: os volumes do Brasil caíram 30% no primeiro semestre de 2009, uma queda muito superior à registrada pelo Uruguai (-7%), enquanto a China quase conseguiu manter constante o seu fluxo de vendas.

No entanto, estas tendências semestrais sofreram fortes mudanças desde junho, quando as importações do país asiático caíram abruptamente (assim como as da Índia e do Paquistão, que haviam se beneficiado com certo desvio de comércio em meses anteriores), enquanto as compras do Brasil se recuperaram apesar de em níveis muito inferiores aos do ano anterior.

- Matérias Primas Têxteis -

Em 2004, a Argentina estabeleceu LNA para alguns tecidos de algodão (*denim* e fazendas para camisas), o que derivou em acordos privados de fixação de cotas para os produtos de origem brasileira. Ao final de 2008 ampliou-se este regime, incorporando tecidos sintéticos e de malha. Mais posições foram adicionadas em julho de 2009, incluindo outros tecidos de algodão e também fios, que até esse momento estavam excluídos.

Apesar de haver produtos com um grande predomínio do Brasil nas importações argentinas, como é o caso de *denim*, no conjunto registra-se uma participação crescente da oferta chinesa, que desde 2008 superou em valor e volume a participação brasileira. O segmento de posições afetadas pelas LNA's tem um viés às importações da China, as mais afetadas por sua aplicação.

Este setor ainda não havia estabelecido acordos do tipo bilateral até o fechamento do presente Informe.

GRÁFICO 32
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE FIOS E
TECIDOS DE ALGODÃO
(Participação no total, em %)

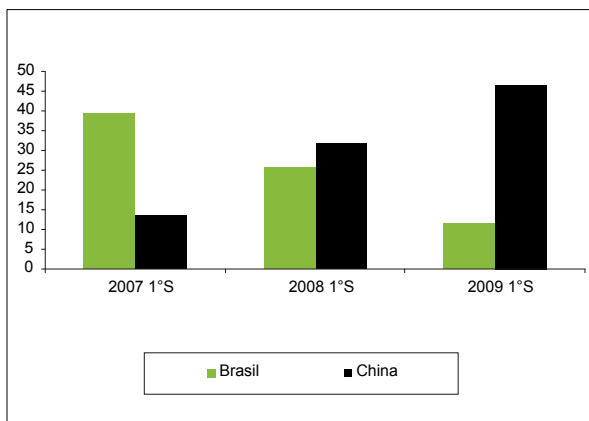
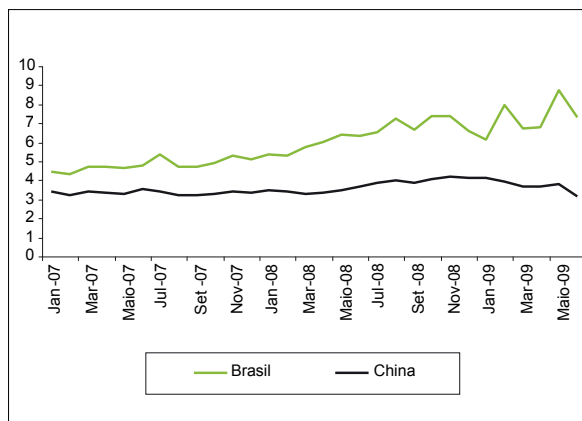


GRÁFICO 33
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE FIOS E
TECIDOS DE ALGODÃO
(Preço médio por origem, em US\$)



Fonte: INDEC.

- Pneus -

Com a característica de um alto grau de oligopolização em nível global, na Argentina e no Brasil operam no setor empresas internacionais de grande participação no mercado mundial deste produto. Entretanto, há empresas que no âmbito do MERCOSUL têm presença industrial somente no Brasil, enquanto na Argentina também opera uma empresa local. Esta formação da oferta regional determina que as empresas localizadas em ambos os países realizem um significativo intercâmbio intraindustrial; a produção na Argentina está especializada em modelos destinados a veículos leves (carros e caminhonetes), enquanto os pneus para caminhões e ônibus são produzidos principalmente no Brasil, exceto no caso da empresa que atua exclusivamente na Argentina, com produção destes itens.

O intercâmbio bilateral de pneus para veículos leves manteve-se favorável para a Argentina durante os últimos anos. No entanto, o resultado é diferente ao considerar também os pneus destinados a veículos pesados e à maquinaria agrícola. Cabe esclarecer que a participação brasileira no total importado argentino é mais relevante nestes últimos itens do que nos pneus para carros e caminhonetes. A maior parte da oferta total de pneus daquele tipo disponível no mercado argentino é de origem brasileira.

Entretanto, a produção argentina havia começado a desacelerar em 2007 apesar de na época se verificar na Argentina um importante crescimento na produção automotiva. As causas disto podem estar vinculadas ao aumento do volume de importação, que no caso dos produtos destinados a carros e caminhonetes se expandiu mais de 15% durante 2008, de todas as origens, enquanto as provenientes do Brasil cresceram a uma taxa de 12%.

A resposta por parte das autoridades argentinas foi a aplicação de LNA a este produto a partir de janeiro de 2009. A medida cobriu o universo de pneus, abrangendo inclusive itens em que a produção argentina não é suficiente para abastecer seu próprio mercado.

A medida parecia se destinar mais ao incentivo de uma maior diversificação da produção argentina do que a motivos relacionados com a conjuntura. Tratava-se de buscar promover uma maior produção interna de pneus para veículos pesados, posição que se fortaleceu na empresa com localização exclusiva na Argentina e nos sindicatos do setor. As restrições ocasionaram fortes baixas na entrada no mercado argentino de pneus importados de todo tipo, gerando inclusive problemas de abastecimento dos produtos com escassa produção local, tais como os destinados aos veículos pesados e agrícolas.

GRÁFICO 34
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE PNEUS
(Em %)

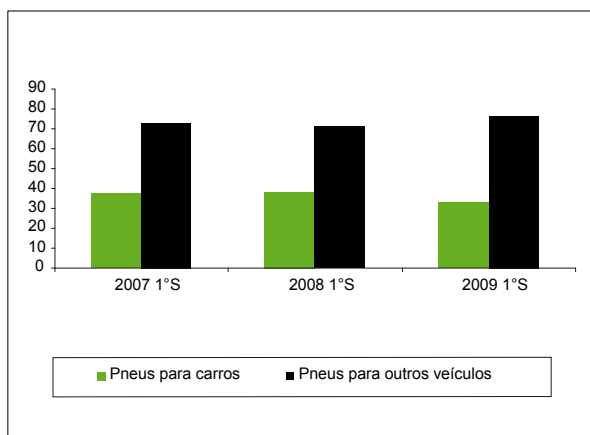
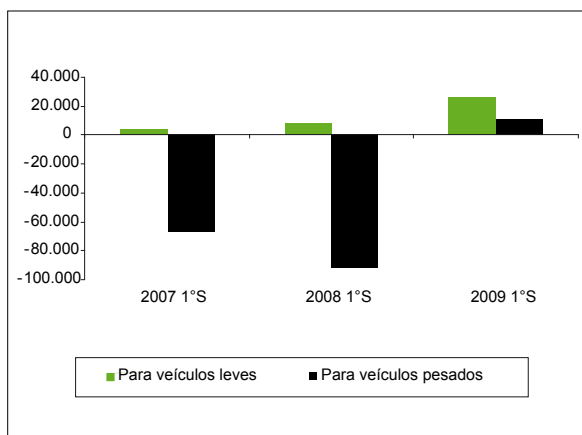


GRÁFICO 35
ARGENTINA - RESULTADO COMERCIAL
DE PNEUS COM O BRASIL
(Em unidades)



Fonte: INDEC.

Setores sob negociação privada sem aplicação de LNA

- Autopeças -

Dentro deste setor, três são os grupos de produtos envolvidos em negociações bilaterais privadas durante o período: freios, embreagens e baterias. O comércio bilateral de autopeças deve ser analisado no contexto do intercâmbio automotivo regional, enquadrado na Política Automotiva Comum (PAC). Pelo alto grau de complementação produtiva entre as empresas instaladas na região, produz-se um muito significativo intercâmbio de autopeças. Equivalente a 40% do valor do intercâmbio bilateral automotivo total, o intercâmbio comercial do setor de autopeças foi tradicional e crescentemente superavitário para o Brasil.

A crise setorial contraiu o intercâmbio bilateral em mais de 30% durante o primeiro semestre de 2009. A maior parte da diminuição deveu-se às menores importações argentinas, que se reduziram em 46% no período mencionado. Em contraste, as compras do Brasil de autopeças argentinas diminuíram apenas 7% no mesmo período, o que permitiu que durante o primeiro semestre de 2009 fosse registrado um leve e incomum superávit setorial a favor da Argentina.

O caso específico dos *freios* representa 5% do valor total das importações argentinas de autopeças de origem brasileira, ainda que essa participação tenha se elevado levemente no final de 2008 e início de 2009.

A participação brasileira nas importações argentinas deste produto é elevada, como acontece em todos os itens deste setor. Desde o início de 2008 mostrou uma tendência crescente e se localizou em torno de 75%.

Depois de vários encontros, as Câmaras dos dois países assinaram um acordo que fixa uma cota para as exportações brasileiras de freios para o segundo semestre de 2009, com uma redução implícita de 30% em relação aos valores do primeiro semestre. Caso seja cumprido este convênio, as exportações brasileiras para a Argentina terminariam o corrente ano com uma redução de quase 40% em relação a 2008.

As *embreagens*, por sua vez, representam menos de 3% das exportações brasileiras de autopeças para a Argentina. Como no caso dos freios, a participação brasileira nas importações totais argentinas aumentou durante o último ano e meio, até alcançar 75% em meados de 2009. Em julho deste ano os representantes das respectivas câmaras empresariais chegaram a um acordo pelo qual as exportações brasileiras de embreagens destinadas ao mercado de reposição não poderão superar durante 2009 74% das toneladas comercializadas em 2008, com um teto de US\$ 15,5 milhões. Isso implicaria uma redução de 20% em relação ao exportado à Argentina durante o primeiro semestre.

GRÁFICO 36
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE BATERIAS
(Origem Brasil - Preço médio por unidade, em US\$)

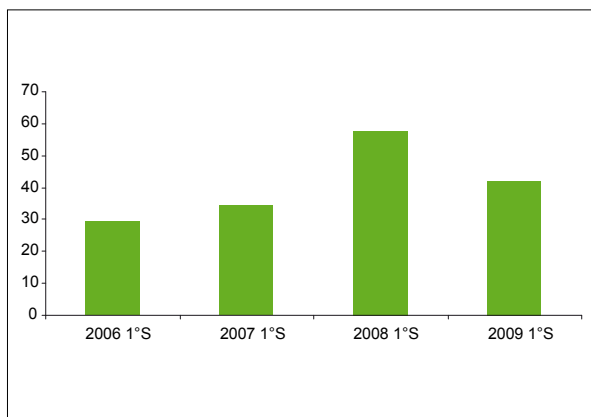
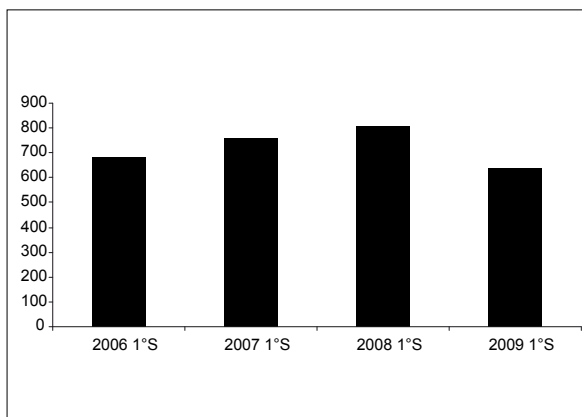


GRÁFICO 37
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE BATERIAS
(Origem Brasil - Em milhares de unidades)



Fonte: INDEC.

No que diz respeito às *baterias*, a preponderância do produto brasileiro nas importações argentinas é ainda maior do que nos dois casos anteriores, superando 90% nos últimos dois anos. Desde 2005, as câmaras setoriais de ambos os países mantêm acordos baseados na limitação voluntária das exportações brasileiras ao mercado argentino. No final de abril de 2009 assinou-se um novo acordo com vigência durante 2009 estabelecendo-se um teto de 850 mil unidades, o que representaria uma queda de 38% sobre as cifras de 2008.

Da análise do comércio bilateral não se percebem mudanças de magnitude sobre as tendências dos últimos anos: a origem brasileira prevalece nas importações totais argentinas nos três produtos. Houve um leve aumento nos últimos meses, em um contexto de queda nos valores absolutos diante da ruína da produção automotiva em nível mundial e regional. Também não se verificam mudanças notórias nos preços médios

das vendas brasileiras, salvo no caso das baterias, cujos valores diminuíram durante 2009, mas em relação aos preços, extraordinariamente altos, de 2008.

Parece, então, que as carências alegadas pelas empresas argentinas se originam na sensível queda da demanda interna no mercado argentino, em especial no que diz respeito ao mercado de reposição, particularmente importante no caso das baterias e nas partes de freios. Não obstante, preocupa o forte ingresso de baterias do Brasil durante abril, maio e junho, o que conduziria ao descumprimento da cota para o segundo trimestre.⁵⁰

- Vinhos -

Este setor, de particular sensibilidade para os produtores brasileiros, assinou em 2005 um acordo de autorregulação das exportações argentinas, que contemplava um preço mínimo de US\$ 8 por caixa (equivalente a US\$ 1,8 por litro). Isso representou um aumento nos preços de importação, o que teve como efeito uma redução do ritmo de crescimento dos vinhos argentinos no mercado brasileiro. Como consequência do acordo, os vinhos chilenos retomaram a liderança nas importações vinícolas brasileiras, lugar que haviam perdido em 2004 para o produto argentino.

Em meados de 2008, os produtores brasileiros propuseram um novo acordo de autorregulação, mas desta vez elevando o preço mínimo para US\$ 4 o litro, considerando a significativa valorização do real nesse momento. Do lado argentino a proposta não foi bem recebida, pontuando-se que todo acordo devia contemplar uma revisão do acordo entre Brasil e Chile, que inclui um esquema de desoneração gradual que permitirá ao vinho chileno entrar no mercado brasileiro com tarifa zero a partir de 2010.

GRÁFICO 38
PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS DE VINHOS
(Em%)

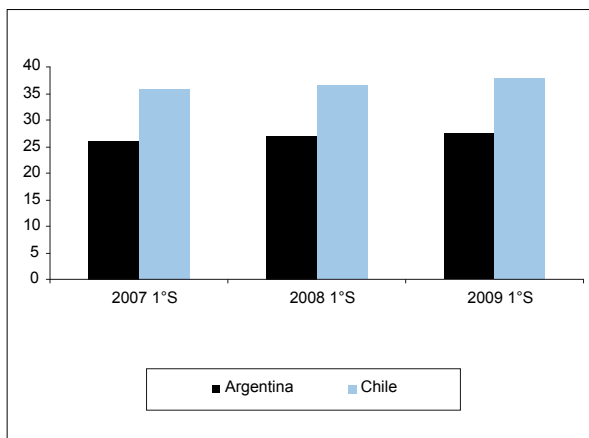
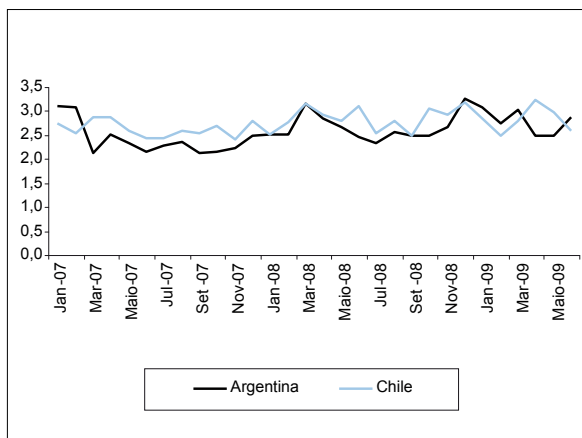


GRÁFICO 39
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE VINHOS
(Preço médio por origem - US\$/litro)



Fonte: MDIC Alice-Web.

⁵⁰ Diante deste fenômeno, no final de agosto de 2009 as baterias foram incluídas pela Argentina no regime de LNA.

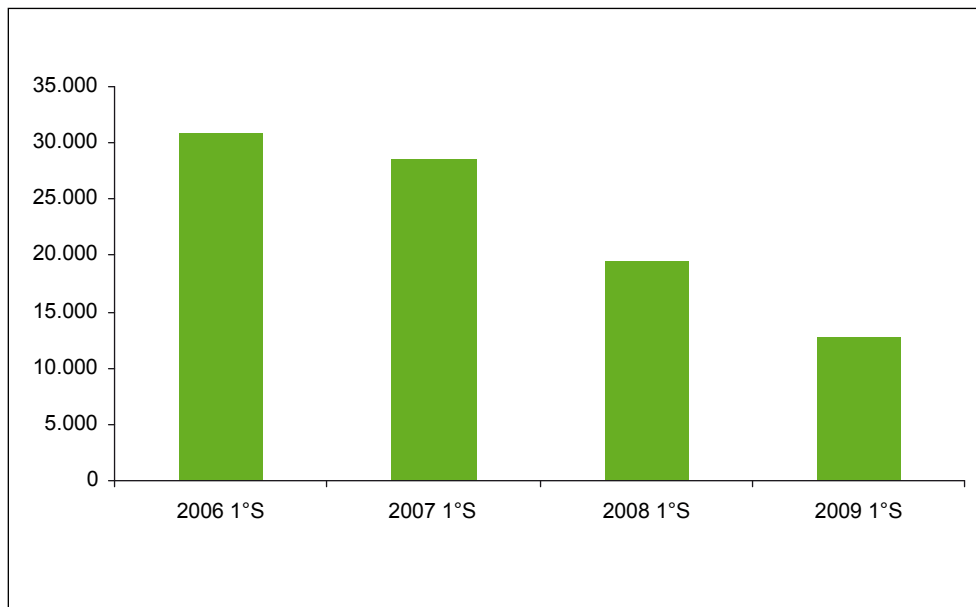
Depois da depreciação do real durante o segundo semestre de 2008, as pressões diminuíram, mas as negociações seguiram seu curso. O resultado final foi um pacote que inclui a elaboração de um programa de desenvolvimento setorial ao nível do bloco, abrangendo os produtores da Argentina, do Brasil e do Uruguai; além disso, o compromisso de uma negociação paralela entre o Brasil e o Chile sobre a modificação do cronograma de liberação do comércio de vinhos entre os dois países.

Da análise das importações do Brasil surgem claramente as dificuldades provenientes de que o acordo de autorregulação incluía unicamente a Argentina. Em primeiro lugar, o Chile retomou e manteve a liderança nas importações brasileiras de vinhos nos últimos anos. Em segundo lugar, os preços médios entre as colocações da Argentina e do Chile não se diferenciam muito, havendo-se reduzido de maneira notória a brecha entre ambos.

- Papel -

Neste setor existe um acordo privado bilateral entre a Argentina e o Brasil que se renova todos os anos; estabelece-se um limite de 50.000 toneladas para a entrada de papéis de escritura e impressão não branqueados de origem brasileira. Apesar desse limite, a participação do Brasil nas importações argentinas é predominante. Na destacável continuidade desta paz acordada sem dúvida desempenhou um papel importante o elevado grau de concentração produtiva setorial em ambos os países, o que diminui o número de contrapartes e facilita o controle do convênio.

GRÁFICO 40
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE PAPEL DE IMPRIMIR E ESCRIVER
(Origem Brasil - Em toneladas)



Fonte: INDEC.

Boxe G
AVANÇO NA RESOLUÇÃO DE UM CONFLITO HISTÓRICO:
OS NOVOS ACORDOS SOBRE ITAIPU ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

Historicamente, o Paraguai efetuou reclamações sobre o que os governos desse país consideravam como cláusulas injustas no gerenciamento da represa de Itaipu, a recuperação do investimento e a disponibilidade e preço da energia nela gerada.

Este assunto ganhou maior relevância desde a mais recente mudança de governo no Paraguai, já que o novo presidente fez da reformulação dos convênios de Itaipu um dos principais temas de campanha.

Segundo o Tratado de Itaipu, firmado em 1973, 50% da energia de Itaipu correspondem ao Paraguai. Desse montante, o país só utiliza 5% e os restantes 45% podem ser vendidos ao Brasil, a preços inferiores aos de mercado. As reclamações do Paraguai se resumiam em seis pontos:

1. Livre disponibilidade da energia paraguaia para ser comercializada em outros mercados.
2. Melhor compensação pela energia paraguaia cedida ao Brasil.
3. Revisão das dívidas da Itaipu Binacional (Ente Administrador da represa).
4. Aumentar o nível de cogestão da represa.
5. Fiscalização binacional.
6. Finalização de obras inconclusas, como a subestação na margem direita e a eclusa de navegação. A realização de ambos os trabalhos, prevista no Tratado de 1973, nunca aconteceu.

Depois de árduas negociações de um conflito que ganhou muita projeção durante o período coberto por este Informe, em 25 de julho de 2009 os presidentes do Brasil e do Paraguai assinaram uma declaração na qual, entre outros assuntos, se dispõem a avançar na renegociação de diversos aspectos do tratado sobre a represa de Itaipu.

A Declaração incorpora a resolução de alguns dos pontos prioritários. Assim, dispõe-se um aumento no valor da compensação pela energia paraguaia. Desta forma o Paraguai veria triplicados os seus recursos pela venda da energia ao Brasil, que passaria dos atuais US\$ 120 milhões anuais a US\$ 360 milhões. Para que o citado aumento no preço da energia entre plenamente em vigor, ele deverá ser aprovado pelos congressos dos dois países.

Além disso, avança a possibilidade de o Paraguai poder vender parte de sua energia de Itaipu no Brasil a preços de mercado. Sobre a possibilidade de vender essa energia em terceiros mercados, o acordo assinala a disposição do Brasil para que isso aconteça a partir de 2023, quando caduca o Tratado de 1973.

Além disso, estabelece-se que a Itaipu Binacional financie uma linha de alta tensão de 500 kilowatts em território paraguaio, entre a subestação da margem direita e Villa Hayes. No fechamento deste Informe os dois países haviam assinado as Notas Reversais para enviar a seus respectivos congressos o acordo para aprovação.

C. Considerações finais

Em um contexto de crise global com impacto sobre os níveis de atividade e emprego no MERCOSUL, as tensões comerciais retomaram o protagonismo de outros períodos, tais como 1999 e 2004-2005, revertendo em boa parte a tendência de baixa nas dificuldades ou conflitos que se percebiam até meados de 2007.

Assim, ganharam força tanto medidas unilaterais como a aplicação de Licenças Não Automáticas aplicadas a importações de todo o mundo -incluindo os países do MERCOSUL- como também a retomada de acordos voluntários entre privados para a administração do comércio entre a Argentina e o Brasil.

Mais além das medidas aplicadas pela Argentina e o seu impacto sobre certos setores no Brasil e -em menor escala- no Uruguai (por exemplo, o têxtil), neste período também pelo lado brasileiro se observou a preocupação do governo com a preservação de certas produções ligadas à agroindústria, que afetaram tanto a Argentina (vinhos e lácteos, por exemplo) quanto o Uruguai (por exemplo, lácteos). Neste sentido,

é evidente certa sincronização entre os movimentos cambiais no interior do bloco e as medidas restritivas unilaterais ao comércio. Por sua vez, a decisão do governo argentino de questionar o déficit estrutural no comércio com o Brasil de manufaturas também ocupa um lugar preponderante na explicação da ampliação das medidas de administração do comércio. Em todos os casos, a ameaça comum chinesa sobre os produtores do MERCOSUL contribuiu para a aproximação das posições negociadoras.

De qualquer modo, e levando em conta como o alcance da crise internacional afetou o volume do comércio mundial, o número e a magnitude dos conflitos no interior do bloco durante o último ano parecem relativamente modestos e alinhados ao que aconteceu em episódios anteriores da história do MERCOSUL; entretanto, a soma do efeito cíclico do menor nível de atividade e o impacto derivado das medidas de proteção significaram uma retração importante dos fluxos de intercâmbio, tal como se descreve no Capítulo II deste Informe.

Ao mesmo tempo, prevaleceram outra vez nas negociações relativas a estas tensões a falta de regras e uma alta dose de unilateralismo e discricionariedade. Com efeito, ficou em evidência a dificuldade para canalizá-las institucionalmente na escala MERCOSUL, considerando que se encontra acordado um sistema como o MAC, que ainda não foi posto em funcionamento.⁵¹ Esta necessidade se torna mais imperiosa ao se observar que boa parte dos conflitos em determinados setores produtivos têm caráter recorrente.

Apesar destas debilidades, o ocorrido em torno dos conflitos setoriais no último ano mostraria que certas lições foram aprendidas: o cuidado para não gerar desvios de comércio, um maior acordo entre os setores privados para enfrentar a crescente concorrência das importações extrarregionais e, em nível dos governos, a compreensão de que o desenvolvimento produtivo do MERCOSUL deveria ser um fator de maior homogeneização no interior do bloco.

⁵¹ Ver nota de rodapé 6.

CAPÍTULO V. A AGENDA EXTERNA

A. Panorama geral

Como se viu nos Capítulos I e II, a forte contração da economia mundial que começou em 2008 e se aprofundou no primeiro trimestre de 2009 teve um impacto muito significativo nos fluxos do comércio internacional. Apesar de não ter ocorrido uma reação protecionista em massa em nível global, alguns países aplicaram mecanismos de defesa comercial -aumento de tarifas e barreiras não tarifárias- para proteger a produção doméstica em indústrias como a siderurgia e a automotiva, ou reintroduziram subsídios à exportação de produtos, por exemplo, no setor lácteo. Por outro lado, os pacotes fiscais e financeiros implementados para superar a crise, que tiveram um impacto favorável para limitar a queda da atividade e o comércio global, em alguns casos incluíram cláusulas que favorecem os bens e serviços domésticos face aos importados ("compre nacional").⁵²

O desenvolvimento da agenda externa tradicional do MERCOSUL foi deslocado para um segundo plano, devido à profundidade da crise econômica internacional, ao mesmo tempo em que seus dois maiores sócios tomaram parte ativa no debate sobre a regulamentação global, induzido pela perturbação. No entanto, não há indícios claros de uma atuação conjunta perante os acontecimentos. Em um cenário caracterizado pela redução dos fluxos de comércio internacional, medidas de proteção comercial e a respectiva dinâmica macroeconômica contrativa interna, os países do bloco reagiram com posições em que se percebem diferenças no tocante às estratégias de integração na economia mundial, já observadas em anos anteriores.

A Argentina continuou com um esquema defensivo, refletido em medidas restritivas da importação de produtos considerados sensíveis, oriundos tanto de intra quanto de extrazona (Capítulo IV). Por sua vez, embora o Brasil também tenha procurado administrar os fluxos do intercâmbio nas atividades mais ameaçadas pela crise global, visou alcançar um maior papel protagonista nas negociações comerciais internacionais e participar muito ativamente nas estratégias coordenadas frente à crise global. Diferenças de posição entre os dois maiores sócios do MERCOSUL já tinham emergido na ocasião das negociações da Rodada de Doha.⁵³

Por seu turno, o Uruguai continuou insistindo, com o apoio do Paraguai, em dar maior flexibilidade às negociações externas do bloco, por meio da incorporação da bilateralidade. A esse respeito, o Uruguai seguiu aprofundando sua aproximação dos Estados Unidos, dentro do Acordo-Quadro de Investimentos e Comércio assinado em 2007, mediante a assinatura de dois Protocolos adicionais nas áreas de facilitação do comércio e participação pública em comércio e meio ambiente, e de um Memorando de Entendimento. O Paraguai mostrou certo interesse em ampliar as relações do MERCOSUL com os países árabes, embora tenha se concentrado mais em aspectos relacionados com a agenda interna, em especial nas ações tendentes à correção das assimetrias, como é descrito no Capítulo III deste Informe.

Na mesma linha destas diferentes posições e do difícil contexto externo, as negociações comerciais do bloco com terceiros países avançaram muito lentamente, embora tenham se confirmado e aprofundado os acordos que o MERCOSUL tinha firmados com países extrarregionais. Ao mesmo tempo, foram incorporadas algumas

⁵² Veja OECD-UNCTAD-WTO [2009] e BID-INTAL [2009e].

⁵³ Nessas negociações, a Argentina esteve menos disposta a oferecer concessões em termos de acesso a mercados para produtos industriais, sem uma diminuição expressiva das barreiras de entrada e das distorções na agricultura nos países da OCDE. Já o Brasil foi mais flexível e enfatizava a importância de finalizar as negociações, considerando que seria uma mensagem poderosa contra o protecionismo. Veja BID-INTAL [2008] e Cristini [2009].

disciplinas no âmbito dos acordos vigentes com países vizinhos. Mais concretamente, no âmbito da estratégia Sul-Sul impulsionada pelo Brasil e apoiada pela Argentina -e em menor medida pelos outros sócios-, o MERCOSUL reafirmou seus laços com outras economias em desenvolvimento. As relações com as economias desenvolvidas, apoiadas pelos sócios de menor tamanho relativo interessados no acesso a mercados, não avançaram ou avançaram em um ritmo mais lento, como no caso da negociação MERCOSUL-UE, que se encontra vinculada ao que acontecer nas negociações multilaterais da Rodada de Doha.

Levando em conta os esforços e as iniciativas dos Estados-Partes, neste capítulo se revisa a participação de alguns dos países do bloco nos fóruns motivados pela crise internacional. Além disso, é descrita e analisada a evolução da agenda externa do MERCOSUL, tanto com países de América Latina quanto com o resto do mundo. Apesar de não ter havido avanços formais no vínculo entre o MERCOSUL e a China, estuda-se esta interrelação devido a sua crescente participação no comércio mundial e no da região.

B. A participação dos membros do MERCOSUL na resposta à crise internacional

Diante da gravidade da crise, os líderes das economias avançadas e emergentes procuraram uma resposta na medida do novo contexto, o que motivou ações concertadas orientadas a restaurar o crescimento e discussões para uma reforma da arquitetura financeira internacional. As decisões se centraram no papel, governança e capacidade de ação dos organismos multilaterais e regionais de crédito e na criação de entidades globais para regular a atividade nos mercados financeiros e de capitais. O G20 se transformou no fórum de discussão e ação coordenada perante a crise,⁵⁴ com uma ativa participação da Argentina e do Brasil.

Um resultado concreto dos esforços de coordenação no âmbito bilateral e no quadro da excepcional volatilidade dos mercados financeiros foi a implementação de *swaps* de moedas entre os bancos centrais de diversos países, entre eles, os dos sócios maiores do MERCOSUL: Estados Unidos-Brasil, Argentina-Brasil (Capítulo III), Argentina-China.

As ações perante a crise no âmbito do G20

Na primeira cúpula de novembro de 2008 em Washington, acordou-se que os países-membros do G20 avançassem na coordenação macroeconômica, incluindo as políticas fiscal, monetária, cambial, comercial, de emprego e ambiental. Estes assuntos se somaram à discussão sobre a arquitetura financeira internacional, que tinha sido a principal tarefa do grupo desde sua criação em 1999, em resposta à crise asiática. Com relação à coordenação macroeconômica, os líderes do G20 se comprometeram a empreender uma política fiscal expansiva concertada, e sem precedentes nas últimas décadas, por um montante total de US\$ 5 trilhões.⁵⁵ Paralelamente, os bancos centrais afirmaram seu compromisso para restaurar o canal do crédito e manter as políticas monetárias expansivas pelo tempo que fosse necessário.

Apesar de terem existido coincidências a respeito da necessidade de atuar com todas as ferramentas disponíveis para evitar uma depressão econômica global, houve posições divergentes no tocante aos pacotes de estímulo

⁵⁴ O G20 é integrado pelos países do G8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Grã-Bretanha e Rússia), junto com outras 11 nações: Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, República da Coreia, África do Sul e Turquia; o vigésimo membro do G20 é a União Europeia (UE).

⁵⁵ Comunicado da Reunião de Cúpula do G20 em Londres. Os US\$ 5 trilhões equivalem a US\$ 5 milhões de milhões (<http://www.londonsummit.gov.uk/resources/en/news/15766232/communique-020409>)

fiscal e monetário das economias desenvolvidas. Os representantes dos países em desenvolvimento, junto com a UE, assinalaram que o aumento da emissão monetária dos países desenvolvidos se traduziria em maior inflação global. Além disso, as economias emergentes colocaram que o crescente endividamento dos países da OCDE provocaria uma mudança na orientação dos fluxos de capitais, e por isso elas enfrentariam um aumento de taxas de juros domésticas para conter a saída a curto prazo. Em particular, a Argentina solicitou à comunidade internacional que reduzisse o impacto negativo das estratégias de saída sobre os países de menor desenvolvimento relativo para evitar um crescimento da desigualdade de receitas entre países. O Brasil teve a mesma posição, embora tenha enfatizado a necessidade de que as economias avançadas se recuperassem rapidamente da crise.

O G20 destacou também a importância de fortalecer o comércio e o investimento mundiais para restaurar o crescimento. Neste sentido, na cúpula de abril de 2009 em Londres foi reiterado o compromisso de resistir à aplicação de novas barreiras protecionistas ao investimento e ao comércio de bens e serviços, estendendo-o até o final de 2010. Procurou-se evitar novas restrições à importação, medidas de estímulo a as exportações inconsistentes com a OMC e desvalorizações competitivas. Apontou-se, além disso, a relevância de atingir um "resultado ambicioso e equilibrado" das negociações da Rodada de Doha, embora não tenham sido estabelecidos prazos para tal.

Por outro lado, em resposta às reclamações dos países emergentes e em face da necessidade de reformar a arquitetura financeira global, na cúpula de Londres acordou-se capitalizar e aumentar a capacidade de empréstimos das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) como o FMI, o Banco Mundial e os principais Bancos Regionais de Desenvolvimento. Além disso, foi determinada a revisão dos instrumentos disponíveis e da governança dos mencionados organismos. Com relação ao *funding* e à capacidade de emprestar das IFI, decidiu-se triplicar os recursos disponíveis do FMI para US\$ 750 bilhões, a emissão de uma nova partida de Direitos Especiais de Saque (DES) de US\$ 250 bilhões e pelo menos US\$ 100 bilhões em empréstimos adicionais por parte dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A isso se somam US\$ 250 bilhões para o financiamento do comércio e vendas de reservas de ouro pactuadas pelo FMI para o financiamento dos países mais pobres. A Argentina colocou que as medidas sobre as IFI eram chave para os países em desenvolvimento, devido ao espaço reduzido para realizar uma política fiscal expansiva, pela redução do financiamento externo após a crise. Para os países do MERCOSUL, a nova emissão global de DES do FMI de US\$ 250 bilhões implicou um acesso potencial a liquidez internacional por um montante equivalente a 5% das suas Reservas.⁵⁶ Os recursos para a recapitalização das IFI provieram principalmente dos membros da OCDE, embora caiba destacar que o Presidente do Brasil afirmou que o seu país contribuiria com US\$ 10 bilhões ao FMI (Ministério da Fazenda [2009]).

Com relação aos instrumentos de estabilização disponíveis, o comunicado da cúpula de Londres destacou a necessidade de que os recursos fornecidos às IFIs fossem usados de maneira "eficaz e flexível", em resposta o FMI lançou a nova Linha de Crédito Flexível.⁵⁷ Esta reclamação foi realizada pelas economias emergentes; entre estas se destacou a colocação do Ministério da Economia de Argentina que visa eliminar condicionalidades nos empréstimos outorgados pelos organismos multilaterais de crédito.

⁵⁶ Os DES são um ativo potencial face às moedas de livre uso dos países-membros do FMI. Seus detentores podem obter essas moedas em troca de seus DES por meio de duas operações: mediante o consenso de acordos de troca voluntária entre países-membros ou pela designação, por parte do FMI, de países-membros com uma sólida situação externa para que comprem os DES dos países-membros que enfrentam uma frágil situação externa. Se nenhuma dessas operações for concretizada, os DES não fazem parte das reservas internacionais.

⁵⁷ O FMI aprovou um acordo de US\$ 47 bilhões no âmbito da Linha de Crédito Flexível em abril de 2009.

Uma maior representação para as economias emergentes e em vias de desenvolvimento foi um dos resultados aos quais se chegou sobre a governança das IFIs, antecipando-se para janeiro de 2011 a revisão das cotas e porcentagens de voto dos países membros do FMI. Além disso, foi acordado tomar medidas para aumentar a credibilidade e a responsabilidade das IFIs, por meio de uma melhor supervisão estratégica e tomada de decisões. Ambas as propostas foram impulsionadas pelos países em desenvolvimento com um firme apoio tanto da Argentina quanto do Brasil.

Por último, o G20 estabeleceu os lineamentos para fortalecer a regulamentação e supervisão financeira nacional e internacional mediante a criação do *Financial Stability Board* (FSB), sucessor do *Financial Stability Forum* (FSF). As funções deste organismo serão as de coordenar a regulamentação bancária, supervisionar os bancos transnacionais, elaborar relatórios de alerta precoce e trocar informações entre os supervisores dos diversos países membros. Neste contexto, as autoridades da Argentina e do Brasil indicaram que a incorporação dos países emergentes ao FSB é um dos avanços mais importantes do G20 no redesenho da arquitetura financeira internacional.

Swaps de moedas

Diante do aprofundamento da crise internacional, os bancos centrais de alguns países estabeleceram acordos de *swaps* de moedas, reforçando as linhas existentes e criando novas. Como se mencionou no Capítulo III, os *swaps* são acordos contingentes que prevêem uma troca de moedas entre dois bancos centrais, permitindo obter liquidez na moeda do outro país. Os Estados Unidos e a China foram os países mais ativos na assinatura de *swaps*.

A Reserva Federal acordou entre o segundo semestre de 2008 e o primeiro de 2009 diversas linhas bilaterais com bancos centrais de economias desenvolvidas, como o Banco Central Europeu (BCE), o Banco do Japão (BoJ), o Banco Nacional de Suíça (BNS) e o Banco da Inglaterra (BoE), e ampliou os convênios vigentes com a China, o Japão e a Coreia. Adicionalmente, fechou novos acordos com países em desenvolvimento, como México, Brasil e Cingapura. O swap pactuado entre os Estados Unidos e a maior economia do MERCOSUL teve por objetivo respaldar a liquidez do sistema financeiro brasileiro em um contexto de fortes saídas de capital. Foi por um montante de US\$ 30 bilhões -equivalentes a 15% das reservas internacionais do país sul-americano-, podendo ser distribuídos em diferentes momentos, com um máximo de US\$ 5 bilhões por operação. O acordo negociado se estendia até o final de abril de 2009 e foi prolongado primeiro até 30 de outubro do mesmo ano, e depois até fevereiro de 2010, como o resto das operações de troca de moedas assinadas pela FED (BCB [2009b]).

As operações realizadas recentemente pela China têm como antecedente a iniciativa *Chiang Mei*. China, Coreia e Japão têm um compromisso de troca de moedas desde 2001 no caso de algum desses países enfrentar uma tensão monetária decorrente de uma elevada demanda de divisas. Além de afiançar as relações econômicas bilaterais, o convênio tem o objetivo de promover a estabilidade financeira na região asiática, após o impacto da crise na década de 1990. Em face do recente aumento da incerteza, China, Coreia e Japão acordaram tornar as linhas de *swaps* extensivas aos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), realizando acordos multilaterais por um montante de cerca de US\$ 120 bilhões. Além disso, o Banco Popular da China acordou com o Banco Central da República Argentina (BCRA) um *swap* de moedas por um prazo de três anos, cujo montante é de 70 bilhões de iuanes / 38 bilhões de pesos, equivalentes a cerca de US\$ 10 bilhões -aproximadamente 20% das reservas argentinas. Este foi o primeiro acordo deste tipo realizado pela China com uma economia latino-americana, visando dar ao iuane uma

maior participação nos mercados monetários da região. Para a autoridade monetária argentina, o recurso permitiu melhorar a posição externa do país e gerar confiança, aumentando sua capacidade de responder à saída de capitais. A medida foi recebida com desconfiança por parte do setor privado argentino, que supôs alguma condição de utilização dos iuanes na compra de bens chineses.

C. Negociações extrarregionais

No contexto de crise internacional, as negociações de liberalização comercial do MERCOSUL não mostraram avanços significativos. O estancamento da Rodada de Doha gerou uma perda de impulso na Agenda Externa do MERCOSUL, especialmente com os países desenvolvidos. Em particular, apesar de alguns contatos realizados, as negociações para um acordo comercial birregional entre o MERCOSUL e a UE continuaram estancadas, como ocorre desde o final de 2004.

A diferença nas posições do Brasil e da Argentina a respeito dos produtos agrícolas e industriais na Rodada de Doha também se observa nos potenciais acordos bilaterais do MERCOSUL. Isso se traduz em um baixo dinamismo nos processos de negociações e em um alcance limitado dos entendimentos conquistados.

Por outro lado, o estancamento das negociações multilaterais continua fazendo que os sócios menores do MERCOSUL reclamem maior flexibilidade nas negociações externas, por meio da autorização de negociar de forma bilateral com outros países ou blocos. Em especial, o Uruguai tende a intensificar sua relação com os EUA, utilizando como referência o Acordo-Quadro de Comércio e Investimentos vigente entre ambos os países desde janeiro de 2007.

Finalmente, se destaca o dinamismo da agenda externa brasileira, focada em melhorar o posicionamento do Brasil como líder regional e protagonista em ascensão em diversos fóruns internacionais.

MERCOSUL - Índia: implementação do Acordo

Em 1º de junho de 2009, depois de concluída a ratificação por parte dos países signatários, entrou em vigência o Acordo de Preferências Fixas entre o MERCOSUL e a Índia assinado em 2003. O período de seis anos entre a culminação do processo de negociações e a entrada em vigor foi o que demorou a aprovação legislativa do acordo pelo Brasil e pela Argentina. Este foi o primeiro acordo comercial em aplicação entre o MERCOSUL e um país extrarregional. Apesar das suas modestas características, ele pode ser visto como um primeiro passo na direção de construir paulatinamente uma relação com significado estratégico, dada a crescente importância da Índia como protagonista da economia mundial.

O acordo definiu três níveis de preferências: 10%, 20% e 100%. Sobre um total de mais de 10 mil produtos, o MERCOSUL concedeu preferências em 452 itens tarifários, principalmente produtos químicos e farmacêuticos, ferramentas e partes de maquinaria. Os 13 produtos em que o MERCOSUL outorgou uma margem de preferência de 100% têm uma tarifa aplicada de 0% no bloco, enquanto que as outras concessões foram realizadas em posições com uma média de Tarifa Externa Comum (TEC) de entre 5% e 7,5%. Por sua vez, a Índia outorgou preferências em 450 itens. As preferências mais baixas (10% e 20%) foram aplicadas aos produtos com tarifas mais elevadas, enquanto que a preferência de 100% foi outorgada a produtos com uma tarifa média de 3,1%. A relevância comercial do acordo resulta muito limitada em ambos os sentidos, já que as preferências são significativas nos casos em que a tarifa vigente é nula ou muito reduzida.

Em 2008 as exportações do MERCOSUL com destino à Índia foram de cerca de US\$ 1,95 bilhão, representando 0,7% do total (Quadro 14) enquanto as importações provenientes da Índia alcançaram em 2008 US\$ 4,35 bilhões, contribuindo com 1,7% do total das compras externas do bloco (Quadro 15). Já para a Índia, o intercâmbio de bens com o MERCOSUL representou aproximadamente 2,5% de suas exportações e 0,7% de suas importações. Em nível agregado, em 2008 o MERCOSUL registrou déficit comercial com a Índia, explicado principalmente pelo saldo bilateral com o Brasil, que é levemente compensado pelo superávit bilateral da Argentina.

QUADRO 14
EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL PARA A ÍNDIA
(Em milhões de US\$ FOB e em %)

Países	Índia			Mundo		Participação %	
	2006	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Argentina	908,6	868,7	829,7	55.025,2	68.637,7	1,58	1,21
Brasil	936,4	954,5	1.102,0	157.265,4	193.120,8	0,61	0,57
Paraguai	3,1	3,9	4,4	3.424,2	4.585,3	0,11	0,10
Uruguai	5,1	8,4	8,5	4.512,5	5.946,9	0,19	0,14
<i>Total</i>	<i>1.853,3</i>	<i>1.835,5</i>	<i>1.944,5</i>	<i>220.227,3</i>	<i>272.290,7</i>	<i>0,83</i>	<i>0,71</i>

Fonte: ALADI e DATASTREAM.

QUADRO 15
IMPORTAÇÕES PELO MERCOSUL DA ÍNDIA
(Em milhões de US\$ CIF e em %)

Países	Índia			Mundo		Participação %	
	2006	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Argentina	303,2	383,7	491,8	44.439,6	57.118,2	0,86	0,86
Brasil	1.549,3	2.267,3	3.748,7	126.652,0	182.404,1	1,79	2,06
Paraguai	25,1	31,1	35,5	5.962,8	7.723,9	0,52	0,46
Uruguai	34,9	49,4	74,5	5.620,3	8.685,5	0,88	0,86
<i>Total</i>	<i>1.912,5</i>	<i>2.731,5</i>	<i>4.350,5</i>	<i>182.674,8</i>	<i>255.931,7</i>	<i>1,50</i>	<i>1,70</i>

Fonte: ALADI e DATASTREAM.

As vendas do MERCOSUL para a Índia estão concentradas em poucos produtos com baixo grau de elaboração, como óleo de soja, trigo e concentrados de cobre; as compras do MERCOSUL ao sócio incluem principalmente químicos, autopeças, combustíveis elaborados e peças de maquinarias.

Nos últimos anos, a Índia tinha condicionado as conversações para a ampliação e o aprofundamento das preferências à entrada em vigência do acordo negociado. Deste modo, com a implementação será possível reatar essas negociações, abrindo a porta para a expansão das preferências a novos produtos de maior importância no intercâmbio, e com o objetivo de avançar em direção à conformação de uma área de livre

comércio. De qualquer maneira, para isso seria necessário que os países do MERCOSUL conseguissem atingir o consenso necessário para o aprofundamento do Acordo.

MERCOSUL - União Aduaneira da África Austral (SACU): assinatura do Acordo de Preferências Fixas

Na XXXVI Cúpula do MERCOSUL de dezembro de 2008, os países do bloco assinaram o Acordo de Preferências Fixas com a SACU, que foi rubricado pelos Ministros da SACU em abril de 2009. Desta maneira, ao se concluir o processo de negociações, a entrada em vigência do novo acordo exige agora que ele seja referendado pelos Paramentos dos quatro membros do MERCOSUL e os cinco membros da SACU (África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesoto e Swazilândia).

Este acordo constitui uma ampliação do convênio negociado quatro anos antes, que não chegou a ser assinado. A negociação original entre os dois blocos começou a partir dos entendimentos atingidos em dezembro de 2000 pela Comissão Negociadora do Acordo-Quadro MERCOSUL-África do Sul, com o objetivo de fortalecer as relações existentes e estabelecer as condições para uma futura área de livre comércio. Depois da incorporação dos outros membros da SACU ao processo em outubro de 2003, foi entendido que as negociações haviam terminado em dezembro 2004, com a assinatura de um Acordo de Preferências Fixas em Belo Horizonte, Brasil. Este incluía uma oferta de desoneração parcial em aproximadamente 500 produtos de cada parte. No entanto, posteriormente a SACU manifestou não estar de acordo com o resultado atingido, razão pela qual se acordou reabrir as negociações a fim de chegar a um novo entendimento. O acordo finalmente assinado estabelece que a SACU concede preferência imediata em 1.064 posições tarifárias e o MERCOSUL em 1.052 posições, com margens de preferência de 10%, 25%, 50% e 100% (Quadro 16).

QUADRO 16
NEGOCIAÇÃO MERCOSUL-SACU
(Ofertas recíprocas)

Oferta do MERCOSUL à SACU		Oferta da SACU no MERCOSUL	
Nível de Preferência (Em %)	Número de Posições NCM	Nível de Preferência (Em %)	Número de Posições NCM
100	764	100	465
50	53	50	166
25	89	25	140
10	86	10	279
Tratamento diferenciado	60	Tratamento diferenciado	14
<i>Total</i>	<i>1.052</i>	<i>Total</i>	<i>1.064</i>

Fonte: Texto do Acordo.

Em 2008, os países do MERCOSUL exportaram mercadorias por aproximadamente US\$ 2,8 bilhões para a SACU, quase exclusivamente para a África do Sul (Quadro 17). Os principais produtos são óleos e *pellets* de soja, veículos e autopeças, maquinaria viária e agrícola, trigo, carne aviária e petróleo cru. Por outro lado, as importações provenientes da SACU, que em 2008 foram de US\$ 1 bilhão, incluem principalmente ligas de ferro e outros produtos minerais, hulha betuminosa e laminados planos de aço (Quadro 18). Deste modo,

o intercâmbio comercial com a SACU representa 1,0% das exportações dos países do MERCOSUL e 0,4% das importações, registrando um resultado superavitário para os quatro sócios do bloco.

QUADRO 17
EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL PARA A SACU
 (Em milhões de US\$ FOB e em %)

Países	SACU			Mundo		Participação %	
	2006	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Argentina	918,5	1.003,4	1.022,9	55.025,2	68.637,7	1,82	1,49
Brasil	1.475,3	1.773,7	1.781,4	157.265,4	193.120,8	1,13	0,92
Paraguai	9,1	17,8	18,6	3.424,2	4.585,3	0,52	0,41
Uruguai	52,8	26,4	21,6	4.512,5	5.946,9	0,58	0,36
<i>Total</i>	<i>2.455,7</i>	<i>2.821,4</i>	<i>2.844,6</i>	<i>220.227,3</i>	<i>272.290,7</i>	<i>1,28</i>	<i>1,04</i>

Fonte: ALADI e DATASTREAM.

QUADRO 18
IMPORTAÇÕES PELO MERCOSUL DA SACU
 (Em milhões de US\$ CIF e em %)

Países	SACU			Mundo		Participação %	
	2006	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Argentina	118,6	131,3	220,3	44.439,6	57.118,2	0,30	0,39
Brasil	457,9	555,2	827,9	126.652,0	182.404,1	0,44	0,45
Paraguai	2,1	2,6	3,3	5.962,8	7.723,9	0,04	0,04
Uruguai	7,1	12,0	15,0	5.620,3	8.685,5	0,21	0,17
<i>Total</i>	<i>585,6</i>	<i>701,0</i>	<i>1.066,5</i>	<i>182.674,8</i>	<i>255.931,7</i>	<i>0,38</i>	<i>0,42</i>

Fonte: ALADI e DATASTREAM.

Os setores contemplados pelo acordo são: agrícola, pesqueiro, têxtil e de vestuário, de aparelhos de ótica, autopeças, plásticos e suas manufaturas, químicos, siderúrgicos, eletrônicos, de bens de informática, bens de capital e ferramentas. As preferências outorgadas não abrangem os principais produtos comercializados atualmente, o que constitui um fator limitador para avaliar a relevância do acordo assinado.

Além disso, foram estabelecidas normas específicas relativas a regras de origem, implementação de Medidas de Salvaguarda e Solução de Controvérsias, além de ter sido criado um Comitê de Administração Conjunta, que se reunirá pelo menos uma vez por ano para assegurar o funcionamento apropriado e a implementação do acordo. Além disso, são previstas condições de acesso mais vantajosas para as economias pequenas do bloco (Paraguai e Uruguai), beneficiando produtos como carnes vermelhas, soja, lácteos e couros.

Embora as incidências comerciais imediatas do Acordo de Preferências Fixas não pareçam ser significativas, este constitui um primeiro passo no aprofundamento da relação entre os dois blocos e abre os espaços de contato e comunicação necessários para atingir acordos mais ambiciosos.

Neste sentido, abre as portas para o avanço do projeto de constituir uma área de livre comércio trilateral, que foi encorajado pelo diálogo no âmbito da iniciativa IBSA (Índia, Brasil e África do Sul).

MERCOSUL - Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)

Os entendimentos com o CCG começaram em 2006, de forma paralela e simultânea à negociação com Israel. Posteriormente, as duas iniciativas apresentaram dinâmicas diferentes. Foram realizadas três Rodadas de Negociações com o CCG, sem poder avançar em dois assuntos que permanecem pendentes:

- i) A definição da regra geral de origem. O CCG solicita um conteúdo regional mínimo de 35%, enquanto que o MERCOSUL pretende uma norma mais exigente e não aceita menos de 50%. Ou seja, o CCG quer que as preferências que o MERCOSUL outorgar a ele envolvam bens com apenas 35% de conteúdo regional -de valor agregado nesses países- enquanto o MERCOSUL só daria preferência a bens com um valor agregado regional de pelo menos 50%.
- ii) A aplicação de um mecanismo de salvaguardas preferenciais.

Estes temas, somados à petição do CCG de melhorar a oferta de desoneração tarifária do MERCOSUL, mantêm as negociações demoradas. Durante o último ano se acordou remeter textos de base mais atualizados para a negociação. O dinamismo das economias de Oriente Médio desperta o interesse de diversos atores do MERCOSUL neste acordo, destacando-se as oportunidades para as exportações de alimentos e manufaturas de origem agropecuária e industrial, das quais os países do CCG são importantes importadores líquidos.

Outras negociações em andamento

Em 2004 foi assinado o **Acordo-Quadro MERCOSUL-Marrocos**, que incluía a negociação de um acordo de preferências fixas como primeira etapa para um tratado de livre comércio. As conversações estiveram suspensas em 2006 e 2007, e em abril de 2008 foram reatados os contatos para avançar no processo. No primeiro semestre de 2009 foi enviada uma proposta consolidada de modalidades de negociação e de textos de base para um eventual acordo de preferências fixas.

Na XXXV Reunião do CMC do MERCOSUL, em Tucumán em julho de 2008, foi aprovado o **Acordo-Quadro MERCOSUL-Jordânia**, que prevê negociações para a criação de uma área de livre comércio. No primeiro semestre de 2009 foi enviada a proposta consolidada de modalidades de negociação. Em particular, a proposta do MERCOSUL contempla, para o comércio de bens, a eliminação gradual de tarifas em um lapso de 10 anos, a diferentes velocidades de acordo com a categoria de produtos.

O acordo comercial **MERCOSUL-Israel** foi assinado no final de 2007, como se mencionou no *Informe MERCOSUL N° 13*. As negociações enfrentaram alguns obstáculos com relação à liberalização de produtos

agrícolas por parte de Israel (principalmente nos setores de carne e lácteo), já que sua legislação interna limita fortemente as concessões nessas áreas. Atualmente se está discutindo o tratamento que será dado aos bens provenientes dos territórios sob administração israelense na Cisjordânia.

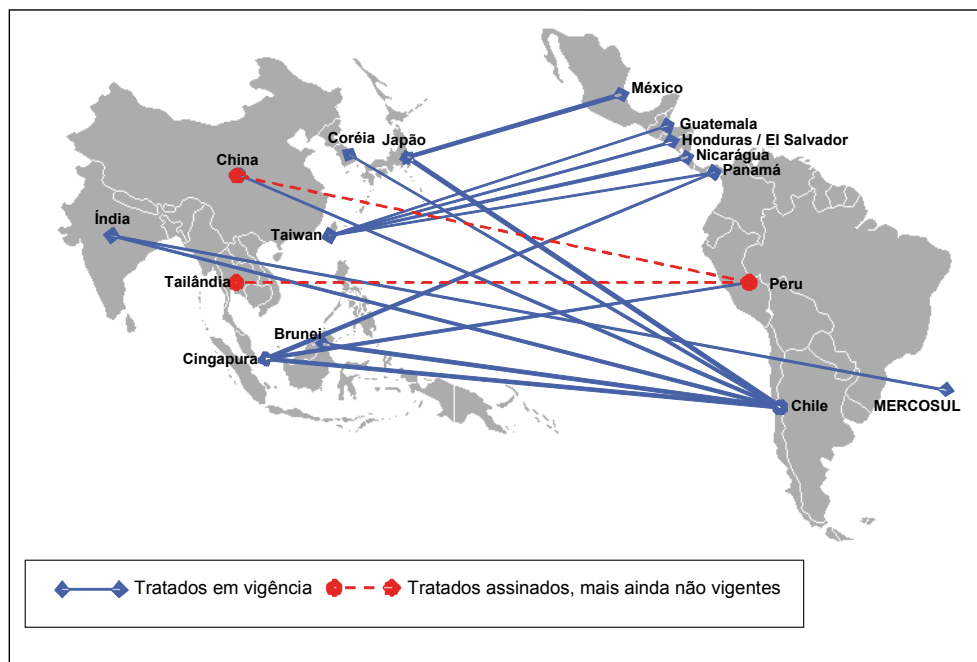
Já o **Acordo-Quadro MERCOSUL-Egito** foi assinado em Puerto Iguazú em julho de 2004, prevendo-se a negociação de um acordo de preferências fixas com o objetivo final de formar uma área de livre comércio. Em outubro de 2008 realizou-se no Cairo, Egito, uma reunião exploratória para trocar pontos de vista e estabelecer a agenda das futuras conversações.

O vínculo com a Ásia

- Panorama geral -

A região da Ásia-Pacífico -em particular, a China- aumentou significativamente sua relevância na economia mundial nas últimas décadas, fenômeno que se refletiu no intercâmbio comercial da América Latina com essa região. De fato, países da Ásia-Pacífico são agora sócios principais e cada vez mais importantes de vários países latino-americanos. O MERCOSUL aparece atrasado a respeito da negociação de acordos bilaterais com a Ásia-Pacífico, que tem acompanhado o dinamismo dos fluxos comerciais. A maioria das iniciativas surgiu nos países da bacia do Pacífico, enquanto no caso do MERCOSUL, só se registra o mencionado Acordo com a Índia (Gráfico 41).

GRÁFICO 41
TRATADOS COMERCIAIS ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E ÁSIA-PACÍFICO



Fonte: Elaboração própria com base na CEPAL.

Neste âmbito, o MERCOSUL mantém aberta uma frente de negociação com a **Coréia do Sul**, país com o qual existe um diálogo regular desde 1997 em que se troca informação e são analisadas formas para aprofundar o conhecimento mútuo, assim como para aumentar o intercâmbio comercial bilateral. Durante dois anos realizou-se um estudo de impacto para determinar a viabilidade de um acordo comercial, que foi concluído em outubro de 2007. Embora o estudo tenha apontado que o tratado poderia trazer benefícios para as partes, as reações dos agentes privados da Argentina e do Brasil foram contrárias ao início de qualquer tipo de negociação comercial.

Alinhado com o padrão de comércio vigente entre o MERCOSUL e o Leste da Ásia, o intercâmbio com a Coréia do Sul é principalmente interindustrial, com as vendas sul-americanas concentradas em matérias-primas agrícolas e minerais, e as importações provenientes da Coréia integradas em grande parte por produtos industriais. Os estudos realizados assinalam que no nível agregado um acordo de liberalização comercial beneficiaria o MERCOSUL se o setor agrícola estiver incluído. As principais oportunidades se encontram nas vendas de óleo de soja, milho, queijos, chocolates, pescado, tabaco, couros, manufaturas de madeira e compostos químicos, enquanto as ameaças mais relevantes afetam a indústria automobilística e os setores de plásticos e agroquímicos.

Em agosto de 2008, a Coréia apresentou um documento ao MERCOSUL no qual propõe a criação de um Grupo Consultivo que estabeleça critérios para começar negociações destinadas a alcançar um tratado de livre comércio. Além disso, em julho de 2009 foi assinado um Memorando de Entendimento para estabelecer um Grupo Consultivo Conjunto para a Promoção do Comércio e dos Investimentos.

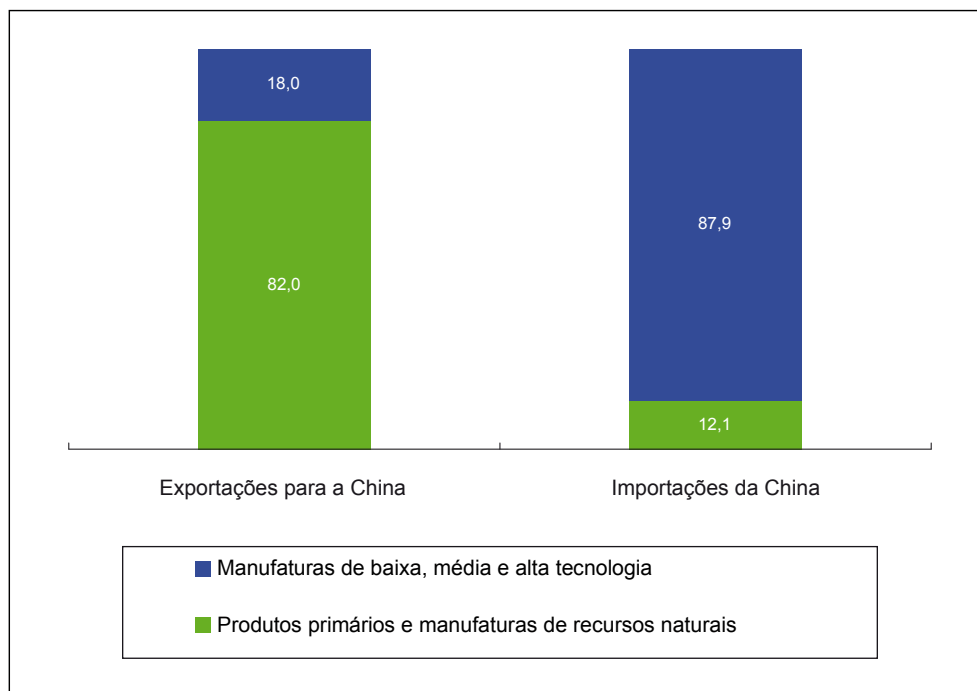
Por outro lado, em novembro de 2008 foi realizada em Brasília a primeira Reunião Ministerial **MERCOSUL-Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)**, que abriu a perspectiva para uma eventual negociação comercial. Além disso, durante o último ano continuaram sendo realizadas as reuniões de trabalho destinadas a aprofundar a integração **MERCOSUL-Japão**, em que se apresentaram propostas de cooperação para o fortalecimento do comércio e dos investimentos.

- A República Popular da China -

A China é um forte demandante de matérias-primas, insumos intermediários e bens de capital, e um exportador de produtos manufaturados intensivos em trabalho para os mercados desenvolvidos. O fornecimento de insumos e bens de capital da China é realizado nos países avançados ou por meio de uma rede de comércio intraindustrial baseada na Ásia oriental. As exportações latino-americanas para esse país se concentram em recursos naturais, enquanto que as importações da China estão integradas principalmente por manufaturas de média e alta intensidade tecnológica (Gráfico 42); este padrão dificulta as possibilidades de diversificação das exportações e de inserção nas cadeias de valor asiáticas.

Desde que entrou na OMC, em dezembro de 2001, a China desmontou gradualmente diversas restrições não tarifárias de importação e políticas internas relacionadas com o comércio, mas continua utilizando algumas medidas comerciais como instrumentos de política industrial. No entanto, as regulamentações sanitárias e fitossanitárias e outros obstáculos técnicos ao comércio estão em processo de harmonização com as normas internacionais. O regime de exportação apresenta certa complexidade devido a medidas que incidem sobre as vendas externas do país, entre as quais se encontram os direitos de exportação, as desonerações do IVA aplicado às vendas externas, além de proibições e licenças de exportação, entre outras.

GRÁFICO 42
ESTRUTURA DO INTERCÂMBIO ENTRE A AMÉRICA LATINA E A CHINA
 (% dos fluxos comerciais)



Fonte: CEPAL.

QUADRO 19
PICOS TARIFÁRIOS DA CHINA
 (Tarifas consolidadas de capítulos selecionados, ano 2008)

Capítulo	Tarifa <i>ad valorem</i> , em %
Cereais	65
Farinhas	65
Bebidas	65
Tabaco	65
Açúcares	50
Adubos	50
Produtos fotográficos	47
Carros e autopeças	45
Algodão	40
Lã	38

Fonte: OMC.

QUADRO 20
POSIÇÃO DA CHINA NO RANKING DE SÓCIOS COMERCIAIS

País	Exportações		Importações	
	2000	2007	2000	2007
Argentina	6	2	4	3
Brasil	12	1	11	2
Paraguai	17	19	5	4
Uruguai	4	5	7	4

Nota: Top 5

Fonte: FMI.

QUADRO 21
INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL-CHINA
(Em milhões de US\$ e em %, ano 2008)

Países	Exportações para a China			Importações da China		
	Milhões de US\$ FOB	% do total exportado	% das importações chinesas	Milhões de US\$ CIF	% do total importado	% das exportações chinesas
Argentina	6.390	9,3	0,57	7.104	12,4	0,5
Brasil	16.395	8,5	1,45	21.739	11,9	1,52
Paraguai	93	2,0	0,01	2.471	32,0	0,17
Uruguai	171	2,9	0,02	908	10,5	0,06
MERCOSUL	23.049	8,5	2,04	32.222	12,6	2,26

Fonte: ALADI.

A média da tarifa *ad valorem* da China consolidada perante a OMC é 9,8% (14,9% para produtos agrícolas e 9% para produtos não agrícolas); esta cifra é significativamente inferior à vigente em meados da década de 1990, quando era de 36%. A redução foi impulsionada pelo processo de reforma econômica, que levou a média a 16% em 2001, e continuou posteriormente como parte dos compromissos da China para entrar na OMC. Cabe notar, no entanto, que os picos tarifários se concentram nos capítulos em que o MERCOSUL tem vantagens comparativas: cereais, farinhas, bebidas e tabaco (Quadro 19). Além disso, o ingresso destes produtos enfrenta outros entraves, como contingentes tarifários, com alíquotas baixas para as compras dentro da cota e muito altas por fora.

A partir do exponencial crescimento do comércio exterior chinês nos últimos anos, o país se transformou em um dos principais sócios comerciais dos países do MERCOSUL, tanto no caso das exportações quanto das importações (Quadro 20). Dada a importância do intercâmbio de bens industriais para a China, e das matérias-primas para o MERCOSUL, a relação dos países do bloco com a China tem uma característica assimétrica. Em 2008, para a China, as vendas para o MERCOSUL representaram 2,3% de suas exportações, enquanto as importações dessa origem foram 2,0% do total. Em contraposição, o MERCOSUL exportou para a China 8,5% de suas vendas externas e comprou dela 12,6% de suas importações totais (Quadro 21).

Esta assimetria exigiria uma maior iniciativa do bloco, tanto em matéria de promoção do comércio quanto dos investimentos recíprocos.

O desafio para o MERCOSUL consiste em superar os obstáculos técnicos, sanitários, financeiros e administrativos que afetam as suas exportações com o fim de diversificar e ampliar a oferta exportável do bloco; assim seria possível aproveitar a demanda de consumo e investimento da China. Ao mesmo tempo, deveria prestar-se atenção na penetração de exportações chinesas em setores sensíveis com o fim de minimizar conflitos. Por outro lado, uma maior densidade de relações empresariais entre a China e o MERCOSUL possibilitaria a atração de investimentos, a realização de projetos conjuntos e de parceria, desenvolvendo novos negócios e permitindo a inserção de produtos do MERCOSUL nas cadeias de valor chinesas, que demandam importações de insumos elaborados.

No âmbito de sua estratégia para se consolidar como referencial regional e conquistar uma presença protagonista no cenário global, o Brasil leva adiante uma ativa agenda de contatos externos, entre os quais se destaca o aprofundamento de sua parceria com a China. Durante a visita do presidente do Brasil a Beijing em maio de 2009, ambos os países declararam a vontade de aprofundar a cooperação em diversos âmbitos de negociações multilaterais (G5, BRIC, reforma do FMI). Entre os entendimentos alcançados, destacou-se a intenção de avançar a médio prazo na adoção de um sistema de pagamento em moeda local para o comércio entre os dois países, tomando como modelo o sistema implementado entre a Argentina e o Brasil.

Além disso, em 16 de junho de 2009, em Yekaterimburgo, Rússia, foi realizada a Primeira Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do grupo BRIC, integrado pelo Brasil, Rússia, Índia e China. Nesta reunião foram abordados assuntos de segurança energética e alimentícia, medidas para enfrentar a crise global e iniciativas de cooperação econômica, além de destacar a necessidade de reformar as instituições financeiras internacionais para dar um papel potencializado aos países em desenvolvimento e, em particular, aos do BRIC. Embora a Argentina tenha mantido contatos de caráter mais limitado com a China, no último ano foram realizadas diversas missões de índole pública e privada ao país asiático para desenvolver oportunidades de negócios e investimentos recíprocos e afiançar a relação bilateral. O Uruguai mantém um forte interesse em estreitar seus laços com a China. Por motivo da visita oficial do Presidente do Uruguai a Beijing em março de 2009, foram assinados acordos bilaterais sobre comércio, investimentos, esportes, cooperação, comunicação, recursos hídricos e turismo. A visita incluiu diversas rodadas de negócios entre empresários de ambos os países, em que se destaca a intenção de empresas chinesas de aumentar sua participação em projetos de infraestrutura e de exploração de hidrocarbonetos no Uruguai. Por último, apesar de o comércio do Paraguai com a China ter ganhado uma grande relevância, chegando a representar um terço das importações paraguaias nos últimos anos, os contatos entre os dois países se encontram limitados porque eles não mantêm relações diplomáticas. O Paraguai é um dos 23 países do mundo (e o único sul-americano) que reconhece o governo da República da China (Taiwan), em vez de a República Popular da China.

Outras iniciativas de aproximação: O caso Uruguai-EUA

Um dos eixos da relação bilateral entre o Uruguai e os Estados Unidos é o *Acordo-Quadro de Comércio e Investimentos*⁵⁸ assinado em janeiro de 2007, negociado quando se discutiu a possibilidade de alcançar o livre

⁵⁸ *Trade and Investment Framework Agreement (TIFA)*. EUA e Uruguai tinham estabelecido uma *Comissão Conjunta para o Desenvolvimento do Comércio e dos Investimentos* em fevereiro de 2002 e assinado um *Tratado Relativo à Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos* em dezembro de 2005, que entrou em vigência em novembro de 2006.

comércio entre os dois países. Este tratado criou um *Conselho de Comércio e Investimentos*⁵⁹ cujo objetivo é examinar a relação bilateral para identificar oportunidades de liberalização comercial e impulsionar os investimentos. Neste contexto, em outubro de 2008 foram assinados dois protocolos adicionais ao Acordo-Quadro que abrangem compromissos expressivos sobre facilitação do comércio e participação pública em comércio e meio ambiente; adicionalmente, foi assinado um Memorando de Entendimento para avançar na cooperação em matéria de eficiência energética e energia renovável.⁶⁰

QUADRO 22
URUGUAI: INTERCÂMBIO COMERCIAL COM EUA
(Em milhões de US\$ e em %, ano 2008)

Conceito	Milhões de US\$		Participação (%)	
	EUA	Mundo	No comércio do Uruguai	No comércio dos EUA
Exportações	214,2	5.946,9	3,6	0,01
Importações	530,1	8.685,5	6,1	0,04
<i>Saldo Comercial</i>	<i>-315,9</i>	<i>-2.738,6</i>	<i>11,5</i>	<i>-0,04</i>

Fonte: ALADI.

Em 2008, o intercâmbio do Uruguai com os EUA produziu um déficit de US\$ 315 milhões para o primeiro (Quadro 22). As exportações foram de US\$ 214 milhões (3,6% do total) e as importações US\$ 530 milhões (6,1% do total). As vendas se compõem principalmente de produtos de origem agropecuária, em particular carnes e produtos derivados, couros, queijos e madeiras. As compras do Uruguai aos EUA incluem uma grande variedade de bens industriais, incluindo fertilizantes, celulares, plásticos, colheiteadeiras, autopeças, maquinaria viária, computadores, etc.

Dada a escala dos dois países, a importância para os EUA de seus intercâmbios com o Uruguai é muito reduzida. No entanto, este país tem uma posição estratégica como vizinho e sócio das duas maiores economias da América do Sul, o que torna plausíveis iniciativas destinadas a aprofundar a relação, entre as que poderia estar a concessão unilateral por parte dos EUA de preferências tarifárias para os produtos têxteis e vestuário uruguaios (US Senate [2009]).

D. Negociações sub-regionais

Os moderados avanços nas negociações no âmbito latino-americano se limitaram aos processos de integração em andamento. Entre eles, destaca-se o processo de conformação da UNASUL. As iniciativas de integração do MERCOSUL com os outros países da região por meio dos respectivos Acordos de Complementação Econômica (ACE), assinados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), mostraram alguns avanços menores, relacionados com a incorporação dos capítulos de Comércio de Serviços e de Investimentos.

⁵⁹ *United States-Uruguay Trade and Investment Council (TIC).*

⁶⁰ Veja *United States and Uruguay Continue to Advance Bilateral Trade Relations by Signing Two Protocols to the United States Uruguay Trade and Investment Framework Agreement* http://www.sice.org/TPD/URY_USA/Negotiations/Protocols_sign_e.pdf.

União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

- Antecedentes -

Como foi descrito no *Informe MERCOSUL N° 13*, a constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em maio de 2008, foi anunciada pelos governos signatários como um passo importante para a integração regional. O projeto possui uma agenda muito ambiciosa e ampla sobre temas variados de caráter social, político e cultural, diluindo a importância das questões de integração e liberalização comercial. O Quadro 23 mostra algumas das principais características da organização.

QUADRO 23
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA UNASUL

Objetivos	Construir um espaço de integração e união, dando prioridade ao diálogo político, às políticas sociais, à educação, à energia, à infraestrutura, ao financiamento e ao meio ambiente, entre outros.
Sistema de decisões	Consensuado. As decisões poderão ser adotadas com a presença de três quartos dos países membros, e os ausentes devem responder durante os 30 dias seguintes. Qualquer país poderá se eximir de aplicar uma política aprovada por tempo definido ou indefinido.
Presidência	A PPT será exercida sucessivamente, em ordem alfabética, por períodos anuais.
Países-Membros	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.
Estrutura principal	Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo <i>Reuniões ordinárias anuais e extraordinárias.</i>
	Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores <i>Reuniões ordinárias semestrais e extraordinárias.</i>
	Conselho de delegadas e delegados <i>Órgão executivo formado por um representante de cada país, com reuniões preferentemente bimestrais.</i>
	Secretaria-Geral <i>Com sede em Quito. Secretário designado pelo Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, com mandato de 2 anos, renovável.</i>
	Conselho Energético Sul-americano.
	Conselho de Defesa Sul-americano.

Fonte: BID-INTAL [2008], p.144.

- Evolução durante o período -

No segundo semestre de 2008 e primeiro de 2009 a Presidência *Pro Tempore* (PPT) foi exercida pelo Chile, passando posteriormente ao Equador. A atenção esteve focada principalmente na análise da crise política na Bolívia e na busca de medidas para a normalização da situação durante a segunda metade de 2008. Com esse objetivo, a PPT chilena convocou uma Cúpula de emergência em Santiago do Chile em 15 de setembro de 2008, na qual se decidiu dar "o mais pleno e decidido respaldo" ao governo boliviano.

Posteriormente, foi criado o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) em maio de 2009. O CDS é apresentado como um espaço para a discussão e promoção do intercâmbio e a coordenação entre as forças armadas da região. A assinatura de um convênio de cooperação militar entre a Colômbia e os EUA derivou em uma Reunião de Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado da UNASUL em agosto de 2009, em Bariloche, Argentina, em que se tratou essa situação.

Entre os escassos avanços realizados no plano econômico da integração durante o último ano, os países da UNASUL coincidiram na necessidade de revitalizar a formação definitiva do **Banco do Sul** (Capítulo III).

A relação do MERCOSUL com a América Central e o Caribe

Os contatos formais entre o MERCOSUL e o **Sistema de Integração Centro-americana (SICA)**, integrado por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, começaram em outubro de 2004. Depois de algumas reuniões e rodadas de conversações, em setembro de 2008 foi apresentado o rascunho de Acordo de Associação entre ambos os blocos, que está sendo analisado. Não se busca um acordo de livre comércio, dadas as assimetrias existentes entre o MERCOSUL e o SICA, mas sim a realização de um convênio de cooperação política e econômica.

Por outro lado, as negociações entre o MERCOSUL e a **Comunidade do Caribe (CARICOM)** se encontram em uma etapa precoce. Recentemente, o MERCOSUL manifestou sua intenção de realizar novas reuniões com o objetivo de intensificar as relações e avançar na direção de uma maior integração, embora sem avanços concretos.

Outras negociações sub-regionais

- MERCOSUL-Chile -

A integração é conduzida no âmbito do **ACE-35**, assinado em junho de 1996 e colocado em vigência em outubro desse ano. Com relação ao comércio de bens, foi estabelecido um programa de liberalização progressiva até 2014. No último ano o processo mostrou alguns avanços, com a conclusão das negociações relativas a dois temas: (i) a extensão do Regime geral do Acordo sobre produtos elaborados ou originários de Zonas Francas; e (ii) a aprovação do texto consolidado sobre Regras de Origem. Também se decidiu iniciar o diálogo para incorporar o setor de Investimentos ao Acordo.

- MERCOSUL-Bolívia -

As negociações são realizadas no âmbito do **ACE-36**, assinado em dezembro de 1996 e em vigor desde fevereiro de 1997 que, no aspecto comercial, contempla um programa de desoneração tarifária escalonada. Recentemente, a Bolívia solicitou ao bloco a flexibilização do regime de regras de origem do acordo, especialmente para os produtos têxteis, face à suspensão dos benefícios que os EUA outorgavam a esse país por meio do *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA). O MERCOSUL se comprometeu a adotar medidas concretas de apoio, em caráter de emergência e com base no princípio de solidariedade.

- MERCOSUL-Peru -

O **ACE-58** foi assinado em novembro de 2005 e entrou em vigência de modo bilateral à medida que os signatários o foram incorporando a suas respectivas legislações internas. No último ano foram realizadas conversações para uma segunda reunião da Comissão Administradora do Acordo. Em uma reunião de trabalho, o MERCOSUL apresentou a proposta dos parâmetros de negociação para a incorporação do comércio de Serviços ao ACE-58.

Adicionalmente, foi entregue uma lista dos pedidos de compensação, conforme o disposto no Art. 40 do Acordo, em virtude da assinatura do tratado de livre comércio entre o Peru e os EUA, que provocará uma perfuração nas preferências tarifárias concedidas por aquele país aos membros do MERCOSUL (BID-INTAL [2008], p. 148-150). O acordo EUA-Peru reproduz o modelo de acordo de livre comércio adotado nos últimos anos pelos EUA, com algumas adaptações em assuntos trabalhistas e ambientais, cujas cláusulas são mais exigentes que as cláusulas dos acordos anteriores. Inclui uma grande variedade de temas comerciais e não diretamente comerciais e adota disciplinas OMC-plus em várias áreas: serviços, investimentos, propriedade intelectual, política de concorrência, entre outras. Esta é uma diferença importante com relação ao ACE-58, que está limitado à área de bens.

- MERCOSUL - Colômbia / Equador / Venezuela -

O **ACE-59**, que formaliza o processo de integração, foi assinado em outubro de 2004 e entrou em vigência bilateralmente a partir de sua incorporação à legislação interna de cada país. Durante a III Reunião da Comissão Administradora do Acordo, realizada em Montevideu em outubro de 2008, a Colômbia e o MERCOSUL acordaram iniciar discussões para a incorporação do comércio de Serviços ao Acordo. Com este objetivo foi criado um Grupo de Trabalho *Ad Hoc*, e foi estabelecido que o Equador poderá aderir ao processo de incorporação de Serviços e realizar as consultas necessárias a esse respeito.

- MERCOSUL-Cuba -

O **ACE-62** foi assinado em julho de 2006 e começou a vigorar entre Argentina, Brasil e Cuba em julho de 2007. Posteriormente, foi ampliado ao restante dos sócios com a internalização por parte do Uruguai (setembro de 2008) e do Paraguai (fevereiro de 2009). Ao contrário de outros Acordos semelhantes assinados no âmbito latino-americano, o ACE-62 não menciona como objetivo explícito a conformação de uma área de livre comércio, e se limita a "impulsionar o intercâmbio comercial entre as partes signatárias". Em junho de 2009 foi realizada em Havana, Cuba, a primeira reunião da Comissão Administradora do Acordo.

O intercâmbio comercial com Cuba é superavitário para o MERCOSUL (Quadro 24). O comércio apresenta escassa relevância para o bloco sul-americano, contribuindo com 0,23% de suas exportações e 0,04% de suas importações. As vendas para Cuba incluem principalmente produtos alimentícios de diferentes graus de elaboração (trigo, milho, soja, carnes, óleos, lácteos, farinhas e café, entre outros), enquanto que as importações provenientes do país caribenho estão compostas em grande parte por produtos farmacêuticos.

QUADRO 24
INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL-CUBA
(Em milhões de US\$ e em %, ano 2007)

Países	Exportações para Cuba			Importações de Cuba		
	Milhões de US\$ FOB	% do total exportado	% das importações cubanas	Milhões de US\$ CIF	% do total importado	% das exportações cubanas
Argentina	143,3	0,26	1,9	4,4	0,01	0,4
Brasil	315,0	0,20	4,1	64,3	0,05	5,1
Paraguai	0,3	0,01	0,0	0,8	0,01	0,1
Uruguai	53,9	1,19	0,7	3,2	0,06	0,3
MERCOSUL	512,5	0,23	6,7	72,7	0,04	5,8

Fonte: ALADI.

- Outros temas -

Por outro lado, em junho de 2008 entraram em vigor os **Acordos de Residência** para os países do MERCOSUL, Bolívia e Chile. Os Acordos simplificam os procedimentos para a solicitação de residência nos países signatários, independentemente da condição migratória do solicitante. Quem fizer a solicitação poderá receber uma residência temporária, válida por dois anos, que garante igualdade de direitos civis, trabalhistas, de acesso à educação pública e de circulação, e que depois pode ser transformada em permanente.

E. Balanço e perspectivas para a agenda externa do MERCOSUL

Durante o período analisado, os temas da agenda externa do MERCOSUL estiveram marcados pela crise global. Os sócios de maior tamanho relativo realizaram um grande esforço negociador no âmbito do G20, buscando fazer esforços conjuntos com outras nações, desenvolvidas e em desenvolvimento, com o fim de encontrar uma saída coordenada para a crise internacional.

Neste contexto, e face ao aumento das pressões protecionistas em nível global, os aspectos vinculados ao relacionamento comercial do bloco foram deixados em um segundo plano. Este fenômeno foi evidente nas nações desenvolvidas, que se encontraram focadas em solucionar os problemas atravessados por suas próprias economias mais do que em estreitar laços comerciais com outras regiões. Claros exemplos neste sentido são a estagnação das negociações com a UE e o fracasso da Rodada de Doha, cujas últimas e complexas negociações tiveram lugar durante a crise internacional, o que atentou contra a outorga de concessões das diversas partes envolvidas.

Além da participação da Argentina e do Brasil a título individual nos fóruns mencionados, os principais avanços se centraram nas iniciativas que já se encontravam em andamento, especialmente com outras economias em desenvolvimento. Isso fez que se tendesse a aprofundar o perfil Sul-Sul que a agenda externa adquiriu ao longo dos últimos anos, o que se vincula, entre outros fatores, com as maiores oportunidades

colocadas pela abertura do comércio com o subconjunto de economias mais dinâmicas em nível mundial. De toda forma, só se avançou na implementação do acordo assinado com a Índia e na assinatura do acordo de preferências fixas com a SACU.

Alinhado com tendências iniciadas em anos anteriores, o Brasil se transformou em um ator cada vez mais relevante no cenário internacional, o que marca crescentes diferenças com o restante dos países da região. Neste sentido, o Brasil passa a uma nova etapa na qual, depois de centrar sua estratégia de inserção internacional no MERCOSUL, começa a encarar diversas iniciativas de maneira mais autônoma, em um contexto de escassa coordenação de políticas entre os membros do bloco.

Por seu lado, a Argentina voltou a ter um papel mais ativo em diversos fóruns internacionais, principalmente por meio de sua participação no G20, embora com uma gravitação diferente da do Brasil. Já o Uruguai, com o apoio do Paraguai, insiste na incorporação da bilateralidade na relação com outras economias, destacando-se a intensificação de seu vínculo com os EUA com base no Acordo de Comércio e Investimentos vigente entre os dois países desde 2007.

No futuro, provavelmente a agenda de crise cederá o papel protagonista, ganhando novamente espaço os aspectos vinculados com as negociações comerciais e a promoção de investimentos. Mas para que existam avanços concretos será necessário determinar as prioridades da agenda externa em um mundo que promete ser diferente do dos últimos anos, buscando consensos dentro do bloco. Só isso permitirá conseguir a coesão necessária para que os sócios apoiem as negociações conjuntas face às oportunidades que uma nova fase expansiva em nível global fornecerá.

BIBLIOGRAFIA

ABECEB. *Resultados de la XXXIV Cumbre del MERCOSUR -Informe Especial*. Dezembro de 2008.

_____. *Entra en vigencia el acuerdo comercial MERCOSUR-India*. Relatório Econômico Semanal. Buenos Aires. Junho de 2009.

_____. *Informe de Comercio Exterior y Negociaciones Internacionales*. 2009.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN (ALADI). *Informe sobre el seminario para la dinamización del convenio de pagos y créditos recíprocos y el uso de los sistemas de pagos en monedas locales*. Documento ALADI. Abril de 2009.

ALMEIDA, P. R. "A Integração na América do Sul em perspectiva histórica: um balanço", em: *Revista Espaço da Sophia* Nº 23. Centro Educacional Espaço da Sophia. Fevereiro de 2009.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (BCRA). "Crónica de una crisis inesperada", em: *Ensayos Económicos* Nº 53/54. (Janeiro-Junho de 2009). Buenos Aires: BCRA. 2009a.

_____. *Informe de inflación*. Vários números. Buenos Aires: BCRA. 2009b.

_____. *Evolución del Mercado Único y Libre de Cambios y Balance Cambiario*. (3º Trimestre de 2009). Buenos Aires: BCRA. 2009c.

_____. *Resultado del Relevamiento de Expectativas de Mercado (REM)*. Buenos Aires: BCRA. Setembro de 2009d.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Relatório de inflação*. Vários números. Brasília: BCB. 2009a.

_____. *Relatório de estabilidade financeira*. Brasília: BCB. Outubro de 2009b.

_____. *Focus - Relatório de Mercado*. Brasília: BCB. 2 de outubro de 2009c.

BANCO CENTRAL DE PARAGUAY (BCP). *Informe económico*. Vários números. Asunción: BCP. 2009.

BANCO CENTRAL DE URUGUAY (BCU). *Informe de política monetaria*. Vários números. Montevideu: BCU. 2009a.

_____. "Encuesta de Expectativas Económicas". Comunicado de imprensa. Montevideu: BCU. Setembro de 2009b.

BERNANKE, B. S. *Reflections on a Year of Crisis*. Discurso durante o Simpósio Econômico Anual no Federal Reserve Bank de Kansas City. Jackson Hole, Wyoming. 21 de agosto de 2009.

BLAS, J. *Hedging Loses its Lustre for Gold*. Londres: *The Financial Times*. 13 de Setembro de 2009.

CÁMARA NACIONAL DE COMERCIO Y SERVICIOS DE PARAGUAY (CNCSP). *Solicitud de ingreso de Venezuela al MERCOSUR*. Asunción: CNCSP. Julho de 2009.

CICOWIEZ, M.; C. D'ELÍA; C. GALPERÍN Y C. SESSA. "Estudio de factibilidad de un Acuerdo de Libre Comercio MERCOSUR-Corea: análisis del impacto para la Argentina", em: *Revista del CEI N° 12*. Buenos Aires: Centro de Economía Internacional (CEI). Agosto de 2008.

COMISIÓN DE COMERCIO DEL MERCOSUR (CCM). *Actas oficiales*. 2008-2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2008-2009*. Santiago de Chile: CEPAL. 2009.

COMISIÓN NACIONAL DE COMERCIO EXTERIOR (CNCE). *Informe semestral sobre las medidas antidumping*. (Período 1° de janeiro - 30 de junho de 2009). Membro informante: Argentina. Buenos Aires: CNCE. 2009.

_____. *Boletín Informativo*. Vários números. 2009.

THE CONGRESS OF THE UNITED STATES. *Congressional Budget Office. The Budget and Economic Outlook. An Update*. Washington D.C.: CBO. Agosto de 2009.

CRISTINI, M. *¿Cómo mejorar significativamente el accionar coordinado de los Estados Parte del MERCOSUR en sus relaciones comerciales externas?* Buenos Aires: Fundación Instituto para las Negociaciones Agrícolas Internacionales, Sociedad Rural Argentina. Abril de 2009.

D'ELÍA, C.; C. GALPERÍN E N. STANCANELLI. "El rol de China en el mundo y su relación con Argentina", em: *Revista del CEI N° 13*. Buenos Aires: Centro de Economía Internacional (CEI). Dezembro de 2008.

EICHENGREEN, B. E K.H. O'ROURKE. *A Tale of Two Depressions*. (Mimeo). Voxeu. Atualizado a 1° de Setembro de 2009.

ESTRADES C. *Crisis económica y "nuevo proteccionismo": Uruguay y el MERCOSUR*. Observatorio Económico de la Red MERCOSUR. Agosto de 2009.

THE FINANCIAL TIMES. *Gold*. Londres: *The Financial Times*. 9 de Setembro de 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Carta de conjuntura*. Vários números. Brasília: 2009.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). "Protectionism is Growing, World Trade to Slow Further", em: *Bridges*, Volume 13, Number 3. Genebra: ICTSD. Setembro de 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). "Paraguay: 2009 Article IV Consultation - Staff Report". Nota de informação pública do debate da Diretoria Executiva, e discurso do Diretor Executivo pelo Paraguai. Washington D.C.: IMF. 11 de junho de 2009a.

_____. *Paraguay: Selected Issues*. Washington D.C.: IMF. 12 de junho de 2009b.

_____. *World Economic Outlook (WEO). Sustaining the Recovery*. Washington D.C.: IMF. Outubro de 2009c.

GLOBAL TRADE ALERT (GTA). *Global Trade Alert First Report*. Londres: Centre for Economic Policy Research. 8 de julho de 2009.

GRUPO MERCADO COMÚN (GMC). *Actas oficiales*. 2008-2009.

HEYMANN, D. "Interdependencias y políticas macroeconómicas: reflexiones sobre el MERCOSUR", em: Campbell, Jorge. (ed) *MERCOSUR entre la realidad y la utopía*. Buenos Aires: Centro de Economía Internacional. Nuevohacer Grupo Editor Latinoamericano. 1999.

_____. *Regional Interdependencies and Macroeconomic Crises. Notes on MERCOSUR*. Serie Estudios y Perspectivas. Buenos Aires: CEPAL. Noviembre 2001.

LANDIM, R. "Moeda local pagou apenas 0,12% do comércio entre Brasil e Argentina", em: *Valor Econômico*. São Paulo. 22 de abril de 2009.

MEIER, A. *Panacea, Curse or Nonevent? Unconventional Monetary Policy in the United Kingdom*. IMF Working Paper, WP/09/163. IMF. 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. "Brasil emprestará até US\$ 10 bilhões ao FMI", em: *Notícias*. 10 de junho de 2009.

MOROSI, P. "Gestiones para equilibrar la balanza comercial entre la Argentina y Brasil", em: *La Nación*. Buenos Aires. 26 de março de 2008.

OCHOA, R. "¿Cómo hace Brasil para exportar: la revisión de la Política Comercial ante la OMC?", em: *Revista Container N° 44*. Córdoba. Maio 2009.

OECD-UNCTAD-WTO. *Report on G-20 Trade and Investment Measures*. Setembro de 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO (OMC). "La Secretaría de la OMC comunica un incremento de las nuevas investigaciones *antidumping*". Comunicado de prensa 556. Ginebra: OMC. 2009a.

_____. "Presentación de los informes semestrales previstos en el párrafo 4 del artículo 16 del acuerdo". Brasil. 18 de fevereiro de 2009. G/ADP/N/180/BRA. Ginebra: OMC. 2009b.

REUNIONES DE MINISTROS. *Actas oficiales*. 2008-2009.

RUIZ DÍAZ LABRAZO, R. *Las Opiniones Consultivas ante el Tribunal Permanente de Revisión del MERCOSUR a través de los Tribunales Superiores de los Estados Partes*. 2009.

SECRETARÍA DEL MERCOSUR. *Un Foco para el Proceso de Integración Regional*. Montevideo: SM. Julho de 2004.

STANCANELLI, N. "La crisis económica internacional y el papel del G-20", em: *Revista del CEI N° 14*. Buenos Aires: Centro de Economía Internacional (CEI). Abril de 2009.

_____. "La Ronda Doha y la Reunión Ministerial de Julho: progresos e incertidumbre", em: *Revista del CEI N° 12*. Buenos Aires: Centro de Economía Internacional (CEI). Agosto de 2008.

SUBSECRETARÍA DE POLÍTICA Y GESTIÓN COMERCIAL DE ARGENTINA. *Preferential Trade Agreement between the Southern Common Market (MERCOSUR) and the Southern African Customs Union (SACU)*. Buenos Aires. 2009.

US SENATE. *Committee on Foreign Relations. Uruguay Trade Preferences: A Strategic Opportunity in the Southern Cone. Staff Trip Report*. Washington D.C. 29 de junho de 2009.

UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (UIA). "La UIA solicita que se revea la incorporación de Venezuela como miembro pleno del MERCOSUR". Comunicado de Imprensa. Buenos Aires: UIA. 27 de maio de 2009.

VAILLANT M. e A. LALANNE. *Tariff Revenue Sharing Rules in a Customs Union: a New Methodology Applied to the MERCOSUR Case*. Documento de Trabajo N° 07/07. Montevideu: Departamento de Economía. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República. 2007.

WORLD BANK. *China Quarterly Update, June 2009*. Beijing: World Bank. 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *Report to the Trade Policy Review Body (TPRB) from the Director-General on the Financial and Economic Crisis and Trade-Related Developments*. Genebra: WTO. 26 de março e 15 de julho de 2009.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS BID-INTAL

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (BID-INTAL). *Informe MERCOSUL N° 10. Série Relatórios Subregionais de Integração*. Buenos Aires: BID-INTAL. 2005.

_____. *Informe MERCOSUL N° 12. Série Relatórios Subregionais de Integração*. Buenos Aires: BID-INTAL. 2007.

_____. *Informe MERCOSUL N° 13. Série Relatórios Subregionais de Integração*. Buenos Aires: BID-INTAL. 2008.

_____. "Recessão e protecionismo dentro das regras: os riscos para o sistema multilateral de comércio", em: *Carta Mensal N° 150*. Buenos Aires: BID-INTAL. Janeiro de 2009a.

_____. "Países da América Latina exploram alternativas para impulsionar comércio em moedas locais", em: *Carta Mensal N° 153*. Buenos Aires: BID-INTAL. Abril de 2009b.

_____. "Ciclo econômico e comércio no MERCOSUL: análise de alguns resultados dos fluxos de intercâmbio entre Argentina e Brasil", em: *Carta Mensal N° 154*. Buenos Aires: BID-INTAL. Maio de 2009c.

_____. "Convênio constitutivo do Banco do Sul", em: *Carta Mensal N° 158*. Buenos Aires: BID-INTAL. Setembro de 2009d.

_____. "A crise não promoveu um aumento generalizado do protecionismo, mas o alerta continua", em: *Carta Mensal N° 158*. Buenos Aires: BID-INTAL. Setembro de 2009e.

SITES

Banco Central do Brasil (BCB)	http://www.bcb.gov.br
Banco Central de Paraguay (BCP)	http://www.bcp.gov.py
Banco Central de la República Argentina (BCRA)	http://www.bcra.gov.ar
Banco Central de Uruguay (BCU)	http://www.bcu.gub.uy
Banco Central de Venezuela (BCV)	http://www.bcv.org.ve
DATASTREAM	http://www.datastream.net
Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX)	http://www.funcex.com.br
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	http://www.ibge.gov.br
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-INTAL)	http://www.iadb.org/intal
Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (INDEC)	http://www.indec.gov.ar
Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela (INE)	http://www.ine.gov.ve
Instituto Nacional de Estadística de la República Oriental del Uruguay (INE)	http://www.ine.gub.uy
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	http://www.ipea.gov.br
International Monetary Fund (IMF)	http://www.imf.org
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	http://www.mercosur.int
Secretaria de Comércio Exterior - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX-MDIC)	http://www.mdic.gov.br

PUBLICAÇÕES DO INTAL

Publicações Periódicas

Integración & Comercio. Revista semestral (espanhol e inglês - Internet).

INTAL Carta Mensal (espanhol, inglês e português - Internet).

Informes Subregionais de Integração

INFORME ANDINO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

CARICOM Report. Publicação anual (inglês).

INFORME CENTROAMERICANO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

INFORME MERCOSUR. Publicação anual (espanhol, e português). Versión en inglés: Internet.

Informes Especiais

Desarrollo rural y comercio agropecuario en América Latina y el Caribe (espanhol, Internet). Paolo Giordano, César Falconi e José María Sumpsi (Comp.) Serie INTAL-INT. 2007

Raúl Prebisch: El poder, los principios y la ética del desarrollo (espanhol e inglês). Serie INTAL-ITD. 2006.

China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda? (espanhol). Sergio Cesarin e Carlos Juan Moneta (Comp). Serie INTAL-ITD. 2005.

Solución de Controversias Comerciales e Inter-Gubernamentales: Enfoques Regionales y Multilaterales (espanhol). Julho Lacarte e Jaime Granados. Serie INTAL-ITD. 2004.

Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación (espanhol). Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica (espanhol). Luiz Villela, Alberto Barreix e Juan José Taccone (eds.). 2003.

Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16 (espanhol). 2002.

América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas (espanhol, Internet).

INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional (espanhol).

Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana (espanhol, Internet).

El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR (espanhol e português). Juan José Taccone e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur (español):

Transporte Terrestre. José Alex Sant'Anna. 1997.

Puertos y vías navegables. Martín Sgut. 1997.

Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional. Ian Thomson. 1997.

Integración energética en el Cono Sur (español). Mario A. Wiegers. 1996.

Documentos de Trabalho

Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela (español). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03. 1997.

MERCOSUL e Comércio Agropecuario (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration (inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

Documentos de Divulgação

El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos (español). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración (español). Lincoln Bizzozero e Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo (español). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración (español). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada (español). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas (español). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR (español). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius (español). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

Integración y democracia en América Latina y el Caribe (español). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

Bases de Datos - Software

DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América.

Base INTAL MERCOSUR (BIM).

Base de datos bibliográficos (INTEG).

Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM).

Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe.

Rueda de Negocios.

SÉRIE Red INT

Rede INTAL de Centros de Pesquisa em Integração (RedINT)

Segunda Convocatória:

Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN (espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR (espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica (espanhol- Versão resumida). 2003.

Primera Convocatoria:

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmecánico (aparatos eléctricos) (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico (espanhol). 2000.

La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) (espanhol). 2000.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT

Documentos de Trabalho - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

The FTAA and the Political Economy of Protection in Brazil and the US (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-12. 2006.

Which "industrial policies" are meaningful for Latin America? (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-11. 2006.

Building Regional Infrastructure in Latin America (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD WP-SITI-10. 2005.

La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea (espanhol e inglês). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment (inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad e Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD SITI-WP-07. 2004.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis (espanhol e inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones (espanhol e inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06D. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial (espanhol e inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06c. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado (espanhol e inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06b. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator (espanhol e inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06A. 2004.

Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica (espanhol). Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

The Impacts of US Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement (inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations (inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch y Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity (inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (espanhol e inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabudovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

Documentos de Trabalho

Integration Options for MERCOSUR: A Quantitative Analysis by the AMIDA Model (inglês, Internet). Renato G. Flôres Jr. e Masakazy Watanuki. INTAL-INT WP-36. 2007.

Nicaragua: inserción internacional en beneficio de la mayoría (espanhol, Internet). Ziga Vodusek, Erick Zeballos, Jaime Granados e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-35. 2007.

Propuesta metodológica para la convergencia del Spaghetti Bowl de reglas de origen (espanhol e inglês, Internet). Rafael Cornejo e Jeremy Harris. INTAL-INT DT-34. 2007.

Fiscal Policy and Equity. Estimation of the Progressivity and Redistribute Capacity of Taxes and Social Public Expenditure in the Andean Countries (inglês, Internet). Alberto Barreix, Jerónimo Roca e Luiz Villela. INTAL-INT WP-33. 2007.

Costa Rica: ante un Nuevo Escenario en el Comercio Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Ziga Vodusek, Alberto Barreix, José Ernesto López Córdova e Christian Volpe. INTAL-INT DT-32. 2007.

Honduras: Desafíos de la Inserción en la Economía Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Paolo Giordano, José Ernesto López Córdova, Ziga Vodusek e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-31. 2007.

Trade Costs and the Economic Fundamentals of the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD WP-30. 2007.

Regional Integration. What is in it for CARICOM? (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira e Eduardo Mendoza INTAL-ITD WP-29. 2007.

Emigration, Remittances and Labor Force Participation in Mexico (inglês, Internet). Gordon H. Hanson. INTAL-ITD WP-28. 2007.

La Cooperación al Desarrollo como Instrumento de la Política Comercial de la Unión Europea. Aplicaciones al Caso de América Latina (espanhol, Internet). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD DT-27. 2007.

Mexican Microenterprise Investment and Employment: The Role of Remittances (inglês, Internet). Christopher Woodruff. INTAL-ITD WP-26. 2007.

Remittances and Healthcare Expenditure Patterns of Populations in Origin Communities: Evidence from Mexico (inglês, Internet). Catalina Amuedo-Dorantes, Tania Sainz e Susan Pozo. INTAL-ITD WP-25. 2007.

Leveraging Efforts on Remittances and Financial Intermediation (inglês, Internet). Manuel Orozco e Rachel Fedewa. INTAL-ITD WP-24. 2006.

Migration and Education Inequality in Rural Mexico (inglês, Internet). David McKenzie e Hillel Rapoport. INTAL-ITD WP-23. 2006.

How Do Rules of Origin Affect Investment Flows? Some Hypotheses and the Case of Mexico (inglês, Internet). Antoni Esteveordal, José Ernesto López-Córdova e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-22. 2006.

Chile's Integration Strategy: Is There Room for Improvement? (inglês, Internet) Mauricio Mesquita Moreira e Juan Blyde. INTAL-ITD WP-21. 2006.

Globalization, Migration and Development: The Role of Mexican Migrant Remittances (inglês, Internet) Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD WP-20. 2006.

El desafío fiscal del MERCOSUR (espanhol). Luiz Villela, Jerónimo Roca e Alberto Barreix. INTAL-ITD DT-19. 2005.

Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA (inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración (espanhol, inglês e português). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR (espanhol e inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement (inglês). Antoni Esteveordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico (inglês). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing (inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales (espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia (espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas (espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas? (espanhol). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

What's New in the New Regionalism in the Americas? (inglês). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR. (inglês). Antoni Esteveordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA (inglês). Antoni Esteveordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s (inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana (espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

Documentos de Divulgação - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

International Arbitration Claims against Domestic Tax Measures Deemed Expropriatory or Unfair and the Inequitable (inglês, Internet). Adrián Rodríguez. INTAL-ITD OP-SITI-11. 2006.

The Entrance to the European Union of 10 New Countries: Consequences for the Relations with MERCOSUR (inglês). Renato G. Flôres Jr. INTAL-ITD OP-SITI-10. 2005.

Principales retos de la negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: disciplinas en materia de inversión (espanhol). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-09. 2005.

The Production and Financing of Regional Public Goods (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD OP-SITI-08. 2005.

La armonización de los impuestos indirectos en la Comunidad Andina (espanhol e inglês). Luis A. Arias, Alberto Barreix, Alexis Valencia e Luiz Villela. INTAL-ITD DD-IECI-07. 2005.

La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo (espanhol e inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

La competitividad industrial de América Latina y el desafío de la globalización (espanhol e inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.

El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina (espanhol). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

Una llave para la integración hemisférica (espanhol e inglês). Herminio Blanco M., Jaime Zabłudovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

Una nueva inserción comercial para América Latina (espanhol e inglês). Martín Redrado e Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC (espanhol). Víctor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

Documentos de Divulgação

Agriculture in Brazil and China: Challenges and Opportunities (inglês, Internet) Mario Queiroz de Monteiro Jales, Marcos Sawaya Jank, Shunli Yao e Colin A. Carter. INTAL-ITD OP-44. 2006.

Apertura e inserción internacional en la estrategia de desarrollo de Uruguay (espanhol, Internet). Paolo Giordano e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-43. 2006.

El proceso de negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: la experiencia del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana (espanhol, Internet). Anabel González. INTAL-ITD DD-42. 2006.

International Remittances and Development: Existing Evidence, Policies and Recommendations (inglês, Internet). Ernesto López-Córdova e Alexandra Olmedo. INTAL-ITD OP-41. 2006.

Comercio bilateral Argentina-Brasil: Hechos estilizados de la evolución reciente (espanhol, Internet). Ricardo Carciofi e Romina Gayá. INTAL-ITD DD-40. 2006.

The Relative Revealed Competitiveness of China's Exports to the United States vis á vis other Countries in Asia, the Caribbean, Latin America and the OECD (inglês, Internet). Peter K. Schott. INTAL-ITD OP-39. 2006.

Logros, perspectivas y desafíos de la Cooperación Hemisférica (español e inglés, Internet). Roberto Iannelli. INTAL-ITD DD-38. 2006.

Libre Comercio en América Central: ¿Con quién y para qué? Las implicancias de CAFTA (español, Internet). Manuel Agosin e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-37. 2006.

Fear of China: Is there a Future for Manufacturing in Latin America? (inglés, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-36. 2006.

The Role of Geography and Size (inglés, Internet). David Hummels. INTAL-ITD OP-35. 2006.

Assessing the Impacts of Intellectual Property Rights on Trade Flows in Latin America (inglés, Internet). Juan S. Blyde. INTAL-ITD OP-34. 2006.

Recientes innovaciones en los regímenes de origen y su incidencia en el proceso de verificación: el caso del CAFTA. (español) Rafael Cornejo. INTAL-ITD DD-33. 2005.

Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System (inglés) Eric T. Miller. INTAL-ITD OP-32. 2005.

Una aproximación a desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades (español) Celina Pena e Ricardo Rozemberg. INTAL-ITD DD-31. 2005.

Jamaica: Trade, Integration and the Quest for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-30. 2005.

Trade Related Capacity Building: An Overview in the Context of Latin American Trade Policy and the MERCOSUR-EU Association Agreement (inglés). Robert Devlin e Ziga Vodusek. INTAL-ITD OP-29. 2005

Barbados: Trade and Integration as a Strategy for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-28. 2004.

Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay (español). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004.

El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional (español). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003) (español). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed? (inglés). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.

Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.

The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up? (inglés). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.

Desigualdad regional y gasto público en México (español). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.

Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales (español e inglés). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.

The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union (inglés). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA OP-19. 2003.

Regional Aspects of Brazil's Trade Policy (inglés). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.

El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina (español). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.

A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance (inglés). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.

Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina (espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.

Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.

El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental (espanhol e inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.

Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico (espanhol, Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (também disponível em inglês).

Regional Public Goods in Official Development Assistance (inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.

Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives (inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.

NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA (inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.

La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.

Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects (inglês). Antoni Esteveadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.

The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn from Each Other? (inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

The FTAA: Some Longer Term Issues (inglês). Robert Devlin, Antoni Esteveadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

Government Procurement and Free Trade in the Americas (inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Cambolor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration (inglês). Anneke Jessen e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

ALCA: Un proceso en marcha (espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT-SOE

Euro-Latin Study Network on Integration and Trade (ELSNIT)

Issues Papers. Third Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2006.

Issues Papers. Second Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2005.

Issues Papers. First Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004.

PUBLICAÇÕES DE INT

Documentos de Trabalho

La infraestructura de transporte en América Latina. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em inglês).

Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em inglês).

Economic Integration and Equal Distribution. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

What can European Experience Teach Latin America About Integration. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

MERCOSUR: Logros y desafíos. Carlos Sepúlveda e Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em inglês).

De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos. Robert Devlin e Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em inglês).

El Mercado Común del Sur: MERCOSUR. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em inglês).

Publicações Especiais

Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América (disponível em espanhol e inglês, e as versões 1997 disponível em português).

El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe. Roberto Zahler. Trabalho apresentado en el seminario "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID. Francia, Março 16, 1999 (também disponível em inglês).

Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial. 1996 (também disponível em inglês).

Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe. Março 1997 (também disponível em inglês).

Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Novembro 1997 (também disponível em inglês).

Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas. Luis Jorge Garay e Antoni Esteveordal. Junho 1995 (também disponível em inglês).

El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (também disponível em inglês).

El Área de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (inglês, espanhol e português).

Asociación Transpacífica: El papel de América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (também disponível em inglês).

